

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a
Guerra da Cisplatina (1825-1828)

Marcos Vinícios Luft

Porto Alegre, maio de 2013.

MARCOS VINÍCIOS LUFT

“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a
Guerra da Cisplatina (1825-1828)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientação: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Luft, Marcos Vinícios
"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar
para a Guerra da Cisplatina (1825-1828) / Marcos
Vinícios Luft. -- 2013.
237 f.

Orientador: Fábio Kuhn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-
RS, 2013.

1. Guerra da Cisplatina. 2. Recrutamento militar.
3. Brasil Imperial. 4. Revoluções platinas. I. Kuhn,
Fábio, orient. II. Título.

Agradecimentos

José Artigas, encurralado por três exércitos durante a sua liderança do projeto federalista na Banda Oriental, certa vez proferiu uma frase que até os dias atuais é amplamente utilizada para se referir à nacionalidade uruguaia: “Nada podemos esperar senão de nós mesmos”. Um trabalho acadêmico é feito de muitos momentos pessoais, de leitura, pesquisa, reflexão, escrita. Por vezes nos isolamos daqueles que mais amamos. Contudo, não podemos caminhar sempre sozinhos. Em diversos momentos destes dois anos de jornada, pessoas, de alguma forma, me auxiliaram para que pudesse apresentar este trabalho. E a eles tenho muito que agradecer.

Primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter aceitado o meu projeto em uma seleção rigorosa e por ter me proporcionado formação em uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa, sem a qual um estudo mais aprofundado do tema seria inviável.

Dentro do curso, foram muitos os momentos de leitura e reflexão, com professores e colegas. Em muitos momentos meu orientador foi meu suporte. Não só em questões acadêmicas, de leituras, de produção do texto, mas também em questões pessoais e profissionais. Agradeço imensamente ao professor Fábio Kuhn pela cuidadosa tutoria e por ser modelo de profissional que quero seguir, além de ter me incluído no projeto que me proporcionou uma missão de trabalho no exterior. Boa parte dos méritos deste trabalho se deve a ele (embora os eventuais erros sejam inteiramente de minha responsabilidade). Agradeço aos membros da banca examinadora pelos comentários proferidos na avaliação. A professora Ana Frega, além de estar na defesa da dissertação, foi minha tutora no intercâmbio no Uruguai. Já José Iran Ribeiro e Cesar Guazzelli vêm me acompanhando desde o exame de qualificação. Creio que a troca de ideias durante a apresentação do trabalho trouxe muitas contribuições para o mesmo. No âmbito acadêmico, também gostaria de agradecer em especial as professoras Regina Xavier e Helen Osório pelos fóruns de discussão durante as cadeiras do mestrado, que contribuíram para uma discussão e reflexão sobre o tema da pesquisa. Gostaria de agradecer também a Adriano Comissoli, Miqueias Mugge, Fernando Camargo e mais uma vez a José Iran Ribeiro pela aceitação de trabalhos em eventos e livro e discussão dos mesmos. Fora do Programa de Pós-Graduação, três professores marcaram muito minha trajetória, ainda durante a graduação: Luiz Dario Teixeira Ribeiro, pela sua

desconfiança com o imperialismo estadunidense, pelo constante emprego da teoria da conspiração e sua provocação a feministas e defensores dos animais, me ensinou a sempre desconfiar e ir além das aparências, buscando múltiplas interpretações para um determinado fato. Adolar Koch, pela liberdade com que trata os assuntos das disciplinas com que trabalha e pela constante associação com os problemas da realidade, me anima a buscar ser cada vez mais um profissional melhor e comprometido com a transformação da realidade. Enrique Serra Padrós com seu esforço incansável em prol do ensino de história e com sua intensa militância me mostra que esses dois aspectos são inseparáveis na docência e me ajuda a refletir sobre o caminho profissional que escolhi. Gostaria também de agradecer aos funcionários das instituições nas quais pesquisei, especialmente Daiane Benetti e Camila Margarisi, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; já no Archivo General de la Nación, agradeço a Raquel Cruz, Socorro, Héctor e Uílber, que compartilhavam muito da cultura uruguaia e estavam preocupados com um jovem que se aventurava longe de sua família.

Porém, esses dois anos não foram somente dedicados à academia. Foi um período de minha vida por onde passaram muitas pessoas. Algumas delas marcaram, e tenho muito que agradecer. Primeiramente, aos colegas e pessoas próximas que me proporcionaram momentos de saída da rotina, de carinho e brincadeiras. Um grupo que se reunia no quartel-general entre os bairros Cidade Baixa e Praia de Belas, merece a maior consideração: Letícia Marques, Gislaine Borba, Carolina Becker, Tassiana Saccol, Jonas Vargas, Dúnia Nunes, foram os com quem convivi mais diretamente, compartilhando assuntos do curso, mas também desventuras amorosas e planos que quase nunca são cumpridos. Outra menção especial deve ser feita ao grupo dos “platinófolos”, amantes da região do Rio de la Plata que se reúnem esporadicamente para conversas e jantares. Marla Assumpção, Said Salomón, Renata Johann, Luisa Valdez, Daniel Taylor, Fernanda Sturmer, meu muito obrigado pelos grandes momentos, sob a inspiração do prócer oriental. Também gostaria de agradecer a André Jobim, Fernanda Ott, Isackson Mendes, Michelle Selister, colegas da pós-graduação que também estiveram mais próximos à minha pessoa, cada um à sua maneira. Também agradeço aos amigos da graduação que permaneceram comigo durante esse tempo: à minha melhor-amiga-para-sempre Sílvia Sebben, a Ivan Ramires e a Lionei Brocca.

Terminar esse mestrado em dois anos significou abrir mão de uma grande oportunidade profissional. Dúvidas surgiram na minha mente sobre a necessidade de um emprego para depois que terminasse o curso. No final, acabei não seguindo nessa empreitada. Agradeço mais uma vez ao orientador por abrir espaço para discutir essa questão. Também agradeço a Kátia Thaís Machado, Diogo Schwanck, Amanda Funari, Leo Prado, Paulo

Roberto Chrusciel, Karen Schunck, que discutiram esse tema comigo e permitiram que pensasse melhor sobre minha situação. Também aproveitei o espaço para agradecer aos amigos do prédio que compartilharam momentos comigo: Marcel Araujo, Marja Meirelles, Matheus Lamachia, Roger Simon, Anderson Panichi, Cassio Lenon, Mariana Arieta.

Nesse meio tempo ocorreu uma das mais fantásticas experiências de minha vida. Um intercâmbio em terras uruguaias que me fez conhecer outra cultura, pessoas maravilhosas, e que me fez crescer não só como profissional, mas como pessoa. Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa para a missão de trabalho, à professora Claudia Wasserman, coordenadora do projeto, pelo apoio e intermediação na resolução de problemas, e à professora Ana Frega, da Universidad de la República, pela tutoria. Mas especialmente quero agradecer à turma da Sarandí, 405. Tornaram-se amigos inesquecíveis para mim, mesmo que agora até um oceano nos separe (mas a internet nos aproxima). Primeiramente agradeço à família Sabaris (Jimena, Federico, Diego e Maria) pelo carinho, atenção e ensinamentos da cultura uruguaia dispensados nos quatro meses de estadia em Montevideu. Com Franco Laviano e Giovanni Jaramillo dividia não só a amizade, mas momentos de pura cultura com suas especializações em literatura. Com Aino Helle e Miguel Eduardo Jimenez aprendi que despedidas não são para sempre, mas simplesmente um *hasta luego*. Pessoas como Anibal Gabriel Carrato, Maria Isabel “Michi” Astorga, Natalia Cimino, Carolina Amaro, Camilo Vidarte, Arturo Vidarte, Nerea Moreno, Alberto Palmer, Josh Choi, Barbara Bourel, também se tornaram especiais. Sempre os carregarei no meu coração, e espero que em algum momento os caminhos da vida permitam que nos reencontremos. Também agradeço àqueles que levaram um pouco de cultura brasileira para amenizar a saudade da mãe-pátria. Mais uma vez, Marla Assumpção, Said Salomón, Gislaine Borba e Caroline Becker. Também estão nessa lista Morgana Baldo, Letícia Schio, Paola Dornelles, Luiz Felipe, Anália Masulo, Thiago Araújo e Alessandro de Almeida. Especial agradecimento deve ser feito a Mariana Ferreira e Silva, que além de ser uma grande amiga de longa data (e que se entregou ao charme dos portenhos), visitou-me em Montevideu e ofereceu sua humilde residência para uma pequena estadia no lado de lá do Rio de la Plata, em Buenos Aires.

Por último, e mais importante: à minha família. Minha mãe, Lourdes, meu pai, Luís, e meu irmão, Matheus. Sem o apoio, amor e compreensão deles nenhum dos agradecimentos anteriores seriam possíveis. Mesmo que por vezes não entendessem como uma pessoa podia passar tantas horas em sequência somente estudando, por vezes abdicando da própria convivência em família, e pensando que eu era um maluco. Amo-os, mesmo que por fora não aparente. Por isso, dedico este trabalho a eles.

*Sabe, moço
Que no meio do alvoroço
Tive um lenço no pescoço
Que foi bandeira para mim
Que andei mil peleias
Em lutas brutas e feias
Desde o começo até o fim*

*Sabe, moço
Depois das revoluções
Vi esbanjarem brasões
Pra caudilhos, coronéis
Vi cintilarem anéis
Assinatura em papéis
Honraria para heróis*

*É duro, moço
Olhar agora pra história
E ver páginas de glórias
E retratos de imortais
Sabe, moço
Fui guerreiro como tantos
Que andaram nos quatro cantos
Sempre seguindo um clarim*

*E o que restou?
Ah, sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou pra mim
Ah, sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou pra mim*

(música Sabe, moço. A autoria: Leopoldo Rassier)

RESUMO

O trabalho se propõe a discutir o tema do recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina, entre os anos de 1825 e 1828, na província do Rio Grande do Sul, pertencente ao Império do Brasil, e na Província Oriental, atual Uruguai, integrante das Províncias Unidas do Rio da Prata. Através do estudo de correspondências das autoridades militares dos dois lados do conflito e pautado pelas contribuições da “nova história militar” brasileira, se faz um estudo da legislação que regulava essa prática, a interpretação dos comandantes sobre estas, e o impacto causado na população pelos recrutadores. Enfoca-se, nessa última questão, na resistência oferecida pelas populações, de diferentes maneiras, para evitar que os homens fossem servir nos exércitos e milícias que combatiam pelo domínio da Banda Oriental. Para o caso do Brasil, se dá especial atenção à evolução da instituição militar desde o domínio português, através do estudo da legislação que regulava o serviço das armas.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra da Cisplatina. Recrutamento. Brasil. Rio Grande do Sul. Banda Oriental.

ABSTRACT

The paper aims to discuss the issue of the military recruitment for the Cisplatine War between the years 1825 and 1828 in the province of Rio Grande do Sul, part of the Empire of Brazil, and in the Banda Oriental, now Uruguay, a member of the United Provinces of the Rio de la Plata. Through the study of correspondences from the military authorities on both sides of the conflict and guided by the contributions of the Brazilian "new military history", becomes a study of the legislation that regulated this practice, the interpretation of the commanders on these, and the impact on the population by recruiters. It is focused on that last question, the resistance offered by people, in different ways, to prevent men from serving in armies and militias who fought for dominance of the Banda Oriental. For the case of Brazil, it will be given particular attention to the evolution of the military institution since the Portuguese domination, through the study of legislation that regulated the military service.

KEYWORDS: Cisplatine War. Military recruitment. Brazil. Rio Grande do Sul. Banda Oriental

Lista de Tabelas

Tabela 1. Motivos de prisão de quem foi recomendado para o serviço, (Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira, 1825-1828).....	p. 92
Tabela 2. Idade dos recrutas nas listas de revista (Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira, 1825-1828).....	p. 94
Tabela 3. Motivos para se pedir a isenção das tropas de primeira linha.....	p.115
Tabela 4. Procedência dos pedidos de isenção do recrutamento.....	p.118
Tabela 5. Ocupação dos suplicantes (objetos da súplica).....	p.119
Tabela 6. Ocupação dos suplicantes e daqueles que propunham a substituição por outra praça.....	p.122
Tabela 7. Resposta dos encaminhamentos das súplicas de isenção das Ordenanças ao presidente da província (Porto Alegre, 1825-1828).....	p.133
Tabela 8. Motivos das prisões dos membros das Ordenanças (Porto Alegre, 1825-1828).p.	136
Tabela 9. Posição na hierarquia militar dos presos de Ordenanças.....	p.138
Tabela 10. Mês de entrada dos militares no serviço por corpo (Província Oriental, 1825-1826).....	p.173
Tabela 11. Deserção nos corpos da primeira linha (maio de 1825 a fevereiro de 1826)....	p.189
Tabela 12. Registros de introdução na Receptoría de Canelones.....	p.196

Lista de Mapas

Mapa 1. Comandâncias militares do Rio Grande do Sul durante a Guerra da Cisplatina...	p.73
Mapa 2. Província Oriental e seus departamentos durante a Guerra da Cisplatina.....	p.171

Lista de abreviaturas

AGN	Archivo General de la Nación
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AM	Fundo Autoridades Militares, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AN	Arquivo Nacional
Doc.	documento
REQS	Fundo Requerimentos, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	12
1. A “nova história militar”: entre a história política renovada e a história social ..	17
1.1 História militar: origens e perspectivas atuais	17
1.2 A historiografia brasileira e a Guerra da Cisplatina	32
2. O Exército brasileiro dos tempos da Cisplatina: reflexões sobre uma instituição em tempos de transição	47
2.1 De além-mar: a estrutura militar portuguesa, das origens a 1808	50
2.2 Em terras tropicais: impacto da presença da família real e da independência no Exército.....	59
3. “A Província do Rio Grande de São Pedro precisa de socorro”. O impacto do Recrutamento para a Guerra no Rio Grande do Sul	72
3.1. O recrutamento para a Guerra.....	74
3.2. A resistência ao recrutamento.....	97
3.3. A atuação dos corpos de Ordenanças na manutenção da segurança interna.....	129
4. “Libertad o Muerte”: recrutamento e resistência dos orientais	141
4.1. Uma idade das trevas: a Cisplatina na historiografia uruguaia.....	142
4.2. O estatuto da Cisplatina no Império do Brasil.....	154
4.3. “Los paisanos odían el nombre de veterano”: recrutamento de orientais para o Exército Republicano.....	168
4.4. A resistência ao recrutamento.....	188
Considerações finais	209
Lista de referências	214
Anexos	230

Considerações iniciais

Departamento de Soriano, Uruguai, fevereiro de 2013. Uma grande empresa produtora de óleo de soja deseja instalar-se na região. O negócio é avaliado em aproximadamente 150 milhões de dólares, e na visão do intendente departamental traria desenvolvimento e empregos para o interior do país. Como contrapartida, exige-se a venda de um terreno por parte da administração local. Tudo passaria incólume se não fosse por um pequeno detalhe: o terreno escolhido pela empresa é o da praia da Agraciada, às margens do rio Uruguai e próximo à divisa com o departamento de Colonia. Segundo os empreendedores, a localização é estratégica, pois grande parte das lavouras de soja do país concentra-se num raio de duzentos quilômetros desse local.¹ Mas justamente naquele terreno, em 19 de abril de 1825, desembarcou um grupo de trinta e três corajosos homens, que buscavam libertar a então Província Cisplatina do domínio brasileiro. Comandados por Juan Antonio Lavalleja, ficaram conhecidos como os “Trinta e Três”, iniciando mais um capítulo na história das lutas pelo estratégico território da Banda Oriental do Rio Uruguai.² Isso motiva os habitantes daquela localidade a tentar impedir a venda do terreno e a procura por outro para que a empresa se instale, mantendo vivo o interesse público naquele pequeno areal que tanto significado tem na história nacional da atual República Oriental do Uruguai.

Antes do desembarque dos Trinta e Três, há quase um século e meio as potências europeias e os novos Estados independentes da região do Rio da Prata, além de projetos alternativos como o da Liga Federal proposta por José Artigas, peleavam pelo controle daquele pedaço de terra limitado a leste pelo Oceano Atlântico, a oeste pelo Rio Uruguai, ao sul pelo Rio da Prata, e ao norte por uma fronteira incerta com os domínios portugueses, depois brasileiros. Desde a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, em 1680, era um território que despertava a cobiça: rico em rebanhos bovinos e estratégico para a penetração em regiões do interior do continente, como Mato Grosso, Paraguai, Entre Rios e

¹ RESISTEN a la venta de la playa de la Agraciada por su valor histórico. *El Observador*, Montevideu, 28 fev. 2013. Disponível em <<http://www.elobservador.com.uy/noticia/244647/resisten-la-venta-de-playa-de-la-agraciada-por-su-valor-historico/>> Acesso em: 05 mar. 2013

² A emergência da denominação Banda Oriental para referir-se a este território foi um processo bastante lento. Segundo Fabrício Prado, o primeiro termo utilizado para denominar os habitantes da região foi o de espanhóis (Spaniards, em inglês), em contraposição aos portugueses de Colonia do Sacramento. Com o fim da presença oficial lusa na região, emergiu na denominação uma separação entre os habitantes de Buenos Aires e de Montevideu, que se refletia na “luta de portos”, pelo controle do comércio na região do Rio da Prata: surge o termo Banda Oriental. Já o termo orientais aparece na década de 1810, relacionado a uma opção política, contra os desígnios centralizadores do governo de Buenos Aires. PRADO, Fabrício Pereira. *In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata*. 2009. 297f. Thesis (Doctor of Philosophy in History) – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009, capítulo 6.

Corrientes, o seu controle foi, com o decorrer da presença dos europeus e de seus sucessores na região, se tornando peça-chave no equilíbrio de poder sul-americano. Com o avanço da presença populacional e os frequentes contatos com diversas regiões, tanto do continente, como de fora deste, a região tornou-se porta de entrada e de saída de diversos produtos: couros, charque, escravos, prata vinda de Potosí, entre outros. Era uma terra bastante atraente para se negociar, o que fazia com que os contatos entre portugueses e espanhóis não se dessem apenas nos campos de batalha, mas também no comércio e nas vivências pessoais, especialmente em Montevidéu.³

A desestruturação da autoridade espanhola com a deposição de Fernando VII pelas tropas napoleônicas, em 1808, permitiu a eclosão de tensões na região, em que diversos projetos, de diferentes grupos sociais, se confrontaram.⁴ Buenos Aires, rompendo os laços com a monarquia ibérica, buscou congregar, sob o seu domínio, os antigos territórios do Vice-Reinado do Rio da Prata, intento que durou século XIX adentro. Já os habitantes da margem norte do rio, nos primeiros momentos, posicionaram-se a favor dos realistas; posteriormente, uma parcela significativa apoiou o projeto federalista liderado por Artigas, que envolvia também regiões que futuramente fariam parte da Argentina, como Corrientes e Entre Rios, assim como a redistribuição de terras dos inimigos de sua causa. É nessas lutas que os portugueses voltam oficialmente à região.

Dispostos a impedir uma propagação das ideias artiguistas pelo Rio Grande do Sul, proteger a elite de Montevidéu, que tinha importantes laços comerciais com o Império Luso-Brasileiro, especialmente com a praça do Rio de Janeiro, Portugal invade a Banda Oriental em 1816. A guerra, que dura até 1820, tinha por objetivo restabelecer o domínio dos grupos mercantis, sobretudo daqueles ligados à redistribuição de escravos pela região platina, e garantir os direitos de propriedade que estavam ameaçados pelo projeto federal. Além disso, auxiliava os proprietários sul-rio-grandenses, que começavam a ocupar terras no norte da região. Após muita violência, Artigas é expulso da Banda Oriental, exila-se no Paraguai, e os

³ Prado mostra que a presença portuguesa na Banda Oriental não se deu apenas em Colonia. Já desde a fundação de Montevidéu os lusos estavam presentes, sendo 10% dos homens que casaram na cidade entre 1726 e 1753, recebendo solares do Cabildo, participando ativamente da vida política da localidade e, inclusive, comerciando com o entreposto português. Após a queda de Colonia, uma parte dos portugueses foi para Montevidéu, especialmente os comerciantes e sujeitos de viagens marítimas, e outra foi para Buenos Aires, sobretudo os trabalhadores manuais. Os primeiros são assimilados pela sociedade local, o que comprovaria a tese do autor de que as dinâmicas sociais, comerciais e políticas no fim do século XVIII não eram determinadas pelas monarquias ibéricas. A presença portuguesa na região também se fez sentir em locais como San Carlos e Soriano. PRADO, 2009, p.85-120.

⁴ Esta pequena narrativa sobre os acontecimentos bélicos na região da Banda Oriental é baseada em PRADO, Fabrício Pereira. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.69-96.

portugueses tornam-se senhores da região. Em 1821, após a realização do Congresso Cisplatino, a região torna-se oficialmente parte do Império Luso-Brasileiro, sob o nome de Província Cisplatina

Porém, os conflitos não terminaram aí. Enquanto os comerciantes de Montevideú estavam satisfeitos com a incorporação ao domínio português (depois brasileiro), pelo acesso às redes de tráfico de escravos e pelo comércio com a Grã-Bretanha, os latifundiários da campanha não estavam nada contentes, pelas constantes arriadas de gado para as estâncias do Rio Grande do Sul e as dificuldades no comércio com Buenos Aires. Soma-se a isto o fato que alguns grandes proprietários tinham terras nas duas margens do Rio da Prata. A região afastava-se cada vez mais de Buenos Aires; as disputas entre os militares no período da independência do Brasil sobre quem deveria exercer a soberania da região provaram a fragilidade do domínio sobre a Banda Oriental. A vitória dos militares brasileiros sobre os portugueses não durou muito: logo chegaram os Trinta e Três Orientais.

Antecipando o final da história, em 1828 a região, após três anos e quatro meses de conflitos que incluíram batalhas como as de Rincón de las Gallinas (24.09.1825), Sarandí (12.10.1825) e Ituzaingó ou Passo do Rosário (20.02.1827), a Banda Oriental conquista a sua independência, com o nome de Estado Oriental do Uruguai. Este foi um conflito entre dois projetos de soberania e de inserção da região no mercado atlântico: um liderado pelos comerciantes de Montevideú, ligados aos do Rio de Janeiro e defensores do livre comércio, outro liderado pelos latifundiários da campanha, ligados a Buenos Aires e às províncias do Litoral argentino (Corrientes, Entre Rios). O término dessa guerra, certamente, não significou o fim dos conflitos e dos projetos na região, o que levou a outros contenciosos bélicos como a Guerra Grande (1838-1851) e as intervenções brasileiras em 1851 e 1864, esta última gerando a Guerra do Paraguai.

Em 1875, no cinquentenário do desembarque dos Trinta e Três Orientais, o pintor uruguaio Juan Manuel Blanes é encarregado de pintar um quadro sobre o tema. Concluído dois anos depois, *El Juramento de los Treinta y Tres Orientales*, atualmente exposta no museu que leva o nome do artista em Montevideú, atrai milhares de visitantes todos os anos, fascinados com o detalhamento de sua obra e sua importância na imagética nacional. Para se inspirar, o pintor foi até o local do acontecimento, a praia da Agraciada, a mesma que anteriormente recebera uma pirâmide comemorativa demarcando o local exato do desembarque, e se instalou na estância que estava nas proximidades do rio, a qual seria doada ao governo pelo seu dono por conta de seu valor histórico. O mesmo local que pode ser

vendido a uma empresa, rebaixando o valor do sítio como local de nascimento de um país independente.

Liderando o grupo, aparece Juan Antonio Lavalleja, carregando a bandeira tricolor (azul, branca e vermelha) com a designação *Libertad o Muerte*, que até a atualidade é um lema utilizado pelos movimentos sociais e políticos uruguaios, iluminado pelo sol, como se fosse o escolhido por Deus para libertar os orientais do jugo dos “tiranos” brasileiros. Ao lado dele, aparecem, na praia da Agraciada, seus companheiros, desembainhando suas espadas e jurando cumprir o lema até o final. Entre eles, alguns morenos, vestidos com roupas diferentes dos demais, sem as jaquetas que a grande maioria dos outros combatentes usara. Dessa maneira, Blanes conseguiu imortalizar os Trinta e Três, de forma que este quadro, além de exposto no museu, é reproduzido pelos livros escolares, figura nas repartições públicas e se imortalizou na memória do povo uruguaio.

A iconografia sobre a Guerra da Cisplatina deu preferência às ações militares. O próprio Juan Manuel Blanes pouco antes de falecer, pintou, em 1901, o quadro *Batalla de Sarandí*, atualmente exposto no Museu Militar General Artigas, na fortaleza do Cerro, em Montevideu. Nela, o destaque é para a batalha; contudo, se pode notar, em primeiro plano, além de pessoas e cavalos mortos, o saque do que parece ser um oficial brasileiro por um oriental. Embora a preferência tenha sido dada aos feitos das armas, criando uma representação de valentia dos orientais frente ao domínio estrangeiro, certamente os anos de guerra não passaram incólumes para a população da região. Este será o tema que norteará a dissertação: o impacto do conflito armado na vida comum das pessoas, tanto do lado brasileiro como dos orientais. As perguntas básicas que serão feitas são: qual foi o impacto que o recrutamento causou dos dois lados combatentes? Quais eram as normativas legais (se possível, também, as informais) que regulavam as recrutas? Qual era a composição das tropas? Era realmente de patriotas ou havia uma série de outras pessoas nos corpos militares? Quais as formas de resistência que a população encontrava quando queria escapar de servir nos exércitos e milícias? Existem mais semelhanças ou diferenças entre os processos dos dois lados do conflito? Especificamente para o lado brasileiro: qual o papel do Exército na estrutura de poder que estava ainda em formação após a independência? Era um exército pautado pelas tradições do Antigo Regime português ou já apresentava novas características decorrentes da independência do Brasil?

O trabalho se pautará pelas contribuições que a “nova história militar” trouxe para a historiografia. Não enfocaremos nos aspectos militares do conflito, como as batalhas e a

organização interna dos corpos; estes serão o nosso pano de fundo.⁵ No primeiro capítulo discorreremos sobre a formação desse campo de estudos e as contribuições que já trouxe para o estudo dos conflitos militares, destacando a intersecção de diversas correntes nos trabalhos que se pautam pela temática militar. No segundo capítulo estudaremos o que era o exército brasileiro no tempo da Guerra da Cisplatina, fazendo um histórico sobre os diversos níveis das forças armadas terrestres, dando destaque às normativas editadas desde Portugal, e depois de 1808, no Brasil, para entender o caráter do Exército que combateu contra os inimigos platinos. No terceiro capítulo estudaremos o impacto da guerra no Rio Grande do Sul, destacando a questão do recrutamento e da resistência, além de comentar sobre os corpos de Ordenanças que buscavam manter a tranquilidade nas localidades. No quarto capítulo faremos algo semelhante ao terceiro, com foco na Banda/Província Oriental, no qual também destacaremos uma parte para o estudo do estatuto da Cisplatina no Império do Brasil.

A Guerra da Cisplatina trouxe consequências importantíssimas para o equilíbrio de poder sul-americano, embora a independência do Uruguai não acabasse com os conflitos na bacia do rio da Prata. Entender o impacto que a guerra trouxe para os dois lados, talvez ajude a compreender a evolução futura das regiões e seus sucessivos conflitos políticos, que perduram século XIX adentro.

⁵ Para uma cronologia da guerra, confira o Anexo 1 deste trabalho.

Capítulo 1. A “nova história militar”: entre a história política renovada e a história social

1.1. História militar: origens e perspectivas atuais.

A temática militar esteve sempre presente na história. Desde Heródoto é que as guerras aparecem com intensidade nos relatos históricos; boa parte das primeiras obras que chegaram até nós trata justamente de conflitos bélicos. Isso ocorre provavelmente por ser a guerra um acontecimento que se caracteriza pelo emprego sistemático da violência e que foge da rotina do ser humano. A história militar esteve por muito tempo ligada à história dos generais e à descrição minuciosa de batalhas. Associada à história política pela primeira geração da escola dos *Annales*, a temática desapareceu do âmbito universitário europeu, especialmente do francês, o que foi complementado pelo profundo clima de depressão que se instalou na Europa ao final da I Guerra Mundial.⁶ As palavras de Jean-Pierre Azéma para esse movimento não poderiam ser mais claras para descrever esse movimento: “em lugar do problemático, o caótico; em lugar do serial, o excepcional; em lugar de saltos frutíferos pelas alamedas régias do social e do econômico, a irrupção desordenada do contingente: a famosa ‘sorte das armas’”.⁷ Para os fundadores dos *Annales*, a história militar era um modelo negativo, de como não se fazer história.

Isso muda, contudo, após a II Guerra Mundial, especialmente nos Estados Unidos. A questão agora era perceber qual o impacto e a atuação dos militares na sociedade, na nova era inaugurada pelo começo da Guerra Fria. Rompia-se com a ideia de uma completa autonomia das forças armadas em relação à sociedade civil, muito por conta do conceito de guerra total introduzido pelo conflito mundial que fazia impossível estudar a história militar unicamente sob o prisma dos grandes homens e das campanhas.⁸ É nesse contexto que começam a surgir estudos que saíam dos campos de batalhas e inseriam a temática militar numa estrutura mais ampla, especialmente aqueles que tratavam dos soldados comuns, refletindo uma das correntes da história social norte-americana das décadas de 1960 e 1970: aquela que era

⁶ “Após a I Guerra Mundial, os europeus passaram a olhar de maneira diferente para si mesmos e sua civilização. Parecia que na ciência e na tecnologia haviam desencadeado forças que não podiam controlar, e a crença na estabilidade e segurança da civilização europeia revelou-se como uma ilusão”. Nesse momento, a lembrança da guerra evocava os piores sentimentos na sociedade europeia. PERRY, Marvin. *A civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.588.

⁷ AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997, p.401.

⁸ TEIXEIRA, 1991, p.64 apud MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos*, São Leopoldo, n.16, v.3, set./dez. 2012, p.278.

centrada na experiência das pessoas comuns.⁹ Um dos expoentes dessa historiografia é a obra de Geoffrey Parker sobre os soldados espanhóis que lutaram em Flandres nas guerras contra os Países Baixos, que enfoca os significados dos levantes das tropas, além de tratar das estratégias de resistência ao recrutamento e à militarização compulsória.¹⁰

Porém, segundo Fernando Velozo, também há um forte componente político nesses estudos: a questão da Guerra do Vietnã. Conforme esse autor, o mal-estar provocado pelo conflito permitiu a emergência nos Estados Unidos de uma história militar de inspiração marxista na ideologia e na metodologia de trabalho, que se somou à história social e à história cultural já praticada nas universidades, tendo como objeto principal de estudo as relações entre as instituições militares e a sociedade através de temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça e gênero.¹¹ O próprio Exército estadunidense reconheceu a importância de rever a história militar ao fundar um Comitê de História Militar, em 1971.¹²

Já no Brasil, o rompimento com a história militar tradicional e com a visão de autonomia das forças armadas se dá na década de 1960. O golpe militar de 1964 acelerou a tendência nas ciências humanas de politizar as instituições militares, focalizando suas intervenções na política, o processo de socialização dos oficiais, suas relações com a sociedade. Dessa forma, privilegiou-se o estudo dos quadros de oficiais, relegando a soldadesca a um plano secundário, ainda que com o mérito de relacioná-los à estrutura social.

Contudo, deve ser dado crédito a autores anteriores que também demonstraram as relações entre as organizações militares e a sociedade, procurando inserir a temática militar na história social e econômica e retirando os fatos militares do plano do eventual, do simples acontecimento. Aqui, enfocaremos nas questões que serão aprofundadas pela “nova história militar”, embora pudéssemos também tratar de questões ligadas ao período de escrita e da ligação da interpretação dos autores com o presente vivido por eles.

O primeiro a ser destacado é Caio Prado Junior, intelectual marxista que escreve na década de 1940, no sopro de renovação intelectual que caracterizou as ciências sociais brasileiras na Era Vargas, as quais buscavam uma nova compreensão da evolução do país e de

⁹ DELACROIX, Cristian. Histoire sociale. In: DELACROIX, Cristian et. al. (orgs.) *Historiographies I: concepts e débats*. Paris: Gallimard, 2010, p.424.

¹⁰ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará na época da independência (1790-1850)*. 2009. 341f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p.18.

¹¹ PEDROSO, Fernando Velozo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p.9-10. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf> Acesso em: 21 mar. 2013.

¹² MOREIRA, 2012, p.275.

sua realidade. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*,¹³ um estudo sobre a sociedade colonial, o autor afirma que as forças militares tinham um papel bem definido: garantir a ordem social e a segurança na colônia, para que esta cumprisse seu papel de fornecer produtos a serem comercializados na Europa. Nesta função, destacaram-se as Ordenanças, que permitiram a ordem legal e administrativa no Brasil ao oficializar a estrutura social preexistente, a qual girava em torno dos poderosos senhores, que foram nomeados para os postos de comando do corpo e garantiam a tranquilidade. Outras contribuições do autor se dão na percepção da comunhão entre a administração militar e a geral, ambas sem competências bem divididas, com uma mesma pessoa acumulando várias atribuições; e o estabelecimento de um binômio autoritarismo-resistência na questão do recrutamento, o qual será retomado por outros autores, no qual a violência das autoridades era respondida pela população com a fuga para os matos, o abandono das roças e o desabastecimento das cidades.

Já Raymundo Faoro, em seu monumental estudo sobre a formação do patronato político brasileiro, partindo de uma base teórica diferente da de Caio Prado, com conceitos weberianos, afirma que as forças armadas desempenharam um importante papel social, integrando os colonos à ordem metropolitana. Porém, o Exército também tinha um caráter desagregador da sociedade, por um lado, servindo ao despotismo das autoridades, tornando-se “uma casta privilegiada”, com poderes para se esquivar à justiça; e por outro, na questão do recrutamento, enfatizando-o como um instrumento arbitrário e opressivo das autoridades e grupos dominantes contra os pobres e desamparados. Outras contribuições importantes do autor são a questão do papel que o apadrinhamento tinha na hora de seleção dos recrutas, e o realce da questão do afidalgamento que a obtenção de uma patente militar trazia, inclusive para negros, crioulos e mulatos.¹⁴

Entre as décadas de 1960 a 1980, esta tendência continuou, sobretudo com autores marxistas, juntamente com as obras que buscaram politizar as forças armadas brasileiras. Um dos autores que se destacou nesse período foi Nelson Werneck Sodré. General, intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), escreveu uma história das forças armadas desde o período colonial até o golpe de 1964.¹⁵ Para o autor, há uma determinação mecânica na forma pela qual as instituições militares agem e estão constituídas. “As organizações militares, parte do aparelho de Estado, refletem sempre as condições da sociedade que as

¹³ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976. A historiografia recente sobre as milícias confirma o caráter nobilitador das milícias (embora fosse uma nobreza mais política que de sangue), mas mostra o preconceito na hora das promoções nas tropas; não eram muitos os casos de promoções de homens de cor além do posto de alferes. Comentaremos isso adiante.

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

geram”, assim como a posição relativa das classes e a forma de exploração. Como o que prevalecia na fase colonial era a ordem privada, a organização das forças armadas, especialmente as Ordenanças, era consonante a essa concepção: as tropas eram constituídas pela gente que trabalhava, enquanto quem mandava eram os senhores. A função dessas instituições era garantir a produção do açúcar na colônia, baseada no tripé econômico latifúndio-monocultura-escravidão. Já o transporte até a Europa era garantido pelas forças marítimas, sob o controle dos portugueses, reflexo do casamento entre os interesses locais, voltados à produção do açúcar, com os interesses metropolitanos, baseados no comércio e redistribuição do produto.

Sodré trata pouco das questões do recrutamento e da constituição da tropa, concentrando sua narrativa sobre a oficialidade, até pelo fato de sua atividade de historiador ser muito mais a de um compilador de outros autores do que propriamente de pesquisa empírica, tal como Caio Prado e Faoro. Nisso, contudo, abre uma importante ideia, que está sendo desenvolvida em alguns trabalhos da “nova história militar”: a participação da oficialidade e dos soldados na atividade política, especialmente nos movimentos após a abdicação de Dom Pedro I, que buscavam aprofundar a independência.¹⁶

Outro autor marxista que se destacou foi Enrique Peregalli.¹⁷ Ao estudar a mobilização de tropas na capitania de São Paulo no contexto delimitado pelos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), retoma o binômio autoritarismo-resistência de Caio Prado. Para o escritor, o Exército tinha um objetivo bem específico: era o braço armado da Coroa no intento de alargar as fronteiras até o mais próximo possível das minas argentíferas de Potosí, no Alto Peru. Contudo, esse objetivo não era propriamente para o bem do Império português. Profundamente influenciado pela teoria da dependência de André Gunder Frank e orientado por Leon Pomer, afirma que quem levava vantagem em tudo eram os britânicos, através do comércio intermediado pelos lusitanos.¹⁸

Para esse fim, necessitava de homens: estes seriam fornecidos pela capitania de São Paulo. Contudo, a exigência por parte do Estado (que era sinônimo de violência) gerou grande resistência na população, a qual foi sistematizada pelo autor em dois níveis bastante interligados: o pessoal, tanto individual como em grupos, caracterizado basicamente pelas

¹⁶ Para a tropa de linha, ver SODRÉ, 1979, p.111-113; para os oficiais, p.106-111.

¹⁷ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

¹⁸ *Idem*, p.53-54. O emprego da teoria da dependência na explicação da gênese de conflitos bélicos teve o seu auge com a obra de Chiavenatto sobre a Guerra do Paraguai, afirmando que quem se beneficiou da guerra, com a venda de armas e empréstimos foi a Grã-Bretanha. CHIAVENATTO, Julio José. *O genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1986, sobretudo capítulo 1; também ver POMER, Leon. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1982.

fugas e pelo desabastecimento das cidades; e o institucional, através das Câmaras, que se posicionavam contrariamente aos recrutadores, protegendo os quilombos compostos por desertores. Peregalli transforma a resistência em um componente estrutural do Exército, uma resposta da sociedade colonial, caracterizada pela lenta evolução, a qualquer mudança que afetasse profundamente àquelas pessoas. Outra importante contribuição para a história militar é a quantificação do impacto do recrutamento nas sociedades, chegando à conclusão de que entre 18 e 20% dos homens em idade produtiva de São Paulo estavam empregados no serviço das armas.¹⁹

Com toda a exploração da capitania e a retirada de seus homens para a guerra contra os espanhóis, a Coroa destruiu a economia regional, mas integrou-a ao movimento de acumulação primitiva de capital, que favorecia unicamente a Grã-Bretanha. Tudo isso foi condensado pelo autor em um parágrafo:

O filho do agricultor da Serra da Cantareira morreria num buraco nas fronteiras meridionais, para permitir a continuação da acumulação de capital na metrópole e o engrandecimento do Império português²⁰

Fizemos esta digressão sobre estes trabalhos escritos entre as décadas de 1940 e 1980 por entendermos que tiveram uma contribuição muito importante para a “nova história militar”, e que por muitas vezes é ignorada pelos estudiosos do tema. Embora a produção de livros de historiadores militares permanecesse ativa, especialmente através das publicações da Biblioteca do Exército Editora, essas obras acabaram com alguns pressupostos até então vigentes: quebrou-se com a ideia do fato militar como algo conjuntural, com o mero estudo das campanhas militares por si só; mostraram a ligação entre os militares e as estruturas sociais, econômicas e políticas, geralmente por meio de grandes estruturas de lenta evolução; apresentaram a questão do recrutamento como algo violento e a resistência como uma resposta estrutural da sociedade; enfatizou-se a ligação entre os potentados locais, as autoridades militares e o poder metropolitano, com as funções muitas vezes se misturando. Apesar de boa parte das conclusões dos autores serem atualmente discutíveis, principalmente na questão das estruturas socioeconômicas, que teve enormes avanços nas últimas décadas, não é possível desprezar a contribuição desses estudos na abordagem do tema dos militares.²¹

¹⁹ PEREGALLI, 1986, p.16-17.

²⁰ PEREGALLI, 1986, p.54.

²¹ No balanço historiográfico da principal coletânea da última década sobre a nova história militar, as obras de Sodré e Peregalli são apenas citadas, e as de Caio Prado e Raymundo Faoro nem sequer são lembradas. Provavelmente isso ocorra pela ligação dos organizadores com a historiografia anglo-saxã e com os brasilianistas, olvidando os estudos mais antigos. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da

A partir do final da década de 1980, segundo Castro, Izecksohn e Kraay, uma combinação entre redemocratização, maior influência da história social, da antropologia e até de perspectivas pós-modernas propiciou a emergência da “nova história militar”.²² Algumas características se destacam nessa produção: uma abundante pesquisa empírica, sobretudo em arquivos estaduais; a valorização de regiões, dando conta das diversidades existentes por todo o país, o que está associado à expansão dos programas de pós-graduação, permitindo pesquisas mais rápidas e de maior profundidade em certos espaços e períodos temporais; a institucionalização da corrente, permitindo a troca de experiências e de conhecimentos, com a criação de simpósios temáticos nos Simpósios Nacionais de História e de eventos específicos do tema. Também podemos incluir nessa lista a utilização de novas fontes, como processos-crimes nos quais aparecem militares envolvidos como réus ou testemunhas,²³ ou fês-de-ofício. Estas últimas são documentos bastante interessantes para o estudo das forças armadas, pois são produzidos internamente e mostram a carreira de determinado militar, traçando, por exemplo, a condição de sua entrada na instituição, o tempo que serviu, as faltas que cometeu, as suas possibilidades de promoção, entre outros, e são usados fartamente por vários autores, buscando compreender padrões comuns tanto entre os oficiais como entre os praças.²⁴

Um destaque nesse processo deve ser dado à influência da antropologia. Como comenta Hebe Castro, a partir da década de 1960 as tradições historiográficas anglo-saxônicas sofrem o impacto dos *Annales*, que desde o seu início pregava o diálogo com as demais ciências sociais, enfocando os comportamentos e a dinâmica social, abrindo a disciplina para novas abordagens.²⁵ No Brasil, diferentemente da Europa, as ciências sociais organizaram-se primeiramente; pode-se dizer que foram elas que se abriram para a história. É o que ocorre em diversas temáticas:²⁶ por exemplo, na militar, especificamente, deixou de se observar apenas a politização dos oficiais, como a ciência política e a sociologia faziam até então.

história militar à “nova história militar”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 11-42.

²² *Idem*, p.23

²³ Peter Beattie utilize os processos-crimes no Superior Tribunal Militar para examinar os padrões de recrutamento militar e de sociabilidade no exército na I República. BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009. José Iran Ribeiro utiliza os processos-crimes durante e após a Guerra dos Farrapos para mostrar a interação entre os militares e a sociedade, que nem sempre era amistosa. RIBEIRO, José Iran. “*De tão longe para sustentar a honra nacional*”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. 2009. 367f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.286-302.

²⁴ KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011; RIBEIRO, *op. cit.* NOGUEIRA, 2009.

²⁵ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.51.

²⁶ Hebe Castro comenta que esse fenômeno ocorreu principalmente na história social da escravidão.

Um trabalho que influenciou bastante a “nova história militar” foi a dissertação de mestrado em antropologia de Celso Castro, *O Espírito Militar*.²⁷ O autor, partindo de um procedimento etnográfico e de realização de entrevistas com os alunos e oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras, recupera a experiência e o cotidiano da instituição, mostrando o processo de socialização de seus alunos e de construção de um “espírito militar”, contraposto a um “espírito civil”. Nesse trabalho, o autor faz uma crítica a Erving Goffman. Ao estudar algumas instituições sociais, o canadense classifica os quartéis como uma instituição total, tal qual prisões, manicômios e conventos, caracterizados basicamente por serem locais de residência e de trabalho, onde os indivíduos fazem todas suas atividades diárias e levam uma vida fechada, apartada do mundo social por um período considerável de tempo, perdendo o seu eu, sua identidade e sentido de segurança social, e na qual há uma separação entre um grupo controlado e uma equipe de supervisão.²⁸ Analisando o seu objeto de estudo, Castro chega à conclusão de que se perde muito ao tratar os quartéis tal qual fez Goffman, pois não haveria uma separação tão rígida entre equipe dirigente e os alunos, além de focar na interação dos alunos com a sociedade.²⁹ A análise de Castro abriu território para historiadores que buscavam trabalhar com o tema dos militares, pois enfatizava os soldados comuns em suas práticas cotidianas, embora a crítica do autor possa ser discutida para outros contextos.³⁰

Um dos grandes destaques dessa renovação são os trabalhos que se utilizam dos instrumentos conceituais do “Antigo Regime nos Trópicos”, especialmente os conceitos discutidos por Antonio Manuel Hespanha, que enfoca na cultura política do Antigo Regime e na economia da mercê. Quanto à questão militar, uma interlocução importante destes trabalhos é o historiador português Fernando Dores Costa, que há mais de vinte anos trata de assuntos ligados aos militares. Este autor tem como foco principal de seus estudos o século XVIII, destacando a aversão que os portugueses tinham a servir, muitas vezes fruto da interferência da autoridade régia no poder paternal, sendo uma questão de honra a manutenção da “liberdade”. Outro destaque é que o autor considera o recrutamento um dos

²⁷ CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

²⁸ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.11-18.

²⁹ CASTRO, *op. cit.*, p.33. A crítica é compartilhada por Kraay em seu estudo sobre a guarnição de Salvador. KRAAY, 2011, p.19.

³⁰ Castro critica Goffman por só ter estudado as instituições de internação compulsória, o que não era o caso da Academia Militar das Agulhas Negras, onde só ficava quem desejasse. Porém, o exército do período colonial e do século XIX era basicamente uma instituição compulsória, com poucos voluntários, no qual os seus componentes eram recrutados à força e, pelo menos em teoria, deveriam ser punidos severamente quando desertassem, mesmo em tempos de paz. Talvez se ganhe mais ao estudar a Marinha, enquanto em serviço em alto-mar, como uma instituição total. Além disso, o próprio Goffman afirma que as instituições totais são mais tipos ideais que conceitos fechados, pois nenhuma delas têm todas as características, mas o que diferencia as estas de outras é a presença de muitas das propriedades mencionadas. GOFFMAN, *op. cit.*, p.17.

exemplos da construção do Estado moderno em Portugal, que deveria expropriar a autoridade dos pais, o poder da Igreja e controlar o das casas senhoriais. Esse projeto, contudo, fracassa, havendo um governo monárquico (com obrigações, honras e promoções) para a nobreza e uma imagem de despotismo para os desprotegidos.³¹

No Brasil vem se destacando dentre esses trabalhos uma concepção que vincula o serviço das armas à lógica do serviço ao rei e da mercê, que era o vínculo essencial do pacto político entre monarca e súditos. As instituições militares também seriam, na colônia, espaços de negociações dos vínculos entre o centro e a periferia do Império. Dois casos estudados sob este prisma estão nos trabalhos de José Eudes Gomes³² e Christiane Mello.³³ O primeiro trata da construção do poder no Ceará dos séculos XVII e XVIII, no qual os conquistadores ganharam sesmarias e cargos nas tropas auxiliares em retribuição aos serviços prestados, permitindo que construíssem um poder social e político, pois as organizações militares também tinham papel na governança das localidades. Já a segunda estuda as tropas auxiliares e de Ordenanças do centro-sul da colônia na metade do século XVIII, na época dos conflitos contra a Espanha no sul, enfocando nas resistências contra a mobilização de contingentes, especialmente por parte das Câmaras, as quais se vinculavam a uma concepção de sociedade típica do Antigo Regime em que as decisões não passavam unicamente pelo rei (como queria a administração do Marquês do Pombal), mas também pelos centros de poder local. Também se resistia quando os representantes da Coroa não respeitavam o pacto político e agiam de forma despótica, atentando principalmente às propriedades e privilégios dos súditos.³⁴ Adriana Barreto de Souza também trabalha com essa perspectiva teórica, ao estudar a trajetória da família de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, desde a sua chegada no Brasil. Nesse trabalho, identifica na vida do pai e na do tio-avô elementos típicos do que ela chama de uma “cultura militar de antigo regime”, os quais comentaremos adiante.³⁵

Mas uma questão permanece: o que diferencia a “nova história militar” dos trabalhos que a precederam? Uma das características que mais chamam a atenção nos trabalhos recentes

³¹ O principal trabalho de Dores Costa, que congrega boa parte de sua produção anterior à edição do livro, é: DORES COSTA, Fernando. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

³² GOMES, José Eudes. *As milícias d'El-Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

³³ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

³⁴ *Idem*, capítulo 6.

³⁵ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

e que acreditamos que seja fundamental para a compreensão do que a corrente se propõe, é a tensão entre a história social e a história política renovada.

Começamos pela história social. Hebe Castro comenta que, a partir da década de 1960, a história social recolocava como questão, no auge das explicações estruturalistas, o papel da ação humana na história.³⁶ Naquele momento, o conceito de experiência entrava nos debates. Também era momento de uma “história vista de baixo”, de tradição empirista britânica, enfatizando os homens comuns, os trabalhadores, mulheres, enfim, aqueles que normalmente não eram objetos das narrativas centradas nos grandes acontecimentos e personalidades. Para isso, era necessária uma redução da escala de análise, distanciando-se das abordagens até então predominantes, como a economicista, a demográfica ou a das mentalidades. Na “nova história militar”, isto redundou em se distanciar da história centrada nos grandes generais e oficiais superiores e nas grandes unidades políticas, procurando chegar o máximo possível perto da base, com períodos espaciais e temporais bastante reduzidos. As vivências individuais eram o ponto de partida das pesquisas, compreendendo sua coragem, medos, interesses, contradições, enfim, seus sentimentos humanos. Era necessário recuperar a experiência dos militares, colocando agência em suas ações.³⁷

Uma das maneiras que se buscou essa experiência foi através do estudo dos mecanismos de sociabilidade entre os soldados e entre estes e seus oficiais. Vários autores se destacaram nesta tentativa, na linha aberta por Celso Castro e com grande influência da antropologia. Enfocaremos aqui no período colonial e imperial, período temporal da nossa pesquisa, o que não significa desprezar que essa tendência esteja também presente no estudo de períodos mais recentes, que permitem o emprego de outras fontes, como as orais e depoimentos escritos.³⁸

Hendrik Kraay estudou a guarnição da cidade de Salvador entre 1790 e 1850, e verificou que não existia uma grande separação entre militares e sociedade, por diversos fatores, entre eles a constante falta de soldo, que obrigava muitos soldados a procurarem outra

³⁶ CASTRO, 1997, p.47.

³⁷ O princípio de agência surge na Idade Moderna, por parte de grupos e forças emergentes, como comerciantes e banqueiros, que disputam o poder com setores tradicionais (senhores, sacerdotes, reis), sendo, dessa forma, um princípio liberal. Contudo, esse liberalismo imagina um homem como ser pré-social, o que é levado ao extremo pelo neoliberalismo, algo que não é possível, pois o homem nasce dentro de relações sociais. Dessa forma, a sua agência não é total, mas limitada por essas relações construídas durante séculos, como Marx afirma no 18 Brumário de Luis Bonaparte. GALLARDO, Helio. *Crítica social del principio de agencia*. Palestra na Universidad de Costa Rica, San Jose, out. 2008. Disponível em < http://heliogallardo-americalatina.info/index.php?option=com_content&task=view&id=114&Itemid=9> Acesso em: 21 mar. 2013.

³⁸ Por exemplo, os trabalhos sobre a Força Expedicionária Brasileira, que lutou na II Guerra Mundial, destacando-se MAXIMIANO, Cesar Campiani. Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/45). In: CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY (Org.), 2004, p.343-363.

fonte de subsistência, e a presença das famílias nas proximidades dos quartéis, ou mesmo dentro deles. Os soldados, para o autor, tinham um pouco de autonomia, que era negociada com os oficiais, mantendo sua ligação com a sociedade local e, ao mesmo tempo, garantindo a proteção da cidade.³⁹ Já o trabalho de Shirley Nogueira enfoca na questão da deserção nas tropas do Grão-Pará colonial, mostrando que estes não eram simplesmente traidores, mas eram homens comuns, com necessidades e sentimentos. Ela verifica a existência de uma série de quilombos com desertores na capitania. Contudo, estes buscavam continuar suas vidas, mantendo seus laços de afetividade (que era um dos motivos para a deserção), e criando solidariedades com as populações locais, mas também praticando roubos para se manter. Outros poderiam ser protegidos por um fazendeiro local que tivesse necessidade de mão-de-obra.⁴⁰ Por outro lado, Peter Beattie, em seu estudo sobre o Exército entre a Guerra do Paraguai e a queda de Getúlio Vargas (1945), afirma que nas tropas desse período, sobretudo na época em que o recrutamento forçado vigorou (até 1916), havia uma “cultura do macho” promovida pela própria instituição, demonstrada em provas de virilidade, como nos crimes violentos, na deserção, ou mesmo pela questão do homossexualismo entre os soldados.⁴¹

Outra forma pela qual a história social se ligou à “nova história militar” foi na questão da composição racial das tropas. Ricardo Salles, já no início da década de 1990, desmontava a tese da historiografia revisionista da Guerra do Paraguai sobre a composição das tropas brasileiras no conflito, afirmando que apenas uma pequena porcentagem dos soldados brasileiros era de ex-escravos, libertados sob condição do serviço militar.⁴² Já para o período colonial, apesar da proibição do recrutamento de homens “de cor” para a primeira linha, a utilização de fontes qualitativas e quantitativas, como mapas das tropas e fés-de-ofício, enfoca na presença de homens não brancos nas tropas, o que já era referido por cronistas estrangeiras, mas do qual não se tinha base empírica. Porém, os estudos recentes também mostram o quanto havia preconceito contra esses homens, especialmente na hora das promoções, sobretudo nas Milícias, onde estavam mais presentes. Tratando-se de um exército de Antigo Regime, era uma combinação de grupo social, cor e status que definia as promoções.⁴³ Porém, em momentos de conflitos, a ajuda dos homens “de cor” era fundamental para manter ou alterar a ordem vigente, no qual poderiam conquistar espaço e

³⁹ KRAAY, 2011, sobretudo capítulo 3.

⁴⁰ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY (Org.), 2004, p.87-110.

⁴¹ BEATTIE, 2009, capítulo 8.

⁴² SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁴³ NOGUEIRA, 2009, p.319.

intervir na política local,⁴⁴ tornando a participação nas forças armadas uma forma de ascensão social.⁴⁵

Mais um aspecto em que se destaca a influência da história social é o papel das forças militares na construção da identidade nacional brasileira, a partir do período imperial. José Iran Ribeiro trata o período da Guerra dos Farrapos como um dos momentos em que a ideia de pertencimento pôde aflorar. Neste conflito, houve um grande afluxo de militares procedentes de outras regiões rumo ao sul do país; isto, ao mesmo tempo em que provocava um estranhamento aos habitantes locais, também permitia a emergência de uma ideia de unidade, com a convivência por longos períodos de indivíduos de distintas características. Para haver identificação, era necessário um choque de alteridades para que se conhecessem as semelhanças que engendrariam o sentimento nacional.⁴⁶

Outro autor que também se concentra nessa relação é Peter Beattie. Este trata dos projetos do Exército em se tornar uma instituição portadora dos valores da nação. Para isso, era necessária uma reforma completa nos padrões de sociabilidade existentes nos quartéis, acabar com a sua função policial e reformar o recrutamento, desfazendo a imagem do serviço militar como algo desonrado e transformando o soldado em um defensor da pátria. Com esse fim é sancionada a conscrição universal, empreende-se uma verdadeira reorganização dos quartéis, baseada em políticas higienistas, e procura-se punir severamente os crimes de oficiais e praças. Termina-se com a ideia de desprezo ao serviço nos quartéis e o militar torna-se um patriota.⁴⁷

A história social está presente na “nova história militar” através desses temas relativos à vinculação social dos comandantes e das tropas (enfocando, principalmente, nas questões de cor), as formas de sociabilidade e a construção da nação, além de outras como a resistência ao recrutamento e a influência dos conflitos bélicos na vida das populações. Isso tudo derivado da questão de recolocar a ação humana na história, propondo questões

⁴⁴ Na Bahia, isso ocorreu sobretudo na Guerra de Independência. Ver KRAAY, 2011, capítulos 4 e 5; para o Grão-Pará isso ocorre após a chegada de Dom João VI ao Brasil, no contexto de lutas pela Guiana Francesa e com as independências na América espanhola. Ver NOGUEIRA, 2009, capítulo 4

⁴⁵ MELLO, 2009, p.152-155; apesar do trabalho de Gabriel Aladrén não ser de história militar, mostra a possibilidade de ascensão social para pretos e pardos no Rio Grande do Sul através do serviço nas milícias. ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n.44, p.439-458, jul./dez. 2009.

⁴⁶ Os conflitos anteriores não tiveram esse caráter, pois mobilizaram, na sua maioria, indivíduos das proximidades das áreas de conflito, que tinham muito mais semelhanças que diferenças entre si. RIBEIRO, 2009, p.178-180.

⁴⁷ BEATTIE, 2009, capítulos 9 e 10.

vinculadas à cultura, com a questão da construção das identidades sociais e das relações que as engendraram.⁴⁸

Contudo, também podemos constatar nessa corrente uma forte presença da história política renovada. Esta procura ressaltar a importância do político, considerando-o como aspecto fundamental para se compreender o todo social na longa duração, enfocando nas culturas políticas e nas ideologias, o que permite ver as continuidades e mudanças.⁴⁹

Por um lado, a “nova história militar”, principalmente a que tem por período temporal o período pós-independência, recupera os debates parlamentares relativos à questão do Exército. Como pela Constituição de 1824 era o poder Legislativo que definia os limites e constituição da força militar, as discussões da Assembleia Geral foram relidas para que se entendessem mais profundamente determinados aspectos, com destaque para o recrutamento. Esta retomada é pautada pelo princípio de que “as ideias nunca são mais que a expressão dos grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de força definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos”.⁵⁰ Kraay e Beattie mostram que diferentes grupos no parlamento tinham distintas concepções do que deveria ser o Exército e que tocavam em diversos aspectos, como na questão da escravidão, dos direitos do indivíduo, nas eleições, nas relações entre Igreja e Estado, entre outras. Isso, frequentemente, acabava dificultando a realização de reformas mais profundas na instituição.⁵¹

Em outro aspecto, muitas vezes se aproximando a uma história institucional, temos trabalhos que discutem o papel de oficiais e praças na política. Primeiramente, se destacaram (e ainda se destacam) os trabalhos referentes à Guarda Nacional, a partir do final da década de 1970. Esses trabalhos, apesar de se identificarem mais à história política, no aspecto de analisar os mecanismos de construção e manutenção do Estado imperial em suas diversas vertentes, contribuem com o estudo dos militares por mostrarem as rotinas administrativas, o papel dos oficiais em relação ao poder do Estado, e como este por vezes utilizou a Guarda para servir a seus próprios fins, entre outros aspectos.⁵² Já para o Exército destaca-se a análise

⁴⁸ CASTRO, 1997, p.51.

⁴⁹ REMOND, René. Introdução. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1996, p.7-10.

⁵⁰ REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1996, p.18.

⁵¹ Kraay estuda os debates parlamentares sobre o recrutamento entre as décadas de 1820 a 1840, verificando as posições divergentes de liberais e conservadores. KRAAY, 2011, p.271-281. Já Peter Beattie mostra os debates referentes à votação da lei do sorteio militar e depois do serviço militar obrigatório. BEATTIE, 2009, capítulos 3 e 9.

⁵² Destacam-se: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; ALMEIDA, Maria das Graças. *A Guarda Nacional em Pernambuco: a metamorfose de uma instituição*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em

da participação dos oficiais, especialmente no período imperial e no início da república, quando os militares tem importantíssima participação na transição entre os regimes.⁵³

Por outro lado, a história política renovada que é apresentada nos trabalhos da “nova história militar” não está dissociada da história social. Os autores que trabalham com os pressupostos da história política renovada partem da ideia de que o político é o lugar de gestão do social e do econômico, o que implica em não isolá-lo dos outros aspectos da história.⁵⁴ Isso acontece sobretudo no estudo do recrutamento, que por muitas vezes é associado a um instrumento de controle social.

Fábio Faria Mendes, ao estudar o recrutamento no Brasil dos séculos XVIII e XIX, afirma que este é um dos exemplos para se observar como era a estrutura de poder no país. Partindo de conceitos weberianos, escreve que em um Estado caracterizado por um baixo grau de burocratização as rotinas administrativas eram baseadas em liturgias, ou seja, prestação de serviços por poderes intermediários com seus próprios recursos, em troca de mercês, auxílios e imunidades.⁵⁵ O recrutamento, que era esporádico, era uma delas. Com essa forma de administração, caracterizada por uma fricção (ou seja, a profunda incerteza da colaboração dos notáveis com a autoridade estatal),⁵⁶ além das impossibilidades materiais e morais e da resistência das populações ao serviço das armas (principalmente no seu espaço de análise, Minas Gerais), o Estado tinha capacidade limitada de extrair recursos, traduzindo-se numa quantidade limitada de recrutas. A autoridade dos notáveis locais de fazer (ou não) soldados

História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986; SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2006. Para o Rio Grande do Sul, temos, por exemplo: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005; FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1580-1873)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

⁵³ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996; CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁵⁴ “Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio”. REMOND, 1996b, p.36.

⁵⁵ MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010, p.11-21. Porém, a tese de que o Estado imperial, sobretudo após a consolidação da monarquia, tinha baixo grau de burocratização é altamente discutível. Tem-se a impressão de que o autor parte da grande burocratização dos Estados recentes e volta no tempo, ignorando a função da burocracia no Império. É verdade que a maior parte desta se concentrava nos órgãos centrais, no Rio de Janeiro, dificultando as tarefas no interior do país, como o recrutamento, que era delegado a notáveis locais. Porém, José Murilo de Carvalho mostra que havia uma burocracia no século XIX, mas não no sentido moderno, com promoções por mérito, carreiras bem estruturadas e divisão nítida de atribuições entre os cargos. Era uma burocracia que tinha uma clara função política e social: cooptar os descontentes do regime, sobretudo membros das famílias em decadência. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.159 e ss.

⁵⁶ MENDES, *op. cit.*, p.57-58.

também tinha profundas consequências nas localidades, produzindo clientelas e favores, num jogo de negociações, resistências e compromissos.⁵⁷

Kraay, ao estudar a Bahia, afirma que o recrutamento não era simplesmente um instrumento arbitrário do Estado brasileiro, pois as relações de patronato estavam profundamente presentes. Para este autor, estabeleceu-se um sistema triangular na produção de recrutas, entre os interesses do Estado, das classes dominantes (que muitas vezes se confundiam com o primeiro) e dos pobres livres, do qual cada grupo pretendia tirar vantagens. Esse princípio garantiu a permanência da prática com poucas oposições, pois os alvos do recrutamento eram os homens que estavam fora das redes de proteção. Com esse aparelho montado, os patrões, que estavam nos postos de comando, poderiam punir clientes infiéis, o que fazia do recrutamento também um instrumento de controle social, infundindo valores de trabalho e de obediência.⁵⁸

Outra intersecção entre a história social e a história política renovada na temática militar é na questão da participação dos soldados em levantes contra a ordem estabelecida. Podemos dizer que esta tendência tem uma dupla inspiração: por um lado, a história política se deslocou dos grandes líderes, passando a centrar-se na opinião pública, nos movimentos de massa, saindo dos protagonistas para encontrar a base; na história social, deve-se à procura pela experiência, por uma história “vista de baixo”, na qual não só as personalidades preeminentes têm vez e voz.

Shirley Nogueira inspira-se nas obras de George Rudé e Edward Thompson para analisar os levantes de soldados no Grão-Pará entre 1790 e 1850. Tal como os motins da Europa pré-industrial, as rebeliões dos soldados tinham caráter político, objetivando uma intervenção na sociedade e no costume. Estas tinham estratégias definidas, centrando-se em pessoas específicas contras as quais estavam lutando: quase sempre a primeira vítima era um oficial disciplinador, o que demonstra que a soldadesca queria negociar os parâmetros de disciplina, condições de vida e de trabalho, satisfazendo suas necessidades imediatas. Porém, com o avanço do ideário liberal e o contato com as revoltas no Caribe e na América espanhola, o caráter dos movimentos muda: embora continuassem a ter como alvo pessoas específicas, agora não eram só os militares, mas também os portugueses, que dominavam o comércio da região. O objetivo agora era tomar o poder instituído e alterar a forma de governo, colocando em prática seus projetos.⁵⁹

⁵⁷ MENDES, 2010, p.24.

⁵⁸ KRAAY, 2011, p.96-103.

⁵⁹ NOGUEIRA, 2009, capítulo 4.

Já Kraay demonstra a intensa participação dos soldados nos conflitos que ocorreram na Bahia entre o final do século XVIII e 1850, como a Conjuração de 1798, a Guerra de Independência e a Sabinada, servindo como espaço para discutir ideias políticas (e de liberdade) e utilizar as tropas como possibilidade de ascensão social.⁶⁰ Por outro lado, Celso Castro, em pequeno texto, trata da participação dos soldados no processo de consolidação da República. Embora não chegando a conclusões sobre o que teria motivado as revoltas contra a nova ordem recém-instituída que são o seu objeto de estudo, mostra o medo que os apoiadores do novo regime tinham de que fossem ações politicamente orientadas, numa tropa que provavelmente era constituída por pardos e negros e que ainda sofria com soldos baixos e maus-tratos.⁶¹

Feito todo esse extenso, porém superficial, balanço sobre a “nova história militar brasileira”, o que podemos dizer que a caracteriza? Hendrik Kraay, na introdução de seu livro, nos dá um importante balizamento sobre como propor uma resposta a esta questão:

As forças armadas não proporcionam apenas uma trilha bem documentada através da evolução do aparato do Estado: sua influência também se estendeu profundamente sobre a sociedade urbana brasileira [...] Nenhum outro setor do Estado penetrou tão fundo nas sociedades.⁶²

Obviamente o autor está tratando de seu objeto de pesquisa, a Bahia da transição de Colônia ao Império, na qual o papel das forças militares era evidente. Porém, um dos argumentos da citação pode ser transferida para outras épocas, com maior ou menor intensidade: a intersecção das forças armadas com a sociedade. Os trabalhos da “nova história militar” negam as instituições militares como algo afastado da coletividade, com completa autonomia; esta é relativizada e condicionada pelos limites que as forças econômicas, culturais, sociais lhe impõem. Podemos caracterizar também essa historiografia, da forma que vimos, como um cruzamento entre a história política renovada e a história social. Talvez toda essa caracterização seja decorrência muito mais de esforços individuais dos autores do que propriamente de uma proposta coletiva coesa, embora a discussão entre os escritores nos congressos e eventos do tema possa ter contribuído para uma aproximação de perspectivas.

Por tratarmos de uma instituição que faz parte do aparelho estatal, independente da maneira que este é concebido, é inevitável referirmos a questões ligadas ao poder do Estado, à

⁶⁰ KRAAY, 2011. Para a conjuração de 1798, ver p.156-158; para a guerra de independência, ver p.167-207; para a era regencial, ver o capítulo 8.

⁶¹ CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a república. In: CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY (Org.), 2004, p.301-313.

⁶² KRAAY, 2011, p.18.

institucionalidade da força, à cultura política da época. Mesmo quando tratamos de temas mais ligados à história social, como a sociabilidade, a composição das tropas, é necessário recorrer às leis, normas das instituições, proclamações dos comandantes, até mesmo para verificar se o que é encontrado nas fontes era propriamente de determinações vindas de cima ou adaptações feitas pelos indivíduos conforme sua experiência social. Já a história social complementa a história política com um aspecto-chave: a recuperação da experiência dos oficiais e praças na relação com a sociedade, a forma com que reagiam às pressões sociais ou como interviam no coletivo. A história militar tradicional prestou um importante serviço, próprio de seu tempo, ao mostrar os guerreiros no campo de batalha. Mas como as instituições militares têm um forte impacto na coletividade, essa historiografia mais recente tem como tarefa recuperar a experiência dos integrantes desses corpos na relação com outras pessoas, sejam elas militares ou de fora da instituição.

Uma historiografia rica, que atravessa todos os períodos temporais e espaços geográficos do país, sob diversos prismas teóricos; mas que sai dos campos de batalha e tem uma intersecção entre a história política e a história social, recuperando a experiência dos oficiais e praças em contato com a sociedade, porém sem descuidar dos procedimentos administrativo-legais inerentes a uma instituição estatal. É dessa forma que compreendemos a “nova história militar” brasileira.

1.2. A historiografia brasileira e a Guerra da Cisplatina

Vários autores trabalharam com a questão da Guerra da Cisplatina, mesmo que não fosse propriamente o seu objeto específico de estudo. Porém, falar desse conflito não parece ser o assunto mais interessante para os historiadores brasileiros, pois há guerras muito mais trabalhadas, como a Guerra do Paraguai e até mesmo a participação brasileira na II Guerra Mundial. Isso decorre de dois fatores: primeiramente, a mobilização de efetivos causada por esses conflitos, distribuído mais equitativamente por todo o território nacional; e em segundo lugar, o próprio resultado, desfavorável às armas brasileiras. Sem dúvida que a riqueza de documentação nesses períodos também ajuda no interesse por esses objetos.

Os primeiros a estudarem a Guerra foram os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Uma busca pelas páginas da sua Revista, espaço no qual se desenvolveu a historiografia brasileira no século XIX, mostra que poucos escritos contemplam a questão. De 1838 a 1900 são apenas sete textos que tratam da Guerra, sendo quatro deles biografias de personagens que, de alguma forma, participaram do conflito.

Somente após 1860 é que aparecem os primeiros trabalhos fora os biográficos. Acreditamos que esse fato é decorrente de que quando o Instituto foi fundado, em 1838, boa parte dos protagonistas daquela campanha estava viva e pronta para validar ou não o que se dissesse acerca da mesma. Podemos conjecturar diversas hipóteses para esse silêncio: por um lado, poder-se-ia pensar numa prudência dos membros para evitar polêmicas acentuadas, tal como afirma Lúcia Guimarães em seu estudo sobre a publicação no período imperial;⁶³ por outro, poderia ser uma questão geracional, pois textos sobre períodos próximos ou após a independência só começaram a aparecer na década de 1850, quando a geração inicial de intelectuais começou a ser substituída, após fixarem as lembranças que deveriam ser guardadas pelos que viriam depois.⁶⁴ Ainda há o argumento de que isso se daria por conta de opções teórico-metodológicas presentes naquele momento, de que ao se fazer a “história do imediato” se corria riscos para a objetividade dos estudos.⁶⁵ Fábio Ferreira salienta outro aspecto para esse silêncio: além do resultado do conflito ser negativo ao país, havia também as boas relações do governo imperial com o Partido Colorado, predominante no Uruguai nos séculos XIX e XX. Mexer nas páginas passadas da Cisplatina poderia comprometer essa aliança, que era benéfica tanto para brasileiros quanto para uruguaios.⁶⁶

Seja qual for a explicação, é fato que o Instituto, em seus primeiros anos, preferiu manter os acontecimentos da Cisplatina em silêncio. Essa discussão sobre o fazer-se ou não a “história do imediato” apareceu em uma polêmica sobre o texto escrito pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira sobre a batalha do Passo do Rosário, em 1827.⁶⁷ Este texto causou uma enorme celeuma, pois para defender o seu antigo chefe, Marquês de Barbacena, comandante do Exército naquela ação, não poupou nem o avô do imperador, Dom João VI, e nem o pai, Dom Pedro I, monarca à época. O texto causou uma polêmica tão grande que o

⁶³ “Ao que parece, nossos acadêmicos, consoante a sabedoria popular, acreditavam que a ‘prudência é o olho de todas as virtudes’. Optaram por deixar que a poeira baixasse e os ânimos serenassem. Enfim, que o Império se apurasse, para, então, começarem a pensar em redigir a sua história”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 156, n.388, jul/set. 1995, p.517.

⁶⁴ *Idem*, p.584-585.

⁶⁵ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 55-56.

⁶⁶ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários da Pátria e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. 258f. Tese (Doutorado em História) – Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2012, p.28.

⁶⁷ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Recordações históricas que se prendem especialmente à campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a República Argentina, sobre a questão da província Cisplatina, e durante o comando do tenente-general Marquês de Barbacena, general em chefe do exército que operou naquela campanha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXII, v.23, 1º trim. 1860. p.497-582.

o censor sugeriu que fosse encaminhado ao ministério da Guerra um questionário sobre a posição dos soldados no campo de batalha, e que se tomassem depoimentos de testemunhas, os quais foram publicados ao final do artigo. Em nome da memória do Marquês, figura de grande importância no processo de independência brasileira, a academia resolveu tirar a limpo o que aconteceu naquele combate, considerado, até então, como uma retumbante derrota. O texto, contudo, só foi publicado em 1860, mais de dez anos depois de ser escrito, provavelmente pela preocupação com os julgamentos apressados. Estes mesmos, mas afeitos durante a Guerra, eram objeto de desconstrução por parte dos intelectuais do Instituto, especialmente as que foram feitas sobre a atuação de Barbacena à frente das tropas.⁶⁸

O caso da guerra da Cisplatina é um caso emblemático de produção de história “do tempo presente” pelo IHGB. Ele tem correspondência com a ênfase dada ao Primeiro Reinado, que também tem poucos trabalhos, mas não com a Guerra do Paraguai, que logo seu término ganhou espaço na publicação.⁶⁹ Diferentemente desse último, que terminou com a vitória dos interesses do Estado Imperial, a Guerra da Cisplatina terminara com uma derrota. Mexer nesse tema era arranhar as feridas do passado. Talvez o silêncio fosse mais conveniente para o Instituto.

Um aspecto bastante interessante dos textos da Revista do IHGB é a ênfase dada às biografias, especialmente dos grandes combatentes, mas também de outras personalidades que foram consideradas de grande importância para a história da nação, no âmbito das letras, artes, ciências e política. Esses textos, contudo, não serviam simplesmente para lembrar os grandes vultos do país, mas também para produzir modelos de patriotas e de cidadãos. Isto decorre da união entre a concepção de história dos próprios intelectuais, comprometida com um projeto de nação, e as características próprias do gênero biográfico. Manoel Salgado Guimarães escreve que a biografia, como escrita da história, impõe necessariamente a presença de um outro para quem se narra, o qual não vivenciou as experiências expostas, mas para quem imagina-se que estas podem significar algo de relevante. Lembrando as origens dessa forma de escrita na Grécia e em Roma, mostra que este já surgira pautado pelo exemplo

⁶⁸ OLIVEIRA, 1860. A defesa do Marquês também está em presente em: BATALHA de Ituzaingó. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 49, n.1, 1886, p.302-303. Este texto não tem autoria definida na Revista. Uns acreditam que é uma resposta do próprio marquês às acusações de que fora vítima; já Henrique Wiederspahn afirma que foi escrita por Eunápio Deiró, mas que foi oferecida ao Instituto pelo Visconde de Barbacena. WIEDERSPAHN, Henrique. *Campanha de Ituzaingó*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961, p.276. Sobre Deiró não foi encontrada informação biográfica para uma melhor contextualização.

⁶⁹ SOUZA, Francisco Gouvêa. *Entre fronteiras e nações: um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008b.

que deveria fornecer aos contemporâneos (no caso ateniense) e aos vindouros (no caso romano), podendo ser ressignificados de acordo com as exigências e os propósitos de novos leitores em novos tempos.⁷⁰ Esses modelos, no Império, forneciam subsídios para os políticos tomarem importantes decisões.⁷¹ A própria *Revista do IHGB*, em vários momentos, expressava essa posição da história enquanto palco de experiências passadas, das quais se poderiam fornecer exemplos e modelos para as ações futuras.

A história, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que devem seguir, as escolhas que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado.⁷²

A figura principal que os intelectuais do Instituto buscam valorizar em seus textos é a do tenente-general Felisberto Brant Caldeira Pontes, Marquês de Barbacena, comandante geral do Exército brasileiro entre janeiro e junho de 1827, embora outros personagens também fossem lembrados, como o Barão do Cerro Largo, governador das armas do Rio Grande do Sul em 1825, e José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, presidente da província quando começou o conflito. Os intelectuais procuram responder às críticas dos contemporâneos ao comando do marquês. Destaca-se nesse esforço o autor anônimo do texto *Batalha de Ituzaingó*, que aferia qualidades como as de que era um homem de coragem e patriotismo, guerreiro, de um talento incontestável ao recuperar um exército esfarrapado e faminto, zeloso com os assuntos da pátria, entre outros, que foi sacrificado pelo governo da época.⁷³ Este escritor, contudo, não apenas exerceu o papel de *advogado* do comandante, mas também o de *promotor*, ao elencar quem seriam os verdadeiros culpados pelos infortúnios das armas brasileiras, invocando uma noção de tribunal da história que era até certo ponto comum no século XIX.⁷⁴ Ao procurar quem seriam os responsáveis pela derrota em Passo do Rosário, o autor procurou, segundo suas próprias palavras, apurar as matérias e as provas, chegando à

⁷⁰ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da história. In: SOUZA, 2008a, p.19.

⁷¹ Kaori Kodama mostra que a discussão das leis sobre os índios entre 1840 e 1860 foi pautada pelo debate sobre a história das aldeias indígenas na colônia, sobretudo a divisão entre índios mansos (aliados) e bárbaros (bravios). KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2010, p.188-193.

⁷² *Revista do IHGB*, 1840, apud GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, v.1, 1988, p.16.

⁷³ BATALHA, 1886, p.301.

⁷⁴ Michelet, por exemplo, afirmava que a história (e a historiografia) passou a ser a “justiça”, “a ressurreição na justiça”, isto é, o “Juízo Final”, no qual cada um comparece com os seus atos e as suas obras. CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, p.108.

acusação de que o responsável seria o próprio governo, personificado com especial destaque na figura do ministro da Guerra, Conde de Lajes. Este último por estar

abaixo da incapacidade a mais vulgar; nada previu, nada preparou, e já em plena invasão ele não compreendia as necessidades do exército. Teve sobejo de tempo para fazer os preparativos necessários. A sua correspondência, trocada com o marquês de Barbacena, demonstra que o ministro era um ignorante militar e administrador imbecil. Qualquer espírito judicioso, sem ter a proficiência da ciência da administração militar, vê em cada ato do Conde de Lajes a prova da sua crassa ignorância e não pode reprimir a dor, notando que os destinos do país foram confiados a tão desasadas mãos. Na guerra principalmente uma boa e inteligente administração concorre eficazmente para o feliz êxito de todos os cometimentos⁷⁵

As páginas da *Revista* não serviam apenas para construir modelos de heróis, de servidores da pátria; também serviam para criar anti-heróis, aqueles que deveriam ser condenados por não servirem bem ao seu país. Entre os que o texto do autor anônimo apontou para o fracasso na Cisplatina estavam, além do imprevidente e incapaz Conde de Lajes, que estava alheio aos negócios de uma administração relaxada, o próprio governo imperial, que não tinha plano nenhum para a condução da guerra, nem fornecera recursos suficientes para que o Brasil saísse com uma sorte melhor, sacrificando o bravo soldado imperial (e o seu general)⁷⁶ e por montar ministérios, em geral, com pessoas incapazes, o que deveria servir de alerta para o futuro. Numa época em que não havia partidos políticos organizados no Brasil, e o imperador era fundamental na composição dos ministérios, parte da crítica que se dirigia ao governo era endereçada à sua pessoa também. Dom Pedro I era inexperiente e não tinha um espírito profundo, nem a ciência de um estadista, nem uma educação adequada (que foi a absolutista), embora ardesse em sincero patriotismo.⁷⁷ Ao fazer um juízo sobre a conduta do imperador, o autor busca estabelecer um modelo de governante, só que ao contrário, através de um exemplo histórico concreto, da mesma forma que quando fala sobre o que era necessário para uma boa condução da guerra.⁷⁸ Outro que foi extremamente criticado foi o Visconde da Laguna, capitão-general da Cisplatina e comandante-em-chefe no final do

⁷⁵ BATALHA, 1886, p.422.

⁷⁶ “a justiça da História não há de hesitar em gravar na fonte criminoso do governo imperial daquela época o estigma, que o infamará perante as gerações futuras”. *Idem*, p.365. Por este ser um texto anônimo não sabemos qual a filiação do autor. Porém, em 1886, quando o texto foi publicado, os oficiais queixavam-se das mesmas coisas afirmadas no artigo, especialmente a falta de atenção (e de recursos) ao Exército, que cada vez mais participava dos destinos do país após a Guerra do Paraguai, o que foi um dos fatores que levaram à insatisfação militar e permitiram a proclamação da República. Será que o autor falava também de questões do seu presente?

⁷⁷ *Idem*, p.316.

⁷⁸ A importância dos exemplos para a instrução dos seus contemporâneos é exemplificada pelo autor anônimo pelo exemplo da Guerra do Paraguai, na qual também houve lutas entre o ministro da Guerra e o comandante das tropas. “O nosso governo, o qual ainda não aprendeu nessas amargas experiências do passado o quanto é ruinoso cometer a mãos inábeis os negócios públicos [...] É mister avivar na memória dos povos a causa de seus infortúnios”. *Idem*, p.320.

conflito, que recebeu os piores adjetivos: inerte; inábil, por manter as tropas defendendo a cidadela de Montevideú ao invés de ir campanha afora para impedir a comunicação dos rebeldes com os “argentinos”; alguém que não soube prover nada às suas tropas e de proceder moroso. Sobre ele foram depositados todos os fardos da emergência do conflito e do péssimo desempenho inicial que as tropas brasileiras tiveram.

É válido afirmar que em cada uma dessas considerações sobre os personagens havia um valor histórico e pedagógico, provando que a civilização brasileira teve seus grandes homens, cujos exemplos e virtudes deveriam guiar os mais jovens. A biografia estava inscrita no projeto da *historia magistra*, instruindo a vida dos brasileiros no presente. Ao estabelecer modelos de personagens (e de anti-heróis), os intelectuais da *Revista do IHGB* faziam o trabalho de rememorar o passado para a sua geração e às posteriores; porém, como Burke comenta, a memória é seletiva, podemos recordar certos acontecimentos e relegar outros ao esquecimento, conforme os propósitos pelos quais se deseja lembrar.⁷⁹ E isso ocorria nas páginas da *Revista*: o que foi considerado como bom serviço ao Estado durante o período da guerra (e isso variava de autor para autor) permitiu a algumas figuras serem rememoradas para posteridade, e aqueles que assim não o fizeram foram esquecidas ou difamadas. O Marquês de Barbacena, mesmo que lutara contra o constitucionalismo português em 1821, era lembrado pelo seu trabalho de reorganização do Exército e por ser vítima do governo; já figuras como o Visconde da Laguna e Bento Manuel Ribeiro, ainda que tivessem prestado grandes serviços ao Estado brasileiro nas paragens do sul, não deveriam ser lembrados, pelo seu mau proceder durante o conflito. Operava-se a seleção na memória. A Cisplatina, para esses intelectuais, converteu-se em acontecimento traumático, impedindo a certas pessoas serem lembradas como brasileiros ilustres.

Outro aspecto contemplado nas narrativas publicadas na *Revista do IHGB* foi a emergência do conflito. Esta questão mostra como os intelectuais utilizavam uma concepção iluminista da história, enquanto processo linear e de progresso.⁸⁰ Machado de Oliveira busca entender a emergência da guerra como parte de um conflito maior, que vinha desde a intervenção luso-brasileira iniciada em 1816. Para ele, as razões da guerra eram duas: primeiramente, o reerguimento da nacionalidade uruguaia, no intuito de assumir seus antigos direitos, que deveria ser o da independência (numa nacionalidade já construída); e em segundo lugar, a herança da política lusa para a região, num insensato espírito de conquista

⁷⁹ BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁸⁰ GUIMARÃES, 1988, p.12.

que foi mantido por Dom Pedro I.⁸¹ Nesse ponto podemos inferir que a concepção de história linear, de herança do império lusitano, poderia não ser tão vantajosa assim para o Império recém-nascido. Outro a concordar com essa posição era José Maria da Silva Paranhos Jr. Ao escrever um esboço biográfico sobre José de Abreu, o autor afirma que a resolução de manter a todo custo a província Cisplatina foi fatal ao império. Escreve ele que:

era crença de muitos homens importantes do Brasil que, estando este nos primeiros períodos de sua regeneração política, não devia herdar de Portugal a louca ambição de domínio sobre um território estanho, e muito menos sacrificar os seus recursos na difícil empresa de procurar no sul limites naturais [...] Quanto não teria ganho o Brasil, se, pondo de parte veleidades pueris, tivesse erigido desde logo a Banda Oriental em estado livre e soberano, garantindo a sua independência contra as infundadas pretensões do governo de Buenos Aires!⁸²

Paranhos concorda com o fato de que a manutenção da herança portuguesa era o motivador básico do conflito, faltando verdadeiro sentimento nacional e percepção política: o imperador estava dissociado da nação, por não perceber que havia surgido um outro corpo político, e que este não deveria ter os mesmos objetivos que Portugal, que buscava limites naturais para seu império americano.

Na concepção de tempo linear e progressiva que os membros do Instituto utilizavam, herança de concepções iluministas, havia realmente uma continuidade entre os tempos lusitanos e os de uma nova nação independente: o Brasil era o legítimo herdeiro e sucessor do Império Português, o que era confirmado pela manutenção da dinastia reinante. Isso acaba sendo refletido na ideia contida nos textos de que a emergência do conflito era uma herança metropolitana. Porém, esta trouxe sérios problemas à emergente nação, que não deveria ter levado adiante esse projeto. Se não dava para silenciar sobre o tema, colocava-se a culpa da emergência da guerra no outro e na falta de percepção de que já éramos diferentes da mãe-pátria. Tratar da questão da Cisplatina poderia forçar uma ruptura nessa concepção linear e progressiva, da mesma forma que os atos de contestação ao sistema colonial, que não eram tratados pela *Revista*. Nesse aspecto, o Império não deveria ter tido continuidade com o seu passado: deveria ter havido uma ruptura, que traria dificuldades à concepção de tempo linear e progressivo. A solução talvez fosse pensar que esses erros cometidos eram causados pela sua juventude, como os intelectuais comentaram o período das regências no pós-1870,⁸³ com a diferença de que os erros não eram propriamente de políticos, de pessoas lutando por ideais,

⁸¹ OLIVEIRA, 1860, p.499-500

⁸² PARANHOS JR., José Maria da Silva. Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, v.2, 3º trim. 1868, p.96-97.

⁸³ SOUZA, 2008b, p.14.

mas de servidores do Estado Imperial. Porém, não há nenhum trecho na Revista que possa corroborar esta última ideia.

O estudo da Guerra da Cisplatina pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mostra o quão era complexo tratar do conflito: mexia nas concepções de história linear e progressiva, pois a continuidade com a mãe-pátria não era tão benéfica para o Império recém-nascido; discutia atitudes das figuras de vulto da pátria, inclusive a do imperador, além de tratar do passado muito recente do país. Somado a isso o resultado de perda da Província Cisplatina, talvez esses sejam os motivos pelos quais não haja um maior estudo da questão no século XIX.

No século XX, a Guerra da Cisplatina começou a ser analisada pelo viés da história militar. Antes de criticarmos essa perspectiva, pelo caráter factual e centrado nas campanhas e batalhas, devemos salientar que ela tem uma função bastante específica: é uma ferramenta didática, com a qual os militares podem aprender conceitos de estratégia através de exemplos históricos, servindo de ponte entre a teoria e a prática da arte da guerra. Essa situação mudou bastante depois da II Guerra Mundial, com o desenvolvimento da tecnologia militar, que permitiu a emergência das simulações de combate, denominadas de “jogos de guerra”.⁸⁴ Essa nova ferramenta de treinamento, além da emergência da “nova história militar”, ajuda a explicar o porquê a história militar teve uma diminuição de prestígio.

Sobre o período da campanha na Cisplatina, autores como Augusto Tasso Fragoso e Francisco de Paula Cidade dedicaram muitas páginas de suas obras aos episódios da Banda Oriental.⁸⁵ Aqui, nos centraremos na análise de dois autores: David Carneiro e Henrique Wiederspahn.⁸⁶ Entre os temas abordados nas obras, três se destacam: a emergência da guerra; o resultado do conflito; e os ensinamentos que se podiam tirar da campanha militar.

Quanto à emergência da guerra, os autores recuam até a fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses, em 1680, para mostrar que a luta pela soberania sobre a região era de longa data. Carneiro enfoca basicamente nessa perspectiva, afirmando o espírito de patriotismo que havia ficando entre os orientais como resquício das lutas da década de 1810.⁸⁷ Já Wiederspahn, por querer centrar-se nas forças ideológicas que estiveram por trás do conflito, acaba afirmando que a guerra era inevitável, sendo esta um choque entre uma

⁸⁴ PEDROSO, 2011, p.4-7.

⁸⁵ FRAGOSO, Augusto Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1922. CIDADE, Francisco de Paula. *O soldado de 1827 (ninharias de história, relativas aos soldados da Guerra Cisplatina)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927.

⁸⁶ CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora da UnB, 1983. [edição original de 1946]. WIEDERSPAHN, 1961.

⁸⁷ CARNEIRO, *op. cit.*, p.22.

mentalidade progressista e uma conservadora, embora seja difícil identificar qual o pensamento de cada lado.⁸⁸ A incorporação de um corpo estranho ao Império, dos hispanofalantes, também era vista como um fator propulsor da guerra.

Sobre o resultado do conflito, Carneiro afirma que não houve propriamente uma derrota brasileira; inspirado em Clausewitz, considerava a guerra como “um estado de oposição entre duas vontades coletivas, e as operações militares são o choque entre essas duas vontades”.⁸⁹ A vontade brasileira não vencera, mas também a sua oponente “argentina” não triunfara. Na guerra houve um empate, mas quem triunfou mesmo foram os orientais, que obtiveram sua independência; esta, contudo, poderia ser vista como uma vitória parcial do Brasil, pois impedia o triunfo da vontade coletiva inimiga. Já Wiederspahn, com uma concepção semelhante de guerra que a de Carneiro, centra-se mais na batalha do Passo do Rosário, afirmando que esta foi sim, vencida pelos argentinos, pois a sua vontade fora imposta aos brasileiros, que se retiraram do campo de combate. Porém, ao final das contas, foi um inútil triunfo.

O que mais importa na história militar são os exemplos didáticos que dela podem ser retirados para a instrução dos combatentes e das lideranças. A Guerra Cisplatina, para os autores, é bastante profícua em ensinamentos. O principal deles é o de não menosprezar o adversário. Desde o princípio do conflito houve um desdém por parte dos brasileiros, que era o maior erro de psicologia da guerra e foi cometido, entre outros, por Bento Manuel, na batalha de Sarandí. Carneiro corporifica em algumas linhas:

“Nunca se deve entrar em combate, nem temendo nem desprezando o adversário”. Esse princípio encerra uma grande sabedoria. Quando se despreza o inimigo, surge a imprudência, ou quando menos, ficam facilitadas as ocasiões de surpresa; e sempre que o adversário se mostra superior à conta em que o tínhamos, caminhamos, sem dúvida, para a derrota.⁹⁰

Isso era válido não só para a Cisplatina, mas também para outras campanhas do Exército brasileiro, como a do Contestado, e era válido para o período presente. O Exército nazista, que se julgava o melhor do mundo, fora destroçado em poucos dias, justamente por vangloriar-se de sua superioridade.⁹¹ Todo o inimigo deveria ser enfrentado da mesma forma, independente do tamanho: era necessário impor a sua vontade a do adversário.

⁸⁸ WIEDERSPAHN, 1961, p.22.

⁸⁹ CARNEIRO, 1983, p.7

⁹⁰ *Idem*, p.6 [grifos do autor]

⁹¹ *Idem*, p.6-7. Essa ideia de que o exército nazista foi destroçado em poucos dias parece ser uma imagem com vistas ao final da guerra, ignorando a longa e renhida resistência que os Exércitos Aliados empenharam na II Guerra Mundial.

Outro exemplo que poderia ser retirado do estudo da campanha é o papel desastroso da política num contexto de guerra. Pode-se explicar muito disso pelo período em que os autores escreveram. Os exemplos das grandes guerras mundiais mostraram o quanto era importante um esforço nacional voltado às necessidades bélicas, provendo tudo de que os exércitos necessitavam. Nisso, deveria incluir-se a questão política, centralizando as decisões indispensáveis à condução das tropas. Na campanha da Cisplatina, esta interferiu negativamente. Por um lado, na ingerência de questões políticas e pessoais nos principais administradores. Wiederspahn explora bastante esta questão na figura de Dom Pedro I, que estava mais interessado nas questões portuguesas e era duramente atacado pela oposição, o que prejudicava uma boa condução dos assuntos da guerra, além de nomear privilegiados para o comando das tropas, como o Marquês de Barbacena.⁹² Carneiro também enfoca a figura do imperador, que estava mais preocupado com a sua situação política que de seus deveres de defender a pátria, o que prejudicava o envio de ajuda por parte do governo.⁹³ Esses autores, imbuídos do espírito de seu tempo, não admitiam que a política e a guerra estivessem misturadas; num conflito bélico, as questões eram prioritárias. Acreditavam numa separação entre civis e militares que, muito provavelmente, seria inimaginável naquele tempo; e para que houvesse um esforço de guerra coordenado, era necessário um Estado e uma burocracia fortes, numa concepção moderna, o que certamente não era o caso do Brasil do I Reinado. Acreditavam numa situação ideal, mas que não era possível de se aplicar àquele contexto.

Outro aspecto que a história militar traz é a questão da formação de modelos de oficiais. Como o resultado da Guerra Cisplatina não foi vitorioso ao Império, na maior parte dos casos se enfocam os defeitos dos comandantes, para que quem lesse as obras não cometesse os mesmos erros. O grande vilão para os autores analisados havia sido Carlos Frederico Lecor, o Visconde da Laguna, taxado de medroso, temporizador, inepto e displicente, que cometera dois graves erros: primeiro, ao não perceber a vontade dos habitantes da região, por estar cercado de uma corte, que o impedia de ter uma noção real sobre uma situação que não era favorável aos brasileiros; e depois, por não ter audácia ofensiva, limitando-se a defender as cidadelas de Montevideú e Colonia mesmo com superioridade numérica.⁹⁴ Carneiro também critica o governador das armas do Rio Grande do

⁹² WIEDERSPAHN, 1961, p.133. Porém, como Adriana Barreto de Souza afirma, na cultura militar de Antigo Regime não havia separação entre civis e militares, e as promoções eram baseadas não só no mérito militar, mas também nos serviços prestados à Coroa. SOUZA, 2008a.

⁹³ CARNEIRO, 1983, p.129.

⁹⁴ Sobre Lecor, ver: CARNEIRO, 1983, p.130; WIEDERSPAHN, 1961, p.61-68.

Sul em 1826, Francisco de Paula Massena Rosado, e o comandante da esquadra imperial no Rio da Prata, almirante Rodrigo Lobo, que tinham defeitos semelhantes.⁹⁵

Nem o marquês de Barbacena, tão exaltado nas páginas da Revista do IHGB, escapou de críticas. Wiederspahn faz um severo julgamento do comandante das tropas brasileiras no ano de 1827. Apesar de ser um comandante com confiança, caráter, bravura, entrara no comando por ser um privilegiado do imperador e não tinha competência e experiência. Errou em Ituzaingó, ao não apressar a marcha dos seus subordinados e atacar o inimigo em desvantagem, ao combater sem parte do Exército, e ao atribuir a culpa da derrota aos subordinados, especialmente aos sul-rio-grandenses. Envolvido pelas intrigas políticas, não soube se impor aos seus comandados. Enfim, mesmo sendo um homem de luzes, não era o mais indicado para o momento.

A história militar, nos últimos anos, vem passando por algumas mudanças, procurando sair da narrativa das batalhas e dos comandantes, e fazer um estudo aprofundado sobre aspectos decisivos em batalhas, mas com o mesmo fim: prover ensinamentos aos comandantes. No caso da Guerra da Cisplatina, destaca-se o trabalho de Cláudio Bento⁹⁶, que centra-se na batalha do Passo do Rosário. O objetivo é estudar os fatores de decisão militar que poderiam influir no resultado da batalha, como o terreno, as condições do tempo, a situação dos exércitos antes do combate (lideranças, experiência das tropas, forças morais e materiais, disciplina, entre outros) e suas missões. O autor chega à conclusão que a situação do Exército argentino era bastante superior a do brasileiro.

A história militar tradicional não se diferencia tanto dos textos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ela também fornece exemplos concretos aos homens, como os intelectuais do século XIX fizeram. Os historiadores militares, segundo Pedrosa, acreditam que, pelo poder do exemplo de outros conflitos, têm o poder de iluminar as mentes de oficiais e praças na hora de tomar decisões, da mesma forma que os intelectuais do século XIX influenciavam os políticos com seus textos. O mesmo autor escreve que

O estudo das vidas dos soldados do passado proporciona exemplos de procedimento em situações extremas, quando a sobrevivência pessoal e do grupo estão em jogo. A dureza extrema e a ameaça iminente à própria vida são características inerentes à atividade de combate. Quando um soldado tem que seguir avançando e manter a cabeça erguida para ver e atirar, no cumprimento de seu dever legal e moral, o suporte da crença em valores e virtudes militares, mais do que uma ajuda, é fundamental. É da lembrança de atos de coragem, desprendimento e sacrifício perpetrados por soldados do passado e pelos seus antecessores, que o homem,

⁹⁵ CARNEIRO, 1983, p.139-141.

⁹⁶ BENTO, Cláudio Moreira. *2002 – 175 anos da Batalha do Passo do Rosário*. Porto Alegre: Genesis, 2003.

contrariando seus impulsos naturais de fugir ou esconder-se, torna-se capaz de seguir em frente. E é da História que vem essa inspiração⁹⁷

Além disso, ambas as formas de escrita fornecem modelos de conduta, embora a historiografia sobre a Cisplatina forneça mais exemplos negativos, que devem ser aprendidos e não repetidos pelos leitores. Essa semelhança permite fazer uma associação com o que Arthur Lovejoy afirma sobre as mudanças entre sistemas filosóficos. Defendendo a tese de que haveria ideias perenes que atravessam os séculos e as grandes obras (ideias-unidade), afirma que muitas diferenças entre sistemas filosóficos são mais aparentes que reais, sendo diferentes por novidades na aplicação ou ordenação dos antigos elementos que o compunham.⁹⁸ Com a historiografia não parece ser diferente: a revista do IHGB e a história militar, apesar de parecerem tão diferentes, têm o mesmo princípio: criar exemplos que possam ser utilizados pelos contemporâneos ou seus posteriores. A diferença talvez esteja mais na questão das ligações políticas: a primeira associada à monarquia, preeminente civil, e a segunda associada à República, com forte influência militar. Mas não são tão distintas como à primeira vista parecem.

Nos últimos dez anos alguns trabalhos vêm trazendo contribuições para melhor entendermos o período da Guerra Cisplatina. Ainda que não sejam em grande número, como os sobre a Guerra do Paraguai, enfocam nos impactos do conflito sobre as populações do vasto Império do Brasil, partindo de diversas concepções teóricas e enfoques.

No âmbito da história política destaca-se a dissertação de Aline Pinto Pereira.⁹⁹ O trabalho, inspirado na história dos conceitos de Koselleck e na história política renovada, mostra a importância do conflito nas mudanças que ocorreram no Primeiro Reinado. Para a autora, a emergência da guerra se deveu à tentativa do imperador de aumentar o seu poder, preservar sua honra e reafirmar a soberania do Brasil. A defesa da Cisplatina era a defesa da honra nacional e da autoridade monárquica frente ao conjunto das províncias.

Contudo, pelos maus resultados e pela violência do recrutamento, houve alterações importantes para a política brasileira. Os limites da autoridade do imperador passaram a ser discutidos pelo Legislativo, e, dessa forma, transformaram-se as concepções de soberania: passou-se de uma tradicional, intrínseca ao monarca, que era um representante de Deus na Terra e única fonte legítima de autoridade, para uma moderna, vinculada a ideias oriundas da

⁹⁷ PEDROSO, 2011, p.5.

⁹⁸ LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser*. Um estudo de uma ideia. São Paulo: Palíndromo, 2005, p.14.

⁹⁹ PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. 269f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Revolução Francesa, baseada na representação (proveniente do povo e da nação) e na liberdade de criticar o monarca, que deveria governar em nome de seus súditos. O triunfo dessa última irá avançar com o passar dos anos até chegar à abdicação de Dom Pedro I, em 1831.

Já na história econômica, destacam-se dois autores: Márcia Eckert Miranda e Gabriel Berute. Miranda, em sua tese de doutorado, trata da questão da fiscalidade no Rio Grande do Sul entre 1808 e 1831. A autora demonstra que as oportunidades abertas com as intervenções luso-brasileiras na Banda Oriental, como o acesso a terras e rebanhos de gado, os contratos de fornecimento das tropas e a cobrança dos dízimos, permitiram à Coroa cooptar a elite rio-grandense, tanto de estancieiros como de comerciantes e charqueadores. A manutenção da Cisplatina como parte do Império era um ponto de convergência entre os diversos setores da elite, pois favorecia de alguma forma a todos.

Contudo, a guerra marcou uma inflexão nesse relacionamento: mesmo que, num primeiro momento, a insatisfação decorrente da abolição do contrato dos dízimos e da criação de impostos sobre a exportação, que prejudicavam a elite local, fosse amenizado, pela necessidade de se manter a Cisplatina sob domínio imperial, esse casamento acabou, por três motivos. O primeiro foi a nomeação de comandantes militares de fora da província, sem conhecimento de como era feita a guerra na região. O segundo era a contínua protelação dos pagamentos dos empréstimos e requisições tomados pelo governo para manter as tropas (em soldos e alimentação). E o terceiro, ao final, com a independência do Uruguai, que impedia os estancieiros de levarem seus gados aos *saladeros* do outro lado da fronteira e de trazerem os animais que tinham em estâncias no novo país sem pagar impostos de importação. Os sul-rio-grandenses sentiram que o governo central os usara e os explorava, fato consumado na questão da tributação do charque, que favorecia o produto estrangeiro. Isso fomentou um sentimento de discórdia que culminou, alguns anos mais tarde, na Guerra dos Farrapos.¹⁰⁰

Já Gabriel Berute, em sua tese de doutorado, afirma que a guerra causou um grande impacto econômico nas vilas de Rio Grande e Porto Alegre, caindo o número de escrituras (transações de bens rurais, urbanos, embarcações e crédito) e de seu valor. Também há uma mudança no padrão de investimentos: uma maior inversão em bens urbanos, especialmente

¹⁰⁰ MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. 2006. 333f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

em Rio Grande, onde os estancieiros e charqueadores deixaram de incorporar fatores produtivos da Banda Oriental, como o gado, mas também na capital.¹⁰¹

Alguns trabalhos enfocam no impacto da Guerra nas províncias. Destacam-se os de José Iran Ribeiro e Lucas de Faria Junqueira. Ribeiro, em sua dissertação, estuda as forças militares de segunda linha no Rio Grande do Sul entre 1825 e 1845.¹⁰² Embora dê mais atenção à Guarda Nacional, criada em 1831, tratando de sua institucionalização, organização, funcionamento e recrutamento, o autor traz algumas importantes contribuições sobre o período da Guerra da Cisplatina. Ao traçar a estrutura das forças militares na província após a independência, constata a importância das milícias no conflito, já que a estrutura dessas tropas estava arraigada na região, diferentemente das tropas pagas. Imbuído das concepções da “nova história militar”, o autor destaca especialmente os serviços que os milicianos fizeram durante o conflito e as diversas formas de resistência que as pessoas têm para contribuir no esforço de guerra.

Já Junqueira, também em dissertação, tratou da relação da Bahia com a região do Rio da Prata durante o Primeiro Reinado. A província foi duramente afetada pela Guerra da Cisplatina, rompendo o comércio secular entre os portos de Salvador e Buenos Aires, por conta do bloqueio do porto portenho pela esquadra brasileira e pela atuação de corsários. Destaca também a atuação das tropas milicianas na segurança interna, já que as de primeira linha foram enviadas ao sul do país. Isso gerou sérios prejuízos econômicos, pois os homens engajados na agricultura e no pequeno comércio estavam cuidando da segurança pública. Enfoca também na questão da resistência, em especial uma bastante peculiar: o grupo dos Mucunãs, uma reunião de marginalizados que causou sérios problemas à ordem na Bahia ao final da década de 1820, e entre as atividades de oposição às autoridades estava a obstrução ao recrutamento, atacando nas estradas para impedir que os recrutados chegassem a Salvador, próximos ao que Hobsbawm denomina de “banditismo social”.¹⁰³

A Guerra Cisplatina, contudo, poderia não ser só um ambiente de desgraça para os combatentes. Alguns poderiam se aproveitar do serviço militar para alcançar melhores posições sociais. Esse é o tema que Gabriel Aladrén trabalha brevemente em sua dissertação, que trata das experiências de liberdade de ex-escravos na Porto Alegre das primeiras décadas

¹⁰¹ BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁰² RIBEIRO, 2005.

¹⁰³ JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

do século XIX. Embora a situação dos conflitos no sul possa ter precarizado a liberdade e segurança de muitos, por conta das ameaças de recrutamento forçado e de reescravização, por outro poderiam favorecer a mobilidade social de libertos, sobretudo através das companhias milicianas, que contavam com batalhões específicos de pretos e pardos. Alguns desses “homens de cor” poderiam tornar-se oficiais, participar de arreios de gado, saque de tropas inimigas ou até mesmo conseguir algum pedaço de terra. Para alguns escravos, a possibilidade de liberdade do lado inimigo incentivava às fugas para a Banda Oriental. Isso seria parte de um fenômeno que acontecia por toda a América Latina durante a “era das independências”, na qual a divisão das elites e a necessidade de mão-de-obra militar ajudavam pretos e pardos a formular projetos de ascensão social e de conquista da liberdade.¹⁰⁴

Pudemos constatar, pelo balanço da produção recente, que já há importantes trabalhos sobre o período da Guerra da Cisplatina, de diversas correntes historiográficas. A maioria é produzida dentro dos programas de pós-graduação e que tem por característica operar com períodos mais amplos que o da conjuntura da guerra, o que permite ver processos de longa duração. Porém, ainda há espaço para novas contribuições, sobretudo no que trata dos impactos da guerra na então província do Rio Grande do Sul. Partiremos agora para tentar entender como era a estrutura das forças militares brasileiras, tentando compreender se há alguma mudança nestas no pós-independência que possa ter aparecido na organização do Exército do Sul que lutou contra os orientais.

¹⁰⁴ ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul*. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008 (ver especialmente o capítulo 4)

Capítulo 2. O Exército brasileiro dos tempos da Cisplatina: reflexões sobre uma instituição em tempos de transição

O período que compreende desde a declaração de independência do Brasil até a abdicação de Dom Pedro I, ou seja, entre 1822 e 1831, mesmo que não tenha se caracterizado pela violência na ruptura com a antiga metrópole, marcou uma série de transformações importantes. O país ganhou uma Constituição que, embora fosse criticada pela preeminência da figura do imperador e do seu Poder Moderador, marcou a divisão dos poderes e os direitos e deveres dos cidadãos. Foi inaugurada a arena legislativa, a Assembleia Geral, como um espaço de representação da cidadania, que, em várias oportunidades, questionou as atitudes do soberano imperial. Uma série de leis foram criadas, buscando viabilizar um arranjo político-constitucional para a nova entidade política, e também com o intuito de negar a herança colonial. Entre estas, estão as que determinam as competências das outras esferas de poder: a provincial, em 1823, e a das Câmaras municipais, em 1828, além do Código Criminal, de 1830. Também houve a criação dos juizados de paz, em 1827, numa tentativa de melhorar a efetividade da justiça.¹⁰⁵ Contudo, como foi esse processo no que tange ao Exército brasileiro? Os trabalhos da “nova história militar” oferecem algumas interpretações para a influência do processo de independência na estrutura da instituição no novo país. Já contemplamos estas em parte no primeiro capítulo, contudo, vamos retomá-las.

Adriana Barreto de Souza, em seus trabalhos, afirma que no exército da transição entre colônia e império ainda estaria em vigor o que denomina de “cultura militar de antigo regime”. Nesta, o Exército era aristocrático, de configuração semelhante a dos recentes Estados nacionais europeus: nobreza no oficialato e camponeses ou mercenários como soldados; um baixo grau de profissionalização, caracterizado pela predominância do oficial “tarimbeiro”, ou seja, daquele formado em campo de batalha, e não em instituições educacionais; uma política defensiva, de baixo número de efetivos nas tropas; ascensão baseada no fato das patentes serem consideradas como bens simbólicos dados em prêmio a serviços prestados à Coroa, tanto nos campos de batalha como na arena política, frequentemente combinando a hierarquia militar com a social.

¹⁰⁵ Uma análise aprofundada sobre essas transformações, baseada nas falas dos legisladores, pode ser encontrada em SLEMIAN, Andrea. *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009. Especificamente sobre o Código Criminal de 1830 e a legislação anterior a este, ver: DANTAS, Monica Duarte. Introdução: Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções*. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 9-67.

Através do estudo de biografias, tanto individuais como coletivas (prosopografia), conclui que a principal característica das forças militares no período era a intensa interpenetração entre as esferas civil e militar, tanto pela dependência de fatores não militares para a ascensão profissional, como pela participação de altos oficiais (que eram nobres) na elite política brasileira, pois combinavam a sua atuação pública com sua origem social. Não se tratava de uma corporação fechada, que possuísse um “espírito militar” que a diferenciava do mundo dos civis. Contudo, a autora salienta que era algo extremamente funcional ao bom funcionamento da administração, garantindo a ligação da instituição com a defesa do Império. Somente surgirá algo semelhante a um exército nacional, na opinião da escritora, a partir das revoltas regenciais, na década de 1830, na qual a experiência de combate aos insurgentes permitiu a emergência de uma reforma a serviço de uma política conservadora, que se caracterizou, principalmente, pela preocupação com a boa administração e organização dos corpos; contudo, a reforma o manteve imiscuído nas relações sociais então vigentes, baseadas na patronagem e em favorecimentos, conservando, no fundo, a mesma configuração do período colonial.¹⁰⁶ Ou seja, a independência trouxe poucas mudanças ao Exército, mantendo a estrutura herdada de Portugal. A configuração social se manteria até o final da monarquia, enquanto a organização sofre alterações a partir da queda de Dom Pedro I.

Hendrik Kraay, ao estudar o exército na Bahia entre 1790 e 1850, tem uma interpretação convergente à de Souza, ao afirmar que o exército nacional somente surgirá em decorrência do combate às revoltas regenciais. Contudo, ele baseia-se mais no estudo de leis, decretos e debates parlamentares. Além disso, o autor enfoca as mudanças até que se chegasse à configuração de um corpo unificado. Mesmo que os padrões de recrutamento não tenham sido alterados, o espaço que foi objeto de sua investigação nos propicia uma compreensão das diferenças que poderiam ocorrer nos diversos cantos do país. Na Bahia, conturbada pela guerra de independência, houve uma substituição da maior parte da alta oficialidade, adepta à causa portuguesa. Isso provocou o rompimento da aliança entre os senhores de engenho, ápice da elite local, e os oficiais, pois estes que debandaram eram a ponte que aquela tinha para controlar a instituição. O preenchimento dos postos com novos indivíduos abalou o domínio dos grupos dominantes, pois boa parte daqueles era politizada e usava o Exército como canal para expressar suas maneiras de ver o mundo e a sociedade. O relacionamento entre os membros do topo da sociedade e a monarquia ficou abalado e passou por diversas alterações durante as duas primeiras décadas após a independência, que levaram esse grupo social a

¹⁰⁶ SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; SOUZA, 2008a.

aceitar que o Estado brasileiro assumisse a responsabilidade de administrar um exército que garantisse os seus interesses.

Ao analisar essas mudanças, Kraay salienta que, mesmo que a constituição de um exército nacional só tenha ocorrido próximo a 1840, o período do Primeiro Reinado foi o início desse processo. Entre as medidas que contribuíram para a consumação desse feito, estão: a reorganização da numeração dos corpos, que os vinculava não mais às suas regiões, mas ao país; a tentativa de padronizar as “instruções práticas das manobras”, que fez com que vários oficiais fossem deslocados ao Rio de Janeiro para treinamento; e a tentativa de criação de um livro-mestre dos oficiais, provavelmente um sinal para a regulamentação das promoções. Contudo, esse avanço foi interrompido pelos opositores de Dom Pedro, que, antes mesmo da abdicação, já tinham conseguido estipular um número máximo de militares; e após esse acontecimento, assumindo o poder, desmantelaram as forças armadas, criando uma estrutura federativa, baseada em corpos que permaneceriam em suas províncias de origem, não podendo sair dali. Apenas depois que os conservadores ocuparam o governo, ao final do período regencial, é que essas mudanças seriam desfeitas e teria início a emergência do Exército nacional, com uma política de circulação dos batalhões e de rompimento da orientação provincial da carreira.¹⁰⁷

Kraay, nessa análise, também demonstra as mudanças no corpo de oficiais, invalidando dizer que não houve mudanças significativas no perfil social do oficialato: há um contínuo empobrecimento dos oficiais do Exército a partir da independência, o que se acentuou na regência, já que a elite preferiu os postos da recém-criada Guarda Nacional. A orientação nacional da carreira de oficial, podendo ser transferido a qualquer momento, fez com que se reduzisse significativamente a proporção dos setores dominantes no oficialato.¹⁰⁸ Portanto, apesar de convergir com Souza na data de criação do Exército nacional, as visões são diferentes no que diz respeito ao processo que levou à criação do mesmo e as repercussões disso no perfil social do oficialato, o que decorre bastante da delimitação espacial e dos objetos de estudo de cada um dos autores.

Outra perspectiva sobre o exército pós-independência é a de Vitor Izecksohn. Em sua dissertação de mestrado, afirma que não houve mudanças significativas no Exército após 1822. Como não houve grandes lutas, nem grande participação da população, preservou-se, inicialmente, a estrutura herdada do Exército português. Em momentos de dificuldade financeira, sustentar a formação de uma força armada de dimensões nacionais que, por muitas

¹⁰⁷ KRAAY, 2011, capítulo 6.

¹⁰⁸ *Idem*, p.250.

vezes, tinha uma lealdade discutível, não fazia parte das possibilidades financeiras do novo Estado e poderia criar mais um conflito para ser administrado. Preferia-se confiar nas tropas comandadas pelos grandes senhores de terras, primeiro nas Milícias, e depois na Guarda Nacional, que aliviavam os gastos do governo com a segurança. Consonante com o seu objeto de estudo, que é a emergência de um núcleo profissional no Exército durante a Guerra do Paraguai, enfatiza as reformas ocorridas a partir de 1850 na educação dos oficiais, estudadas por John Schulz, as quais buscavam eliminar os favoritismos e as influências de fora da corporação, vinculando as promoções ao mérito e à antiguidade. Essas reformas permitiram a emergência de um núcleo profissional na instituição, que, a partir da Guerra do Paraguai, busca a sua união para pressionar por reformas.¹⁰⁹

Há, portanto, várias interpretações para o que foi o Exército no Primeiro Reinado. Porém, todos os autores referidos acima são unânimes em afirmar que uma estrutura de exército nacional não surge no Primeiro Reinado. Este capítulo buscará discutir qual o caráter dessa instituição durante a Guerra da Cisplatina. Houve mudanças importantes ou tudo continuou como Portugal deixou ao sair do Brasil? É isso que tentaremos estudar, primeiramente voltando ao momento de criação dos corpos militares e de suas normativas, em Portugal, e depois estudando o impacto que ocorreu desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Este capítulo se baseará fundamentalmente na legislação militar, tanto portuguesa como brasileira, e em trabalhos que tratam da temática militar.

2.1. De além-mar: a estrutura militar portuguesa, das origens a 1808.

No período temporal da Guerra da Cisplatina, as tropas brasileiras estavam divididas em três níveis: o Exército, primeira linha, com militares pagos; as Milícias, segunda linha, que entravam em serviço gratuito quando as tropas pagas eram deslocadas para alguma lide, fazendo serviços nas localidades, como as guardas; e as Ordenanças, uma terceira linha que incluía todos os que não estavam compreendidos nas duas forças anteriores, e que servia de repositório de homens, convocada quando fosse necessária. Essa configuração, contudo, foi resultado de quase três séculos de mudanças, tanto em Portugal como no Brasil, enquanto colônia e país independente.

A primeira tentativa do monarca português de enquadrar seus súditos ao serviço militar data de 1570, com a criação dos terços de Ordenanças. O objetivo era reduzir o poder

¹⁰⁹ IZECKSOHN, 2002, p.58-67.

que os senhores feudais tinham na composição dos exércitos reais. Criaram-se terços, comandados por um capitão-mor, os quais eram compostos por dez companhias de 250 homens, comandadas por um capitão. A Coroa transferiu às Câmaras, que eram um dos pilares da sociedade portuguesa,¹¹⁰ o poder de eleger aqueles que comandariam os homens nas lides guerreiras, devendo escolhê-los entre as “pessoas principais das terras e que tenham partes e qualidades para os ditos cargos”,¹¹¹ com exceção das terras dos senhores feudais, nos quais estes seriam os capitães-mores. A Coroa buscava que os cargos ficassem nas mãos das elites locais, o que foi complementado com a disposição de que os ocupantes desses postos poderiam usar do privilégio de cavaleiro, se ainda não o tivessem.¹¹² Essas eleições deveriam ser assistidas pelo provedor, que deveria dar informações das pessoas eleitas à Coroa, assim como ocorria com outros cargos da Câmara no mesmo período.¹¹³ Além disso, a estrutura do corpo deixava espaço para as redes clientelares,¹¹⁴ ao permitir que os capitães nomeassem os 10 cabos que cuidavam das esquadras de sua companhia. Ou seja, além de serem cargos que conferiam uma nobreza civil aos seus ocupantes, permitiam a estes reproduzirem as suas redes de relações, conquistando apoios e beneficiando leais servidores, através dos cargos ou até mesmo da dispensa do serviço militar.

Essa legislação incluía o serviço militar no rol de competência e nos acordos políticos que caracterizaram as Câmaras do Antigo Regime. Contudo, ao mesmo tempo em que essa decisão fortalecia as elites locais, Mello constata que, por outro lado, também favorecia o poder régio, pois o recrutamento era uma questão estratégica e seria executada, a princípio, por uma rede de poder subordinada.¹¹⁵ Porém, nem sempre as coisas funcionavam como o idealizado: a nobreza não ficou satisfeita em participar das Ordenanças no mesmo pé

¹¹⁰ BOXER, Charles. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286-307.

¹¹¹ PORTUGAL. Regimento dos Capitães Mores e mais capitães e oficiais das Companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem, de 10 de dezembro de 1570, §2. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitãesmores.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹¹² *Idem*, §41.

¹¹³ “Durante a segunda metade do século XVI, a Coroa interessou-se diretamente pela eleição dos vereadores, pelo menos no caso das cidades de província mais importantes. As pautas, ou listas de votos trienais, eram inicialmente mandadas para Lisboa para escrutínio; mais tarde, porém, a Coroa passou a designar os vereadores para o ano seguinte, fazendo ela própria a escolha dentre os nomes que lhe eram submetidos”. BOXER, *op. cit.*, p.290.

¹¹⁴ Por redes clientelares entendemos um modo de organização da sociedade típico de Antigo Regime, anterior às expressões de natureza política, que estruturavam os vários níveis de interação social e os comportamentos cotidianos das pessoas. Eram caracterizados pela amizade desigual entre um polo dominante, caracterizado por qualidades como liberalidade, caridade e magnificência, especialmente na doação de bens, que deveriam ser duráveis para permitir o sustento das obrigações por mais tempo, e um polo inferior, que retribuía com gratidão, serviço e submissão política. XAVIER, Ângela Barreto; HESAPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. v.4. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992., p. 381-392.

¹¹⁵ MELLO, 2009, p.37-38.

de igualdade que os outros homens, resistindo ao recrutamento e, até mesmo, a ocupar os cargos. Com pequenas mudanças, essa organização subsistiu até a incorporação de Portugal à Espanha, em 1580.

Esse sistema foi suspenso até 1640, período em que os lusos foram governados pelos soberanos de Madrid, na denominada União Ibérica. No início da Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668), foi retomado em parte, pois o recrutamento não dava conta das contínuas necessidades que a nova dinastia dos Bragança tinha para impedir o avanço espanhol sobre Portugal. Prensado entre as constantes queixas dos súditos e a necessidade de mobilizar homens para sustentar a independência, a monarquia criou, primeiramente, uma tropa regular, em 1641, aprovando um imposto extraordinário para mantê-la, a qual foi organizada em 1645, com o Regimento das Fronteiras.¹¹⁶ Em 1642, criaram-se as tropas de Auxiliares, mais tarde denominadas Milícias. Eram compostas de terços, comandados por um mestre-de-campo, divididos em 10 companhias de 60 homens, cada qual liderada por um capitão. Os dois cargos anteriormente citados eram de nomeação real, sendo indicados pelos governadores das províncias.

Os auxiliares receberam uma série de privilégios em 1645, como a autorização de só servir em suas províncias, a isenção de algumas contribuições e de requisições militares, e os oficiais teriam as mesmas vantagens que os seus equivalentes das tropas pagas.¹¹⁷ Cinco anos depois, em 1650, essas tropas seriam reorganizadas, devendo ser compostas de companhias de 80 homens, comandadas por capitães escolhidos pelas “pessoas mais nobres, de melhor nome e mais ricas que se acharem nos lugares e termos em que se formarem as ditas companhias”. O regimento de 1650 estabelecia a divisão das forças armadas em três linhas, que se manteria até 1831 no Brasil: a primeira linha, tropa regular, seria preenchida por pessoas desobrigadas e que “cuja falta não for notável à conservação das fazendas e serviço da república”; a segunda linha, tropas auxiliares, era da “gente mais nobre e rica, e que com menos incômodo de suas famílias possam ir assistir nas Fronteiras”, já que não serviriam por muito tempo; e a terceira linha, as Ordenanças, que já haviam sido dispensadas, em 1646, de servirem nas fronteiras, serviria como o repositório de mão-de-obra militar.¹¹⁸

A necessidade de manutenção da independência e da criação de um aparelho administrativo que controlasse os recursos que a monarquia tinha ao seu dispor faz com que o

¹¹⁶ *Idem*, p.46.

¹¹⁷ PORTUGAL. Alvará de concessão de privilégios aos membros dos Terços auxiliares, criados pelas Cortes de 1642. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1645alvaraauxiliares.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹¹⁸ PORTUGAL. Regimento dos Governadores das Comarcas ou Regimento dos Auxiliares, de 1º de abril de 1650. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1650governadorescomarcas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

Estado português tente uma intervenção cada vez maior nos assuntos militares, procurando dispensar o acionamento das Câmaras para empregar as forças armadas. Primeiramente, criando o Conselho de Guerra, em 1640. Este centralizaria a supervisão de assuntos relativos às tropas, emitindo pareceres que iriam à consulta real. Logo depois, em 1645, a Coroa, no Regimento de Fronteiras, cria o cargo de vedor-geral das tropas, que deveria controlar a entrada e saída de recursos do Exército. Além disso, esse empregado deveria registrar todos os aspectos da vida de oficiais e praças em serviço, como a data em que começou a servir, sua naturalidade e filiação, a arma a que pertenciam, possíveis fugas e licenças, enfim, tudo que pudesse ser útil a uma melhor eficiência na administração das tropas. Esses assentos ajudariam na hora das promoções, para que se conferisse se o que o suplicante pedia era realmente correto.¹¹⁹ Em 1650, o rei decretara que tinha o poder final sobre a nomeação dos cargos das tropas auxiliares; embora estes pudessem ser selecionados pelo governador da comarca, que, embora fosse de nomeação real, tinha ligação na região que comandava, provavelmente gerou repercussões na esfera local. As Câmaras perdiam o exclusivo que tinham sobre o controle da força militar, embora os espaços para a manutenção de redes clientelares prosseguissem, por exemplo, com a possibilidade dos capitães das tropas pagas nomearem os alferes e os sargentos de suas companhias, premiando seus favoritos.¹²⁰ Mas já se sentia o peso do poder real, e esse era apenas o começo.

No século XVIII, importantes mudanças acontecem em todas as linhas das forças armadas terrestres. Começamos pelas Ordenanças. Segundo Christiane Mello, baseada nos trabalhos de Antonio Manuel Hespanha, o que ocorreu nesse período foi uma mudança nos paradigmas que norteavam a organização da sociedade no Império português. Anteriormente, o que dominava era uma concepção corporativa, que via a sociedade como um corpo, no qual o rei, como cabeça, organizava as partes restantes. Era uma visão que permitia a delegação de poderes às localidades, sendo estas os principais agentes políticos e administrativos, como no caso da esfera militar. Durante o período setecentista o que ocorre é a emergência de uma concepção voluntarista, sobretudo na administração de Marquês do Pombal (1750-1777) como secretário de Estado, na qual o poder político era concedido diretamente ao monarca por Deus. Isso permitia que o rei intervisse como desejasse, reduzindo as atribuições dos outros centros de poder.

¹¹⁹ PORTUGAL. Regimento das Fronteiras ou Regimento do Vedor-Geral do Exército, de 29 de agosto de 1645. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1645fronteiras.html>> Acesso em: 22 mar. 2013

¹²⁰ *Idem*, capítulo 17.

Baseada nesse emergente ponto de vista, a Coroa promove mudanças nas Ordenanças. Estas mudanças serão muito sentidas no Brasil, pois, embora já houvesse tropas auxiliares em ação, a maior parte da população estava alistada na terceira linha, e sua presença era visível nas localidades. Em 1709, as Câmaras perderam o direito de eleger diretamente os ocupantes dos cargos. Segundo o decreto real, o motivo era que

se tem pelos mesmos povos abusado dele, fazendo-se as eleições geralmente com dolo e violência, de que resultam crimes, despesas e descrédito de famílias inteiras, criando-se ódios que se conservam de pais a filhos, em grande desserviço de Deus e grave dano à conservação de meus Vassallos, [...] antes ter mostrado a experiência que cada dia cresce a sua rebeldia, achando-se a maior parte dos Concelhos divididos em parcialidades, com grande escândalo da justiça e perturbação do bom governo.¹²¹

O que provavelmente deve ter chegado ao conhecimento do monarca é que nas Câmaras já haviam se constituído facções que buscavam controlar o máximo de cargos possíveis, inclusive os das Ordenanças, e que se utilizavam de vários métodos, incluindo as vias de fato. Porém, o decreto não significou o fim da influência dos notáveis locais e nem das parcialidades na escolha dos oficiais: a Câmara enviaria uma lista tríplice ao monarca, que escolheria o que julgasse mais preparado para os cargos de capitão-mor, sargento-mor e capitães das companhias. Os capitães mantinham a prerrogativa de nomear seus alferes e sargentos, embora necessitassem aprovação do governador das armas. Ou seja, uma vez após eleitos, poderiam continuar beneficiando seus favoritos com esses postos. Além disso, já havia uma seleção na Câmara daqueles que teriam seus nomes enviados para escolha régia, o que, sem dúvida, permitia que a interferência do poder central não fosse propriamente contrária aos desejos dos grupos dominantes locais.

Em 1749, mais uma importante mudança ocorreu na terceira linha: o capitão-mor passara a ser um cargo vitalício, e não mais de eleição trienal. A partir daquele momento, somente quando o ocupante do cargo morresse é que haveria uma nova eleição. Soma-se a isso o fato de que os sargentos-mores e os capitães das companhias passaram a ser de nomeação do capitão-mor, acabando com a sua eleição e possibilitando que ele usasse isso como instrumento de manutenção ou ampliação de sua rede pessoal.¹²² Esse fato era demonstrativo da crescente influência da monarquia no corpo de Ordenanças e da tentativa de não envolver os ocupantes dos postos, que poderiam ser importantes numa conjuntura bélica,

¹²¹ PORTUGAL. Novo regulamento sobre os oficiais das Ordenanças, de 18 de outubro de 1709. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1709ordenancas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹²² MELLO, 2009, p.75-76.

ao sabor das lutas entre as facções políticas predominantes nas localidades. Contudo, os cargos continuaram a ser procurados, pois mantinha-se o estatuto de nobreza civil ou política ao ocupante do cargo; embora não fosse hereditária, garantia uma diferenciação em relação ao restante da sociedade.

Estamos vendo como, mesmo com o crescente poder do Estado português sobre os negócios militares, deixavam-se algumas brechas para a participação dos poderes e notáveis locais, especialmente nas Ordenanças. Isso se pode perceber também no período de máxima centralização, na administração do Marquês do Pombal durante o reinado de Dom José I (1750-1777). Em 1757 é criado o posto de cadete. O objetivo era atrair membros da nobreza para a carreira das armas, oferecendo privilégios nos momentos de ascensão de postos. Os candidatos deveriam comprovar a sua ascendência nobre. O motivo para a sua criação, segundo o decreto, era que

considerando o muito, que convêm ao Meu Real Serviço, e ao bem comum dos meus Estados, que a Nobreza deles tenha escolas próprias para se instruir na Arte, e Disciplina Militar, em que a especulação se faz inútil sem uma quotidiana, e dilatada prática do que é pertencente às obrigações de cada um dos que se empregam em um tão nobre exercício.¹²³

No decreto dos cadetes podemos perceber a valorização da cultura do oficial “tarimbeiro”, típica dos exércitos de Antigo Regime, conforme afirma Souza,¹²⁴ com a crítica do pensamento descolado da prática. A escola da nobreza nas questões militares seria a convivência na própria tropa, mas com privilégios, como a desconsideração do tempo de serviço e de idade na hora das promoções. Seriam apenas três por companhia (o que foi revogado em 1797, passando a ser em número ilimitado), que deveriam ter entre 15 e 20 anos, numa tentativa de cooptar e submeter a nobreza já na juventude, da mesma forma que os filhos de oficiais superiores que não fossem nobres, que teriam o mesmo privilégio. Para Souza, esses talvez fossem os mais importantes, pois usar insígnias de postos militares talvez fosse o único sinal de distinção que tinham, e por isso se dedicariam e se submeteriam à monarquia, ampliando sua base de apoio.¹²⁵ Isso fazia parte do projeto político pombalino, que buscava cooptar vários grupos sociais para melhor servir à monarquia afora a nobreza, como os comerciantes, que tiveram várias barreiras de ascensão à nobreza reduzidas ou

¹²³ PORTUGAL. Alvará de criação dos cadetes, de 16 de março de 1757. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1757cadetes.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹²⁴ SOUZA, 2008a, p.137.

¹²⁵ SOUZA, 2008a, p.57.

eliminadas nessa época, tais como a limpeza de sangue e a não incidência de defeito mecânico.¹²⁶

O decreto de criação do posto de cadete demonstrava a tensão que havia entre manter os privilégios da nobreza e a busca pela adesão de outras camadas sociais, presente durante toda a segunda metade do século XVIII. Quanto à nobreza, por exemplo, as normas do recrutamento para as tropas pagas de 1764, incluíam entre os isentos os “criados domésticos dos fidalgos e ministros que os servirem quotidianamente com ração e salário”.¹²⁷ Já para os outros setores sociais, o alvará de recrutamento de 1797 previa que aqueles que não tinham impedimentos de cargos políticos ou civis para servir, e se julgassem credores de graças da Coroa, como ordens e títulos, deveriam estar voluntariamente servindo nas tropas ou mostrar que o fizeram por pelo menos seis anos.¹²⁸ Era uma tentativa, pelo menos no plano teórico, de atrair os pretendentes às dádivas oferecidas pelo monarca através da criação de um importante pré-requisito para os símbolos de distinção social, e de melhorar a “qualidade” do exército.

Também podemos ver pelos decretos do século XVIII em diante que, além dessa intenção de cooptar a nobreza (mantendo seus privilégios) e outros setores sociais, há uma tentativa de organização dos corpos. Esse esforço se mostrava mais intenso quando Portugal entrava em guerras,¹²⁹ que acabavam envolvendo tanto o reino como suas colônias. Três períodos acabaram se destacando no estudo da legislação: a década de 1760, marcada pela Guerra dos Sete Anos, na qual Portugal se aliou à Grã-Bretanha e, seu vizinho, a Espanha, com a França, o que trouxe consequências na colônia, principalmente no que hoje é o Rio Grande do Sul;¹³⁰ a década de 1790, marcada pela participação fracassada de Portugal no processo de contenção do processo revolucionário francês; e a década de 1800, marcada pelas guerras napoleônicas, que obrigarão a família real a se transferir para o Rio de Janeiro. Isso ocorria por que Portugal tinha a tradição de ter uma estratégia militar defensiva, em que a mobilização só ocorria quando havia uma ameaça muito real ao território, e nesse momento

¹²⁶ COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. 2011. 309f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p.40.

¹²⁷ PORTUGAL. Regulamento para o recrutamento do exército, de 24 de fevereiro de 1764. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1764ordenancas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013

¹²⁸ PORTUGAL. Alvará sobre o recrutamento, de 23 de fevereiro de 1797. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1797recrutamento.html>> Acesso em: 22 mar. 2013

¹²⁹ Especialmente no período entre a retomada da independência e a invasão francesa (1640-1807). GOUVEIA, Antonio Camós; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As milícias. In: MATTOSO (Org.), 1992, p.197.

¹³⁰ KUHN, Fábio. Rivalidades ibéricas no sul da América portuguesa. In: GRIJÓ; NEUMANN (Orgs.), 2010, p.45-68.

ocorriam as reorganizações que se julgassem necessárias, muitas vezes com o apoio de oficiais estrangeiros, conhecedores das mais recentes táticas.¹³¹

Na década de 1760 houve importantes mudanças: primeiramente, a questão do recrutamento, da qual falaremos com detalhes no próximo capítulo, que especificou quem deveria comandá-lo e as pessoas que não poderiam ser recrutados, delimitando competências e estabelecendo certas normas para o procedimento, buscando reduzir a dilatada autoridade que os militares tinham nessa tarefa. A principal mudança foi a instituição dos Artigos de Guerra por parte do Conde de Lippe, oficial germânico que comandou as tropas portuguesas no período. Este buscou impor o regime de disciplina prussiana, com regulamentos específicos para a infantaria e a cavalaria e pesados castigos para as faltas, chegando até à pena de morte.¹³² Contudo, segundo Dores Costa, há uma sensação de decadência após a saída do comandante estrangeiro, pois havia muita dificuldade em impor as penas previstas pelos códigos. Na realidade, era a “sociedade” que havia vencido a tentativa de impor uma disciplina nas tropas.¹³³ Somando-se a este esforço de organizar as tropas, em 1779 se impôs o primeiro limite de tempo de serviço, que deveria ser de dez anos,¹³⁴ o que será complementado em 1797 com a disposição de seis anos para os voluntários¹³⁵.

Já a última década do século XVIII e a primeira do XIX são marcadas pela participação de Portugal, como coadjuvante, nos conflitos europeus decorrentes da Revolução Francesa, contra o avanço revolucionário. O evento principal foi a denominada Campanha do Rossillon, na fronteira entre Espanha e França, na qual Portugal sofre duras derrotas. Poucos anos depois, Portugal entra em disputas territoriais com seu vizinho, as quais resultam na Guerra das Laranjas, em 1801, que provoca intensos debates sobre a reforma do Exército,¹³⁶ e sofre constante pressão da França para que fechasse seus portos e comércio aos britânicos. Como esse pedido foi negado, Portugal foi invadido pelas forças napoleônicas e a família real migra para o Rio de Janeiro.

Nesse período, em 1796, são criadas as Milícias, mantendo a estrutura das Tropas Auxiliares. No ano seguinte, a Coroa prensa a nobreza, obrigando aqueles que sucedessem em morgados ou outros bens patrimoniais, e que não tiverem assentado praça voluntariamente até os vinte anos (ou não mostrassem que não o podiam fazer), teriam que dar o quinto desses

¹³¹ SOUZA, 2008a, p.64.

¹³² DORES COSTA, 2010, capítulo 3.

¹³³ *Idem*, capítulo 8.

¹³⁴ *Idem*, p.372.

¹³⁵ PORTUGAL. Alvará sobre o recrutamento, de 23 de fevereiro de 1797. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1797recrutamento.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹³⁶ DORES COSTA, 2010, p.415-439.

bens, que serviriam para as despesas da tropa. Em 1807, às vésperas da invasão francesa, a Coroa buscou reorganizar as Milícias, que seriam fundamentais caso Portugal quisesse parar a poderosa máquina militar francesa. Por essa nova disposição, a partir das sete regiões militares haveria uma divisão do território em 24 partes iguais em população, denominadas de Brigadas de Ordenanças. Em cada uma delas, haveria dois regimentos de milícias. Tomando o número de homens em cada regimento pela lei de 1797 (800 homens), poderiam ser convocados para servir 38400 homens, contingente bastante significativo para um país pequeno. Os comandantes destas Brigadas seriam retiradas dos tenentes-coronéis ou coronéis das tropas de linha ou de milícias e, além de comandar os oficiais dos corpos de Ordenança, seriam responsáveis pelo recrutamento para a primeira linha.¹³⁷ O fracasso dessa tentativa e a vitória francesa fazem com que haja mais uma tentativa de ajustar as Milícias. A importância das milícias para o Exército português seria reforçada pelo próprio monarca em outro momento:

E considerando em que os Corpos de Milícias formam uma força muito principal do meu Exército, que, sem grande detrimento da minha Real Fazenda e com pouco incômodo dos povos, se conserva não só pronto a defender o Estado em qualquer agressão externa, mas sempre hábil e disposto para manter a tranquilidade interna e segurança pública.¹³⁸

Ordenaram-se, em 1808, já na nova Corte, novas normas para as milícias. Por estas, seus oficiais seriam retirados das tropas de linha, buscando uma maior disciplina dos corpos. Porém, mantinham-se os espaços para as redes clientelares, já que os capitães das companhias milícias poderiam nomear, a seu bel prazer, os sargentos, furriéis, cabos e anspeçadas; já os coronéis poderiam nomear seus porta-bandeiras. Determinava também a idade para o recrutamento: entre 18 e 40 anos, desde que não tivessem emprego público que o incompatibilizasse para o serviço militar, incluindo aqueles que tinham isenções para as tropas de primeira linha e os casados. Estabelecia-se um tempo máximo de doze anos de serviço; premiava-se o serviço em campanhas com três anos para cada ano em que combatia; para os oficiais, garantiam-se as mesmas honrarias que tinham os seus equivalentes dos corpos de linha e o foro militar; para os soldados, a isenção de um filho do serviço nas tropas

¹³⁷ PORTUGAL. Alvará sobre o território dos Governos Militares e a reorganização dos regimentos de milícias e Alvará sobre a reorganização das Milícias, ambos de 21 de outubro de 1807. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1807organizacao.html>> e <<http://www.arqnet.pt/exercito/1807ordenancas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹³⁸ PORTUGAL. Decreto de 9 de outubro de 1812. Dá diversas providencias sobre a proposta e escolha dos Officiais de Milícias e Ordenanças. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_10.pdf#page=4>. Acesso em: 22 mar. 2013.

pagas e o reforço da proibição de prisão destes por parte de magistrados civis em causas comuns, exceto quando em flagrante delito ou em situações em que a demora poderia provocar a fuga do suspeito.¹³⁹ Ou seja, embora promovesse uma militarização da segunda linha, garantia uma série de privilégios que faziam com que o corpo, pelo menos em teoria, tivesse uma “qualidade” superior às tropas pagas.

Mesmo assim, segundo a monarquia, muitos se escusavam de servir nas Milícias através dos cargos de Ordenanças. Em 1812, uma nova determinação proibia que os capitães, sargentos-mores, capitães-mores, alferes e sargentos de Ordenanças tivessem menos de 40 anos, idade máxima para servir na segunda linha, com a exceção daqueles que tivessem impedimentos de cargos ou enfermidades e dos que já estivessem servindo em outros postos do corpo e quisessem promoção. Podem-se especular duas hipóteses através dessa medida: por um lado, que os oficiais nomeavam pessoas próximas a si para protegê-las do serviço; por outro, uma resistência inclusive no plano de pessoas mais “qualificadas” na sociedade, visto que o serviço das tropas milicianas, mesmo em tempos de paz, era arriscado, pois estas cuidavam da segurança local, combatiam quilombos, vadios, criminosos, em atividades que geravam riscos que alguns não estavam dispostos a correr.

Pudemos ver, por todo esse recorrido pela legislação referente às forças armadas terrestres portuguesas, que estas estavam imiscuídas nas relações sociais. A ocupação de cargos nas tropas, das diferentes linhas, conferia prestígio aos seus detentores e permitia a estes reproduzir suas redes clientelares, com a possibilidade da nomeação de favoritos para postos subordinados aos seus. Percebe-se, contudo, que, com o passar dos anos, o Estado tenta intervir cada vez mais nos assuntos militares, retirando alguns privilégios, sobretudo nas Ordenanças, mas mantendo e conferindo novos, o que permitia que esses corpos mantivessem seu caráter aristocrático.

2.2. Em terras tropicais: impacto da presença da família real e da independência no exército

Com a chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808, começam a ocorrer mudanças importantes em assuntos referentes ao Exército. Pouco após a sua chegada, foi criado o Conselho Supremo Militar e de Justiça, que se dividia em dois órgãos. Um era o Conselho Supremo Militar, que cuidaria de questões administrativas, como expedição de

¹³⁹ PORTUGAL. Alvará publicando o Regulamento das Milícias, de 20 de dezembro de 1808. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1808milicias.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

patentes, decisões sobre promoções, reformas e pensões, além da emissão de pareceres ao monarca sobre assuntos de sua competência. Este substituiria o Conselho de Guerra, o Conselho do Almirantado e o Conselho Ultramarino, este último apenas nas questões referentes às forças armadas. A outra repartição era o Conselho Supremo de Justiça, que tinha por objetivo acelerar o julgamento dos recursos de sentenças ditadas em Conselhos de Guerra, que, por vezes, levavam anos para serem executadas devido à distância da metrópole.¹⁴⁰ A criação do Conselho fez parte de um processo da monarquia recém-chegada aos trópicos de viabilizar a governabilidade e dar uma continuidade à administração, pois foi acompanhada da duplicação de outros órgãos presentes na metrópole, como o Real Erário, o Desembargo do Paço, a Intendência de Polícia e a Casa de Suplicação.¹⁴¹

Mais uma instituição que foi criada durante a estadia da Corte no Brasil foi a Real Academia Militar, que substituíra a antiga Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, inaugurada em 1792 como cópia da existente em Lisboa. O alvo principal era a formação de oficiais de engenharia e de artilharia, geógrafos e topógrafos, decorrente das novas necessidades surgidas com a transferência da Corte, como a abertura de caminhos, construção de pontes, exploração de minas, entre outras. A instituição, contudo, fracassou em seus primeiros anos, pelo constante conflito entre os professores, o ensino fraco, a falta de disciplina e de significação do curso, já que não era pré-requisito para se avançar na carreira.

142

Outra importante mudança, decorrente das necessidades da administração portuguesa nos trópicos, foi a criação ou reorganização de várias unidades militares. As primeiras tropas de linha que serviram no Brasil eram regimentos enviados de Portugal; os primeiros foram enviados para o controle das Minas Gerais, a partir de 1720. No período joanino, quase todas as capitanias do Brasil tiveram significativas alterações, tanto na organização das companhias

¹⁴⁰ PORTUGAL. Decreto de 1º de abril de 1808. Cria o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40133-1-abril-1808-572022-publicacaooriginal-95151-pe.html>> Acesso em 22 mar. 2013. Para informações sobre a estrutura de justiça militar na época joanina e no Primeiro Reinado, cf. SOUZA, Adriana Barreto de. O Conselho Supremo Militar e de Justiça e as instituições da justiça militar (1808-1831): notas sobre uma tradição militar de Antigo Regime. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. (em CD-ROM)

¹⁴⁰ MOREIRA, 2012, p.275.

¹⁴¹ COMISSOLI, 2011, p.54.

¹⁴² SOUZA, 2008a, p. 36 e capítulo 2. Para as normas que deveriam regular a Academia, ver PORTUGAL. Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Cria uma Academia Real Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>> Acesso em 22 mar. 2013.

como na própria criação de novos corpos.¹⁴³ Isso era decorrente não só de uma possível política defensiva, contra alguma investida francesa, mas também possibilitava uma atitude expansionista, como fica claro nas invasões da Guiana Francesa, em 1809, e da Banda Oriental, a partir de 1811. Por um lado, podemos pensar essa militarização do Brasil como um reforço do poder da Coroa, que teria meios de impor sua vontade. Porém, por outro, podemos pensar que esta buscava uma aliança com as elites locais, pois abria espaço para a premiação dos súditos leais com o oferecimento de um dos muitos novos postos criados, que conferiam poder (e rendas, também!) de mobilização de homens aos seus ocupantes e permitiam que estes premiassem os seus fieis seguidores, pois, por exemplo, os capitães de Milícias tinham o poder de indicar os sargentos, furriéis e cabos que desejasse. Pode ter sido uma das maneiras pelas quais a Coroa buscou retribuir o apoio dado a ela, sobretudo na sua estada nos trópicos, visto o oferecimento de postos era um contra-dom oferecido em pagamento aos serviços em prol da monarquia, da mesma forma que eram os muitos títulos nobiliárquicos ofertados por Dom João VI na sua passagem pelo Rio de Janeiro.¹⁴⁴

Um dos melhores exemplos que demonstram esse processo de militarização está ao sul do Império, no Rio Grande de São Pedro. O primeiro corpo militar presente nos pagos meridionais foi o Regimento de Dragões de Rio Grande, um corpo a princípio auxiliar e de infantaria, organizado após a fundação de Rio Grande, em 1737. Por algum tempo foi o único corpo militar efetivo da então comandância militar, mesmo que não fosse muito subordinado, como atesta a revolta do regimento em 1742, que exigia o pagamento dos soldos e fardas atrasados, e que contou com o apoio da população local.¹⁴⁵ Com a invasão espanhola à vila em 1763, o regimento foi transferido para Rio Pardo, localidade na qual teve importante

¹⁴³ Por exemplo, no Ceará, em Alagoas e no Espírito Santo. PORTUGAL. Decreto de 31 de julho de 1813. Manda organizar um batalhão de tropa de linha das duas Companhias de Artilharia e Infantaria existentes na capitania do Ceará. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_26.pdf#page=2> Acesso em: 23 mar. 2013. PORTUGAL. Decreto de 20 de julho de 1818. Organiza na capitania das Alagoas um Corpo de Tropa de Linha. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_97.pdf#page=2> Acesso em: 23 mar. 2013. PORTUGAL. Decreto de 22 de janeiro de 1820. Manda criar na província do Espírito Santo um Corpo de Tropa de Linha composto de uma Companhia de Artilharia e duas de Infantaria. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_4.pdf#page=3> Acesso em: 23 mar. 2013.

PORTUGAL. Cria o 5º Regimento de Infantaria de Milícias da Cidade da Bahia.

¹⁴⁴ COMISSOLI, 2011, p.55.

¹⁴⁵ NEVES, Francisco das Alves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo Cesar (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010. p. 33-51

atuação na contenção do avanço hispânico capitania adentro, e onde se adaptou à arma de cavalaria, por conta das características da região.¹⁴⁶

Nesse conflito, tiveram fundamental importância para expulsar os espanhóis as tropas irregulares, lideradas por potentados locais ou estancieiros-militares. Essa marcante presença de contingentes não oficiais no serviço das armas marcaria a especificidade da guerra no sul da América portuguesa. Com os poucos recursos que a Coroa tinha, mesmo trazendo um regimento de infantaria para o conflito, as forças que os grandes proprietários comandavam eram primordiais, conduzindo um número expressivo de homens com base em suas relações pessoais. É que eles detinham o “cabedal militar”, uma série de recursos que seus subordinados não possuíam, podendo ser estes elementos terras, dinheiro, o emprego da mão-de-obra quando fosse necessário ou até mesmo uma isenção do recrutamento. A dispensa desses recursos aos seus subordinados os deixava em dívida, que deveria ser paga com os que estes dispunham. Um deles era a sua capacidade guerreira. Convencendo os seus devedores a ir lutar, os líderes contraíam mais uma dívida com aqueles: recompensar o sacrifício dos seus seguidores, seja com o sustento destes durante todo o tempo do conflito (cavalos, fardamento, alimentação), seja com presas de guerra, como cabeças de gado e objetos dos soldados mortos. O pagamento em dia dos débitos garantia a continuidade da relação e ampliava a liderança do potentado, a qual poderia ser cooptada pela Coroa para seus propósitos, fazendo com que estes senhores se transformassem em intermediários entre o Estado monárquico e a população local.¹⁴⁷ A aliança poderia se dar pela inclusão desses contingentes em regimentos oficiais, concedendo postos aos líderes, os quais reforçariam seu poder e prestígio, ou mesmo pela permissão de atividades ilícitas, como o contrabando. Esse sistema vigorou na capitania, depois província, do Rio Grande de São Pedro no século XVIII, mas também em grande parte do XIX, pelo menos até a Guerra do Paraguai.

Voltando à ampliação do exército no sul da América portuguesa, já em 1809, o príncipe regente Dom João mandava o governador Dom Diogo de Souza reorganizar as tropas da agora capitania. O motivo, supostamente, eram as dificuldades para arrumar os corpos de acordo com o Regimento de Milícias de 1807, dando uma formação adequada às tropas locais, além do excessivo número de oficiais em comparação com a tropa; contudo, já se previam tensões com as possessões espanholas, por conta do clima político pelo qual passava a Espanha, com a abdicação do rei Fernando VII e a invasão napoleônica.

¹⁴⁶ KUHN, 2010.

¹⁴⁷ COMISSOLI, 2011, p.80; 173-180.

O *Plano de Reorganização das Tropas da Capitania do Rio Grande de São Pedro* previa a criação de um novo Regimento de Dragões de cavalaria, com oito esquadrões, cada um representando um distrito da comandância de Porto Alegre, cada uma com 240 homens brancos. Mantinha-se o Regimento de Dragões de Rio Pardo, mas dividia-o em quatro companhias, com sedes em Rio Grande, fronteira de Missões, fronteira do Jaguarão e na região entre a nascente do Jaguarão e do Ibicuí. Também criava-se um novo corpo de infantaria para a primeira linha, o Batalhão de Caçadores, em substituição ao antigo corpo de Infantaria e Artilharia. Para a fronteira de Missões, previa-se a criação de um corpo de Milícias composto exclusivamente por homens brancos, no regime de colônia militar, com o serviço sendo compensado com lotes de terra.¹⁴⁸

Mesmo na hipótese de não haver aumento de efetivos, permitia-se, com essa reorganização, que homens que lutaram e prestaram serviços ao monarca, como na guerra de incorporação das Missões, em 1801, fossem recompensados pelos seus serviços, o que se percebe na leitura da carta régia que diz que

Sendo mui dignos da minha particular atenção os longos e bons serviços praticados com valor e distinção pelos Oficiais Gerais que ali se acham, tereis em consideração, e me proporeis a maneira porque poderão continuar a ser empregados, segundo as suas circunstâncias, e a nova regulação do serviço militar dessa Capitania, e pela mesma razão quero, que na organização das Milícias admitais com especial preferência aqueles hábeis Oficiais, que tanto se assinalaram na guerra passada [1801], e que adquiriram pelo seu heroico valor e zelo do meu serviço este título á minha real contemplação.¹⁴⁹

Era oportunidade para figuras que dispunham de poder e influência conseguir ainda mais, com os novos cargos oferecidos. E a Coroa abriria ainda mais oportunidades aos sul-rio-grandenses durante a estadia da Corte no Brasil. Em 1811, Dom João mandava o governador reorganizar as companhias de cavalaria miliciana do Rio Grande, de maneira provisória. O príncipe regente justificava a medida pela falta dos “necessários conhecimentos da localidade e da forma com que está distribuída a população em toda a capitania, de que necessariamente se seguiriam grandes inconvenientes, se logo se procedesse a um plano decidido e permanente”.¹⁵⁰ O grande destaque dessa medida é que o monarca delegava seus poderes ao

¹⁴⁸ MIRANDA, 2006, p.106-110.

¹⁴⁹ PORTUGAL. Carta Régia de 20 de julho de 1809. Manda organizar as tropas de linha e de milícias da Capitania do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40086-20-julho-1809-571765-publicacaoriginal-94883-pe.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁵⁰ Ambas as citações desse parágrafo são tiradas de PORTUGAL. Carta Régia de 21 de fevereiro de 1811. Manda organizar as Companhias de Cavalaria Miliciana da Capitania do Rio Grande do Sul. Disponível em

administrador local, que organizaria os corpos quanto à sua força e regimentos, além de indicar, enquanto não houvesse uma decisão definitiva sobre o assunto, os nomes que serviriam nos estados-maiores de cada uma deles. Isso era decorrente da proximidade que se sentia de um conflito na Banda Oriental, para o qual era necessário ter todas as tropas organizadas. O plano que reorganizava os regimentos de cavalaria miliciana de Rio Pardo e Rio Grande foi aprovado no início de 1813, com cada um deles tendo 512 militares, divididos em 4 companhias de 64 homens (52 soldados e 12 oficiais) e 4 de 62.¹⁵¹

Ainda em 1811, a administração régia criava um regimento de cavalaria de milícias guaranis, com 520 homens, divididos em 8 companhias de 64 militares cada (52 soldados e 12 oficiais), que seriam espalhadas pela região das Missões, incorporadas aos domínios portugueses há apenas dez anos. Pela primeira vez as Milícias receberiam contingentes não brancos, pelo menos do ponto de vista legal. Contudo, para contrabalançar em parte esse movimento, também eram criadas três companhias de homens brancos para aquela região, com 192 homens, que, posteriormente, dariam origem a mais um regimento.¹⁵² Criavam-se novos postos, que poderiam ser utilizados para cooptar as lideranças guaranis, que tinham preeminência sobre os seus camaradas, mas que também poderiam ser preenchidos por oficiais de outros regimentos que se mudaram para aquela região de ocupação recente. Em 1817, era a vez da região de Entre Rios,¹⁵³ na atual fronteira oeste do Rio Grande do Sul, ganhar o seu regimento de Milícias. Atuando numa região de fronteira incerta, este deveria ser composto por uma força de 600 homens, com 8 companhias com 73 militares (58 soldados e 13 oficiais), além de 16 membros do estado-maior.

Podemos perceber o impacto dessa militarização no número de militares envolvidos nas milícias. Somando-se os regimentos de cavalaria miliciana de Rio Grande, Rio Pardo, Entre Rios e de Guaranis, citados anteriormente, além das companhias de milicianos brancos das Missões, são 2336 homens. Não temos os dados do regimento de cavalaria de milícias de Porto Alegre, nem do Batalhão de Caçadores de Infantaria e dos regimentos de cavalaria de

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_9.pdf#page=1> Acesso em 22 mar. 2013.

¹⁵¹ PORTUGAL. Decreto de 20 de janeiro de 1813. Aprova o plano de organização dos Regimentos de Cavalaria de Milícia de Rio Pardo e Rio Grande. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39646-20-janeiro-1813-570152-publicacaooriginal-93307-pe.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁵² PORTUGAL. Carta de Lei de 9 de julho de 1811. Manda organizar um Regimento de Milícias Guaranis a Cavalo e Três Companhias de Cavalaria Miliciana, na Província de Missões. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39820-9-julho-1811-570691-publicacaooriginal-93800-pe.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁵³ A fronteira de Entre Rios considerava uma região de delimitação variável conforme o passar dos anos. A princípio, seu limite ao norte era o rio Ibicuí, e ao sul, o Quaraí. Com a anexação da Banda Oriental, a fronteira se estendeu mais ao sul até o rio Arapeí. A oeste, seu limite era o rio Uruguai, e a leste, o rio Santa Maria.

primeira linha. O censo de 1814 dava ao Rio Grande do Sul uma população de 70656 pessoas. Retirando os escravos e os recém-nascidos, restam 46354 indivíduos.¹⁵⁴ Na hipótese de que metade da população fosse feminina (já que o levantamento não separa a população por sexo), ficamos com aproximadamente 23 mil pessoas, o que daria aproximadamente 10% da população masculina engajada somente nas milícias de que temos informações. Claro que tudo isso em teoria, pois quase sempre os corpos não estavam com o número completo de militares, além das isenções que reduziam o público-alvo do recrutamento.

Dom João VI, enquanto esteve no Brasil, editou uma série de decretos, alvarás e cartas régias referentes ao exército. A maior parte referia-se a aumento de salários, perdão de desertores, distribuição de patentes e aprovação de planos de uniformes para as tropas. Além das medidas que nos referimos anteriormente, outras importantes medidas tomadas pelo soberano foram a aprovação do novo Código Penal Militar, em 1820, que não entrou em vigor por conta da Revolução do Porto;¹⁵⁵ e, às vésperas do retorno da Corte à Lisboa, em 1821, a equiparação salarial entre os membros do exército do Reino de Portugal e os do Reino do Brasil.¹⁵⁶ Essa última nos traz uma indagação: a possibilidade de não integração entre os exércitos do Brasil e de Portugal durante a permanência do monarca nos trópicos. Um dos indícios para isso é o decreto de desligamento da Divisão de Voluntários d'El Rei, que servia na Banda Oriental, do Exército do Reino de Portugal, para se incorporar ao do Reino do Brasil, sustentado pelas rendas do Brasil, e não de Portugal. Essa é uma questão para a qual temos poucos indícios e não se trata do objetivo principal do trabalho; contudo, deve ser colocada, pois permite pensar sobre, por exemplo, a possibilidade de um oficial nascido ou que sirva na América ter um cargo importante em Portugal. Mesmo tornando-se Reino Unido, em 1815, o campo de possibilidades dos militares poderia estar limitado conforme a tropa a qual estivesse servindo.

O exército existente às vésperas da independência, portanto, era consideravelmente diferente daquele pré-1808. Basicamente, era um exército inchado, com a criação de muitos corpos durante os treze anos de estadia da Corte no Rio de Janeiro. Esse fato decorreu, por um lado, da política externa bragantina, baseada tanto na defesa perante inimigos externos,

¹⁵⁴ FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do Rio Grande do Sul, 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/RS, 1981, p.50.

¹⁵⁵ Revolução de cunho liberal, iniciada na cidade do Porto, norte de Portugal, em agosto de 1820. Tinha por objetivos principais o estabelecimento de uma monarquia constitucional para o país, com a convocação de Cortes para elaborar uma Constituição e o retorno da família real para Lisboa.

¹⁵⁶ PORTUGAL. Decreto de 22 de abril de 1821. Concede aos Oficiais e praças do Exército do Brasil os mesmos soldos e etapas que vence a Tropa do Exército de Portugal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_21.pdf#page=2> Acesso em: 22 mar. 2013.

especialmente a França napoleônica, mas também numa política ofensiva, com o intuito de impor seus desejos perante outras entidades políticas, o que ocorreu principalmente em relação à região do Rio da Prata. Por outro lado, podemos interpretar essa expansão como um reflexo da política joanina de compensação de seus súditos que viviam nos trópicos pelos serviços prestados, numa época em que a monarquia mostrava-se carente de recursos pecuniários. Isso ocorreu, por exemplo, com a torrente de títulos concedidos, beneficiando especialmente os comerciantes fluminenses, que emprestavam dinheiro para a manutenção da administração. A concessão de títulos e mercês era, talvez, a única maneira de se pagar pelos sacrifícios dos vassalos de Sua Majestade. Podemos pensar que a abertura e reorganização de corpos abriu novos espaços para que a Coroa nomeasse pessoas que já haviam prestado sua contribuição ao Império, principalmente os militares, para postos que conferissem prestígio e poder.

Logo após a consumação da independência, portanto, havia um exército razoavelmente preparado e organizado pela própria administração portuguesa.¹⁵⁷ Dom Pedro I, contudo, busca reorganizar os diversos corpos espalhados por todo o vasto território recém-emancipado. Em junho de 1822, o príncipe edita instruções para o recrutamento dos corpos, das quais trataremos no próximo capítulo, a princípio exclusivas para o Rio de Janeiro; em novembro, ordena que os militares das outras províncias recebessem os mesmos soldos e gratificações dos da Corte¹⁵⁸, e em dezembro determina a possibilidade de uma promoção geral nos corpos, provavelmente para compensar a perda de efetivos que voltaram a Portugal, mas também para premiar aqueles que apoiaram a independência desde o momento em que essa possibilidade fora cogitada.¹⁵⁹ Para o Rio Grande de São Pedro, a principal novidade foi a criação de um batalhão de caçadores (infantaria) de Milícias, com seis companhias espalhadas pela província, cada uma com 93 membros.¹⁶⁰ Uma dessas companhias seria

¹⁵⁷ Nisso não diferia muito da América espanhola. Ali, o processo de reforma das forças militares na segunda metade do século XVIII levou a uma “criolização” (*creollización*) dos corpos, especialmente de Milícias, que foram dominados por ricos habitantes locais. Como consequência dessa política, a própria Coroa formou boa parte dos corpos que lutariam contra o seu poder nas décadas de 1810 e 1820. MARCHENA FERNANDEZ, Juan (Coord.). *El ejército de América antes de la independencia*. Ejército regular y milicias americanas, 1750-1815. Hojas de servicio y uniformes. Madri: Editorial Mapfre, 2005.

¹⁵⁸ BRASIL. Decreto de 11 de novembro de 1822. Estende aos militares das diversas províncias do Império os soldos e gratificações que vencem os da Corte. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_22.pdf#page=2> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁵⁹ BRASIL. Decreto de 4 de dezembro de 1822. Determina que as promoções do Exército, até Coronel inclusive, sejam gerais em cada província e arma. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_27.pdf#page=1> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁶⁰ BRASIL. Decreto de 17 de dezembro de 1822. Cria na província de São Pedro do Sul um Batalhão de Infantaria de Milícias. Disponível em

composta de homens pardos, demonstrando a vitalidade da presença de africanos e seus descendentes na paragens sulistas.¹⁶¹ Segundo Márcia Eckert, houve resistências na constituição de companhias desse batalhão, por conta da oposição de grupos contrários à emancipação brasileira.¹⁶²

Em 1823, há uma importante discussão sobre o papel dos governadores das armas. As Cortes convocadas após a Revolução do Porto editaram normas para a administração das províncias do Brasil, no final de 1821. Entre as novidades, estava a separação do poder civil do militar, com a criação do cargo de governador das armas, que deveria se reger por leis de 1678. Contudo, o que mais intrigava era que a sua autoridade era independente da dos governos locais, à época constituídos de Juntas Provisórias, e subordinada diretamente ao governo do Reino, nas matérias de sua competência.¹⁶³ Essa determinação criou uma série de conflitos entre os dois cargos, que chegaram até à Assembleia Constituinte. Após inúmeras discussões sobre o tema, com argumentos pró e contra a independência do governador das armas, a lei de 20 de outubro de 1823, que regulamentava o governo das províncias, retirou a independência do ocupante desse posto. O presidente da província, de nomeação do Imperador, poderia, inclusive, suspendê-lo, desde que isso fosse aprovado pelo Conselho Consultivo. Além disso, o comandante militar deveria pedir autorização ao mandatário provincial para empregar a força sob sua direção contra os “inimigos internos”, e só teria liberdade no que concernisse ao governo das tropas e à sua disciplina.¹⁶⁴ Contudo, os conflitos continuaram em várias localidades, o que levou, posteriormente, a novas discussões sobre o assunto,¹⁶⁵ e a edição de novas normas. Estas, de 1829, determinando que o presidente poderia, além de comandar o recrutamento, aprovar ou desaprovar as nomeações que os governadores faziam para comandantes de fortalezas, distritos, e outros pontos militares. Já os

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_29.pdf#page=1> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁶¹ Entre os trabalhos que demonstram a importante participação de africanos e descendentes na composição populacional do Rio Grande do Sul para o período deste estudo estão BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do Sul, c. 1790 – c. 1825*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. ALADRÉN, 2008.

¹⁶² Estes grupos seriam os corcundas, que desejavam manter-se ligados à metrópole e combatiam o constitucionalismo, e os saldanhistas, do ex-presidente da Junta Provisória de Governo, Saldanha e Daun, que desejavam também desejavam a manutenção dos vínculos com a metrópole, mas por meio de uma Constituição. MIRANDA, 2006, p.162.

¹⁶³ PORTUGAL. Decreto de 1º de outubro de 1821. Determina provisoriamente a forma da administração política e militar das províncias do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39185-1-outubro-1821-568934-publicacaooriginal-92229-pl.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁶⁴ SLEMIAN, 2009, p.117-119.

¹⁶⁵ Por exemplo, no Maranhão, em 1824, no Ceará, em 1825, e em Santa Catarina, em 1827, o que obrigou a primeira legislatura, a partir de 1826, a retomar o assunto. *Idem*, p. 224.

governadores das armas deveriam cuidar da economia, disciplina e instrução das tropas, além remeter ao presidente todas as requisições dos militares.¹⁶⁶

A partir de 1824, começa um movimento no sentido de padronizar tudo o que fosse referente ao Exército por todo o território nacional. Em dezembro desse ano, criaram-se novas denominações para os corpos. Até então, os corpos eram pautados por referências regionais e muitas vezes locais. Após isso, se deu um número para cada corpo, num padrão nacional. Esse processo foi iniciado na província do Rio de Janeiro, se espalhou pelo centro-sul ainda no final de 1824 e foi ampliada nos anos seguintes para os corpos do Norte.¹⁶⁷ No Rio Grande do Sul havia os seguintes corpos, numa estrutura que se manteria durante a Guerra da Cisplatina: para o Exército, na cavalaria, o 4º Regimento, com sede na freguesia do Cerrito (Jaguarão), e o 5º Regimento, em Rio Pardo; para a infantaria, o 9º Batalhão de Caçadores, em Porto Alegre. Já para as Milícias havia: para a infantaria, o 46º Batalhão de Caçadores, dividido em seis companhias por toda a província; e para a cavalaria, havia seis regimentos: o 20º, com sede em Porto Alegre, o 21º, em Rio Grande, o 22º, em Rio Pardo; o 23º, em Alegrete; o 24º, em São Borja; e o 25º, também com sede em São Borja, mas composto apenas de índios guaranis. Note-se a predominância dos corpos milicianos frente aos de primeira linha. Em março de 1825 padronizaram-se os soldos e gratificações, tanto dos oficiais como das praças, por todo o país. Essas medidas, conforme Kraay afirma,¹⁶⁸ sem dúvida contribuíram para o estabelecimento de um exército nacional.

O esforço reorganizador das forças armadas terrestres só volta a aparecer depois do término da guerra na Cisplatina. Contudo, esses anos não passaram sem discussões sobre elas. A principal delas foi referente ao recrutamento. Desde a Assembleia Constituinte de 1823 que uma das principais queixas dos parlamentares era referente ao caráter predatório da “caça aos homens”, que desestruturava a economia e a sociedade. Contudo, não houve mudanças em relação à legislação que estava em vigor. A Constituição outorgada por Dom Pedro em 1824 apenas previa que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos externos ou internos” e que Ordenanças especiais regulariam a organização, promoções, soldos e disciplinas das

¹⁶⁶ BRASIL. Decreto de 29 de dezembro de 1829. Declara sem efeito o decreto de 14 de novembro último e dá nova organização ao Comissariado do Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38278-29-dezembro-1829-566360-publicacaooriginal-89940-pe.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁶⁷ BRASIL. Lei de 1º de dezembro de 1824. Dá organização aos corpos de 1ª e 2ª linha do Exército. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil, desde a independência, 1822-1825*. 2.ed. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1835, p.400. A numeração dos corpos de primeira e segunda linha após essa mudança está no Anexo 2 deste trabalho.

¹⁶⁸ KRAAY, 2011, capítulo 6.

forças armadas.¹⁶⁹ Contudo, houve uma importante mudança, que demonstrava a liberalidade do imperador: a fixação do número de contingentes viraria objeto de debate político, já que se tornou uma prerrogativa do Legislativo.¹⁷⁰ Era uma importante forma que os parlamentares teriam para controlar o poder do monarca, impedindo-o, pelo menos em teoria, de fixar a força a seu contento. Contudo, o texto da lei afirmava que enquanto a Assembleia Geral não determinasse o contrário, subsistia a força militar que até então existia. Como os deputados e senadores só se reuniram pela primeira vez na metade de 1826, o Executivo teve pelo menos um ano após o começo da guerra para impor as medidas que julgasse necessárias naquela conjuntura.

Depois do início das reuniões do parlamento, o principal assunto debatido no tocante às forças armadas foi o recrutamento. Era unânime entre os deputados que a situação não podia continuar como estava. Kraay faz um breve balanço sobre as discussões travadas na arena legislativa. Para o autor, a análise dos discursos parlamentares demonstra que os legisladores, mesmo sendo, em teoria, liberais, reconciliaram-se com o recrutamento forçado, impedindo que mudanças fossem promovidas. Já em 1826, primeiro ano da legislatura, houve um debate sobre que categorias seriam passíveis de serem recrutadas, envolvendo questões de cor e de cidadania; contudo, não houve nenhum avanço. A única mudança seria a extensão das instruções promulgadas especificamente para o Rio de Janeiro em 1822 para todo o país, com o objetivo de criar um mecanismo de controle legislativo sobre os abusos dos recrutadores.¹⁷¹ Ao fim e ao cabo, mantinha-se o mesmo sistema que era combatido pelos legisladores. Depois ainda houve outros debates nos anos subsequentes; todavia, não chegaram a nenhuma conclusão. Muito disso era decorrente do fato da inclusão de muitas isenções nos projetos que eram apresentados, o que pouco modificaria o caráter das Instruções de 1822. É de se supor que isso ocorria por que os deputados representavam os interesses dos grupos dominantes locais, que tinham interesse em manter um sistema de recrutamento que permitia a estes proteger seus clientes fieis. Este só seria mudado em 1874, com a lei do sorteio militar; contudo, sua conturbada aplicação dessa norma levou à implantação do serviço militar obrigatório em 1916.¹⁷²

¹⁶⁹ BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824*. Respectivamente artigos 145 e 150. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso em 22 mar. 2013.

¹⁷⁰ *Idem*, artigo 15, inciso XI.

¹⁷¹ KRAAY, 2011, p. 271-281.

¹⁷² Para a lei do sorteio de 1874, ver MENDES, 2010, capítulo 5 e BEATTIE, 2009, p.109-191. Para a lei do serviço militar obrigatório de 1916, ver BEATTIE, 2009, p.309-351.

Após a guerra, entre as poucas medidas encontradas, destaca-se um movimento de delimitação de competências, típica da construção de um Estado moderno, o que também ocorria em outras esferas de poder.¹⁷³ Em 1829, o expediente da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra foi regulado, com a divisão das repartições financeira e militar, que seriam executadas por funcionários distintos.¹⁷⁴ Já em dezembro, editam-se novas instruções ao Comissariado das Tropas, que deveria, a partir dali, fiscalizar o cumprimento do que era arrematado nos contratos de fornecimento, detalhando as competências dos vencedores, e controlar os recursos que eram enviados desde o centro para o pagamento dos soldos dos militares.¹⁷⁵

O que podemos concluir a respeito do Exército que lutou na Guerra da Cisplatina é que, mesmo com a confirmação de que a independência não trouxe uma mudança radical na estruturação das forças militares do país recém-independente, não houve falta de leis, normas e debates sobre a instituição no Primeiro Reinado, o que foi bastante focado pelas primeiras legislaturas. Mesmo que o sistema de recrutamento, o padrão social dos altos oficiais e a interpenetração entre o exército e a sociedade permanecessem semelhantes à época colonial, houve a padronização da numeração dos corpos e dos soldos por todo o país, a busca pela delimitação das competências dos cargos ligados às tropas, como dos governadores das armas e dos fornecedores. Talvez essa noção de que não houve mudanças no período entre a independência e a queda de Dom Pedro I seja por que não haja muitas leis aprovadas pelos parlamentares que tratem de assuntos relativos aos militares. Contudo, os debates estavam presentes, e talvez não se chegasse a novas normas por conta dos compromissos pessoais dos legisladores. Essas mudanças fizeram parte da tentativa do nascente Estado brasileiro em organizar a administração durante todo o Primeiro Reinado, seja por meios legislativos, seja por decretos.

Mas talvez a mudança que realmente tenha tido mais impacto foi a militarização do Brasil decorrente da chegada da Corte em 1808, que forçou a criação de muitos corpos por

¹⁷³ SLEMIAN, 2009, capítulo 2.

¹⁷⁴ BRASIL. Decreto de 9 de setembro de 1829. Regula o serviço do expediente da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-L_81.pdf#page=4> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁷⁵ BRASIL. Decreto de 29 de dezembro de 1829. Declara sem efeito o decreto de 14 de novembro último e dá nova organização ao Comissariado do Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38278-29-dezembro-1829-566360-publicacaooriginal-89940-pe.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

todo o território, com o objetivo de ser a força necessária para os fins a que a monarquia se propunha. Embora tenham sido preenchidos e se regessem por lógicas tradicionais, com a premiação dos serviços a bons súditos e a possibilidade de cargos inferiores serem preenchidos por clientes dos ocupantes dos postos superiores, o que prosseguiu após 1822, esse esforço da época joanina, somada à falta de um conflito armado a nível nacional, permitiu a transição sem grandes alterações do exército português para o brasileiro. Para o exército brasileiro, 1808 significou a mudança, e não 1822; a qual, obviamente, não significou a transição para um exército que não fosse de Antigo Regime, de caráter nacional, como a bibliografia sobre o tema bem mostra.

Estudado o caráter e as normas que regiam o Exército no período da Guerra da Cisplatina, passemos a estudar o impacto do conflito da Cisplatina no Rio Grande do Sul.

Capítulo 3. “A Província do Rio Grande de São Pedro precisa de socorro”. O impacto do recrutamento para a Guerra no Rio Grande do Sul

Logo após o início da guerra, em maio de 1825, o imperador Dom Pedro I conclamava aos brasileiros de todas as partes a se apresentarem ao serviço nas tropas:

Que campo de glória se nos apresenta? Qual será o Militar que a ele não corra? Que Brasileiro haverá posto que das mais longínquas províncias, que não deseje vir sustentar o seu empenho, a existência da Monarquia, a integridade deste colossal Império, que tanto amedronta o Mundo conhecido?
Será possível, Oh, Deus eterno! Que vós consintais que rebeldes triunfem contra o Império de Vossa Santa Cruz? Não. Vós não sois injusto! [...]
A Província do Rio Grande de São Pedro precisa de socorro, que anime seus habitantes, que os ajude e que lhes faça conhecer que tem no Seu Soberano um pai providente, carinhoso e por eles desvelado, e que busca pô-los a coberto dos horrores que, segundo penso, de pronto os ameaçam.
Que maior glória para um militar que mostrar-se útil à Pátria expondo por ela sua vida! Não bendirão os vindouros aos vingadores da Honra Nacional?
Não penseis, camaradas meus, que vos falo para vos entusiasmar; o entusiasmo nasce com os Militares Brasileiros, e é deles o [ilegível]; Falo-vos, sim, para vos fazer conhecer a necessidade que me obriga, com bem mágoa do meu Imperial Coração, a separar alguns de vós das vossas famílias e de Mim, que tanto vos amo.¹⁷⁶

O imperador evocava, nesse discurso, a imagem do grande pai, o defensor de seus súditos, que fazia tudo por seus protegidos, e que se via na necessidade de lançar mão de alguns de seus filhos para combater os rebeldes orientais; contudo, também evoca o sentimento da pátria, ao convocar todos os brasileiros para defender os irmãos do Rio Grande do Sul, pagando o “tributo de sangue”. A defesa da Cisplatina e do Rio Grande era a defesa da autoridade monárquica, da honra imperial e da integridade territorial do país. Era por essas duas lealdades, até certo ponto contraditórias, que os brasileiros deveriam combater.¹⁷⁷

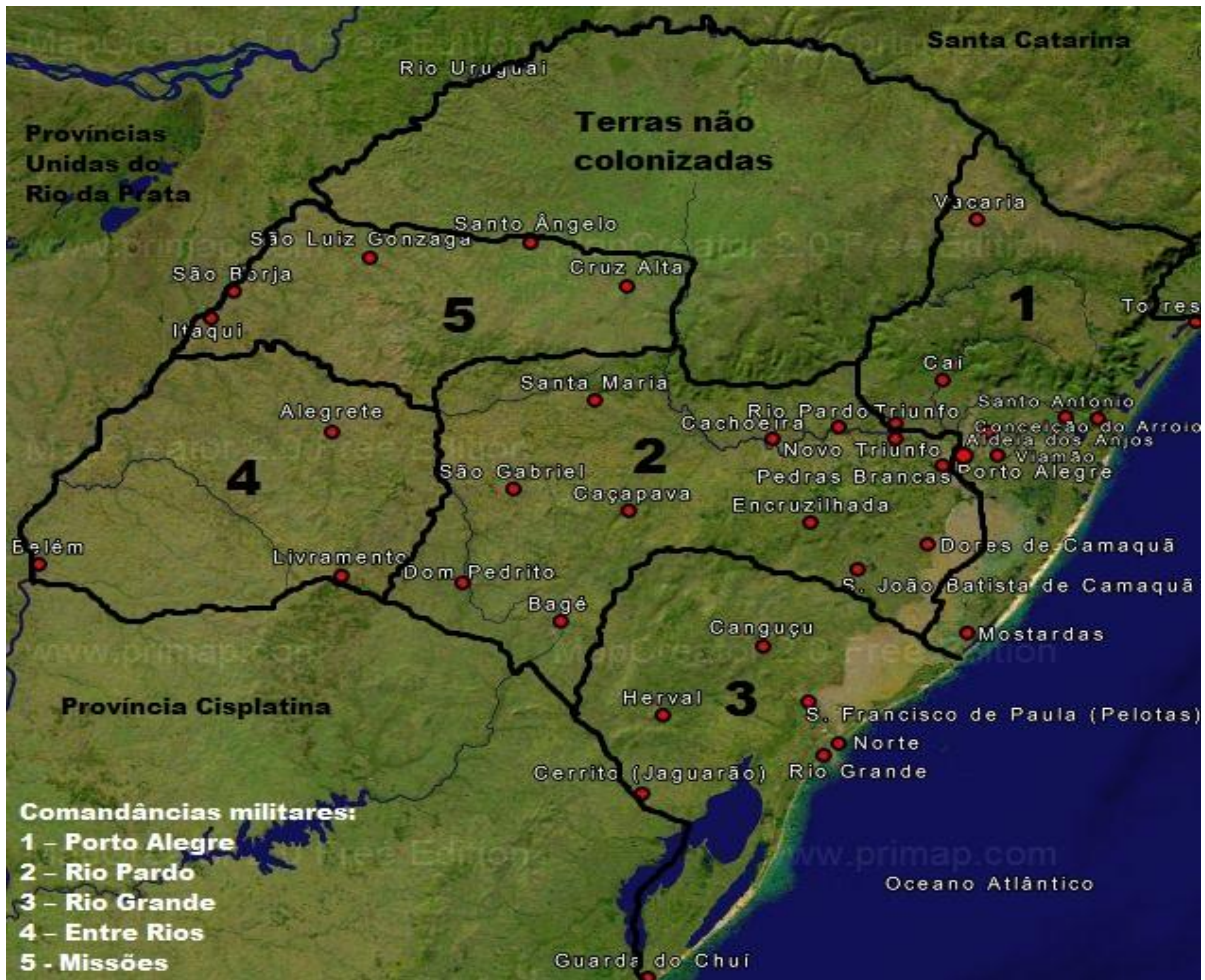
Durante os quatro anos de conflito pela posse do território da atual República Oriental do Uruguai, houve um impacto grandioso na província do Rio Grande de São Pedro para sustentar todos os contingentes, tanto locais como de fora, que acudiram (voluntaria ou coercitivamente) ao chamado do Imperador. Eram as frequentes mobilizações para completar as tropas, as requisições de gêneros alimentícios e de animais para sustento da campanha, sem contar o frequente vazio dos cofres públicos, que atrapalhavam a manutenção do esforço de

¹⁷⁶ Proclamação de Dom Pedro I aos brasileiros. Rio de Janeiro, maio de 1825. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil, desde a independência, 1822-1825*. 2.ed. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1835, p.451-452.

¹⁷⁷ Eram contraditórias pois evocavam noções diferentes de soberania, que entraram em conflito no Primeiro Reinado, em especial durante o período da Guerra: uma ligada ao monarca, típica do Antigo Regime, na qual o monarca era o representante da lei, da justiça e da ordem, expressão máxima da razão de Estado; e outra calcada na pátria, mais especificamente em sua representação política, que expressaria os interesses da pátria. PEREIRA, 2007, p.86-90.

guerra, impactando na vida dos sul-rio-grandenses. Além disso, a mobilização acabou por gerar uma série de conflitos, que não eram de interesse dos comandantes militares, tanto entre os próprios militares, que questionavam vários aspectos da condução da campanha, como dos militares com os “civis”, através das formas de resistência.

Mapa 1. Comandâncias militares do Rio Grande do Sul durante a Guerra da Cisplatina



Fonte: Mapa feito pelo autor, através do programa MapCreator Free Edition.

Observações: limites da província são conforme os do Tratado de la Farola (1819).¹⁷⁸ Limites aproximados.

¹⁷⁸ Devemos fazer uma observação sobre o porquê de utilizarmos na definição de limites o secreto Tratado de la Farola, de 1819, assinado entre Lecor e o Cabildo de Montevideú, o qual previa a fronteira no rio Arapeí, e não os limites estabelecidos pelo Congresso Cisplatino, em 1821, que estabelecia a mesma no rio Quarai. Existem vários indícios que nos levam a acreditar que a fronteira real era o Arapeí: a divisão das terras entre os dois rios por parte do governo do Rio Grande de São Pedro após a consumação do acordo, em mais de 150 indivíduos; a presença de instituições militares brasileiras em Belém, principal localidade da região (por exemplo, Carta de Manuel Carneiro da Silva Fontoura a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Capela de Santana, 3.9.1825. AHRs, AM, caixa 99, sobre a constituição de Ordenanças no povoado); o medo que certa vez o comandante de Paysandú, Julián Laguna, tinha de que Bento Manuel levasse os rebanhos dos emigrados brasileiros de volta ao Brasil, cruzando o Arapeí, e não o Quarai (Carta de Julian Laguna a Lavalleja, Salto, 14.12.1825, in: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Memorias de la expedición de los 33 al mando del general Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. V. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968). Ademais, como Machado de Oliveira salienta, a declaração da nulidade do Congresso Cisplatino por parte dos rebeldes em agosto de 1825, faz com que seu artigo 2º, que estabelece a fronteira no Quarai, também caduque

Neste capítulo, através da análise da documentação militar expedida pelas autoridades militares dos municípios de Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira, cujos limites não coincidem com os das comandâncias militares, eventualmente incluindo as de outras municipalidades da província, e correspondências provenientes de Montevideu e do Rio de Janeiro, procuraremos traçar um panorama do impacto da Guerra na província do Rio Grande de São Pedro. Tentaremos estabelecer algumas generalizações, embora o caráter da documentação dificulte esta tarefa. A documentação militar, especialmente a do Fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na maior parte das vezes, é fragmentada e não traz a continuidade das situações referidas. Em situações de guerra esse caráter é acentuado, tanto por possíveis interceptações de cartas por parte dos inimigos, como pelas dificuldades de locomoção, e até mesmo pela deserção daqueles que levavam os documentos. Além disso, muitas das ordens e requisições eram tratadas de forma oral, que não nos deixam vestígios. Acrescenta-se a falta de recursos básicos para a correspondência, como o próprio papel. Portanto, o quadro que traçaremos aqui é parcial e incompleto. Provavelmente haverá situações que jamais chegarão às mãos dos pesquisadores.

O presente capítulo tratará do impacto da guerra na província sob três eixos: o recrutamento, sua resistência e o impacto direto nas vilas, destacando a mobilização dos corpos de Ordenanças na cidade de Porto Alegre.

3.1. O recrutamento para a Guerra

Em dezembro de 1827, o capitão-mor da vila de Rio Pardo, Francisco Pinto Porto, envia uma circular aos comandantes dos distritos da sua jurisdição, no qual acusa a recepção de ofício do presidente da província autorizando o recrutamento. Este deveria ser regulado pelas Instruções de 10 de Julho de 1822. Como chegávamos ao final do ano, a estratégia para a captura de soldados seria um tanto diferente.

Este recrutamento terá principio na noite do dia 25 do corrente, depois que a gente sair da missa, ou no mesmo dia 25; a esse respeito, fará o que for mais acertado, segundo as circunstancias, a fim de se colherem alguns recruta, tanto desse distrito

(embora o censor do texto afirme que a guerra não era entre o Governo de Montevideu, ou Província Cisplatina, e o Brasil). Ou seja, volta-se aos limites anteriores, de 1819. No mesmo texto, Oliveira afirma que na desocupação das Missões após a invasão de Rivera, o general Sebastião Barreto Pereira Pinto tinha ordens claras de expulsar os invasores além da linha do rio Arapeí, que era a fronteira. OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XVI, 1853, p. 412 e 415, respectivamente. Embora a fixação de Rivera na colônia de Bella Unión, às margens do Quaraí, ao final da guerra, seja mostrado como o cumprimento das resoluções do Congresso de 1821, a ocupação garantiu essa região para o estado independente do Uruguai.

como de outro qualquer, principalmente daqueles que se costumam ocultar. Haverá por esta diligencia muito segredo e cautela, de maneira que seja feita sem novidade. É provável ser-lhe necessário auxilio do Sr. comandante desse lugar, em tal caso, V.M. lhe peça que lhe há de dar prontamente, porém sem que se venha a saber, para o fim que é. Concluída esta primeira diligência, V.M. continuará com o recrutamento, até ordem contrária do mesmo Exmo. Sr., tendo contemplação no modo de recrutar com os chefes de família que forem de reconhecida probidade.¹⁷⁹

A igreja era um importante espaço de encontro, se não o ponto central, de todas as comunidades da província do Rio Grande do Sul, talvez do Brasil. Era a instituição que congregava a todos, pobres, ricos, brancos, negros, homens, mulheres. Ainda mais na noite de Natal, uma de suas principais festas, na qual se reverencia o nascimento de Jesus Cristo. A ocasião não poderia parecer melhor para a captura de recrutas. O tempo era pouco: entre o envio da circular e a ocasião eram somente dez dias, tempo que era menor devido à demora da entrega da ordem nos distritos. O segredo era imprescindível para o sucesso da operação, já que, a princípio, todos os habitantes da localidade estariam presentes para uma das celebrações máximas da religião católica. Contudo, o que nos chama a atenção é o poder que é dado ao comandante local: ele fazia o que fosse mais acertado, de acordo com as circunstâncias do momento, e deveria ter cuidado com as famílias que eram de “reconhecida probidade”, aquelas que colaboravam com as autoridades e mantinham a decência dos costumes. Mesmo que se cite que os comandantes deveriam se regular pelas Instruções de 1822, que balizavam o recrutamento no país, era dada uma autoridade ao comandante que justificava afirmações de que esse processo era arbitrário, pois eles poderiam, por conhecer as pessoas que iriam à cerimônia, julgar a seu contento quem sentaria praça ou não.¹⁸⁰ O recrutamento em saída de igrejas não era nenhuma novidade no Brasil: há relatos de casos, para a mesma época, em províncias como Bahia¹⁸¹ e Minas Gerais.¹⁸² Esperava-se um grande resultado na tarefa.

Para um dos distritos encontramos o resultado dessa diligência. Cinco dias após a noite de Natal, o comandante interino de Encruzilhada envia uma resposta sobre o que se passara naquela noite.

¹⁷⁹ Circular de Francisco Pinto Porto [capitão-mor de Rio Pardo] aos comandantes dos distritos da fronteira do Rio Pardo, Rio Pardo, 15.12.1827. AHRS, AM, caixa 105.

¹⁸⁰ ARBITRÁRIO, adj. Que fica no livre arbítrio, voto, vontade de alguém; que depende dela, e não é determinado por Lei. § Governo arbitrário: aquele em que a vontade, ilimitada por Lei alguma positiva, serve de regra aos súditos. In: SILVA, Antonio de Moraes (comp.) *Diccionário da Língua Portuguesa recopilado dos vocábulos impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado...* Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, tomo I, p.171.

¹⁸¹ JUNQUEIRA, 2005, p.91-94;

¹⁸² MENDES, 2010, p.72.

Recebi ofício de V.S. de 15 do corrente acompanhando as instruções de 10 de julho de 1822 para em cumprimento das mesmas procedesse em meu distrito a um recrutamento para a primeira linha, sobre o que tomando todas as medidas com aquele patriotismo, zelo e amor do serviço de S.M.I. só encontrei nas circunstâncias das ditas instruções a José Cordeiro de Lima, que incluso remeto a V.S., havendo todavia pais de família com cinco ou seis filhos empregados em capatazes e caixeiros, parecendo-me que por este especioso indulto não deveriam ser contemplados, assim excluídos, a fim de se desterrar o abuso e pouco patriotismo dos pais, que procuram tais empregos a seus filhos para não serem úteis a nossa pátria, e da mesma forma desejo ser esclarecido sobre aqueles que tendo três ou mais filhos e só tendo um maior de 18 anos, ofereçam os menores, dizendo que devem ser considerados como se tivessem um só, por precisarem do maior, estes motivos e o de andarem de distrito em distrito para escaparem do recrutamento, se faz digno da consideração de V.S., pois que de outra forma padecerá como está padecendo o serviço da Nação. Vejo que as referidas instruções também excetuam os menores de dezoito anos quando há alguns de 15 anos tem corpo e capacidade para defenderem a pátria, assim como excetuando os filhos únicos de viúvas; desejo saber se se deve entender com aquelas que tendo mais filhos casados ou arrumados e um só em sua companhia, se ainda assim deverá ser excetuado.¹⁸³

Pelo que a leitura da carta dá a entender, por conta do procedimento correto do comandante, este apenas conseguira fazer um único recruta. Conhecendo os habitantes da localidade, sabia que muitos tinham empregos que os isentavam do serviço, como os capatazes e os caixeiros. Alguns dos habitantes do distrito poderiam ser protegidos do militar, que não os mandaria para as tropas, mas isso fica no campo das hipóteses. Contudo, atentemos para dois aspectos que se salientam: primeiro, o arbítrio que o comandante poderia ter na hora de fazer os recrutas. A quantidade de situações em que este interpretaria as regras enviadas pelo presidente da província era considerável. O militar questionava as situações que garantiam as isenções: quantos capatazes ou caixeiros cada família poderia ter? Quais as condições para que um filho único de viúva pudesse ser isentado? Por que os menores de 18 anos não poderiam servir se tinham compleição física para tal, e se já, muito provavelmente, ajudavam seus pais no sustento da família? Note-se que estas três categorias citadas tinham isenções garantidas pelas Instruções de 1822, as quais comentaremos adiante. A interpretação de questões como essas dava uma ampla margem de arbítrio aos comandantes locais, que, pela necessidade constante de recrutas, poderiam ignorar as situações particulares de cada caso e enviar pessoas que se enquadravam nesses casos para o serviço das armas, caso julgassem conveniente.

Outro aspecto que chama a atenção é a referência à resistência da população ao serviço, por diversos métodos: a resistência dos pais, que procuravam empregos que garantissem a isenção; a circulação entre os distritos, principalmente em épocas nas quais o

¹⁸³ Carta de Felisberto Pereira Borges [comandante interino do distrito de Encruzilhada] a Francisco Pinto Porto, Encruzilhada, 30.12.1827. AHRs, AM, caixa 105.

recrutamento estava atuante. Pelo que parece na leitura do documento, e pelos aportes da “nova história militar”, o serviço nas armas não era um bom negócio, com os frequentes atrasos nos salários, alimentação precária, castigos corporais, o que alimentava as constantes deserções, mais uma forma de se resistir. Nessa parte do trabalho trataremos de aspectos do processo do recrutamento durante a Guerra da Cisplatina.

A província do Rio Grande do Sul foi, sem dúvida, a que mais sofreu com os impactos do recrutamento para as lutas nos campos da Cisplatina. Ponta de lança dos interesses imperiais na região do Rio da Prata, deveria contribuir com seus homens e bens para a causa monárquica. As normas para a recruta, contudo, ainda eram incertas, o que garantia um largo poder de discricção aos comandantes locais.

A primeira norma que especifica o recrutamento data de 1764. Por esta, o processo seria comandado pelo capitão-mor de Ordenanças, no qual todos os habitantes passíveis de serem recrutados da localidade deveriam estar presentes para um sorteio. Caso retirassem um papel branco da urna, seriam isentos; se este fosse preto, seriam levados às tropas. Era uma tentativa da Coroa portuguesa de reduzir o poder direto dos militares na produção de recrutas; contudo, as listas de quem poderia ou não servir continuavam a ser manipuladas pelo capitão-mor, que mantinha, indiretamente, seu poder na localidade.

Esse alvará também previa as pessoas que seriam dispensadas do serviço. Entre as categorias dispensadas estavam os criados dos fidalgos, os estudantes, os comerciantes e seus caixeiros, os feitores, os marinheiros, filhos únicos de lavradores e viúvas, os artífices e dois aprendizes de cada um destes. Keegan chama a atenção para o fato da dispensa dos industriais, dos laboriosos, dos letrados e dos proprietários refletia uma apreciação de como a natureza da guerra exercia pressão sobre a natureza humana. Os rigores dos conflitos não deveriam ser suportados por homens de hábitos confortáveis, regulares e produtivos, o que só mudou a partir do afã igualitário da Revolução Francesa. Já os pobres, soldados regulares, desempregados e criminosos eram julgados aptos para a guerra por que a vida pacífica não lhes oferecia nada, ou pelo menos dificuldades equivalentes.¹⁸⁴

No alvará de recrutamento a Coroa estabelecia condições para que cada um desses conseguisse a dispensa. Eles deveriam estar a serviço de seus patrões e ter bons costumes. Por exemplo, filhos únicos de lavradores deveriam estar ajudando seus pais, da mesma forma que os filhos únicos de viúvas com suas mães; os estudantes deveriam mostrar seu bom aproveitamento; os aprendizes deveriam comprovar que estavam trabalhando para seu mestre;

¹⁸⁴ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.376.

os feitores e caixeiros deveriam provar que ajudavam quotidianamente os seus patrões, entre outros.¹⁸⁵ Ou seja, ao mesmo tempo em que se privilegiavam alguns, se estabeleciam as condições para tal, as quais seriam verificadas pelo capitão-mor, permitindo que este mantivesse um poder de controle sobre a vida social da localidade, já que poderia denunciar o mau comportamento dos isentos e enviá-los como recrutas.

Dores Costa promove algumas reflexões sobre essas normas. Primeiramente, que com essa legislação, a Coroa tentou criar uma “racionalização tributária”, buscando o equilíbrio entre as necessidades militares e o respeito às comunidades, além de definir exatamente o espectro dos passíveis de servirem e de se tentar circunscrever as áreas onde o capitão-mor poderia recrutar. O autor também faz uma reflexão sobre a questão dos privilégios. Para o autor português, mesmo que na letra do regulamento estivesse escrito a palavra privilégios, na prática isso não ocorria, pois estes eram abusivos e reprovados por todos os direitos, seja o divino, o natural ou o de gentes. O que na verdade ocorria era a concessão de isenções, que eram vistas de forma distinta que os privilégios, pois eram justas e indispensáveis para aqueles que serviam a monarquia dentro de uma de suas quatro bases: as armas, as letras, o comércio e a agricultura. Se uma delas caísse, o Império ia junto. Somando-se a esta parte teórica, ainda havia o poder das Casas nobres, que buscavam impedir que seus leais clientes virassem soldados e que consideravam o recrutamento como um perigo à sua posição social, pois desrespeitava o poder que tinham sobre seus subordinados. Portanto, as normas sobre o recrutamento reforçavam o pacto entre o monarca e seus súditos, buscando incidir a busca por soldados entre aqueles que não estavam protegidos pelas redes de poder e que não contribuíam para a manutenção da prosperidade do reino.¹⁸⁶ Mello também promove uma reflexão sobre esta norma. Para a autora, o regulamento deve ser entendido no pacto existente entre a Coroa e seus súditos, que consistia numa relação bilateral na qual os súditos obedeciam às ordens do monarca em troca da manutenção de suas propriedades e privilégios. A formação da força militar não poderia colidir com o interesse dos notáveis locais nem com os dos que promoviam o sustento do Império, pois as tropas justamente defendiam esse pacto.

187

Essa norma vigorou até a independência brasileira. Especificando, um pouco antes da aclamação de Dom Pedro, quando o caminho da separação política já estava sendo consumado, foi editada as Instruções de 10 de Julho de 1822. Inicialmente aplicadas apenas

¹⁸⁵ PORTUGAL. Regulamento para o recrutamento do exército, de 24 de fevereiro de 1764. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1764ordenancas.html>> Acesso em 22 mar. 2013.

¹⁸⁶ DORES COSTA, 2010, p.305-320.

¹⁸⁷ MELLO, 2009, p.204.

ao Rio de Janeiro, foram estendidas a todo o país em 1826. Declarava-se que seriam passíveis de recrutamento homens “brancos e pardos livres”, solteiros, de idade entre 18 e 35 anos, e especificava as categorias que deveriam ser isentas do serviço militar: homens casados, feitores ou administradores de fazendas com mais de seis escravos, tropeiros, boiadeiros, mestres de ofício, pedreiros, carpinteiros, artesãos, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, três caixeiros de grandes estabelecimentos comerciais e um dos pequenos, os estudantes, os irmãos mais velhos responsáveis por órfãos menores, um filho por cada viúva, cegos do olho direito, entre outros. Contudo, essas categorias só estariam livres “uma vez que exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento”. Para Hendrik Kraay, mantinha-se a essência do recrutamento do período colonial, com a perpetuação e reforço das hierarquias sociais e das redes de patronato, pois as autoridades responsáveis tinham uma ampla margem de manobra para interpretar a lei da maneira que desejasse, e incentivava os que estavam fora das redes de proteção a encontrar um patrão. Contudo, também especifica que algumas isenções eram menos importantes do que aparentemente parecem: por exemplo, a dos filhos de viúvos, pois apenas uma pequena parte da população tinha condições de se casar; a norma só seria válida para aqueles que atingiam esse nível de respeitabilidade social.¹⁸⁸ Mendes interpreta essa norma como a consumação das isenções que foram se dando durante o século XVIII, provocando um efeito de *desuniversalização* do serviço.¹⁸⁹ Isso era percebido por alguns militares, como o comandante de Triunfo, que relatava ao presidente da província

No mesmo momento que acabo de receber a respeitável ordem de V. Exa. para isentar os capatazes das fazendas de criação de gados e charqueadas, de donde resulta toda a riqueza desta província [...] na conformidade de tão justa ordem de V. Exa. e instruções de Sua Majestade Imperial, assim como seria de justiça de V. Exa. isentar homens pobres, que sustentam suas famílias só com o seu braço, deixando no desamparo de solidões, sujeitas a serem atacadas pelos imensos desertores rebeldes que se retiraram de servir na fronteira, aonde podiam ser úteis.¹⁹⁰

Para o comandante, havia diversos grupos que eram economicamente importantes para a sua localidade. Assim como os capatazes das estâncias, os lavradores também contribuíam, com a sua produção, para a economia do distrito, além de, esporadicamente, poderem cooperar com a segurança. Era um risco à ordem social a saída dos lavradores pobres, tanto economicamente, como pelo fato de deixarem suas famílias desamparadas,

¹⁸⁸ KRAAY, 2011, p.272.

¹⁸⁹ MENDES, 2010, p.31-32.

¹⁹⁰ Carta de Alberto José Centeno [comandante de Triunfo] a José Feliciano Fernandes Pinheiro [presidente da província], Triunfo, 8.11.1825. AHRs, AM, caixa 96.

suscetíveis ao risco de serem vexadas por criminosos e desertores. O comandante percebia que os dois grupos eram importantes, portanto ambos deveriam ser isentos, o que, pelo que dá a entender o pedido, não vinha sendo feito. O comandante do 46º Batalhão de Caçadores de Milícias também notava a contradição no sistema de recrutamento, reclamando sobre licenças dadas a negociantes para saírem da província, “que seria o recrutamento vicioso e impossível de tocar o fim proposto, se se recrutasse por uma parte e pela outra dispensando e licenciando para fora da província”.¹⁹¹

O que se passava no recrutamento, segundo Mendes, era que vivíamos numa sociedade concebida de forma corporativa, onde o que importava mais era a garantia de privilégios a particulares que a igualdade formal entre todos. Quem garantia o cumprimento destes seriam os notáveis locais que gerenciavam o recrutamento, reflexo de uma administração baseada em liturgias, ou seja, prestações administrativas não remuneradas por parte de poderes intermediários, em troca de mercês, auxílios e imunidades. Portanto, os potentados locais teriam o poder de interpretar os critérios ditados pelas Instruções como julgassem corretos, o que reforçaria a produção de clientelas e favores.¹⁹²

Durante a Guerra, a mobilização gerou reflexões sobre as normas que deveriam reger o recrutamento. Havia um grande déficit de militares na província, especialmente nos corpos milicianos, o que era decorrente de duas situações: primeiramente, a manutenção de boa parte dos corpos (tanto de primeira como de segunda linha) que foram para a conquista da Banda Oriental naquela região, o que enfurecia o governador das armas, José de Abreu,¹⁹³ que se dizia obrigado a recrutar homens que seriam úteis à agricultura e ao comércio para compensar essa situação.¹⁹⁴ Por outro lado, a péssima organização dos corpos que permaneciam na província, como no caso do 46º Batalhão de Caçadores de Milícias que, segundo o seu comandante, tinha quase 200 homens a menos do que era previsto pela legislação. A situação mais grave era a da companhia sediada em Rio Pardo, que tinha apenas onze militares,

¹⁹¹ Carta de Alexandre José de Campos [comandante do 46º Batalhão de Caçadores de Milícias] a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Porto Alegre, 9.11.1825. AHRS, AM, caixa 96.

¹⁹² MENDES, 2010, p.31-32.

¹⁹³ José de Abreu nasceu em Maldonado, em 1771. Seu pai, João de Abreu, veio da região do Entre Douro e Minho, e era da comissão demarcadora do Tratado de Madri. Sentou praça na Companhia de Infantaria e Artilharia em 1784. Dez anos depois, é transferido para o Regimento de Infantaria. Tem uma rápida ascensão: de alferes em 1802 chega a marechal em 1820, como retribuição à sua grande atuação na Batalha de Tacuarembó, que liquidou as forças artiguistas. Nesse mesmo ano, assumiu o governo das armas da então capitania. Foi grande proprietário de terras, com estâncias no Ibirapuitã, Inhanduí, Boa Vista, Viamão, Arroio dos Ratos, além de uma charqueada em Novo Triunfo (atual São Jerônimo). Foi um dos fundadores de Alegrete, em 1817. Faleceu na batalha de Ituzaingó, em 1827. CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Edigraf: Renascença, 2011, p.296-297.

¹⁹⁴ Carta de José de Abreu [governador das armas] a João Gomes da Silveira Mendonça [ministro da Guerra], Porto Alegre, 14.2.1824. AN, IG¹ 272, fl. 417. Carta de José de Abreu ao Barão de Lajes [ministro da Guerra], Porto Alegre, 24.11.1824. AN, IG¹ 275, fl. 404.

quando deveria ter 93, embora todas as seis companhias estivessem desfalcadas.¹⁹⁵ Mesmo assim, ao final de 1825, já havia quatro mil homens servindo nas tropas sob o comando do Barão do Cerro Largo.¹⁹⁶

Nesse contexto, o cumprimento das Instruções de 1822 para se proceder ao recrutamento foi suspenso na província, o que dava um amplo arbítrio aos comandantes locais, devendo ser chamados todos aqueles que fossem aptos ao serviço.¹⁹⁷ Contudo, ao que tudo indica, os militares continuaram a utilizar aquela norma. Com isso, emergiu uma série de questionamentos sobre quem poderia ou não ser recrutado. Poderíamos supor que isso fosse decorrente da falta de formação dos oficiais, pois a educação formal, além de não ser um pré-requisito para as promoções, estava apenas começando no Brasil. Contudo, inclusive militares experientes como o Barão de Pelotas, comandante da fronteira do Rio Pardo e com quase setenta anos de serviço nas tropas,¹⁹⁸ tinham essas dúvidas. Escrevendo ao presidente da província, ele pergunta

Se devo lançar mãos, incluindo no referido número de recrutas os filhos únicos de viúvas, capatazes de estâncias, aqueles que por suas idades estiverem em iguais circunstancias, como assim muitos que trazem por pretexto se acharem empregados nos Estudos, para melhor serem isentos destas e outras ocasiões tão precisas.¹⁹⁹

As categorias que o comandante se refere neste trecho são filhos únicos de viúvas, os capatazes de estâncias e os estudantes. Os filhos únicos de viúva tinham sua isenção garantida, tanto na norma de 1764 como na de 1822. Os capatazes poderiam ser encaixados, de alguma forma, na categoria de feitores, desde que tivessem a seu cargo mais de seis escravos. Os estudantes tinham sua isenção garantida, desde que comprovassem bom aproveitamento. Podemos ver, por esse trecho, o poder que tinha esse militar, questionando a

¹⁹⁵ Carta de Alexandre José de Campos [comandante do 46º Batalhão de Caçadores de Milícias] ao Barão de Lajes, Porto Alegre, 1.4.1825. AN, IG¹ 275, fl. 473-474.

¹⁹⁶ Carta de José de Abreu ao Barão de Lajes, São Gabriel, 23.12.1825. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 01, documento 01.

¹⁹⁷ Carta do Barão de Lajes a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Rio de Janeiro, 3.12.1825. AHEx. Códice São Pedro, v.3, fl. 253 v.-254 f.

¹⁹⁸ De nome Patrício José Corrêa da Câmara, não se sabe exatamente a sua data de nascimento, mas seus pais eram da Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores. Em 1755, após o terremoto que devastou Lisboa, sentou praça como voluntário em um dos regimentos de infantaria da Corte. Serviu nos Estados da Índia, Moçambique, Angola, antes de vir para o Brasil no vice-reinado do Conde da Cunha (1763-1767). No ano de 1771 veio para o Rio Grande de São Pedro para lutar contra os espanhóis, assumindo a patente de sargento-mor no Regimento de Dragões de Rio Pardo, sendo, por mais de trinta anos, comandante do corpo. Participou da tomada do forte de Santa Tecla, em 1777, e da conquista das Missões, em 1801. Ao final de sua vida, recebeu os títulos de Barão, em 1825, e de Visconde de Pelotas, em 1826. Foi grande proprietário de terras na região de Encruzilhada. Faleceu em 28 de maio de 1827, na vila de Rio Pardo. CARVALHO, 2011, p. 186-187.

¹⁹⁹ Carta do Barão de Pelotas [comandante da fronteira do Rio Pardo] a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Rio Pardo, 31.12.1825. AHRs, AM, caixa 99.

isenção garantida de três categorias. A influência das autoridades militares na hora de fazer soldados pode ser vista pelo recrutamento de um sacristão pelo comandante de Triunfo. O motivo era o péssimo comportamento do religioso:

os motivos são os seguintes: é de mau comportamento, porquanto há poucos dias atacou de palavras a um homem de bem e casado nesta povoação, manchando e denegrindo a sua honra matrimonial, sendo ele o próprio agressor; por assim se me queixar a mesma por ofendida; além disto, prova-se o seu procedimento que o mesmo padre coadjutor o tem lançado fora, residindo ambos na mesma casa, que tal é a sua péssima conduta, sem querer admitir a sua doutrina e bons conselhos, e bem que o mesmo padre já o quer salvar, dizendo que é verdade o ter lançado fora de casa, porém que já está de bom comportamento.²⁰⁰

Nota-se o poder que tinha o comandante, pois podia recrutar um membro de uma instituição como a Igreja Católica, importantíssima na vida social da época. O motivo era o mau comportamento, uma prerrogativa que era concedida pelas Instruções de 1822. Apesar de o comandante ter entregado o sacristão ao padre, certamente o acontecimento infundia temor aos habitantes da localidade, que teriam suas condutas avaliadas na hora de se proceder à captura de homens. Mais um exemplo disso partiu do comandante de Aldeia dos Anjos, que afirmou, em carta ao presidente da província, que não valeria o privilégio dos filhos de viúvas não sentarem praça, que estava empregando capatazes e feitores, e que só atenderia isenções relativas a enfermidades após exame em Porto Alegre, pois o “caso exige marcharem para a campanha”.²⁰¹ Outras categorias que frequentemente eram alvo de discussão por parte dos comandantes militares, além das já citadas, eram os funcionários da Câmara e da Justiça (desde que tivessem idade para o serviço), os arrematantes dos passos, donos de tavernas e comerciantes com seus caixeiros.²⁰² Conforme as exigências que o conflito proporcionava, a compreensão de quem deveria ser isento poderia variar bastante. O comandante do distrito de Novo Triunfo escrevia ao Barão de Pelotas que

cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que os mesmos poucos mancebos residentes neste distrito são os muitos que se acham ocupados como capatazes de charqueadas, administradores de fazendas, caixeiros de tabernas e alguns figurados negociantes, e no exercício de suas funções acham-se com despacho do Exmo. Sr. Presidente, e o mesmo Sr., em seu ofício de 25 de fevereiro próximo passado, me determinam sejam isentos todos os capatazes e administradores de fazendas, isto

²⁰⁰ Carta de Alberto José Centeno [comandante de Triunfo] a Salvador José Maciel, Triunfo, 14.8.1827. AHRS, AM, caixa 104.

²⁰¹ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho [comandante do distrito da Aldeia dos Anjos] a Salvador José Maciel, Aldeia dos Anjos, 4.1.1828. AHRS, AM, caixa 108.

²⁰² Por exemplo, Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a Salvador José Maciel, Aldeia dos Anjos, 7.2.1828. AHRS, AM, caixa 104; carta de Policarpo de Freitas Noronha [comandante da vila da Cachoeira] a José Egídio Gordilho de Barbuda [presidente da província], Cachoeira, 12.4.1826. AHRS, AM, caixa 103.

além de outros despachos que se me tem apresentado, dispensando filhos de viúvas e filhos únicos²⁰³

Os capatazes eram figuras de fundamental importância econômica na província. Eles controlavam os escravos que trabalhavam nas grandes estâncias e nas charqueadas, que, como o comandante de Triunfo anteriormente citado reconhecia, eram de onde “resulta toda a riqueza da província”.²⁰⁴ Sabemos que não era bem assim como o militar afirmava, já que o grupo economicamente mais rico no Rio Grande do Sul no período eram os comerciantes ligados ao Rio de Janeiro;²⁰⁵ contudo, os grandes estancieiros constituíam parte importante da elite, predominante na pampa e em outras regiões, com sua propriedade de gados e comando sobre os homens. Estando presentes no comando das tropas, poderiam proteger os capatazes que trabalhavam em suas propriedades ou nas de seus relacionados. Porém, essa orientação constante das Instruções de 1822 nem sempre foi respeitada pelos comandantes locais. Em algumas correspondências aparecem pedidos dos comandantes locais sobre se deveriam recrutar ou que já tinham arrolado capatazes para o serviço,²⁰⁶ ou mesmo de pedidos para que se enviassem todos, incluindo essa categoria. Além disso, a sua saída das estâncias deixaria estas desamparadas, o que poderia contribuir para uma insurreição escrava, como alguns comandantes notavam, e era um argumento a mais para dispensá-los do serviço.

Outra categoria que tinha seu estatuto de isento contestado era a dos empregados do comércio. Entre as maneiras que tinham para escapar do serviço, uma era bastante peculiar a esse grupo: a saída da província. O comandante do 46º Batalhão de Milícias, Alexandre José de Campos, reclamava do constante trânsito de pessoas pelas várias regiões, o que dificultava aos militares controlar a prestação do serviço e o próprio recrutamento. Diz ele que

Havendo-se ausentado desta Cidade alguns milicianos pertencentes ao batalhão do meu comando, estes tão somente para se eximirem do serviço de Guarnição desta Capital, passando de um a outro distrito sem licença, apoiados pela falta de exame, e mais principalmente, nos recruta dos iates que navegam para São Francisco de Paula, vila do Rio Grande, e Norte, nos quais vão sem despachos, assim como igualmente nas embarcações de Barra fora, que vão para o Rio de Janeiro e Bahia, matriculados um como marinheiro e outros de caixas.²⁰⁷

²⁰³ Carta do comandante do distrito de Novo Triunfo ao Barão de Pelotas, Novo Triunfo, 17.9.1826. AHRS, AM, caixa 100.

²⁰⁴ Carta de Alberto José Centeno [comandante de Triunfo] a Salvador José Maciel, Triunfo, 14.8.1827. AHRS, AM, caixa 104.

²⁰⁵ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, capítulo 9.

²⁰⁶ Como o sargento-mor João Antonio de Moraes, comandante de São Luiz, que havia recrutado 13 homens, vários deles capatazes. Contudo, a maioria deles fugiu. Carta de José da Silva Brandão [ajudante do governador das armas] a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Capela de Livramento, 29.9.1825. AHRS, AM, caixa 97.

²⁰⁷ Carta de Alexandre José de Campos a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Porto Alegre, 18.8.1825. AHRS, AM, caixa 96.

A intensa navegação comercial que acontecia no Rio Grande do Sul, sobretudo na Laguna dos Patos, facilitava a fuga de possíveis soldados, sejam eles empregados do comércio ou não. Pelo que a leitura desse documento nos permite inferir, talvez os fujões não fossem propriamente comerciantes, mas se aproveitaram do movimento para escapar do serviço. Não seria de se estranhar que os comerciantes também usassem desse expediente. As localidades citadas pelo coronel eram os principais destinos dos barcos que saíam de Porto Alegre, especialmente a vila de Rio Grande. As duas cidades tinham posições bem definidas no comércio dentro da província: a última participava ativamente dos circuitos comerciais que ligavam a província aos principais portos do país, como o Rio de Janeiro e a Bahia, províncias mencionadas pelo militar, para as quais se exportava produtos relacionados à pecuária, como charque e couros; já a capital tinha predominância no comércio interno provincial, mormente com Rio Pardo e Cachoeira, intermediando o comércio destas com o porto costeiro.²⁰⁸ Servindo como trabalhadores nos barcos, homens passíveis a serem recrutados poderiam sair de Porto Alegre, ir até Rio Grande e depois sair da província. Isso era possível, já que, segundo o próprio comandante do batalhão, o controle sobre a saída dos milicianos era bastante frouxo. Em carta ao presidente da província, quatro meses depois, Campos reclamava do comandante interino da vila de Rio Grande,

vejo que o comandante interino da Vila do Rio Grande tem avançado a dar passaportes para se irem Barra afora a várias praças da Companhia do Rio Grande e São Francisco de Paula, que ambas pertencem ao meu comando, e ainda mais, tem concedido a seu arbítrio a outras praças das mesmas companhias, licenças sem tempo, para irem à província da Bahia, sem concessão do Exmo. Governador das Armas [...] represento a V. Exa. conter aquele comandante de dar tais passaportes à 2ª linha, pois que depende de licenças dos seus chefes, e não dos comandantes de distritos, como aquele se deve considerar.²⁰⁹

A importância do comércio para a economia e para o sustento das famílias da vila do Rio Grande poderia ter obrigado o comandante local a conceder os passaportes para que estes saíssem da província, com o objetivo de tratar de seus negócios. Porém, a preocupação do chefe do batalhão era de que esses que iam Barra afora poderiam não ser negociantes; além de que, num período conflituoso como o que se estava vivendo, a dispensa desses contingentes poderia desfalcar a companhia, que era fundamental na estrutura defensiva da província pela proximidade à fronteira com os rebeldes.

²⁰⁸ BERUTE, 2011, p.48-64 e 223-226.

²⁰⁹ Carta de Alexandre José de Campos a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Porto Alegre, 17.12.1825. AHRS, AM, caixa 96.

Os comerciantes, embora fossem importantes para a província, também poderiam ser empregados no serviço. Mercadores do povoado de Belém, às margens do rio Uruguai, foram organizados pelo coronel Manuel Carneiro da Silva Fontoura para fazer o serviço na localidade, sobretudo a ronda do porto, pois a localidade não tinha tropas de primeira linha e muito poucas da segunda; o plano era fazer o mesmo em Alegrete e em Livramento, já que “se encontraram porção de homens, que a título de comerciantes, querem privilégios, isenções para não serem empregados em serviços, ao mesmo tempo que a Ordenança não excetua aquela classe”.²¹⁰ Mesmo que tivessem o nome de Ordenanças, a princípio realizando serviços mais leves, na prática faziam as funções da primeira ou da segunda linha, pela falta de efetivos desses corpos.

A análise da questão do recrutamento de capatazes e negociantes mostra o poder que tinham as autoridades militares. Mesmo que houvesse as Instruções de 1822, permanecia uma série de casos que, aos olhos dos comandantes, não tinham uma interpretação clara pela norma. Dessa maneira, eles questionavam a aplicação conforme a letra da lei, ou, utilizando de seu arbítrio, recrutavam sem pudor. Porém, tanto capatazes como empregados do comércio, por serem protegidos dos grupos da elite econômica e política da província, tinham mais chances de escapar do serviço ou serem incorporados por último, já que a prosperidade da província dependia muito deles.

A ampla mobilização decorrente da guerra obrigava os comandantes a apelar a distintos grupos sociais. Alguns utilizavam a Constituição como argumento em comunicações com os presidentes da província e outras autoridades; a Carta Magna, em seu artigo 145, obrigava todos os brasileiros a pegar em armas para salvaguardar a independência e proteger o Império de inimigos externos e internos. No entendimento daqueles, por essa norma, não haveria possibilidade de isenção: a urgência da situação fazia com que os interesses individuais ficassem em segundo plano, pois, em alguns casos, os corpos estavam tão desfalcados que “de Regimento só tem o nome”.²¹¹ Viam-se os interesses pessoais como contrapostos ao bem comum do Império, tal como já ocorrera no período colonial.²¹² O ajudante de ordens do governador das armas, José da Silva Brandão, reflete esse posicionamento ao dizer que

²¹⁰ Carta de Manuel Carneiro da Silva Fontoura a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Capela de Santana, 3.9.1825. AHRS, AM, caixa 99.

²¹¹ Carta do Visconde de Laguna [comandante-em-chefe das forças brasileiras] a José Egídio Gordilho de Barbuda, Montevideu, 5.8.1826. AHRS, AM, caixa 103.

²¹² MELLO, 2009, p.53-56

O bem do serviço Nacional e Imperial exige que todas as pessoas, sem exceção, desenvolvendo todo o seu patriotismo como verdadeiros brasileiros, e em conformidade das ordens de S. Exa., o Sr. Governador das Armas, como fica dito, se prestem nesta ocasião fazendo todos aqueles sacrifícios que a pátria exige para sua salvação, quando se acha em perigo, e aqueles esquecidos dos seus deveres como cidadãos brasileiros se negarem a estes sacrifícios (o que não é de esperar) ficarão responsáveis por sua conduta e sujeitos aos castigos que se acham arbitrados pela Constituição do Império.²¹³

O militar usa termos em voga no discurso político da época: patriotismo, pátria²¹⁴ e cidadãos. Sublinhava que aqueles que se negassem ao sacrifício em nome de seu país seriam punidos conforme previa a Carta Magna. Contudo, esta não especificava as punições decorrentes da fuga do serviço militar. O mais próximo de uma possível punição seria a proibição que os criminosos pronunciados em devassas tinham de poderem ser eleitores, ou a suspensão dos direitos políticos após serem presos.²¹⁵ Esse corretivo poderia se dar de outros modos, por exemplo, com o confisco dos bens dos resistentes, recurso por vezes mencionado nas correspondências.²¹⁶ Apesar de ser ilegal pela Constituição de 1824,²¹⁷ o confisco de bens era uma realidade provável, já que uma boa parte dos prováveis recrutados, como já referimos, era vinculada aos comandantes por laços pessoais, dependendo deste para adiantamentos de dinheiro, um pedaço de terra, e outros. Dessa maneira, o chefe teria o poder para convencer algum reticente a ir lutar, pois poderia deixar seus familiares em uma pior situação caso não fossem.

Provavelmente o apelo a um dever de cidadão não teria apelo naquelas paragens, pois a grande maioria dos recrutados, caso não fossem às tropas como decorrência de prisões (como veremos adiante), iam em decorrência dos laços com os comandantes. Cremos também que as ideias de pátria e do patriotismo que Brandão utilizara em seu discurso não seriam suficientes para mobilizar os habitantes das localidades a se incorporarem ao exército. Mesmo que fossem experientes e já tivessem participado das várias campanhas da região, especialmente a de 1816-1821, os interesses materiais, como saque de cabeças de gado e de despojos dos soldados, talvez fossem mais importantes que uma ideia abstrata de pátria, que estava sendo associada a uma comunidade muito maior que as que esses homens viviam. Não

²¹³ Carta de José da Silva Brandão a Manoel de Souza Henrique Rabelo [comandante do 21º Batalhão de Cavalaria], Capela de Livramento, 1.9.1825. AHRS, AM, caixa 98.

²¹⁴ O conceito pátria, além de se referir aos laços afetivos e sentimentais que ligavam os homens ao seu local de nascimento, também trazia consigo um conteúdo moral e cívico. SLEMIAN, 2009, p.99.

²¹⁵ BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil...*, artigo 94, inciso III; artigo 8º, inciso II.

²¹⁶ Por exemplo, na carta do coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Alegrete, 29.9.1825. AHRS, AM, caixa 99.

²¹⁷ BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil...*, Artigo 179, inciso XX: “Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infâmia do Réu se transmitirá aos parentes em qualquer grau, que seja”.

seria estranho pensar que estes não se baseassem na ideia de defesa de uma coletividade brasileira ao pensar sobre seu engajamento. Cristiane Mello, ao estudar os corpos militares da atual região sudeste do Brasil entre 1763 e 1777, afirma que a resistência das pessoas a irem lutar no sul era derivada das diferentes concepções de poder e de espaço que se chocavam nesse período: uma da Coroa, que enfatizava que o espaço a ser defendido pelos súditos era o Império como um todo; já os súditos tinham como referência o espaço local, e por isso resistiam às exigências dos governantes. O recrutamento foi visto por essas comunidades como desarticulador de suas estruturas locais, para uma causa que lhe era estranha. Por isso resistiam, através das fugas, deserções, subornos ou privilégios, ou mesmo por meio das instituições, como as Câmaras, que enviavam petições ao rei.²¹⁸ Portanto, não é improvável que resistências ao engajamento se dessem pela causa pela qual se estava lutando, alheia, em parte, aos interesses locais. Dizemos em parte por que certamente os grandes proprietários tinham interesse na manutenção da Cisplatina como província brasileira, levando seus gados e impedindo a emergência de uma indústria charqueadora concorrente naquele território, além de mercês e poder.²¹⁹

Contudo, a opinião dos comandantes, por vezes, era temerária em relação à convocação de todos os homens disponíveis para o serviço. As reclamações vinham do fato de que a “qualidade” de recrutados poderia trazer mais prejuízos que benefícios às tropas. Era uma ideia que, em verdade, já vinha de muito tempo. A reorganização do Exército português na administração do Marquês do Pombal, por meio do comando do Conde de Lippe, demonstrava o novo conceito que vinha se difundindo pelos conhecedores da arte militar: não era simplesmente o número de combatentes que resolvia o vencedor de uma contenda, mas a disposição destes no terreno, a capacidade desenvolvida em treinamentos e combates e a disciplina.²²⁰ Certamente que o número de combatentes era um dos fatores responsáveis por uma vitória, mas de nada adiantava se estivessem mal treinados, mal equipados e mal comandados. O já referido ajudante Brandão, ao relatar deserções, dizia que “não se pode fazer fiança nesta gente paisana, por desertarem mais do que os mesmos soldados de 1ª e de 2ª

²¹⁸ MELLO, 2009, p.186-188.

²¹⁹ Podemos pensar também numa semelhança com o que se passava em Portugal no século XVIII. Criticando uma visão tradicional de que os corpos de Ordenanças eram “a nação pegando em armas”, tal como os franceses em sua Revolução, Dores Costa afirma que os homens não lutavam por um suposto sentimento patriótico, mas dentro de um quadro em que trocavam seus serviços por mercês da Coroa. “O que aqui se considera não é a inexistência – numa extensão social que é muito difícil avaliar – de uma adscrição à condição de ‘portugueses’ – num sentido que não deve ser tomado como óbvio – mas que isto seja o fundamento organizador do exército e da guerra”. DORES COSTA, 2010, p.235.

²²⁰ *Idem*, p.91.

linha”.²²¹ O exemplo desses fujões poderia contagiar o restante da tropa, arriscando engrossar esse número. Contudo, não era só a questão da deserção que era problemática; era o conhecimento militar destes. Segundo esse oficial:

E pelo que tenho observado, é do meu dever dizer a V. Exa., com toda a franqueza, de mui puro zelo pelo bem da Causa Pública, que fazer a guerra unicamente com corpos irregulares, ou para melhor dizer, com a massa de paisanos de todas as classes, que no momento de maior apuro são reunidos para combaterem, ignorantes inteiramente do que é a ordem militar e subordinação, e sobretudo (pela maior parte) sem educação e conhecimento do que é Patriotismo, não é possível que se possa sustentar a dignidade e honra da Bandeira Imperial.²²²

A probabilidade de se fazer a guerra com os paisanos era considerável naquela conjuntura. Um pouco antes da escrita desta carta, as tropas imperiais haviam perdido duas importantes batalhas no interior da Cisplatina, Rincón de las Gallinas e Sarandí, nas quais muitos militares foram mortos ou presos pelos rebeldes orientais. A participação de contingentes sul-rio-grandenses foi significativa, com o envio de vários corpos Banda Oriental adentro. A província não estava desguarnecida, mas sentia um desfalque na sua proteção. Por isso a busca por recrutas de qualquer espécie, o que Brandão temia, por não terem o mínimo conhecimento da disciplina militar (o que poderia provocar a deserção) e do amor à pátria. Claro que isso poderia ser decorrente do sistema de guerra típico dos pampas, baseada em corpos irregulares e de obediência apenas a seus chefes. Contudo, também era uma consequência do sistema de recrutamento aplicado no Brasil, que se baseava na captura de pessoas que estivessem fora das redes de proteção, o que na maioria das vezes significava capturar “vagabundos” e “criminosos”, dos quais não se poderia esperar conhecimentos militares apurados (embora alguns pudessem saber atirar) e senso de disciplina. O discurso de Brandão também nos põe uma dúvida: o Rio Grande do Sul era essa região em que todos sabiam atirar e tinham o espírito do combate em suas veias? Pelas palavras dele, parece que não.

Certos grupos eram indesejáveis por parte de algumas autoridades militares. Contudo, o esforço de guerra poderia fazê-los aceitar relutantemente estes contingentes. Além disso, a larga utilização das Milícias, que utilizavam contingentes não brancos, fazia com que as tropas tivessem uma grande diversidade. Alguns oficiais deixavam bem claro a sua

²²¹ Carta de José da Silva Brandão a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Livramento, 29.9.1825. AHRS, AM, caixa 97.

²²² Carta de José da Silva Brandão a José Feliciano Fernandes Pinheiro, São Gabriel, 25.10.1825. AHRS, AM, caixa 98.

insatisfação com esse procedimento. Um dos grupos que causava incômodo era o dos indígenas. Mais uma vez nos remetemos ao ajudante Brandão, que escrevia que

na reunião que se fizer, pouco interessa que venham guaranis que a experiência acaba de confirmar na opinião em que há anos vivo, de que são homens de pouca fiança nos combates, pois eles foram, sem dúvida alguma, o maior motivo da perdição do coronel Menna Barreto, bem como já aconteceu em Missões nas campanhas passadas, que foram a causa de se perder o tenente coronel Diogo Arouche, como V. Exa. sabe.²²³

O militar, nesta carta, evocava passado e presente. No passado, os índios teriam conduzido à desgraça do falecimento do tenente-coronel Arouche, que havia sido um dos importantes nomes das campanhas da Banda Oriental. Com essa lembrança, o oficial demonstra que o passado deveria servir como um ensinamento para o presente de guerra. Mas parece que as autoridades não haviam aprendido a lição, pois repetiam o erro, que culminou com a derrota em Rincón de las Gallinas e a morte do coronel José Luiz Menna Barreto, comandante do 25º Regimento de Cavalaria de Milícias. Era hora de se consertar o engano e não recrutá-los mais, pois além de serem pouco preparados para combater, não tinham patriotismo. Apesar dos lamentos de Brandão, a presença de indígenas nas tropas continuou até o final da guerra, e as queixas dos comandantes também, principalmente durante a ocupação das Missões, em 1828, pelas tropas orientais comandadas por Frutuoso Rivera. Acusava-se os indígenas do 25º Regimento de se alistarem nas tropas inimigas.²²⁴ Contudo, a inculpação era apenas em parte verdadeira, pois não foram apenas os guaranis que desertaram: oficiais do Exército brasileiro também o fizeram, em direção às forças comandadas por Rivera,²²⁵ como supostamente disse um tal capitão Boaventura, que “tanto fazia servir à Pátria [Províncias Unidas] como ao Império, e que ele só se ia passar ao inimigo para desse modo segurar todos os seus interesses”.²²⁶ Esses oficiais, os estancieiros e inclusive pequenos produtores não combateram os invasores, buscando defender seus interesses, além dos inimigos terem uma política que garantia a propriedade e a segurança dos bens, caso não se opusessem. Havia outros interesses em jogo que não o propriamente patriótico.

²²³ Carta de José da Silva Brandão a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Livramento, 29.9.1825. AHRS, AM, caixa 98.

²²⁴ Carta de Joaquim Antonio de Alencastre [comandante da fronteira de Missões] a Salvador José Maciel, São Borja, 12.3.1828. AHRS, AM, caixa 110.

²²⁵ Carta de Joaquim Antonio de Alencastre a Salvador José Maciel, Jacuí, 30.4.1828. AHRS, AM, caixa 110. Carta de Gaspar Francisco Menna Barreto ao Visconde de Castro [comandante da fronteira do Rio Pardo], Santa Maria, 14.9.1828. AHRS, AM, caixa 109.

²²⁶ Carta de Pedro Luiz de Menezes a Salvador José Maciel, Porto Alegre, 8.5.1828. AHRS, AM, caixa 111. Nessa ocasião, era relatada a deserção de 168 militares, entre eles cinco oficiais.

Outro constante problema era a questão do envio de criminosos para o serviço. A possibilidade de que os condenados pela Justiça combatessem no Exército para pagar suas penas já era aplicada desde a época colonial,²²⁷ e permaneceu no Brasil após a independência, se estendendo século XIX afora.²²⁸ Peter Beattie trata o Exército do período imperial e até mesmo do início da República como uma instituição protopenal, que tinha um papel fundamental no nascente sistema de justiça do Brasil. Em parte isso era decorrente da falta de guerras intensivas, o que obrigava os corpos a terem outras funções que não a propriamente militar, como a de patrulhamento; por outro lado, pela falta de logística e de capacidade burocrática de outras instituições de controle social que poderiam substituí-lo nessas funções, como a polícia e o sistema prisional. Essa configuração era realimentada pelo controle que o Exército exercia sobre os criminosos, servindo como local de correição. Esse papel das forças armadas, na qual também era incluída a Marinha, obstaculizava as suas ambições modernizadoras e seu desejo de melhorar a imagem da instituição. Somente após a proclamação da República, em 1889, reformas desfazem essa ligação, permitindo a emergência do serviço militar obrigatório e da imagem do soldado como um “servidor da nação”.²²⁹

Temos algumas referências sobre o envio de presos para o serviço na campanha. Uma das várias funções dos comandantes militares nas localidades era zelar pela segurança interna, já que não havia, à época, instituições policiais na província. O envio de criminosos para a frente de batalha nos faz refletir sobre o caráter do recrutamento. A historiografia sobre este tema ressalta que esse processo se baseava em fatores sumamente locais, como as relações clientelistas, sendo exercida em um mundo de formas de reconhecimento e identificação personalizadas, que só era possível se houvesse uma circunscrição ao nível das

²²⁷ O Regimento das Fronteiras de 1645 já previa a possibilidade de que os condenados pelas Relações de Lisboa e do Porto servissem nas forças armadas. “E se a Relação desta cidade e do Porto condenarem a alguma pessoa a servir no Exército, ou em alguma Fronteira à sua custa não se lhe correrá com o soldo salvo se for tão pobre que de nenhuma maneira tenha com que se sustentar”. PORTUGAL. *Regimento das Fronteiras...*, capítulo 12. O expediente foi por diversas vezes empregado pelas autoridades. Por exemplo, no Rio de Janeiro quando da expedição fundadora de Colônia do Sacramento, em 1680, na qual entre os enviados estavam presos, que foram perdoados. POSSAMAI, Paulo. A guarnição da Colônia do Sacramento. In: POSSAMAI, (Org.). 2010, p.16. Também nas Minas Gerais e em São Paulo, quando foram enviados contingentes para a luta contra os espanhóis na década de 1770. MELLO, 2009, p.235.

²²⁸ Álvaro Pereira do Nascimento, ao estudar o recrutamento para a Marinha no Rio de Janeiro no final do século XIX demonstra como os comandantes da polícia procuravam enviar presos para o serviço na Armada, forçando-os a se apresentarem como voluntários ou mesmo de maneira inescrupulosa. Era uma maneira de evitar processos demorados e os incômodos decorrentes das constantes prisões de um mesmo indivíduo. As autoridades militares, contudo, também pediam presos para os trabalhos da força armada. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. In: COMISSOLI, Adriano; Miqueias (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. P. 235-256.

²²⁹ BEATTIE, 2009, capítulo 6.

localidades.²³⁰ Alguns relatos de indicações de criminosos para o serviço nos inquietam nesse sentido. Vejamos um deles.

Remeto preso, à ordem de V. Exa., João Pereira, que do princípio da presente campanha vive refugiado, para se isentar da praça, nas matas da Costa da praia da Lagoa, roubando gados e cavalos destas imediações. João Dias, Manoel Vicente e Geraldo Dias, desertores das praças que seguiram deste distrito, reunidas ao capitão Antonio Alves Guimarães, cuja deserção foi feita do acampamento de São Gabriel, estes indivíduos fazem-se prejudiciais a este distrito, V. Exa. atendendo ao bem dos povos lhes dará destino, a fim de que não voltem a perturbar a paz destes habitantes.²³¹

Qual era a preocupação do comandante do distrito de Dores de Camaquã ao enviar esses presos? Era contribuir ao esforço de guerra em prol da pátria? Pela leitura do fragmento, nos parece que a preocupação maior da autoridade local era local, em defender os habitantes da jurisdição que comandava. O “dar o destino”, ou seja, o envio de criminosos para o Exército, é uma das maneiras pelas quais podemos inferir que a preocupação local era tão ou mais importante que uma possível motivação patriótica na hora de se fazer soldados. Isso certamente deriva da duplicidade da posição dos comandantes dos distritos: ao mesmo tempo em que eram parte de uma estrutura a nível nacional, tinham que cuidar da segurança e dos interesses dos habitantes do distrito que comandavam, que, frequentemente, eram os seus também. Por conta dessa intersecção de funções, os comandantes sabiam usar as duas linguagens, conforme as situações: no caso do envio de criminosos para o serviço, se tratava de defender os habitantes da localidade; na hora de se fazerem recrutas, voluntariamente ou não, se apelava para o sentimento patriótico, o qual não era correspondido pelos seus conterrâneos. Portanto, podemos inferir que o recrutamento, em suas diferentes formas, era pautado por valores locais, e não patrióticos.

Encontramos 146 relatos de prisões procedidas por autoridades dos municípios de Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira durante os anos da Guerra. Estes, em grande parte, eram enviados para Porto Alegre, onde ficavam à disposição do presidente da província, juntamente com uma carta na qual se mencionavam os motivos da privação da liberdade daqueles homens. Em quase 20% dos casos, 27, o comandante local indicou ao presidente que o indivíduo era propício para o serviço militar. Metade dessas indicações, no número de 13, foi feita pelo comandante da Aldeia dos Anjos, Antonio Joaquim de Carvalho, o que demonstra,

²³⁰ KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento no Brasil imperial. *Diálogos*, Maringá, v.3, n.3, p.113-151, 1999; MENDES, 2010, p.73.

²³¹ Carta de Patrício Vieira Rodrigues [comandante do distrito de Dores de Camaquã] a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Dores de Camaquã, 28.12.1825. AHRs, AM, caixa 99.

em primeiro plano, uma possível tentativa do comandante em impor os bons costumes e a segurança na localidade; porém, por outro, indica que essas indicações estavam concentradas em apenas um lugar, o que pode comprometer a generalização dos resultados para toda a província. Os outros presos que não tinham a indicação de serviço, com exceção dos escravos, também poderiam ser sentenciados pelo presidente com uma passagem pelas tropas; contudo, somente trabalhamos com os registros que efetivamente mencionaram a possibilidade de ir à guerra. Passemos a uma verificação dos motivos das prisões.

Tabela 1. Motivos de prisão de quem foi recomendado para o serviço, (Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira, 1825-1828).

Motivos da prisão	Número de indivíduos
Crimes contra propriedade	11
Crimes morais	7
Crimes contra a vida	1
Vagabundos / andavam sem portaria	2
Outros	1
Sem referência	5

(N = 27) Fonte: Fundo Autoridades Militares, caixa 96 a 111.

A maior parte dos indicados ao serviço tinham praticado crimes contra a propriedade. O motivo de todos estes era o roubo, em geral de gado, mas também de casas. Um exemplo é o de José dos Santos e Manoel Antonio da Silva, índios guaranis residentes na freguesia da Aldeia dos Anjos, que, segundo o comandante, tentaram roubar gados de sua propriedade. Este recomendava que os delinquentes fossem enviados para servir no Arsenal da Marinha, que só assim os habitantes da localidade ficariam livres daquelas “aves de rapina”.²³² Em segundo lugar vinham os crimes morais. Por estes entendemos acusações como as de insultos, ameaças, seduções ou andar com mulher casada, e a “má conduta”, uma ideia genérica que podia resumir todas as anteriores e que poderia estar relacionada aos roubos anteriormente mencionados, não sendo crimes que atentavam diretamente contra a vida das pessoas. Como o caso de Anastácio Rodrigues da Silva, mulato, vadio e que não cuidava os passos de sua mulher, a qual queria fugir com outro mulato. Segundo o comandante local, era sadio e moço, sabe ler e escrever, e através do serviço nas armas melhoraria de conduta, “desvanecendo o

²³² Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Aldeia dos Anjos, 11.2.1825. AHRS, AM, caixa 96.

seu péssimo projeto”.²³³ Contudo, os critérios utilizados são bastante fluidos, já que a vagabundagem, que só teve dois casos de indicação para o serviço, poderia estar ligada aos crimes morais (sobretudo a “má conduta”) e aos roubos.

Os números que constatamos confirmam o que Beattie assevera sobre a ligação entre o Exército e a justiça penal brasileira. Nas palavras do autor:

O recrutamento forçado militar funcionava como uma válvula de escape parcial para prisões civis superlotadas ao incorporar infratores e os “criminalmente” ociosos. Os juízes não transferiam para o Exército homens suspeitos de homicídio ou de outros crimes que eles consideravam dignos de processos jurídicos. Uma vez que não haviam julgamentos, as declarações dos delegados de polícia eram as únicas evidências de transgressões (mesmo nos casos de suspeitos por roubos de cavalos e “sodomitas”). As terríveis condições no sistema prisional civil brasileiro podem ter levado os oficiais a refletirem antes de julgar e sentenciar um homem pelo que consideravam um delito menor. O recrutamento forçado diminuía os custos de julgamento e aliviava pressões pela construção de novas e caras prisões. Os oficiais locais então deslocavam os custos de controle social e “reabilitação” para o Estado central. Por sua vez, as necessidades de mão de obra do Exército obrigavam-no a assumir casos graves. Comparado com as condições das prisões, o serviço militar provavelmente oferecia melhores chances de “reformatar” infratores.²³⁴

Como pudemos ver pelos dados da Tabela 1, apenas um indivíduo que cometeu um crime contra a vida teve a indicação de sentar praça. Este foi José Domingos, indígena da Aldeia dos Anjos, que teria violado a filha de outra índia. O restante foi por crimes de menor potencial ofensivo ou mesmo por motivos que não apareceram nas cartas. Isso nos remete a uma das importantes contribuições dos trabalhos de Beattie: o Exército como uma instituição de disciplinamento da mão-de-obra, fazendo com que esses criminosos pagassem pelos seus delitos com trabalho compulsório.²³⁵ Os comandantes que estavam na fronteira estavam em uma encruzilhada, propiciada pelo cruzamento de normas novas e antigas: afirmavam que todos tinham a obrigação de lutar, decorrente das interpretações de que o cidadão teria um dever para com a sua pátria; contudo, tinham muito receio, pois esses homens não eram conhecedores dos princípios básicos da arte militar, especialmente os criminosos. Estes, porém, eram presença certa no preenchimento dos corpos, que sofriam repentinas mudanças nos seus contingentes com as isenções e deserções, além de permitir que os comandantes locais realizassem seu trabalho de manter a segurança nas povoações da província.

Outra maneira de podermos constatar o arbítrio dos comandantes é com o estudo da idade dos recrutados. Esse estudo, todavia, é dificultado pela fragmentação da documentação.

²³³ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Aldeia dos Anjos, 16.9.1826. AHRs, AM, caixa 100.

²³⁴ BEATTIE, 2009, p.217.

²³⁵ BEATTIE, 2009, capítulo 6.

O início do processo de recrutamento se dava com um pedido da presidência da província, no qual se davam instruções aos comandantes locais para que iniciassem a busca por recrutas. Esses, a princípio, tinham listas prontas com os nomes e as características de cada um dos homens sob seu comando. Escolhendo os que achassem adequados, as autoridades militares enviavam listas para o presidente, pelas quais este julgaria os que deveriam ser capturados, autorizando a buscá-los. Depois de encontrados, estes eram enviados, em geral, para Porto Alegre (se a distância não fosse tão longa que inviabilizasse tal procedimento), para que passassem por exame médico, no qual seriam julgados aptos ou não para sentar praça.

Apesar desse processo, que envolvia muitas trocas de correspondência, são poucas as listas de recrutados que nos chegaram que trazem informações além do nome. Não há uma padronização do que precisava constar nelas, embora supostamente deveriam trazer o nome do recrutado, sua idade, filiação, local de origem e outras características que se julgassem úteis para melhor conhecimento do recruta. Com o pouco que conseguimos, baseados em quatro listas, tentaremos algumas generalizações. O principal índice que conseguimos obter é o da idade dos recrutas:

Tabela 2. Idade dos recrutas nas listas de revista (Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira, 1825-1828)

Idade (em anos)	Número de recrutas
16-17	16
18	16
19-20	13
21-25	9
26-30	3
31-40	1
Não informado	4

(N = 62). Fonte: AHRS, Fundo Autoridades Militares.

Podemos chegar a algumas hipóteses sobre os recrutas a partir da análise da variável idade. Em primeiro lugar, devemos salientar que há muita dificuldade em se chegar a generalizações mais consistentes no que tange a determinar a idade dos recrutas nas diferentes regiões do território brasileiro, por conta das diferentes categorias que os comandantes colocavam nas listas de revista. Como os poucos exemplos de que possuímos, temos: em Cameté, no Pará, em 1793, 2/3 das praças de milícias recrutadas tinham menos de 20 anos;²³⁶ já em São João del Rei, Minas Gerais, em 1836, a média de idade dos recrutas era de 24,6

²³⁶ NOGUEIRA, 2009, dados retirados a partir da tabela da página 122.

anos.²³⁷ No nosso caso, também se confirma um padrão de recrutas muito jovens: quase 3/4 eram jovens entre 16 e 20 anos, um padrão bem semelhante ao da localidade paraense. Uma boa parte deles poderia estar vivendo com seus pais, embora aqui fiquemos na conjectura, já que as listas raramente trazem informações sobre a profissão dos recrutados.

Desses jovens, aproximadamente 35% eram menores de 18 anos, ou seja, não poderiam ser recrutados, já que essa era a idade mínima para sentar praça na primeira e segunda linha. Contudo, Loriga, ao estudar os exércitos do Piemonte na época da Revolução Francesa, afirma que, por muito tempo, o que importava na hora de recrutar era a compleição física, e não propriamente o número de anos vividos. A questão da idade começou a ser discutida somente a partir do século XVII, por conta da alta mortalidade e falta de disciplina nos exércitos que participavam das constantes guerras.²³⁸ Essa questão estava presente por aqui também: relembremos o que afirmou o comandante de Encruzilhada após o recrutamento na noite de Natal. Contudo, mesmo com a exigência de no mínimo 18 anos para sentar praça, o recrutamento de menores poderia acontecer. Por exemplo, o Barão de Pelotas, comandante da fronteira do Rio Pardo, escrevia ao capitão do distrito de Novo Triunfo para que iniciasse um recrutamento que compreendesse “a tudo quanto possa encontrar de 15 a 25 anos de idade, entrando neste número os vagabundos, a exceção de índios e negros”.²³⁹ Já o comandante de Viamão, dizia que não havia mais homens para enviar, pois da última vez já havia enviado vinte e oito, sendo cinco de quatorze anos e um de treze.²⁴⁰ E também há relatos da presença de meninos mais jovens, de dez e onze anos, nas tropas que combateram na batalha de Sarandí.²⁴¹ A presidência da província, além disso, legitimava o ilegal. Um exemplo é o do recruta Januário José Flores: filho de Antonio José Flores, vivia no distrito da Ponta Grossa, e tinha 17 anos quando foi capturado. Nas observações que o comandante do distrito fazia, estava que o recrutado era filho de viúva, com grande família e sem escravo que lhe ajudasse. Ele tinha um motivo básico para ser isento: a idade (não sabemos se ele era o

²³⁷ MENDES, 2010, p.45-46.

²³⁸ LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens. v.2. A época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.22.

²³⁹ Carta do Barão de Pelotas a João da Costa e Souza [comandante do distrito de Novo Triunfo], Rio Pardo, 10.2.1826. AHRs, AM, caixa 102.

²⁴⁰ Carta de Inácio dos Santos Abreu [comandante do distrito de Viamão] a Salvador José Maciel, Viamão, 18.8.1827. AHRs, AM, caixa 106. Também carta de José Cesário de Abreu [comandante interino da fronteira do Rio Pardo] a Salvador José Maciel, Rio Pardo, 21.1.1828, AHRs, AM, caixa 110, no qual dizia que a companhia do 46º Batalhão de Infantaria de Milícias sediada na vila era composta de “crianças e outros estabelecidos com casas de negócios nesta vila”. A companhia, segundo ele, estava desfalcada, pois muitos de seus membros estavam tratando do giro de negócio.

²⁴¹ Carta de Sebastião Barreto Pereira Pinto a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Arapeí, 26.10.1825. AHRs, AM, caixa 99. Afirma, ainda, que isso era uma prática corriqueira nos corpos de Milícias, o que tinha efeitos para a disciplina e subordinação.

único filho dessa viúva). Contudo, o mandatário provincial aprovou o envio ao serviço. Na mesma lista um dos contemplados tinha mais de 35 anos, o qual também não poderia sentar praça na primeira linha por conta da idade. Este teve destino diferente: foi incorporado nas milícias, nas quais o limite de idade era de 40 anos; porém, pelo envio de corpos da segunda linha para a campanha, ele poderia ter o mesmo destino dos recrutados para o Exército.

Outras variáveis que podemos coligir das listas são referentes ao estado civil e à cor da pele. Sobre o estado civil, dos 22 registros que temos, 18 são de indivíduos solteiros e quatro de casados. Estes últimos eram da vila da Cachoeira; contudo, o comandante local os enviou para a aprovação do presidente, pois não demonstravam que assim estavam, usando de seu poder que tinha de julgar se as pessoas estavam de acordo com as normas do “bem viver” na sociedade. Já para a cor da pele, pudemos descobrir sete pardos, um cabra e dois filhos de crioulos. Embora possamos supor que a maior parte dos recrutas fosse branca, já que a variável cor nem sempre aparecia na fonte, algumas vezes irrompendo como uma mera observação, notemos a participação de homens não brancos nas tropas.

Alguns dos casos que as listas nos trazem demonstram o quanto os critérios estabelecidos para o recrutamento sofriam interpretações distintas. Jerônimo Silveira de Souza, natural da freguesia de Viamão, tinha 19 anos quando foi capturado. Segundo as informações prestadas pelo comandante local, ele era órfão de pai, sua mãe tinha a seu cargo seus três irmãos solteiros, e não possuíam escravos. Tinha tudo para ser dispensado. Não foi o que aconteceu: o parecer do presidente foi favorável à recruta. Casos como esse nos ajudam a explicar o repúdio que se tinha ao recrutamento. Dores Costa reflete sobre situações como estas em Portugal no século XVIII. Os pais viam no recrutamento uma maneira de destruição das unidades de (re) produção familiares, pela expropriação da força de trabalho ou do administrador futuro destas. O recrutamento não degradaria apenas o indivíduo diretamente afetado, mas toda a sua família.²⁴² Especulando sobre o caso de Jerônimo, já que não temos outras informações sobre ele ou do seu paradeiro, o recrutamento pode ter sido um golpe duro para seus familiares, já que a mãe era viúva e ainda tinha que cuidar dos seus outros três filhos solteiros, num ambiente de pobreza, que é indicado pela ausência de escravos. Por isso, muitas vezes, era preferível a fuga, algo arriscado, mas poderia fazer com que voltasse à sua família e proporcionasse subsistência a si e aos que dependiam dele, e que muitas vezes era incentivada pela própria família. Além disso, esta poderia ser atacada por desertores, visto que estava desprotegida sem o elemento-chave que lhe dava sustento.

²⁴² COSTA, *op. cit.*, 2011, p.170.

Vimos, com esse recorrido pelas normas de recrutamento, o quanto estas eram fluídas e dependiam das interpretações dos comandantes locais. Muitas vezes recrutando pessoas que tinham as isenções garantidas, questionando as normas enviadas pela presidência da província, possivelmente também enviando seus desafetos pessoais e aqueles que julgassem que não estavam colaborando com a boa ordem e a manutenção dos costumes em suas áreas de comando, mostravam o poder e o arbítrio que tinham nas povoações onde mandavam. Pudemos ver também o quanto as tropas poderiam ser heterogêneas, contendo criminosos, jovens, índios, negros, entre outros. Tudo isso fazia com que os habitantes não tivessem claras as normas pelas quais os comandantes agiam. Não à toa é que a maior parte das pessoas buscava formas de proteger-se dos recrutadores. Porém, como isso se dava? Passemos a tratar da resistência ao recrutamento.

3.2. A resistência ao recrutamento

No Rio Grande do Sul, durante a Guerra da Cisplatina, a resistência ao serviço foi grande. É claro que essa visão, em parte, é decorrente do próprio caráter da documentação militar: por focar, muitas vezes, nas faltas de mantimentos e artigos para a guerra, e em acontecimentos anormais, tal como as deserções e as tropelias, a fonte acaba nos levando à constatação da grande ojeriza que os sul-rio-grandenses tinham a sentar praça nas tropas. Talvez não fosse tanto assim, e nem todos resistiam: alguns poderiam servir voluntariamente, como os jovens, que, por um lado, se sentiam fascinados pela vida de guerreiro e que percebiam que a entrada nas tropas era o seu ingresso no mundo dos adultos, mas também por poderem ir embora de suas terras de origem quando sentiam que não tinham tanta importância quanto pensavam.²⁴³ Outros poderiam se sentir atraídos pela possibilidade de conquistas materiais, com os botins dos derrotados, seja em objetos, dinheiro, ou cabeças de gado.

Contudo, abundam os relatos de resistência, e esse é um tema dos mais estudados pela “nova história militar”. Essa tradição da resistência é algo que já vem desde a metrópole portuguesa: Dores Costa afirma que o sentimento predominante em Portugal em relação ao Exército no século XVIII era a insubmissão, ou seja, uma resistência que não se dava com atos violentos, mas pelo descumprimento das normas militares, algo que demonstrava a aversão da população ao serviço, típica dos exércitos de Antigo Regime.²⁴⁴ Este sentimento teria sido herdado pelos habitantes brasileiros e persistido por muitos anos.

²⁴³ É o caso que Loriga estuda para o Piemonte do final do século XVIII. LORIGA, 1996, p.17-35.

²⁴⁴ DORES COSTA, 2010, introdução.

No Rio Grande de São Pedro dos tempos da Guerra da Cisplatina, houve duas formas de resistência ao engajamento nas tropas: uma que podemos classificar como direta, nas quais o resultado da ação está diretamente ligado às ações da pessoa afetada pelo recrutamento ou de seus aproximados; e outra que podemos classificar como indireta, já que não dependia somente das ações dos possíveis “prejudicados” com o serviço militar, mas também de intermediários, como autoridades a nível local e provincial.

Começemos pelas formas diretas. Um dos métodos empregados para a fuga do serviço militar era realizado pelos próprios pais. Estes buscavam diversos meios de manter os filhos sob seu controle, seja colocando-os em determinados empregos que garantissem a isenção, seja permitindo a saída deles por certo período de tempo até que a fúria dos recrutadores passasse, ou também prometendo que os levariam ao exame médico em Porto Alegre ou que iam buscá-los, o que nunca cumpriam. A queixa de que os pais eram “pouco patrióticos” era frequente nas correspondências militares. Uma maneira de forçá-los a entregar seus filhos era com a prisão dos progenitores. Contudo, nem sempre isso dava resultados, como admite o capitão-mor de Rio Pardo:

Como jamais pode arrogar a mim arbitrariedades no andamento do recrutamento tenho encontrado pais pouco patriotas, que ocultam seus filhos para não sentarem praça, a alguns destes tenho conservado presos por alguns dias, para fazerem deles entrega, os quais requisitando-me que presos os não podem procurar, os tenho por isso soltados, porém firmes nas suas resoluções, jamais deram satisfação dos seus deveres; é por isso que recorro a V. Exa. para que me insinue o que devo praticar com tais indivíduos, pois que não encontro na lei marcada, o que devo fazer em casos idênticos.²⁴⁵

Pode-se ler no documento a arbitrariedade que o comandante tinha nesse caso, o que, segundo a sua visão, decorria do fato de não haver na lei nada que indicasse o que fazer com aqueles que se negavam, obstinadamente, a entregar seus filhos. Uma tentativa de solução era prender aqueles para que estes viessem sentar praça, assim soltando seus progenitores.²⁴⁶ Contudo, os passíveis de recrutamento não vinham: muitas vezes estavam longe da localidade. Somente os pais saberiam o seu paradeiro, e por isso o comandante decidia soltá-los, sob a fiança de que trariam os seus rebentos. Porém, nunca mais apareciam, e continuavam protegendo os filhos. O capitão-mor de Rio Pardo não sabia mais o que fazer para reverter a situação, e pedia ajuda ao presidente para que determinasse a melhor forma de

²⁴⁵ Carta de Francisco Pinto Porto a Salvador José Maciel, Rio Pardo, 19.4.1828. AHRS, AM, caixa 109.

²⁴⁶ Também presente na carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Egídio Gordilho de Barbuda, Aldeia dos Anjos, 9.11.1826. AHRS, AM, caixa 100. Peregalli já havia feito referência a esse fato para São Paulo na segunda metade do século XVIII. PEREGALLI, 1986, p.218-219.

se resolver o problema. Era uma competição entre os pais e o monarca (representado pelos seus agentes) pela posse desses homens, os primeiros vindo no recrutamento não só a destruição das unidades de produção e reprodução, mas também uma afronta à sua autoridade paternal.²⁴⁷ Não era uma situação incomum na província e continuaria por muitos anos, ainda após a reorganização do Exército e criação da Guarda Nacional.²⁴⁸

Outra forma de resistência se dava com a simples fuga para os matos. Havia um ditado corriqueiro no século XIX que dizia que “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”.²⁴⁹ Estes eram os locais preferidos para as fugas dos moradores ameaçados pelo recrutamento, especialmente se estivessem localizados próximos às povoações. A historiografia destaca os efeitos negativos dessa fuga, principalmente o desabastecimento das cidades.²⁵⁰ Era corriqueiro o abandono temporário de casas e famílias, como afirmava o comandante da Aldeia dos Anjos, que indo em busca de soldados

não foi possível encontrar nenhum, aparecendo-me em algumas casas só as mulheres, que dizem não sabem dos maridos e outros lugares feito tapera e em outros as filhas somente, que dizem não sabem de seus pais [...] por cujo motivo muito sinto-me envergonhado da péssima conduta e insubordinação dos habitantes deste distrito capazes de se prestarem nesta ocasião mais que nunca com os seus bens e pessoas, o que provém da falta de subordinação, a qual será observada com prontidão, sendo punidos com rigoroso castigo ou confisco de bens os insubordinados que cada vez mais se aumentará o seu número se não houver exemplo.²⁵¹

Até poderia ser verdade a desculpa das filhas e esposas, pois os relatos de fugas de casa eram bastante corriqueiros e estão presentes em diversos cantos da província.²⁵² Dois fatores incentivavam isso: em primeiro lugar, a mobilidade das pessoas, que transitavam e tinham parentes por diversos lugares da província²⁵³; e, em segundo lugar, pelo fato de que o

²⁴⁷ DORES COSTA, 2010, p.170.

²⁴⁸ Após 1832, os juizes de paz tornaram-se responsáveis pelo recrutamento. Ribeiro encontra na documentação desses empregados várias reclamações de pais que criavam empecilhos para os filhos servirem no exército. Diziam que “antes querem que seus filhos comam raízes de paus pelo mato do que vê-los no serviço da Nação”. RIBEIRO, 2005, p.75-76.

²⁴⁹ SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Foi indispensável chamar a Guarda Nacional: os dramas e os subterfúgios do tributo de sangue no Brasil Imperial. In: COMISSOLI; MUGGE (Org.), 2011, p.167.

²⁵⁰ PEREGALLI, 1986, p.88; JUNQUEIRA, 2005.

²⁵¹ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a Salvador José Maciel, Aldeia dos Anjos, 17.2.1828. AHRs, AM, caixa 104.

²⁵² Dois exemplos: Carta de Alexandre José Bernardes [comandante do distrito da Ponta Grossa] a Salvador José Maciel, Ponta Grossa, 24.2.1827. AHRs, AM, caixa 104; Carta do Barão do Cerro Largo [governador das armas] a Francisco Antonio de Borba [comandante do distrito de São Gabriel], Quaraí, 6.12.1825. AHRs, AM, caixa 96.

²⁵³ Ribeiro dá o exemplo de um tio, que vivia no distrito de Cruz Alta, que ofereceu abrigo para dois sobrinhos, de Rio Pardo, enquanto o recrutamento ocorria. RIBEIRO, 2005, p.69. Também poderíamos citar o exemplo de José Batista da Silva Santos, que, segundo seu amo, estaria a bordo de uma embarcação que sairia da província

comandante de um distrito somente poderia recrutar os habitantes sob sua jurisdição,²⁵⁴ a menos que houvesse autorização do presidente provincial. Contudo, é impensável que um chefe de família saia de casa e não diga qual será seu paradeiro. Por isso a indignação do comandante da Aldeia dos Anjos, classificando os habitantes de insubordinados. Retomando as reflexões de Dores Costa anteriormente mencionadas, podemos inferir que as falas das esposas e filhas ao comandante eram parte de uma estratégia que visava manter a família unida, pois a saída, por tempo indeterminado, de seu principal (ou um dos) elemento poderia causar um impacto irremediável. O militar ameaçava aplicar a estas famílias o confisco de bens, que, como já vimos, era ilegal. O comandante ameaçava desestruturar a vida econômica das famílias, se não fosse com a captura dos homens, com a apreensão dos bens necessários à sobrevivência. Vê-se o quanto o recrutamento poderia ser desestruturador da vida e da economia da sociedade.

Dividindo espaço com os fujões locais estavam os desertores. Era um fenômeno tão comum na província que um oficial superior dizia que “a deserção deixou nela de ser crime há muitos anos e por isso é tão frequente nestas tropas”.²⁵⁵ Os motivos para a fuga das tropas eram os mais diversos possíveis. Em Portugal, no século XVIII, já havia uma reflexão sobre por que os soldados fugiam. Antonio Ribeiro Santos classificava os motivos em dois: os naturais, que eram a saudade da família e do país, o desejo de liberdade, o medo da guerra, a incompatibilidade entre o serviço militar e o gênio de alguns soldados, fatores que não poderiam ser eliminados, mas apenas moderados; e os motivos não naturais, como a maneira de recrutar os soldados, tendo por base a violência e o arbítrio dos comandantes, o desprezo dos oficiais superiores com seus companheiros militares, motivos que deveriam ser remediados.²⁵⁶

No Brasil, os motivos para a deserção são vários. Podemos destacar a falta de pagamento de soldos, as péssimas condições de serviço (sobretudo a alimentação), o rompimento de laços familiares e os castigos corporais sofridos em decorrência de punições; ou seja, na maior parte dos casos, motivos não naturais. Devemos também salientar que o que era deserção para os militares vindos de outras partes do país poderia não ser para as tropas do

para escapar do recrutamento. Carta de Alexandre José de Campos a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Porto Alegre, 19.11.1825. AHRS, AM, caixa 96.

²⁵⁴ RIBEIRO, 2005, p.71.

²⁵⁵ Carta do Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Arapeí, 26.10.1825. AHRS, AM, caixa 99. Após a batalha do Passo do Rosário, o comandante-em-chefe Marquês de Barbacena afirmou que quinze dias antes do confronto a deserção proliferou, chegando a vinte casos por dia. Carta do Marquês de Barbacena [comandante-em-chefe das tropas imperiais] a Raimundo José da Cunha Mattos, Passo de São Lourenço, 2.3.1827. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 01, documento 2.

²⁵⁶ COSTA, *op. cit.*, 2011, p.443.

Rio Grande do Sul, em boa parte compostas de forças irregulares vinculadas a determinados comandantes, como já visto no capítulo 2. Os militares presentes nesses corpos poderiam sair por alguns dias, sem autorização dos comandantes superiores, tal como previam as normas, para visitar suas famílias, cuidar de seus assuntos particulares. Contudo, é difícil tratar da deserção sem ser pela perspectiva dos comandantes, pois foram estes que escreveram os documentos que nos chegaram, e não encontramos, pelo menos para esse período, relatos dos próprios desertores, seja em processos-crimes ou em comissões militares.

Contudo, no período da guerra havia uma dificuldade na hora de fugir: para onde iam? Em algumas oportunidades, como durante o ano de 1828, na qual as forças estiveram estacionadas às margens do rio Jaguarão, uma opção viável era a fuga para as localidades que haviam nas proximidades, que eram São Francisco de Paula (Pelotas) e Rio Grande, que tinham intensa atividade pecuária e comercial. Porém, no restante do tempo, a posição dos corpos variou, embora todas estivessem na região de pampa, na qual a visualização de pessoas e de tropas era possível, por vezes, a muitos quilômetros de distância. Eram necessários lugares nos quais se pudessem esconder com maior facilidade. O que a documentação analisada nos mostra é que os lugares em que a grande maioria dos desertores se escondeu estão na encosta da Serra Geral e subida para o Planalto Gaúcho: os arredores de Santa Maria da Boca do Monte, Cachoeira e a localidade de Caí,²⁵⁷ mais próxima a Porto Alegre. Havia outras localidades boas para esconderijos, como Caçapava, Encruzilhada e Santana da Boa Vista, que, próximos à região da pampa, tinham um conjunto de morros que permitiam refúgios seguros. Isso, obviamente, deriva do foco do nosso estudo, baseado em três municípios, sem a análise do de Rio Grande, que poderia fornecer bons esconderijos. Eram locais que não eram longe de povoações, o que permitia o sustento com ações como furtos, roubos ou até mesmo com colaborações de comunidades próximas, mas não suficientemente perto das mesmas, evitando a presença de tropas que as combatessem. Eles podiam viver sozinhos nessas picadas, mas em geral costumavam conviver em grupos. Um relato desses ajuntamentos foi dado pelo comandante de Cachoeira.

Tem-se descoberto que há junto ao Rincão do Inferno, na Serra Geral, onde é a travessa pelo rio Jacuí,²⁵⁸ um grande quilombo composto de negros e forros, desertores e vadios de todas as classes, os quais se mantêm roubando aos vizinhos da Serra, que dista desta vila 4 a 5 léguas. Nesta vila e seu pequeno distrito não há gente suficiente de que possa formar uma partida respeitável para dar no mesmo quilombo, que se avalia em mais de 30 homens, e ainda que a houvesse, era

²⁵⁷ Carta de Alberto José Centeno a Salvador José Maciel, Triunfo, 2.7.1827. AHRs, AM, caixa 104.

²⁵⁸ Ao que a localização citada dá a entender, seria algum lugar entre os atuais municípios de Restinga Seca e Agudo, próximos a Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul.

necessário que a partida fosse autorizada a atirar logo que encontrasse resistência, por que do contrário é sacrificar cidadãos pacíficos contra a escória brasileira [...] Outrossim, depreco a V.S. o mesmo Alexandre Garcia para o encarregar de prender a um desertor do Regimento de Dragões de nome Antonio de Tal, que se acha no distrito do meu comando além do rio Jacuí, o qual já tem unido a si um mulato cativo de José Antonio de Azevedo, e um rapaz de 12 a 14 anos, neto de Joaquim Florencio. Estes indivíduos se têm arrojado a arrombar casas e atacar alguns viajantes, e mesmo ao encarregado da vigia aquele distrito, ameaçando a este até com a morte se o perseguir a querer prendê-lo; e ainda há 4 ou 6 dias, às 11 horas da noite, foi à casa do alferes Feliciano Pereira Fortes, e lhe entrou no curral, roubou-lhe dois cavalos de estimação, e como estivesse junto a estes um mais ordinário, ali o matou.²⁵⁹

Notemos alguns aspectos que aparecem no documento. Primeiro, a distância relatada da vila da Cachoeira: de 4 a 5 léguas, algo como entre 25 e 30 quilômetros, algo bastante considerável para as condições de transporte da época, permitindo saídas esporádicas para obtenção de suprimentos e que garantia uma determinada proteção. Além do mais, a serra era um lugar propício para os esconderijos, visto que para uma partida de homens poder chegar ao ajuntamento teria que desbravar a mata e subir os morros. Contudo, ainda não havia núcleos populacionais serra acima, o que limitava as possibilidades dos fugidos de irem mais longe, além de uma possível presença de indígenas, que poderiam interpretar a presença de desertores como uma invasão a seu espaço e atacá-los.

Em segundo lugar, a composição do ajuntamento, classificado pelo comandante como um quilombo. Na verdade o alvo principal do comandante parece ser os negros fugidos; contudo, demonstra que havia a presença também de forros e de desertores. É claro que a coexistência de diversos grupos dentro de um quilombo não era nenhuma novidade, pois, até mesmo o principal quilombo da história brasileira, o Quilombo dos Palmares, no século XVII, tinha a presença de indígenas e europeus.²⁶⁰ Contudo, a presença dos desertores na região poderia aumentar o tamanho do quilombo e das dores de cabeça do chefe local. Era o que mostrava a segunda parte do documento. Neste caso, um desertor do exército teria convencido (ou obrigado, não sabemos) dois homens, um deles escravo, e começaram a roubar, tanto viajantes como proprietários locais, além de invadir algumas casas. Eles eram uma ameaça às propriedades, mas também às pessoas, pois teriam jurado de morte um morador que fazia vigias.

²⁵⁹ Carta de Manuel José Pereira da Silva [comandante de Cachoeira] ao Visconde de Castro, Cachoeira, 23.2.1828. AHRN, AM, caixa 111.

²⁶⁰ Localizado no atual estado de Alagoas, o Quilombo dos Palmares resistiu por quase cem anos às investidas de portugueses e de holandeses para destruí-lo, o que somente foi possível em 1695. É interpretado, pelas comunidades negras, como símbolo da resistência africana à escravização e à opressão. Contudo, descobertas arqueológicas questionam esse retrato, apontando a coexistência de diversos grupos étnicos na região. FUNARI, Pedro Paulo. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 11-38, verão 2001.

Um mês depois, todavia, o comandante da fronteira do Rio Pardo, Visconde de Castro,²⁶¹ enviou uma carta ao presidente da província, na qual acusava de falsa a suposta existência do ajuntamento. O que passara era que o ouvidor da comarca do Rio Grande do Sul, Candido Ladislau Japi Assu,²⁶² nomeara para Cachoeira um comissário de polícia, de nome José Francisco Duarte. Este teria tomado para si atribuições que eram do comandante do distrito. Entre os erros de Duarte estaria que

há pouco tempo dando ao mesmo ouvidor uma parte falsa, de que no distrito daquela vila se achavam aquilombados um grande número de salteadores e facinorosos, reclamando-se-me por este motivo uma grande escolta, que a muito custo e desassossego dos povos fez marchar para aquele lugar um oficial com 60 homens, armados e municados, aonde nada se encontrou, e nem vestígios de que ali houvesse em tempo algum tal quilombo.²⁶³

Portanto, o relato do quilombo seria uma grossa mentira. O comandante da fronteira, pressionado pelas constantes requisições de soldados para serem enviados à campanha, ainda tinha que controlar os foras da lei dentro da sua jurisdição. Contudo, estes não existiam, obrigando-o a desviar homens que deveriam estar servindo nas tropas ou mesmo fazendo a segurança das localidades para uma missão desnecessária. Se tomarmos a declaração do Visconde como verdadeira, podemos entender sua indignação.

Mesmo que esse quilombo de Cachoeira não existira,²⁶⁴ a preocupação com o refúgio de desertores e com os roubos que eles poderiam cometer, elementos básicos do relato do comandante local, se espalhavam por diversas localidades da província. A presença de desertores era mais um motivo de preocupação para o comandante local, que deveria capturá-lo como parte das suas diversas tarefas, que incluíam a manutenção da segurança interna e o recrutamento.

²⁶¹ De nome João de Castro do Canto e Mello, nasceu em São Paulo, em 1786, falecendo em Porto Alegre, em 1853. Era irmão da Marquesa de Santos, amante de Dom Pedro I, por isso tinha uma ligação forte com a família imperial, chegando a deixar o campo de batalha, em 1827, para ir ao Rio de Janeiro beijar a mão de Sua Majestade. Sentou praça na Legião das Tropas Ligeiras de São Paulo em 1791, e foi reconhecido cadete três anos depois. Fez todas as campanhas da Banda Oriental. Recebeu medalhas de todas as ordens existentes no Brasil. CARVALHO, 2011, p.61-63.

²⁶² Candido Ladislau Japi Assu estudou Direito em Coimbra e foi um fervoroso defensor da independência brasileira em Portugal, o que lhe custou um desterro interno. Ele assumira o juizado de fora de Porto Alegre no dia 15 de junho de 1825, permanecendo até o dia 1º de março de 1828, reproduzindo um padrão típico dos outros juízes de fora: o cargo no extremo sul do país era o primeiro em sua trajetória jurídica. Logo após, foi nomeado ouvidor da comarca de São Paulo, e durante o exercício do cargo, foi acusado do assassinato do jornalista Libero Badaró, o que foi um dos fatores de revolta da oposição ao imperador e que culminou com a abdicação de Dom Pedro I, em 1831. COMISSOLI, 2011, p.113-115 e 349.

²⁶³ Carta do Visconde de Castro a Salvador José Maciel, Rio Pardo, 29.3.1828. AHRS, AM, caixa 111.

²⁶⁴ Na Guerra dos Farrapos houve quilombos com desertores imperiais e republicanos com mais de cem pessoas. RIBEIRO, 2009, p.251-253.

Outro local no qual os fugidos do exército procuravam se esconder eram as ilhas, nos rios mais largos. O comandante de Triunfo, em carta ao presidente da província, afirmava que o acusado de um roubo de fazendas de uma loja era um desertor, de nome João Baptista. O importe do delito era calculado em dois contos de réis, valor consideravelmente elevado para que uma única pessoa estivesse envolvida, além do fato do que o desertor faria com tanto dinheiro (no caso, gêneros da loja) se ele vivia perambulando de lugar em lugar. Continuando o relato, afirma que esse fugitivo “cuidou de mudar-se da ilha donde habitava, que era logo abaixo desta freguesia, e sei de certeza que mora hoje em dia em uma chácara”. Mais adiante, relatava que João era um conhecido ladrão e que com ele andavam mais dois homens, que saíam embarcados ocultamente para proceder a seus contínuos roubos²⁶⁵. O comandante de Dores de Camaquã também relata possíveis ajuntamentos em ilhas, em que poderiam estar desertores e fugidos do recrutamento. A partida enviada por ele na busca de tais gentes viu “um alojamento antigo, que seria de dez a doze indivíduos, quando muito, e por isso deve V. Exa. ficar convencido de que estão na ilha que dista mais de três milhas da terra firme”.²⁶⁶ A ilha a qual o comandante provavelmente se referia era a Ilha da Barba Negra, próxima à confluência entre o Lago Guaíba e a Laguna dos Patos, e que seria conhecida posteriormente pela existência de quilombos.²⁶⁷ O refúgio em ilhas era uma estratégia bastante conveniente para quem conhecia profundamente as localidades nas quais viviam. A necessidade de sair rapidamente dos locais em que obtinham seus mantimentos, das diversas maneiras, obrigava-os a conhecer o calado dos rios, os passos, os ventos, uma série de variáveis que podiam interferir nas fugas, que somente aqueles que tinham pleno domínio dos terrenos locais poderiam empregar.

As evidências que a documentação nos traz permitem pensar sobre o que seriam os desertores para a sociedade da época. Shirley Nogueira, ao estudar o fenômeno no Pará na segunda metade do século XVIII, busca compreendê-los não como criminosos, mas como parte integrante da coletividade. Afirma que estes contavam com o apoio de alguns moradores

²⁶⁵ Carta de José Alexandre de Oliveira [comandante de Triunfo] a Salvador José Maciel, Triunfo, 29.10.1828. AHRS, AM, caixa 110.

²⁶⁶ Carta de Patrício Vieira Rodrigues a Salvador José Maciel, Dores de Camaquã, 4.12.1828. AHRS, AM, caixa 111.

²⁶⁷ Um ano depois desse referido, uma embarcação, vinda de Rio Grande e com destino a Porto Alegre, precisou atracar na ilha, por conta da força de ventos contrários. Lá, os marinheiros descobriram um quilombo com mais de 30 negros, que os atacaram. Após esse acontecimento, o governo provincial enviou uma expedição, com mais de 160 soldados, que descobriram roças de milho e de feijão, algumas palhoças, mas não conseguiram capturar os quilombolas, pois estes teriam sido avisados por escravos de Porto Alegre que as forças repressoras estavam a caminho. Estes também, ao que parece, eram protegidos pelos charqueadores da região, que obtinham neles uma mão-de-obra barata para o período de máximo trabalho, entre dezembro e fevereiro. Crônica completa em O QUILOMBO da Ilha do Barba Negra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 maio 1983. Disponível em <http://www.popa.com.br/docs/cronicas/ilha_do_barba_negra.htm>. Acesso em 27 nov. 2012.

nas vilas, que os ajudavam por motivos afetivos (laços familiares) ou outros, além de proprietários que os protegiam como forma de obter mão-de-obra barata. Poderiam viver em mocambos, juntamente com negros e índios fugidos, vivendo de pequenas plantações, de prestação de serviços a poderosos locais (como mão-de-obra ou tornando-se um braço armado destes), e de roubos. Eles, por tudo isso, “criaram uma vida autônoma dentro da ordem estabelecida”. Além dessa opção, poderiam simplesmente voltar para casa, retomando seus papéis produtivo e familiar, interrompidos quando eram recrutados.²⁶⁸

Todavia, as correspondências militares no Rio Grande do Sul não nos dão essa percepção para os desertores tal como foi encontrada no caso do Pará, enfocando nos crimes e nos ajuntamentos perigosos de pessoas. Tratavam-nos como bandidos. A obra de Eric Hobsbawm, *Bandidos*, talvez ajude a entender o que se passava com eles.²⁶⁹ Estudioso das formas de resistência social presentes na transição para o capitalismo, o escritor inglês afirma que o “bandoleirismo social” era uma delas. Esta se caracterizava por se dar em sociedades camponesas que, ou não aceitavam as mudanças decorrentes do avanço do novo sistema, que afetavam o modo de vida tradicional daquelas comunidades, ou já dentro das sociedades capitalistas, relacionando-se a questões de poder e riqueza no campo. Nesses movimentos poderiam atuar fugidos dos exércitos e da Marinha, como nas guerras de unificação da Itália, onde desertores participavam das lutas contra as tropas lideradas por Garibaldi na região de Nápoles. Afirma também que o recrutamento militar poderia ser um catalisador para a emergência de movimentos desse tipo, como ocorreu na Hungria, entre 1848-49, pois “a resistência a tornar-se soldado ou a continuar a sê-lo é uma fonte habitual de bandidos”.²⁷⁰

Algumas das características traçadas por ele para os bandidos sociais podem ser encontradas nos desertores presentes na província durante a Guerra. A primeira era de que esses grupos, de pequeno tamanho, escondidos em montanhas e bosques, impunham sua vontade a outrem mediante a extorsão, o roubo, entre outras formas. Dessa maneira, questionavam a ordem econômica, social e política. Kraay chama a atenção para o significado da deserção, ao tratar do caso baiano: para ele, a deserção nada mais era que um ato individual apolítico que zombava do regime disciplinar do exército.²⁷¹ Ou seja, discutia as bases pelas quais a instituição se regia. Vimos no relato do distrito da vila da Cachoeira anteriormente citado (e que também está presente em outros documentos) que os desertores, somados a outros, atacavam viajantes, arrombavam casas, ameaçavam aqueles que eram elementos a

²⁶⁸ NOGUEIRA, 2004, p. 107.

²⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Barcelona: Crítica, 2001.

²⁷⁰ *Idem*, p.125. Tradução livre da citação.

²⁷¹ KRAAY, 2011, p.303.

serviço da ordem. Mesmo quando os grupos eram compostos só de trãnsfugas, poderiam causar o mesmo estrago, pelas necessidades de fuga e de sobrevivência. Dessa forma, questionavam a ordem vigente, causando uma sensação de impotência nas autoridades, que contavam com poucos efetivos para combater aqueles desordeiros, assim como assustar os viajantes e comerciantes que passavam por aquela região, o que podia causar prejuízos à economia local.

Em segundo lugar, a existência de bandidos sociais era frequente em situações de crise, sobretudo econômica, que causavam o empobrecimento das pessoas, quando os governos eram fracos ou instáveis. No período do conflito, realmente, os soldados, em grande parte pobres, ficavam ainda mais, com os frequentes atrasos no pagamento de seus soldos, motivo forte para desertar. Além disso, as frequentes requisições de animais e colheitas deixavam as pessoas ainda mais paupérrimas. Por último, a defesa de um “programa”. Este, na acepção original de Hobsbawm, se tratava da defesa ou restauração da ordem tradicional das coisas tal como elas foram, real ou supostamente. Nogueira mostra que o objetivo principal dos desertores paraenses era voltar para casa e retomar os laços familiares rompidos com o recrutamento.²⁷² Supomos que o objetivo dos trãnsfugas nas paragens do sul também deveria ser esse, afinal, era muito complicada a vida de refugiado, perambulando província afora, baseando-se em roubos para a sobrevivência, ou mesmo estabilizando-se em um local com outros companheiros, em ambas sofrendo uma constante ameaça de ser preso e reenviado às tropas. E, junto à sua família e amigos, inserindo-se novamente na sua sociedade de origem, a probabilidade de contar com ajuda para não voltar ao Exército era mais real do que se refugiando em lugares que não conhecia. É óbvio que o escritor inglês se refere ao “programa” dos bandidos sociais como algo coletivo, que serviria para as sociedades camponesas de onde eles se originam resistir às novas estruturas sociais; contudo, fizemos esta interpretação com base nos indivíduos desertores ou em pequenos grupos destes, o que compromete a interpretação deles como “bandidos sociais”, já que não representavam propriamente os interesses dessas sociedades, mas os seus próprios.

Podemos ver que os desertores tinham algumas características dos “bandidos sociais” caracterizados por Hobsbawm. Porém, mesmo questionando a ordem vigente, tinham significativas diferenças, decorrência de que, em geral, defendiam os interesses individuais e dos pequenos bandos nos quais andavam, e não das sociedades camponesas mais amplas. Mas, então, é possível caracterizar os desertores apenas como bandidos, já que não se

²⁷² NOGUEIRA, 2004, p.89.

pautavam por uma ação coletiva? É possível ainda dar alguma caracterização aos desertores partindo das leituras do autor inglês? Hobsbawm chama a atenção para um fenômeno típico de alguns grupos sociais, tais como os saqueadores e os ex-militares: a sua condição fluída entre o bandido social e outras formas de bandidagem. Nas palavras do autor:

los excluidos involuntariamente del mundo campesino, tales como los ex soldados, los desertores y los merodeadores, que abundaban en épocas de desórdenes, de guerra o de posguerra, constituían un vínculo de unión entre el bandolerismo social y el antisocial. Hombres de este tipo podían haber encajado muy fácilmente en las bandas sociales, pero se adherían con igual facilidad a las otras y les aportaban algunos de los valores y de las consideraciones propias de su medio ambiente original²⁷³

Para o autor, os bandidos estão fora da ordem social, e as sociedades camponesas sabiam distinguir aqueles que eram “bons” dos “maus”. Geralmente, os últimos são de grupos externos aos locais, sobretudo aqueles excluídos da sociedade, tal como os escravos fugidos, os vagabundos e os desertores, e baseiam sua sobrevivência em atos violentos, como roubos e saques, o que as comunidades locais não aceitavam. A documentação que nos chegou sobre os fugidos das tropas relacionava-os a ameaças, roubos, atentados contra a moral e os bons costumes, não se referindo a possíveis ajudas das pessoas mais próximas ou alianças com senhores locais. Enfim, era uma série de fatores que, em teoria, os distanciavam das comunidades.

Portanto, o que a leitura da documentação nos demonstra é que as autoridades militares da província interpretavam os desertores simplesmente como bandidos, ou, na expressão de Hobsbawm, “bandidos de baixo calão”.²⁷⁴ Contudo, não deveria ser de estranhar que os desertores e os grupos de que participavam tivessem alguma relação com as comunidades locais, embora, pelas evidências que nos chegaram, parece que estas os tratavam mais como “maus” que como “bons”. Ribeiro escreve, sobre esse período, que os desertores só se tornavam um problema quando cometiam crimes ou se juntavam com negros fugidos ou criminosos. A deserção não era vista propriamente como algo desonroso, especialmente para a família, e que eles poderiam continuar convivendo com os demais habitantes de suas localidades, embora se escondendo das autoridades,²⁷⁵ mantendo as ligações com a comunidade por meio de seus familiares ou amigos que ofereciam proteção²⁷⁶, por vezes em

²⁷³ HOBBSAWM, 2001, p.57.

²⁷⁴ Na expressão em espanhol, “bandidos de bajo fondo”. HOBBSAWM, 2001, p.192-193.

²⁷⁵ RIBEIRO, 2005, p.110.

²⁷⁶ Um exemplo é de José Francisco Marques de Freitas, da freguesia de Taquari, que acoitava o seu sogro, desertor do 20º regimento de cavalaria de milícias. Carta de Francisco Antonio Olinto de Carvalho [comandante

lugares muito distantes dos de origem, ou pela proteção de grandes proprietários e mesmo autoridades militares, como no caso de um capitão-do-mato que protegia três desertores.²⁷⁷ Já os forasteiros poderiam integrar-se nas localidades fornecendo mão-de-obra barata ou vendendo produtos conseguidos por meio de roubo, obtendo dinheiro para comprar víveres, quando estes mesmos não eram o objeto dos delitos. Então, talvez possamos qualificar os desertores como uma mescla entre os “bandidos sociais” e os “bandidos”, com características dos dois, dependendo de onde procediam, de suas atitudes e da interpretação que as pessoas e as autoridades davam a essas. Essa provavelmente era a realidade para o Rio Grande do Sul: já que, segundo os comandantes militares, a deserção era um fenômeno generalizado, seria difícil que fossem somente bandidos, e muitos devem ter voltado ao convívio de suas famílias, embora haja casos de crimes cometidos por eles.

Talvez fosse melhor, para essas comunidades, estabelecer algum tipo de vínculo com os desertores. Isso por que a busca por estes, através de destacamentos vindos do Exército, poderia causar mais problemas que os próprios fujões. Mais uma vez, a vila da Cachoeira, um dos pontos favoritos desses trãnsfugas, nos fornece exemplos. É o comandante da cidade que se queixa ao presidente da província sobre as contínuas partidas que chegam à povoação para procurar desertores e que causavam mais incômodos que benefícios. Escreve o militar local que

Achando-se nesta vila três partidas, o que tem acontecido por mais vezes, mandadas por V. Exa. em seguimento de desertores. Com estas partidas têm estado os moradores desta vila incomodadíssimos, e eu também, porque todos os dias e instantes não ouço senão queixas e choros contra os comandantes e soldados de semelhantes partidas. As chinas da aldeia não me largam a porta, que os soldados lhe carregam os filhos, os de negócio que os soldados armados lhe entram pela porta dentro, mandam cortar a fazenda e a carregam, dizendo quando tiverem, pagarão os vendeiros da mesma forma; e se perguntam pelo dinheiro puxam a pistola e armas e dizem dessa forma: é pago; outros queixando-se de pranchadas que os soldados lhe dão, de forma que nem o sino da igreja escapou, que os padres o faziam tocar, de noite saíam a encontrar o povo, tomando-lhe o dinheiro que levasse nas algibeiras.²⁷⁸

O relato do comandante não poderia ser mais claro sobre o que se passava com essas partidas em busca de desertores. Elas causavam mais problemas do que resolviam. Cometiam toda uma série de atrocidades, que, supomos, não eram aprovadas pelo governador das

do regimento] a José Egídio Gordilho de Barbuda, Porto Alegre, 11.7.1826. AHRS, AM, caixa 97. Ribeiro também cita o exemplo de um desertor que foi auxiliado por dois amigos de sua mãe para fugirem. RIBEIRO, 2005, p.109.

²⁷⁷ Carta de Manuel José Pires da Silveira Casado [comandante do distrito de Pedras Brancas] a Salvador José Maciel, Estância da Flor do Conde, 7.1.1828. AHRS, AM, caixa 110.

²⁷⁸ Francisco Soares da Costa Leiria [comandante do distrito da Cachoeira] a Francisco de Paula Massena Rosado [governador das armas da província], Cachoeira, 9.9.1826. AHRS, AM, caixa 101.

armas.²⁷⁹ Roubavam fazendas dos comerciantes, que não recebiam pagamento disso, antes o contrário, eram ameaçados pelos militares para não cobrar, quando, na verdade, deveriam receber um papel a ser descontado pela Junta da Fazenda Nacional; levavam também o dinheiro das pessoas e os filhos das mulheres. Em outra correspondência, o major Leiria relatava o que ocorrera após a chegada de uma dessas partidas.

sem eu ler dita portaria, foi com sua escolta cercar as portas da matriz desta vila, onde se estava celebrando missa, que bastante perturbar o povo da Igreja, foi prendendo a torto e à direita quem quis, depois apanhando-os pelas ruas desta vila os soldados da partida começaram a se divertir com o povo, por que não havendo que recrutar, prendiam as crianças, a levavam-nas de garupa, depois as largavam, de tarde deram busca em algumas casas, não escapando a do vigário; afinal, ficou só para recruta um meirinho, o ajudante do correio, o sacristão da matriz, e como tivessem ordem para se irem aprontar para marcharem para a vila de Rio Pardo.²⁸⁰

Entre os arbítrios cometidos pelos soldados estava a invasão das casas. Segundo a Constituição Imperial, a invasão das casas somente era permitida em casos especiais em que a lei determinasse, e somente de dia.²⁸¹ Agravando a situação, entraram na casa do vigário, desrespeitando uma das principais autoridades morais da localidade. Também ofendera uma das instituições fundamentais da vida das pessoas no período: a Igreja, atrapalhando a missa, evento no qual se reunia o povo, em busca de desertores. Como nada tinha que fazer ali, pois como assevera o comandante na mesma ocasião, não havia quem recrutar, começaram a aterrorizar os moradores, roubando as crianças e as largando depois, recrutando apenas três pessoas, entre elas o sacristão da igreja, cargo que tinha isenção garantida pelas Instruções de 1822. Além disso, não tinham cumprido com a missão de buscar desertores, causando o efeito contrário, espalhando ainda mais aqueles que, por ventura, poderiam ser engajados.²⁸² Ou seja, um arbítrio total, descumprindo as leis e a comovendo a ordem social da vila.

O porquê de eles fazerem isso não se sabe. Talvez quisessem compensar todo o sofrimento pelo qual passavam nos acampamentos do Exército. O constante atraso no

²⁷⁹ Utilizamos a expressão supomos pois um dos presidentes, José Egídio Gordilho de Barbuda, acusou o governador das armas, Francisco de Paula Massena Rosado, de fomentar a indisciplina das tropas, caracterizando-o como o “pior inimigo que a Província tem atualmente contra si”. Carta de José Egídio Gordilho de Barbuda ao Visconde de Caravelas [Secretário de Estado dos Negócios do Império], Porto Alegre, 22.2.1828. AN, IJJ 9 450, doc. 20.

²⁸⁰ Carta de Francisco Soares da Costa Leiria a José Egídio Gordilho de Barbuda, Cachoeira, 8.11.1826. AHRS, AM, caixa 101.

²⁸¹ BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil...*, Artigo 179, inciso VII: “Todo o Cidadão tem em sua casa um asilo inviolável. De noite não se poderá entrar nela, senão por seu consentimento, ou para o defender de incêndio ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar”

²⁸² Carta de Francisco Soares da Costa Leiria a José Egídio Gordilho de Barbuda, Cachoeira, 1.12.1826. AHRS, AM, caixa 101.

pagamento dos salários,²⁸³ a péssima alimentação (muitas vezes somente com carne), os castigos pesados que sofriam, podia fazer com que eles, quando saíssem das vistas de seu comandante, descontassem naqueles que viam pela frente. Poderíamos também pensar em despreparo dos soldados, que não tinham uma boa instrução militar e eram pouco conhecedores da disciplina. Para se ter uma ideia, um oficial, ao comentar as contínuas deserções que afetavam o Exército, afirma que eram necessários quatro anos para que o soldado estivesse bem treinado.²⁸⁴ Ou seja, a grande maioria dos soldados que combatiam, na visão desse militar, não estava adequadamente preparado. Porém, o comandante da partida era o tenente Francisco de Paula de Moraes, um oficial subalterno, que deveria ter algum conhecimento das normas que regiam o serviço e que, talvez, pudesse colocar um freio no ímpeto de seus subordinados. Outra hipótese é que aquela partida fosse composta de moradores locais e que estivessem se vingando de atitudes cometidas por alguns vizinhos para com eles. Contudo, não temos a referência sobre a origem dos soldados (acreditamos que, se fossem conhecidos, o comandante ia referir) e o comandante era tenente do 5º Regimento de Cavalaria, que compreendia tropas da região sul da província. Portanto, ele, a princípio, não era conhecido dos habitantes de Cachoeira. A questão de por que essas partidas eram tão violentas e arbitrárias, nesse momento, permanece sem uma resposta definitiva. Todavia, deixavam uma sensação de pavor por onde passavam. Por isso, talvez fosse melhor chegar a um acordo com os desertores escondidos, como Hobsbawm comenta:

Allí donde no hay una maquinaria regular o efectiva para mantener el orden público —y éste es casi por definición el caso donde florece el bandidismo— no tiene demasiado sentido apelar a las autoridades en busca de protección tanto más cuanto que un llamamiento de este tipo hará llegar probablemente una fuerza expedicionaria que echará a perder el campo en mucho mayor medida que los bandidos locales.²⁸⁵

No entanto, os habitantes e autoridades da vila da Cachoeira não acreditaram ser essa a solução, pois reclamavam dos ataques que os trãsfugas, aliados a outros excluídos, promoviam a propriedades e à própria vida das pessoas. Continuadamente apelavam por um reforço de alguns homens de primeira ou segunda linha que pudesse fazer a segurança da localidade, e, de preferência, que conhecessem os caminhos da região. No entanto, a resposta

²⁸³ Na Guerra do Paraguai, o Duque de Caxias, comandante das tropas brasileiras, afirmou que era bom atrasar os salários em três ou quatro meses, pois o pagamento em dia somente incentivava o jogo e o alcoolismo. BEATTIE, 2009, p.99.

²⁸⁴ “Um soldado será bom que não sirva mais de 10 anos, nem menos de 8, pois V. Exa. melhor do que ninguém conhece que aos 4 anos é que o soldado está completo, e mesmo servindo tão pouco tempo, é mais dificultoso o recrutamento”. Carta de Manuel Jorge Rodrigues [governador das armas do Rio Grande do Sul] a Joaquim de Oliveira Álvares [ministro da Guerra], Porto Alegre, 4.6.1829. AN, IG¹ 272, fl. 460.

²⁸⁵ HOBBSAWM, 2001, p.108.

das autoridades eram as partidas, que causavam ainda mais transtornos que aqueles que eram efetivamente o problema. Mesmo que não entrassem em acordo com pessoas que eles viam como bandidos, seriam obrigados a conviver com eles, pacificamente ou não, devido à falta de contingentes para capturá-los.

Uma das possíveis formas de convivência entre desertores e outros grupos sociais era nas tavernas. Estabelecimentos difundidos pela província, eram pontos de encontro espalhados pelos caminhos e cidades, nos quais as pessoas iam para conversar, jogar e beber. Eram locais que causavam extrema preocupação nas autoridades, pois, segundo estas, eram lugares de encontro de malfeitores e fugidos das tropas. No distrito da Aldeia dos Anjos, o comandante local criou uma partida para prender estes últimos, que vagavam por sua jurisdição, além de outros “vagabundos e arredios”, todos armados e apoiados pelos seus familiares. Encarregou os capitães-do-mato, Adão Gonçalves e Francisco Barbosa, das diligências. Chegando à localidade de Itacolomi, o primeiro entrou em uma taverna, e encontrou o cabo Joaquim Antonio Ventura, desertor do 20º Regimento de Cavalaria de Milícias, acompanhado de outros dois moços, “muito bem conhecidos por sua ascendência”, todos armados de espadas e pistolas. Após ser dada a voz de prisão, o cabo e seus acompanhantes resistiram, fugindo para uma taverna próxima. Depois, foram em direção à sede do distrito, no qual esperava uma partida comandada pelo capitão Barbosa. Houve troca de tiros e o cabo acabou falecendo. Um dos acompanhantes foi preso e do outro não se soube o paradeiro, pois fugira antes do confronto.²⁸⁶ O próprio comandante que relata essa cena em outro momento já se referira ao perigo que era proporcionado pela liberação desse tipo de estabelecimento:

os ajuntamentos fora de horas de desertores e criminosos, pelo que me consta, é trivial em todas as tavernas (que só o são no nome e para serem isentos do serviço) que há pelos campos e matos deste distrito em número de sete ou oito isentas de pagarem os direitos que pagam os da povoação, por cujas circunstâncias devem ser todas proibidas, pois a sua conservação é em prejuízo do sossego público e dos que pagam os direitos da nação.²⁸⁷

Na visão do militar, as tavernas eram um espaço perigosíssimo para a segurança da localidade e da província. Além de seus donos não pagarem os impostos que os habitantes da povoação pagavam, era o refúgio de criminosos, que ali podiam conjugar forças para executar

²⁸⁶ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a Salvador José Maciel, Aldeia dos Anjos, 27.12.1827. AHRS, AM, caixa 104, doc. 565.

²⁸⁷ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Egídio Gordilho de Barbuda, Aldeia dos Anjos, 28.6.1826. AHRS, AM, caixa 100, doc. 671.

ataques maiores às pessoas e às propriedades. Por isso, pedia o seu fechamento. Esquecia-se, contudo, que além dos criminosos as pessoas da localidade poderiam encontrar nesses espaços uma forma de distrair-se, sair da rotina. E, em realidade, esses desertores que iam às tavernas poderiam estar inseridos na comunidade local, não sendo considerados como tal pelos habitantes. Não era propriamente a taverna que era o problema, mas sim a falta de forças para combater os bandidos que se espalhavam pelo distrito e a concepção daqueles que um dia estiveram nas tropas e saíram unicamente como bandidos, ignorando que estes poderiam viver pacificamente província afora.

Mostramos, até agora, as distintas formas de resistência direta. Passemos à resistência indireta. Qualificamos assim as formas de resistência que, via de regra, se davam através de canais institucionais, nas quais a atitude do indivíduo ou de seus parentes, que seriam afetados pelo recrutamento, era o pontapé inicial, mas que dependia da intermediação de outras pessoas para a obtenção do fim de ser isento do serviço. Entre essas pessoas estavam os comandantes locais, os oficiais das Câmaras e o presidente da província.²⁸⁸

A principal forma de resistência indireta foi o envio de pedidos ao presidente da província com o intuito da isenção do serviço. Foram encontrados, ao longo da pesquisa no fundo Requerimentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 33 documentos desse tipo.²⁸⁹ Em princípio, os suplicantes deviam se dirigir por carta ou pessoalmente ao mandatário provincial. Este, após receber o pedido, procedia a uma investigação com os comandantes locais para confirmar as informações mencionadas, num jogo de idas e vindas de correspondências que poderia levar até meses. A lentidão do processo talvez desmotivasse muitos daqueles que quisessem recorrer do que pensavam serem arbitrariedades das autoridades locais, pois poderia se levar um tempo em que o suplicante já estivesse engajado. Por isso, cremos que este mecanismo quiçá fosse mais usado se não houvesse tanta demora para aqueles que viviam longe da capital e a urgência que as autoridades tinham em recrutar o máximo de gente possível para as tropas.

Metodologicamente, não separamos os pedidos por linha das forças terrestres pela qual se buscava a isenção. Os motivos para essa metodologia foram de que, em geral, os suplicantes não mencionavam a linha para a qual pediam a isenção, apenas pedindo a “isenção

²⁸⁸ Versão anterior dessa parte do capítulo foi apresentada em LUFT, Marcos Vinícios. “É verdade tudo quanto o suplicante alega”: os pedidos de isenção do recrutamento durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: COMISSOLI; MUGGE (Org.), 2011, p.39-64. Agradeço aos comentários dos organizadores e os da professora Regina Xavier.

²⁸⁹ Não incluímos aqui as respostas aos pedidos de informação sobre suplicantes que foram encontrados na documentação de várias autoridades militares, por não encontrarmos o pedido de isenção que motivou a consulta do presidente, pois não saberíamos os motivos pelos quais se suplicava à autoridade máxima da província.

do serviço”, e também por que o medo de ir para o campo de batalha estava presente em todas as linhas. Em alguns, todavia, aparecia o pedido apenas para a primeira linha, o que poderia não ser suficiente, pois, como um oficial afirma,

as Milícias de cavalaria desta província não se acham nas circunstancias das Milícias das outras províncias, por que para estas podem fazer o serviço mesmo em suas povoações; porém, das da província de São Pedro lhes é preciso largarem suas casas e negócios e seguirem para fora dela.²⁹⁰

Era o que argumentava Baldoíno José Pereira, morador da freguesia de Vacaria. Embora servisse às Ordenanças com regularidade e contribuísse com seus bens para o serviço da Nação, tinha medo de parar nos campos de batalha. Mesmo apresentando-se como um modelo de pessoa, contribuindo no que fosse possível para a segurança da localidade e da província, tinha receio de ir parar na campanha, para a qual se afirmava inútil. Além disso, deixaria a sua fazenda abandonada, pois não tinha ninguém para cuidá-la, e também sua família, que ficaria à mercê dos “Gentios Infíéis”, ou seja, dos indígenas que viviam pela região.²⁹¹ O suplicante sabia que as ordens de recrutamento eram objetos de traduções por parte dos comandantes militares locais. Qualquer falta ao serviço determinado ou uma rusga com a autoridade local poderia levá-lo a uma situação de possível recrutado ou ser preso, e de lá ser enviado às tropas imperiais. Por casos como esse, preferimos não separar os pedidos de isenção por linha das forças armadas terrestres; contudo utilizaremos, em um caso específico, dos dados apenas para pedidos de dispensa da primeira linha.

O poder dos comandantes locais e da presidência da província na hora de analisar e deferir ou não os pedidos era tão variável que dois casos aparentemente semelhantes poderiam ter resoluções diferentes. Como exemplo, temos dois pedidos do mesmo ano, 1826, de localidades próximas, ambas pertencentes ao município de Porto Alegre, tiveram resultados completamente distintos. O primeiro deles é de José Francisco de Ávila, intercedendo por seu filho José, lavrador, morador do distrito de Pedras Brancas. Diz o suplicante que

Diz José Francisco de Ávila, casado, e morador no Distrito das Pedras Brancas, e vive de suas lavouras, que tendo três filhos, João, Manoel e José, e sendo avisado para dar dois dos ditos seus filhos para a Praça na presente campanha, prontamente ofereceu os ditos dois, o mais velho, Manoel, que foi alistado na Tropa de 1ª linha, e o João na de 2ª, marchando logo para a fronteira, aonde se conservam, e porque existe somente o José, que o ajuda na lavoura, o qual terá dezesseis anos; e como o suplicante há sete anos que se conserva impossibilitado de se expor ao sol e

²⁹⁰ Carta de José Cesário de Abreu [comandante interino da fronteira do Rio Pardo] a Salvador José Maciel, Rio Pardo, 29.10.1827. AHRS, AM, caixa 105.

²⁹¹ Requerimento de Baldoíno José Pereira. AHRS, REQS, 1827, maço 35.

intempérie do tempo por moléstia crônica, e ainda montar de cavalo, não possuindo mais do que um escravo, e este velho, que com o dito filho trabalha para a sustentação de oito filhas e filhos menores, recorre a V. Exa. para que se digne isentar o dito filho do suplicante de qualquer recrutamento.²⁹²

Pelas Instruções que regiam o recrutamento, e acreditando no relato do suplicante, José teria dois motivos para não ser engajado: primeiramente a questão da idade, pois só tinha 15 anos no momento; em segundo lugar, porque este era o único filho que estava junto com o lavrador, pois dois já haviam sido enviados para sentarem praça (o que demonstrava o patriotismo do requerente, que os fornecera voluntariamente) e este só possuía um escravo, o qual era velho, o que demonstra a sua carência para manter a numerosa família. Mesmo tendo a lei a seu favor, o pai do suplicante não confiava totalmente nela: o recrutamento poderia significar uma brusca interrupção no projeto familiar de garantir a subsistência, já tão prejudicada pela pouca escravatura, pelo fato do pai ser gravemente enfermo e ter seus dois filhos já no serviço da guerra. Ao final, a súplica teve efeito e o pedido foi deferido. Miguel Felix de Vasconcellos, morador dos subúrbios de Porto Alegre, não teve a mesma sorte.

Diz Miguel Felix de Vasconcellos, morador no subúrbio desta cidade, e vive de lavouras, que ele tem três filhos, dois dos quais Silvestre Teixeira e José Felix se acham com praça na 2ª linha e empregados no serviço do Trem Nacional, e o terceiro, de nome Bernardino, que terá quinze anos de idade, é que ajuda ao suplicante na agricultura [...] suporto em sua casa o indicado seu filho o está ajudando, pois que tendo o suplicante falta de vista por sua idade [...] portanto recorre a V. Exa. para que se digne mandar que se conserve isento o dito filho do suplicante de ser recrutado.²⁹³

Como no caso anterior, era o pai que pedia a isenção para o filho. Da mesma forma, ele não poderia ser recrutado, pois era menor de 18 anos e era o único que continuava em casa. No entanto, nesse caso, o pedido não foi aprovado. Talvez por que o presidente não se preocupasse com esse caso, já que como ele não estava em circunstâncias de ser recrutado, não precisaria receber a isenção. Mas isso nos demonstra como casos parecidos poderiam ter respostas completamente diferentes.

Situações como estas nos chamam a atenção para não interpretar o que está escrito na lei como correspondente à realidade. Se pensarmos pelo prisma de que o que está na lei deve ser cumprido *ipsis literis*, esta, pelo ponto de vista dos suplicantes, não era cumprida. Porém, deve-se entender que as autoridades dispunham da prerrogativa de interpretação dos casos,

²⁹² Requerimento de José Francisco de Ávila. AHRS, REQS, maço 34, 1826.

²⁹³ Requerimento de Miguel Felix de Vasconcellos, AHRS, REQS, 1826, maço 34.

mediando a aplicação da lei à realidade social. Edward Thompson, ao tratar da Lei Negra inglesa do século XVIII, nos chama a atenção para o fato da lei ser menos um instrumento de poder do que uma arena de conflitos. Embora a lei garantisse os interesses do grupo dominante, mediando relações entre os grupos sociais (classes), ela necessitava de um caráter de igualdade (embora isso, de fato, não ocorresse) e de justiça para que tivesse eficácia e fosse aceita por todos. A lei imprimia restrições às ações dos dominantes, oferecendo proteção e permitindo a contestação de atitudes que pareciam arbitrárias por parte dos dominados.²⁹⁴ Isso permitia àqueles que sentiam seus direitos violados ou que tinham medo de servir que procurassem abrigo na legislação para evitar ser arrolado, o que veremos mais adiante, mas que nem sempre se concretizava, pois havia um presidente da província para julgar, e este tinha o interesse de aumentar o número de soldados, interpretando a lei conforme a realidade social de uma região em conflito bélico. Também deve ser lembrado que as Instruções de 1822 sobre o recrutamento tiveram sua aplicação suspensa na província, o que favorecia ao mandatário a recusa da concessão de isenções, embora este, por razões pessoais ou mesmo de piedade, poderia interpretar os pedidos à luz da lei.

Um aspecto que se destaca na análise da documentação é a heterogeneidade dos suplicantes e a desigualdade entre os mesmos. Primeiramente, passemos a analisar os motivos pelos quais se solicitava a isenção. Aqui separamos os pedidos que claramente se destinavam a pedir isenção da primeira linha, visto que as Instruções de 1822 valiam somente para o recrutamento desta tropa. Estes são dezessete do total de 33 pedidos.

Tabela 3. Motivos para se pedir a isenção das tropas de primeira linha

Razão para pedir a isenção	Número de suplicantes
Idade abaixo da exigida (18 anos)	6
Filho único de lavrador	6
Feitor de escravos	3
Homens casados	2
Estudantes	2
Único caixeiro	1
Cego	1
Total de motivos	21

(N = 17) Fonte: AHRS, Fundo Requerimentos, maços 34 e 35.

Devem-se fazer alguns comentários sobre os dados da Tabela 3. Em primeiro lugar, que alguns suplicantes faziam o pedido com base em mais de um motivo. Um exemplo é o já

²⁹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

citado lavrador José Francisco de Ávila, alegando que seu filho tinha idade de 16 anos e que era o único filho que se conservava com ele.²⁹⁵ Em segundo lugar, partindo dos dados da Tabela e comparando com o que era previsto pelas normas de recrutamento, percebemos que quem pedia a isenção tinha algum conhecimento das normas das Instruções, pois enfocava justamente nos aspectos que, pela letra da lei, garantiriam a isenção, além de focar outros que não estavam codificados mas que poderiam ajudar, como a alegação de moléstias²⁹⁶.

As pessoas que procuravam essa via faziam as reclamações com base em direitos que achavam que tinham. Thompson, ao estudar os motins rurais da Inglaterra do século XVIII, especialmente os “motins do pão”, afirma que os insurgentes, nesses movimentos, estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais, que vinham sendo questionado pelo avanço do capitalismo no campo inglês, no que denomina como “economia moral da multidão”.²⁹⁷ Embora o caso dos pedidos de isenção de que estamos tratando seja bem diferente dos episódios violentos estudado pelo escritor marxista britânico, e a configuração histórica outra, a noção de legitimação e de direitos conhecidos e compartilhados por um grupo social mais amplo pode ser trazida para esse contexto.²⁹⁸ Uma das maneiras pelas quais poderiam ter consciência desses direitos era após passar pelas tropas, como mostra o exemplo do pedido de Joaquim Pereira Pinheiro, feito por sua patroa, Dona Josefa Henriqueta da Silva:

estando de caixeiro de sua loja de negócio de fazendas secas Joaquim Pereira Pinheiro, filho único de José Pereira Pinheiro, retirou-se este com receio de que lhe assentassem praça por ocasião do atual recrutamento, na que obstante que em conformidade das Imperiais Instruções parecesse que podia considerar-se nas circunstâncias de ser isento em razão da sua impossibilidade física, proveniente das moléstias que padece e pelas quais já fora excluído do recrutamento da 2ª linha como afirmam os atestados juntos jurados pelo físico-mor das Tropas da Província e Cirurgião-mor do presídio, e assim como por motivo de ser o único caixeiro da casa de negócio da suplicante, todavia pelo receio talvez de que se lhe assente praça, não obstante as suas expandidas circunstancias, e a de não saber andar a cavalo, tem

²⁹⁵ Requerimento de José Francisco de Ávila. AHRs, REQS, maço 34, 1826.

²⁹⁶ Não incluímos na Tabela 3 o número daqueles que alegavam moléstias, por preferirmos focar nos critérios de recrutamento que estavam clarificados pela lei.

²⁹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-202.

²⁹⁸ Raúl Fradkin, ao estudar processos-crimes na campanha de Buenos Aires entre 1780 e 1830, constata que grande parte das pessoas aprendia a “cultura jurídica”, vista como um conjunto de saberes e noções que os habitantes dispunham sobre a lei, seus direitos, procedimentos judiciais e atitudes que deveriam ser adotadas frente às autoridades, na prática, como os *vecinos* que serviam nos cargos judiciais, os tenentes, os alcaides, além dos acusados e suspeitos de crimes, que passavam por interrogatórios, acareações e detenções. Sobre estes últimos, o autor afirma que tinham uma concepção de lei e de delito muito diferente daquelas que propunha o Estado. Essa “cultura jurídica” foi o núcleo central da “cultura política” dos homens da região, na medida em que informava as concepções de poder, autoridade e relações sociais das pessoas. FRADKIN, Raúl. *Cultura jurídica y cultura política: la población rural de Buenos Aires en una época de transición (1780-1830)*. In: FRADKIN, Raúl (org.). *La ley es tela de araña. Ley, justicia y sociedad rural en Buenos Aires, 1780-1830*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 159-186

permanecido ausente da casa da suplicante, a qual com a sua filha está sofrendo mui graves prejuízos por ter paralisado a circulação do seu negócio²⁹⁹

A passagem pelas tropas é mencionada em grande parte dos pedidos de isenção, tanto em tropas de primeira ou de segunda linha, seja do próprio suplicante, de filhos ou irmãos que estavam no serviço ou mesmo de outros familiares. Joaquim já tivera sua experiência com o recrutamento para as Milícias, mas fora dispensado por ser doente. Porém, isto já lhe dera conhecimento de que, na situação de conflito em que estava a província, poderia ser chamado novamente. Baseado nesse conhecimento, preferiu fugir a arriscar ser capturado. Contudo, sua patroa procurava a isenção para ele, pois, caso não fosse deferida, seu negócio ia ficar numa situação complicada.

Ao que tudo indica, por experiência própria ou de pessoas próximas que serviram das tropas ou que empreenderam fugas para os matos, desertaram, ou mesmo de recrutamentos anteriores, as noções que regiam o processo eram conhecidas pelas pessoas, e permitiam a elas empreenderem os pedidos de isenção baseados nos argumentos legais, e quando não se fundamentavam nestes, apelavam para situações que inviabilizariam a sua presença nas tropas. Mesmo os que não tiveram essa condição registrada na fonte provavelmente tinham algum contato com pessoas que passaram por essas situações, pois viviam numa sociedade militarizada, constantemente envolvida em conflitos. O contato com essas pessoas poderia lhes dar uma base das regras que governavam as práticas do recrutamento, o que era fundamental no momento de recorrer ao presidente para pedir uma isenção que não havia sido conseguida no âmbito local. Essas pessoas sabiam utilizar tão bem esses argumentos que, quando os comandantes militares eram inquiridos sobre os pedidos, respondiam frequentemente com expressões como “É verdade tudo quanto alega o suplicante”, “achei ser verdade o alegado”, “É verdade o quanto alega”, mostrando a justiça dos pedidos e o fato de que o recrutamento, em boa parte dos casos, não era pautado pelas normas legais. Mas talvez mais do que saber se os pedidos eram justos ou não, se os suplicantes estavam certos e os recrutadores, errados, é entender as possibilidades que a lei oferecia para a resistência de pessoas que se sentiam injustiçadas, um campo de conflito entre pessoas com interesses distintos, ainda que favorecesse os interesses dos grupos dominantes da sociedade.

Agora, passemos a algumas generalizações sobre os pedidos. Primeiro, a sua procedência.

²⁹⁹ Requerimento de Dona Josefa Henriqueta da Silva. AHRs, REQS, maço 35, 1827.

Tabela 4. Procedência dos pedidos de isenção do recrutamento

Município	Número de suplicantes
Porto Alegre	15
Rio Pardo (incluindo Cachoeira)	8
Rio Grande	7
Santo Antonio	2
Emigrado da província Cisplatina	1
Total	33

(N = 33). Fonte: Fundo Requerimentos, AHRS, maços 34 e 35

Podemos ver, pela Tabela 4, que quase metade dos pedidos de isenção provém de suplicantes residentes no município de Porto Alegre, o que inclui seus diversos distritos. Cremos que essa situação é decorrente da proximidade do centro de poder provincial. Recrutados ou passíveis a tal que não queriam servir tinham maior facilidade de chegar à presença do mandatário provincial e pedir para que não fossem enviadas. Além disso, a precariedade das comunicações também complicava o acesso de pessoas de outros municípios, embora Rio Pardo e Rio Grande tivessem ligações com a capital por via fluvial. Um pedido que podia ser analisado em poucos dias em regiões próximas a Porto Alegre poderia levar até alguns meses em localidades distantes, o que frearia o ímpeto de quem queria suplicar sua dispensa.

Além disso, a proximidade da capital permitia às pessoas que moravam no município de Porto Alegre que estivessem de corpo presente na hora de fazer o pedido, contando suas histórias ao auxiliar do presidente, que redigia os pedidos, o que não provavelmente não ocorresse com os suplicantes de outros municípios. Contudo, mesmo para os pedidos de moradores da capital, esta última possibilidade fica mais no campo da hipótese. Naquele momento, por conta da existência das relações de patronagem e clientelismo, era fundamental a intermediação de alguma pessoa com relações com a administração para que se conseguisse um despacho favorável. Estes intermediadores eram as Câmaras, os comandantes militares e os agentes da administração central, como os juízes de fora: os dois primeiros eram das elites locais, e o último um funcionário do governo, os quais estavam, no sul, fortemente ligados. Essa relação dos setores dominantes com os “enviados do monarca” lhes dava maior poder de barganha e de acesso às graças, o que referendava sua posição de mando, mantendo o controle da comunicação entre centro e periferia.³⁰⁰

Passemos agora a ver quem eram esses suplicantes, através da análise de suas profissões:

³⁰⁰ COMISSOLI, 2011, p.319.

Tabela 5. Ocupação dos suplicantes (objetos da súplica)

Ocupação	Número de suplicantes
Lavradores / criadores / ajuda na agricultura	9
Capataz / administrador de fazendas	5
Negócios	4
Estudantes	2
Empregado do correio	1
Caixeiro	1
Só informado o posto militar	6
Sem ter meios pra se sustentar	2
Não informado	3
Total	33

(N = 33) Fonte: AHRS, Fundo Requerimentos, maços 34 e 35

Pela Tabela 5 pode se verificar que a categoria que mais solicitava isenção do recrutamento era a de lavradores e criadores, com cerca de 30% dos pedidos de isenção. A compreensão desses grupos aqui se aproxima a de camponeses: membros de um grupo familiar que contava apenas com a mão-de-obra familiar para as lides agropecuárias e que tinha pouco acesso à compra de escravos.³⁰¹ A saída de uma pessoa da família para fazer qualquer outra função prejudicava seriamente a busca da subsistência, o que se nota na leitura dos pedidos. Essa tabela também mostra que os lavradores e criadores tinham a possibilidade de acessar o poder máximo para escapar do serviço das armas, e que sabiam como chegar lá. Essas possibilidades eram maiores para os lavradores que se situavam em volta da capital, por conta da pouca distância: dos nove lavradores e/ou criadores que solicitaram isenção, quatro eram do município de Porto Alegre.

A análise desses pedidos de isenção também demonstra outros aspectos. Primeiro, que o receio de ser recrutado também estava entre aqueles que poderiam ser pobres livres, mas que estavam na dependência de grupos da elite provincial. Os cinco casos de capatazes ou administradores de fazendas demonstram que, pelo menos na situação de conflito, com intensa mobilização de recursos humanos e materiais, poder-se-ia fazer o recrutamento de pessoas que não eram da “qualidade” esperada. É bom salientar que, nos pedidos de isenção, desses cinco, quatro eram filhos de pessoas com grandes posses, e apenas um era um simples peão contratado. Além disso, os capatazes tinham a isenção garantida, desde que cuidassem de mais de seis escravos. Outro grupo que também não era alvo costumeiro dos recrutamentos era o daqueles que tratavam de negócios.

³⁰¹ OSÓRIO, 2007, p.86.

Mas talvez o grupo que nos cause mais surpresa nesses pedidos seja o dos estudantes, não pelo número, mas pela situação. Primeiramente, como visto anteriormente, estes eram isentos do serviço na primeira linha, desde que comprovassem frequência e comprometimento. Em segundo lugar, nos dois casos encontrados, os estudantes eram menores de 18 anos, mais um fator que garantia a dispensa. E nos dois casos, os pais eram militares: um era sargento-mor reformado, e o outro era capitão. Isso pode ter dois significados: um de que não era necessariamente por que o pai ocupe um lugar melhor na sociedade é que o filho será automaticamente dispensado do serviço;³⁰² outro, de que eles tinham um fácil acesso ao mecanismo legal para garantir a isenção contra possíveis recrutadores que excedessem suas prerrogativas. Há que se ter cuidado quando se diz que apenas os pobres eram alvos do recrutamento, embora, sem dúvida, fossem os mais mirados, pois esses pedidos de isenção mostram que outros grupos poderiam ser engajados, pelo menos nessa situação de intensa mobilização por causa da guerra.

Mas dizer que pessoas remediadas podiam ser recrutadas não significa dizer que eles estariam em pé de igualdade com os pobres para serem enviados ao serviço das armas. Havia uma desigualdade considerável nos pedidos. Essas pessoas de melhor condição social angariar com maior facilidade mobilizar recursos para se evadir do serviço. Uma das maneiras que se poderia fazer isso era, na hora de pedir isenção, enviar certidões anexas escritas por médicos, cirurgiões, professores, conhecidos em geral, para comprovar que era justo o motivo pelo qual se solicitava a dispensa.³⁰³ As principais certidões eram referentes às enfermidades, emitidas pelos médicos que viviam nas cidades. Todavia, outra forma de convencer as autoridades era mobilizar as redes de parentesco ou de amizade. Na continuação do requerimento anteriormente citado de Dona Josefa Henriqueta da Silva, ela ativa sua rede de conhecidos comerciantes e utiliza isso para tentar convencer o presidente a isentar seu caixeiro:

Nós abaixo assinados, negociantes desta praça, atestamos e juramos se necessário faz em como Joaquim Pereira Pinheiro, filho único de José Pereira Pinheiro, é há mais de quatro anos encarregado dos negócios do falecido comandante desta capital, o alferes Antonio José Victorino Fróis da Silva, e porque reconhecendo nós na pessoa deste caixeiro toda a aptidão, zelo e inteligência ao giro comercial e de ser o único capaz de desenvolver a complicação dos negócios da casa deste comerciante finado, e ressaltar sua ama, viúva, e órfãos, a cobrindo da fraude que se lhe pode

³⁰² E também não era somente por que o pai era militar que os filhos seguiriam a carreira. Em Dores de Camaquã, por exemplo, o alferes reformado Jerônimo Ribeiro da Cunha se recusou a entregar seus filhos para o serviço, por que seriam recrutados junto com homens de diversa “qualidade”. Carta de Jerônimo Ribeiro da Cunha a Patrício Vieira Rodrigues, Barra, 19 de abril de 1827. AHRS, AM, caixa 107.

³⁰³ Como no Requerimento de Manoel Rodrigues Gularte. AHRS, REQS, maço 35, 1827, em que o cirurgião-mor da província atesta que sofrera um ferimento nas campanhas anteriores e estava impossibilitado de servir.

originar pela falta de administração de um caixeiro zeloso de cuja falta pode resultar não só grave prejuízo à viúva e órfãos, como aqueles que entrelaçados em contas com a casa. É por nosso cabal conhecimento que firmamos esta para constar onde servir em ressalvo de direito. Porto Alegre, 11 de janeiro de 1827.³⁰⁴

Pensava-se que quanto mais documentos se conseguisse anexar para comprovar o as informações contidas no requerimento de isenção, maiores eram as chances de convencer o presidente a dispensar o suplicante, no caso de setores sociais mais elevados. Em nenhum dos casos de pedidos de isenção de lavradores e/ou criadores há algum documento anexo que atestasse que a súplica era verdadeira. Isso não acontecia com os outros grupos sociais, como os estudantes e os capatazes/administradores de fazendas, que conseguiam mobilizar seus contatos para dar maior legitimidade e força aos seus pedidos, fazendo funcionar suas redes construídas.

Outra forma de desigualdade nos pedidos de isenção é a proposição de substituição de um recruta por outro. Deve-se dizer, contudo, que este mecanismo, a princípio, só era válido para membros das Milícias que eram recrutados para a primeira linha; contudo, provavelmente ocorria com soldados da primeira linha.³⁰⁵ Dos 33 pedidos de isenção, em dez há a oferta de um substituto. Vejamos alguns aspectos desses pedidos. Primeiramente, quanto à distribuição geográfica, cinco eram procedentes de Rio Pardo, quatro de Porto Alegre e um de Rio Grande. Comparando com os números da tabela 4, um número maior de quem propunha a troca vinha do município de Rio Pardo, tanto em termos numéricos como em termos proporcionais em relação ao total de pedidos de cada município. Outra generalização que essa comparação nos permite fazer é que mesmo uma distância geográfica consideravelmente grande da capital poderia não ser uma barreira para buscar a isenção com base na substituição de praça. Talvez isso se deva ao fato de que os suplicantes de Rio Pardo estivessem em profissões com maiores rendimentos ou que tivessem maior acesso à compra de escravos.

Partamos para um segundo aspecto, a profissão de quem propunha a substituição:

³⁰⁴ Requerimento de Dona Josefa Henriqueta da Silva. AHRS, REQS, maço 35, 1827.

³⁰⁵ A legalização da substituição para a primeira linha ocorreu durante a reforma das forças armadas de 1837, embora provavelmente regule práticas informais. MENDES, 2010, p.127.

Tabela 6. Ocupação dos suplicantes e daqueles que propunham a substituição por outra praça.

Ocupação	Número de suplicantes	Número daqueles que propunham a substituição
Lavradores / criadores / ajuda na agricultura	9	1
Capataz / administrador de fazendas	5	1
Negócios	4	2
Estudantes	2	2
Empregado do correio	1	-
Caixeiro	1	1
Só informado o posto militar	6	2
Sem ter meios pra se sustentar	2	-
Não informado	3	1
Total	33	10

(N = 33) Fonte: AHRS, Fundo Requerimentos, maços 34 e 35.

Relacionando esses dados (a coluna do número de suplicantes é igual à tabela 5), podemos ver que quem propunha a substituição geralmente pertencia a profissões que proporcionavam alguma renda e prestígio social. O negociante, Manoel Ferreira Porto, vivendo entre Porto Alegre e o Rio de Janeiro, tinha em giro de negócios mais de vinte contos de réis.³⁰⁶ Já o administrador de fazenda, João Antonio Jardim, tinha sob seu controle mais de 40 escravos. Ambos os estudantes, como mencionado anteriormente, são filhos de oficiais. Os militares eram um cabo de esquadra e um furriel, ambos de Milícias. Acredito que o lavrador/criador de gado também tivesse uma renda consideravelmente boa para permitir a substituição de praça, pois dentre os nove pedidos de isenção desse grupo, este foi o único em que a possibilidade de troca foi aventada. Para essas pessoas, oferecer um substituto, mesmo que não precisassem desse recurso, era uma forma a mais de dar legitimidade a seu pedido, argumentando que seria “de proveito para o serviço Nacional e Imperial”.

E quem eram as pessoas que iriam substituir esses que não podiam ou queriam servir? Dos dez pedidos analisados, seis referiam-se a pardos que seriam ou foram libertados especificamente para esse fim. Outros dois também se referiam a pardos, mas não especificavam se eram escravos ou não. Já outros dois não fazem menção à cor da pele daquele que iria substituir.³⁰⁷ Fora desses requerimentos de isenção também temos referência

³⁰⁶ Requerimento de Manoel Ferreira Porto. AHRS, REQS, 1826, maço 34.

³⁰⁷ Além desses, encontramos mais uma proposta de substituição de um recruta por um escravo. O comandante de Triunfo, Boaventura José Centeno, propunha o envio de um homem pardo em troca de seu filho, de apenas 15 anos. Não incluímos no número explicitado por não encontramos o pedido original de isenção. Carta de Francisco Vicente Brusco [comandante da guarnição de Porto Alegre] a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Porto Alegre, 22.11.1825. AHRS, AM, caixa 97.

à possibilidade de pardos substituírem praças. O Visconde da Laguna, após chegar em Pelotas, aprovou a troca de inválidos da segunda linha para pardos que serviriam na primeira, chegando a organizar uma companhia de cavalaria com estes na vila de Rio Grande.³⁰⁸ Este era um recurso propiciado pela sociedade da época, fortemente condicionada pelas hierarquia social e escravista. Dos cinco pardos escravos, três foram mencionados nos documentos como campeiros; um deles, Bonifácio, escravo de Josefa Henriqueta da Silva, até domador era.

escravo pardo denominado Bonifácio, de idade de 25 anos, pouco mais ou menos, o qual é robusto e próprio para a guerra, também por motivo de ser campeiro e até domador, e de boa índole, para assentar praça em lugar do dito caixeiro, que como doente e nem saber andar a cavalo, de certo é incapaz de fazer tão bons serviços, como os que pode prestar na campanha o referido pardo.³⁰⁹

Pelo marco temporal da guerra, pode-se perceber que a alternativa de libertar um cativo para enviá-lo como praça em lugar de outra pessoa era facilitada pela bem consolidada presença do tráfico negreiro na província. O fluxo de entrada de escravos na região era contínuo, e possibilitaria uma reposição acessível da mão-de-obra. O período entre 1809 e 1824, segundo Gabriel Berute, foi de aumento do “comércio de almas”, com maior número de remessa de escravos e também no volume do comércio, que mais que dobrou se comparado ao período entre 1788 e 1802.³¹⁰ Com uma reposição facilitada, mesmo que houvesse o problema dos corsários na costa, que interceptavam navios e confiscavam produtos, a opção de enviar um escravo para substituir alguém no campo de batalha se tornava viável para pessoas que tinham condições para tal. Inclusive alguns proprietários chegaram a doar seus cativos para se incorporarem nas tropas, como no caso de um grupo de proprietários que libertou quatorze deles, sem aparentemente exigir qualquer contraprestação.³¹¹

Isso, contudo, poderia ser bom para os pardos ou para os escravos. Na conjuntura das contínuas guerras que ocorreram na região do Rio da Prata a partir da década de 1810, escravos foram amplamente mobilizados nas tropas. Foi um momento privilegiado para a conquista da liberdade e a articulação de projetos de ascensão social para pardos e pretos, por conta da divisão das elites e da necessidade dessas de contar com uma força militar importante, além da própria existência do conflito abrir um campo de possibilidades para que

³⁰⁸ Carta do Visconde da Laguna [comandante-em-chefe das tropas imperiais] ao Barão de Lajes, São Francisco de Paula (Pelotas), 10.10.1826. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 27, documento 2.

³⁰⁹ Requerimento de Josefa Henriqueta da Silva. AHRS, REQS, 1827, maço 35.

³¹⁰ BERUTE, 2006, p.127.

³¹¹ Carta de Francisco de Paula Massena Rosado ao Barão de Lajes, Santana, 21.7.1826. AN, IG¹ 272, fl. 528. Dentre os doadores estava Boaventura Rodrigues Barcellos, importante charqueador de Pelotas, com 6 cativos.

os escravos pudessem fazer escolhas que seriam difíceis de fazer em tempos de paz.³¹² Essas poderiam ocorrer através da substituição, mas também através das fugas para a Banda Oriental.³¹³ Alguns deles poderiam se abrigar sob a farda do Exército, que era um canal de demonstrar a liberdade, pois apenas quem era livre poderia servir.³¹⁴

Já para aqueles que não eram escravos a substituição também poderia servir como uma maneira de ascensão social, participando de saques das tropas inimigas e arreios de gado, ou até conseguir algum pedaço de terra, com a inserção nas redes clientelares comandadas pelos grandes potentados. Muitos negros e pardos, segundo Aladrén, com a experiência do serviço militar tornavam-se líderes, ascendiam socialmente e se tornavam cidadãos, participando de rituais de inserção social.³¹⁵ Essa participação era mais forte nas companhias milicianas, que tinham uma divisão calcada em termos de cor. Na Bahia, por exemplo, a independência e o preconceito dos brancos em tomarem postos nas milícias pardas permitiu a emergência de lideranças não brancas, as quais teriam protagonismo nos eventos políticos da província na década de 1820.³¹⁶ É claro que não podemos pensar que essas possibilidades eram ilimitadas. Mello mostra que no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII os “homens de cor” poderiam apenas ascender até o posto de sargento, impossibilitando-os de receber mercês régias.³¹⁷ No caso do Rio Grande do Sul havia duas companhias de libertos, uma de pardos e outra de pretos, nas quais algumas pessoas poderiam alcançar ascensão social, inclusive alcançando postos de oficial. Provavelmente não seria uma promoção até os postos mais altos, mas que poderia conferir prestígio junto aos seus camaradas.³¹⁸

Não sabemos, através da fonte estudada, quais eram as relações entre senhores e escravos. Podemos ter uma noção através do pedido do tenente João Baptista Meirelles, intercedendo por seu filho.

e como se tem praticado a graça de admitido pardo liberto em lugar de algum, e o suplicante tem um pardo, que não duvida libertar para entrar no Serviço em lugar de seu filho, o qual pardo tem pouco mais ou menos vinte e dois anos de idade, forte, ágil, monta bem à cavalo, por ser um bom campeiro e sabe atirar com arma de fogo,

³¹² CARVALHO, Daniela Vallandro de. Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, século XIX). In: COMISSOLI; MUGGE (Org.), 2011, p. 113-143.

³¹³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. *Cadernos de Estudos da UFRGS*, Porto Alegre, n.6, 1992.

³¹⁴ KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. *Afro-Ásia*, Salvador, n.17, p. 29-56, 1996.

³¹⁵ ALADRÉN, 2008, p.167. Possamai encontra, para a Colônia do Sacramento, referência a uma companhia miliciana de negros forros. POSSAMAI, 2010, p. 26.

³¹⁶ KRAAY, 2011, capítulo 5.

³¹⁷ MELLO, 2009, p.152.

³¹⁸ RIBEIRO, 2005, p.37-39.

e sem moléstias, no que até parece melhorar o serviço, e ficando assim preenchida a praça, também percebe o mesmo Serviço utilidade, crescendo o número dos súditos e conservando-se no interior mais um defensor.³¹⁹

Se esse pardo era tão bom quanto o suplicante dizia, por que logo ele, que poderia ser tão produtivo, foi escolhido para substituir seu filho? Será que ele não era indisciplinado, mesmo sendo bem qualificado, e por isso seu senhor queria se livrar dele, aproveitando a ocasião da guerra, como aconteceu frequentemente na Guerra do Paraguai?³²⁰ Ou será que ele era tão próximo ao seu senhor que aproveitou a ocasião do recrutamento do filho do sargento-mor para negociar a liberdade? Enfim, por quê ele, e não outro escravo? Questões como essas, infelizmente, não são respondidas pela fonte. Aqui, podemos ficar unicamente no terreno da imaginação, sem podermos avançar mais além.

Também ficamos no terreno das conjecturas no que tange ao sucesso dos pedidos de isenção baseados na substituição da praça. Pesquisando no Catálogo de Cartas de Liberdade do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, encontramos apenas um registro de carta de alforria que estava conforme o pedido de isenção. Este era o de João, pardo, e que segundo o pedido do sargento-mor de Rio Pardo, Joaquim Pedro Salgado, era um homem muito cavaleiro.³²¹ Esse escravo era do senhor Manoel Tomás do Nascimento, e foi comprado por 400 mil réis, “para efeito do mesmo senhor o dar para sentar praça por seu filho Antônio de Sales Salgado”, concedida no dia 9 de janeiro de 1827.³²² O fato de encontrarmos somente este registro de liberdade condicionada à substituição de praça não significa que os pedidos que envolviam esse mecanismo foram indeferidos ou que esses escravos e/ou pardos não foram para a guerra. Talvez houvesse meios informais de libertação desses homens que as fontes não nos evidenciam, produzindo, na combinação delas, uma imagem de “fracasso” nas tratativas. Muitos acordos poderiam ser feitos ao nível local, pela constante necessidade de aumento dos contingentes, sem chegar ao conhecimento da presidência da província e conseqüentemente, sem documentação que possamos analisar. Porém, mais uma vez, ficamos no campo da especulação.

³¹⁹ Requerimento de João Baptista Meirelles. AHRs, REQS, 1826, maço 35.

³²⁰ IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY (Org.), 2004, p.179-208.

³²¹ Requerimento de Joaquim Pedro Salgado. AHRs, REQS, 1826, maço 35.

³²² 1º Tabelionato de Rio Pardo, Livros Notariais de Registros Diversos de Rio Pardo, livro 10, p.28r. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão. Catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006, p.817.

E, ao final de toda essa digressão, nos perguntamos: esses suplicantes conseguiam ser isentos do recrutamento? Infelizmente, nesse aspecto, a fonte não nos ajuda a estabelecer generalizações, pois para 21 pedidos não foi encontrado o resultado final. Dos doze em que há o resultado, apenas em quatro há o deferimento: dois casos de lavradores, um de um capataz administrador de mais de 40 escravos (o único dos que obteve a dispensa que propôs a substituição) e outro que não teve a profissão revelada na fonte. Isso não significa dizer que quem pedia a isenção não era atendido; provavelmente alguns das súplicas tinham razões muito bem embasadas para garanti-la. Mas havia a possibilidade de, mesmo tendo embasamento nas Instruções e em situações que realmente impediam um bom serviço, como as moléstias, esses pedidos serem negados, mesmo entre aqueles que não são vistos como possíveis recrutados.

Outra maneira de resistência indireta era através de abaixo assinados. A existência desse tipo de manifestação mais ampla nos revela que a insatisfação com o recrutamento nas comunidades poderia ser geral, e não somente ao nível pessoal ou familiar, como nos demonstram os pedidos de isenção. No município de Cachoeira, alguns lavradores enviaram uma representação ao comandante local, no qual dizem que

Os lavradores do pequeno distrito do Jacuí, encosta da Serra, subúrbios desta Vila, acabam de dirigir a esta Câmara um memorial para que a mesma, com sua informação, envie ao Exmo. Sr. Presidente desta província, no qual se ponderam a necessidade que há de serem conservadas suas casas, para bem da agricultura, da qual mantém suas famílias, socorrem a esta Vila de mantimentos, e a seus filhos e genros, parentes que se acham na presente campanha, fazendo estes que ora represento todo o serviço interior do distrito com suas pessoas, cavalos, bois e carretas para transportes, e outras diligencias, e servindo igualmente de guarda, e respeito ao mesmo distrito e a esta Vila, e que por isso pedem a Sua Excelência para que haja de sustar a ordem que no dia 24 do corrente receberam de V.S. para marcharem à fronteira, pois que além de serem todos idosos e já terem servido em 1ª e 2ª linha, ficam imensas famílias expostas a grandes sacrifícios e necessidades, paralisando as lavouras e mesmo por que sendo inquestionável que, acoitados na Costa da Serra, hajam desertores e malfeitores, e com a ausência dos proprietários do distrito, sairão a campo e cometerão toda a sorte de insultos, e até adirão escravos a seu partido.³²³

O pedido dos lavradores enfocava nas vantagens que a permanência deles no seu distrito representava ao país. Primeiramente, mostrando que eram bons servidores da nação, ao salientar que faziam o serviço interior quando era necessário, inclusive colaborando com os seus bens. Cachoeira foi umas das localidades onde toda a guarnição que a protegia foi

³²³ Abaixo-assinado dos lavradores do distrito de Jacuí a Francisco Soares da Costa Leiria, Distrito do Jacuí, 30.8.1826. AHRS, AM, caixa 100.

deslocada para a campanha, deixando a segurança nas mãos dos moradores locais. O envio deles à fronteira seria uma ameaça a mais aos habitantes, pois já eram vexados pelas contínuas partidas que iam a pretexto de buscar desertores e pela possível existência de refúgios de desertores e de negros fugidos, como vimos anteriormente. Em segundo lugar, nas consequências que o recrutamento traria para o abastecimento da vila, prejudicando os cultivos, algo que certamente geraria um desabastecimento de gêneros. Prosseguindo, também enfocavam nas famílias, que ficariam expostas sem a proteção de seus chefes, tanto na questão econômica como na de segurança, desprotegidas contra os ladrões e os escravos que por ventura fugissem. Complementando tudo isso, ainda afirmavam que não poderiam servir nas tropas, por conta da sua idade e por que já haviam prestado seus serviços à pátria, na primeira e segunda linhas. Eles tinham muito claro o que poderia significar um recrutamento massivo na vida de uma pequena comunidade. O que nos chama a atenção é que não é uma representação firmada por muitos moradores: apenas quatro pessoas assinam o documento, entre elas o tenente Policarpo de Freitas Noronha, que foi comandante interino do distrito. Talvez os habitantes da região tenham escolhido alguns moradores de alta consideração para que servissem de representantes e tivessem uma maior capacidade de diálogo com as autoridades responsáveis pelo recrutamento. Outro detalhe que deve ser ressaltado é que esse pedido passou pela Câmara do município, que, à época, ainda tinha um canal de comunicação muito intenso com a presidência da província, e até mesmo com o soberano.³²⁴ Não sabemos qual foi o final dessa história, mas demonstra que os moradores unidos podiam se mobilizar contra o recrutamento.

Em outro abaixo assinado que encontramos, não havia intermediação alguma. Eram vinte e cinco habitantes do distrito da Costa da Lagoa, na capela de Viamão, que após serem convocados pelo capitão de Ordenanças João Manuel de Pontes para fazerem duas guardas por mês em Porto Alegre, diziam que

muito confiam que V. Exa. lhes permita fazer chegar ao seu conhecimento que suposto não desconhecem a urgência atual da guerra, todavia recorrem circunstâncias que, sendo patentes a V. Exa., talvez os faça considerar dignas de comiserção, e de serem dispensados daquele serviço. Por quanto além de serem lavradores pobres, e não terem pela maior parte mais que seus próprios braços para trabalharem nas plantações de que tiram uma escassa subsistência para si e para suas famílias, alguns é que não tem nem um cavalo próprio, como que em casos mui urgentes se valem de favor alheio, pedindo-os emprestados, por não virem a pé a

³²⁴ COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. Esse poder somente será reduzido com a lei que regulava as atribuições das Câmaras, em 1828, a qual instituía a intermediação do emergente poder provincial na relação entre as autoridades centrais e os poderes mais periféricos. SLEMIAN, 2009, p.191-195.

esta cidade, da qual o suplicante que menos distante mora é três léguas de caminho, que para alguns se estende até cinco léguas, acrescentando a estas circunstâncias, as de serem as suas moradias longínquas umas das outras, e ficarem suas famílias expostas aos insultos dos mal intencionados, já sejam negros fugidos e mesmo desertores que, hoje menos se esforçam a aparecer por aquelas paragens.³²⁵

Eles enfocavam em argumentos muito semelhantes aos dos moradores de Cachoeira: afirmavam que eram pobres, trabalhavam em suas pequenas lavouras, deixando claro nas entrelinhas que a sua saída, mesmo que fosse somente para fazer a guarda na capital, prejudicaria as suas famílias, pois viviam muito longe da cidade, e o período fora de casa, que a princípio era de um dia, poderia se estender por mais tempo. Enfocando nelas, afirmava que sua saída deixá-las-iam expostas aos desertores e escravos fugidos que costumavam se esconder naquela região. Reconheciam a situação perigosa em que estava envolvida a província; porém, mais importante que a província era a defesa de suas famílias e dos próprios suplicantes. O resultado final não foi favorável aos suplicantes: seu pedido não foi deferido, pois o capitão da companhia dos suplicantes afirmava que estes já haviam sido atendidos em um pedido de não serem enviados à primeira linha, sendo deslocados para as Ordenanças, e que haveria algum “espírito revolucionário” entre os suplicantes, pois em outros tempos não havia repugnância ao serviço.³²⁶

Podemos ver, ao longo desse recorrido, as distintas formas de resistência. Desde a simples fuga e deserção, nas quais os soldados ou escolhidos a sê-lo podiam se esconder nos matos e até se juntar com outros grupos à margem da sociedade, até os mecanismos institucionais, que dependiam de outras pessoas que não a do próprio afetado pelo recrutamento ou pela vida dos exércitos. Isso nos demonstra que a resistência podia se dar ao nível do indivíduo, mas quase sempre ocorria com a ajuda de outras pessoas, seja dos amigos e conhecidos próximos, no caso dos abaixo assinados, com companheiros de armas ou setores sociais excluídos, como no caso das deserções e dos quilombos, ou até mesmo com a ajuda dos comandantes militares, como parece ter ocorrido em alguns pedidos de isenção. Pudemos ver também a heterogeneidade daqueles que estavam envolvidos nos mecanismos de resistência: lavradores, caixeiros, comerciantes, oficiais do Exército, negros, pardos, ricos, pobres, mostrando o quanto a guerra impactava a vida de todos os sul-rio-grandenses. Isso nos leva a pensar que, sim, a aversão ao serviço das armas era corriqueira na província do Rio Grande do Sul da Guerra da Cisplatina.

³²⁵ Requerimento de 25 moradores do distrito de Viamão. AHRs, REQS, 1826, maço 34.

³²⁶ Requerimento de 25 moradores do distrito de Viamão. AHRs, REQS, 1826, maço 34.

3.3. A atuação dos corpos de Ordenanças na manutenção da segurança interna³²⁷

O estudo da atuação militar das Ordenanças vem sendo relegado a um segundo plano. Essa organização é melhor estudada a partir do prisma do pacto político entre Coroa e seus súditos. Um exemplo pode ser encontrado nos trabalhos de Christiane Mello, que trata as Milícias e Ordenanças do centro-sul da colônia ao final do século XVIII como um lugar de negociação, conflitos e tensões do pacto político entre Brasil e Portugal, embora tivessem importante papel militar, por exemplo, no controle da rota do ouro nas Minas Gerais.³²⁸ Na mesma linha vai José Eudes Gomes, ao estudar a capitania do Ceará no século XVII: nesta, os conquistadores ganharam sesmarias e cargos nas tropas auxiliares e de Ordenanças que vão se formando. Um posto nestas tropas era visto como mercê, um prêmio pelos serviços prestados à metrópole, e que constituía e reforçava seu poder, numa região distante do centro do Império.³²⁹

No período da Guerra da Cisplatina temos uma importante mostra da participação desse corpo nas lides militares. Não diretamente nos campos de batalha, mas na tentativa de manutenção da ordem interna nas localidades. Com o envio de grande parte das Milícias provinciais para o conflito, era a vez daqueles que não costumavam servir ou que já tinham dado sua parcela de contribuição à nação mostrarem serviço. O momento da saída das tropas de segunda linha poderia causar uma comoção enorme nas povoações. Além de verem parentes e conhecidos saírem para quem sabe não mais voltar, percebiam que, a partir daquele momento, seriam também requisitados para o serviço das armas. Apesar de não ter sido encontrado nenhum registro sobre possíveis tumultos nesses momentos, essa possibilidade existia, tanto que um dos principais membros da hierarquia militar dos rebeldes orientais, o major Inácio Oribe, tinha a informação de que

la ciudad de Puerto Alegre se había sublevado, por quererlos obligar a tomar las armas, lo que ellos resistían. Con este motivo, el sr. Gral. Abreu, que hallaba en San Gabriel, había marchado con seis piezas de artillería a aquietarlos.³³⁰

³²⁷ Primeira versão deste trabalho foi exposta no XI Encontro Estadual de História, da ANPUH-RS. LUFT, Marcos Vinícios. Os corpos de Ordenanças de Porto Alegre durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 10, 2012. *Anais eletrônicos...* Rio Grande: Pluscom Editora, 2012. Disponível em <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343946926_ARQUIVO_OsCorposdeOrdenancasdePortoAlegreGuerraCisplatina.pdf> Acesso em 21 mar. 2013. Agradeço as sugestões dos professores José Iran Ribeiro e Fernando Camargo.

³²⁸ MELLO, 2009.

³²⁹ GOMES, 2010, p.283.

³³⁰ Carta de Inácio Oribe [major comandante do Segundo Esquadrão do Regimiento de Dragones Libertadores] a Juan Antonio Lavalleja [governador e comandante das tropas da Província Oriental], 1.1.1826. AGN. Particulares. Caja 352, Carpeta 1, Documento 61.

Nesta análise sobre o papel das Ordenanças na guerra, vamos focar no caso de Porto Alegre, para o qual temos maior volume de documentação. Contudo, não foi apenas na capital da província que as Ordenanças substituíram as tropas de primeira e segunda linha. Em localidades como Aldeia dos Anjos, Rio Pardo e Cachoeira isso também aconteceu e mobilizou muitas pessoas.³³¹ Também parece que não era a primeira vez que isso ocorria, como afirmava o capitão-mor de Rio Pardo:

Exmo. Sr., este terço de Ordenanças do meu comando, no tempo da campanha próxima passada, e por falta de tropa de 1^a e 2^a linha, sempre fez todo o serviço militar (e o mesmo está fazendo presentemente) e assim voluntariamente fardaram-se cento e tantas praças, e tanto estas como as demais forneciam as guardas nesta vila, escoltavam para o exército as munições de boca e guerra, conduziam os prisioneiros para essa cidade, faziam todas as diligencias precisas, e muitas até serviram de combatentes na campanha, e as praças fardadas, disciplinadas regularmente, faziam os armamentos sempre nos dias festivos.³³²

Esse documento nos traz a possibilidade de que as Ordenanças fossem constantemente mobilizadas em caso de conflitos bélicos na província, pois as companhias de Rio Pardo já teriam sido mobilizadas mais de uma vez, na campanha de invasão e incorporação da Banda Oriental, entre 1816 e 1821. Mas também traz as atividades que os paisanos exerciam naquelas conjunturas. A principal delas, sem dúvida, eram as guardas realizadas para proteção e manutenção da segurança interna da vila. Contudo, havia outros serviços, como os fornecimentos às tropas, a escolta de presos, a substituição aos militares de linha nos dias festivos. A documentação traz outros empregos, como a condução do correio e a caça a índios selvagens ou a quilombos.³³³ Para Porto Alegre, encontramos as funções exercidas em uma carta, do final de 1827, escrita pela autoridade máxima do corpo, capitão-mor João Tomás de Menezes,³³⁴ a qual dizia quais eram as funções deles na cidade.

³³¹ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Aldeia dos Anjos, 29.9.1825. AHRs, AM, caixa 96; Carta de José Custódio Coelho Leal [comandante de Cachoeira] a Francisco Pinto Porto, Cachoeira, 27.7.1825. AHRs, AM, caixa 98; Carta de Francisco Pinto Porto a Salvador José Maciel, Rio Pardo, 20.7.1827. AHRs, AM, caixa 105.

³³² Carta de Francisco Pinto Porto a Salvador José Maciel, Rio Pardo, 20.7.1827. AHRs, AM, caixa 105.

³³³ Carta de Policarpo de Freitas Noronha [comandante de Cachoeira] a José Egídio Gordilho de Barbuda, Cachoeira, 12.4.1826. AHRs, AM, caixa 103.

³³⁴ João Tomás de Menezes era comerciante e vivia na Rua da Praia. Provavelmente era do norte de Portugal, pois em 1815 nomeara representantes para tratar da herança a que tinha direito após a morte de seus pais. Tinha aproximadamente 45 anos quando começou a Guerra, e era frequente ocupante de cargos camarários. Poucos anos antes, fora beneficiado por uma divisão de terras na cidade de Porto Alegre durante a administração do Marquês de Alegrete, recebendo um terreno na esquina das atuais ruas Doutor Flores e General Vitorino. Informações retiradas de: COMISSOLI, 2011, p.98; BERUTE, 2011, p.218. FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p.46.

Relação das Praças que se dão das Ordenanças para o serviço dessa cidade.	
Prisão Militar	10
Cadeia	10
Hospital	10
Palácio	7
Trapiche	3
Ordens	1
Inferiores	4
Total	44 ³³⁵

As praças faziam suas guardas nos pontos estratégicos da cidade. Para o serviço da guerra, eram fundamentais a vigilância da prisão militar e da cadeia pública.³³⁶ A prisão militar era o lugar no qual, além dos militares presos por crimes diversos, ficavam os recrutas que esperavam o momento de ir à presença do presidente da província na definição se sentariam praça ou não. Com uma função bastante semelhante servia a guarda do hospital, para evitar fugas de militares feridos ou que se curavam de enfermidades. Já a guarda da cadeia servia para manter a ordem interna da cidade, que se acreditava que as forças que anteriormente cuidavam da segurança local trazia.

O documento acima transcrito nos ajuda a ter uma noção de qual era o impacto do serviço na população da capital da província. Eram oferecidos 44 praças por dia para a guarnição. A orientação dada em Porto Alegre, pelos comandantes, é de que cada um fizesse o serviço duas vezes por mês, embora haja relatos de pessoas que faziam mais guardas. Em outras localidades, há a referência de que o serviço era feito por destacamentos de seis homens e um cabo, e poderia durar de cinco a quinze dias, com folga de alguns meses.³³⁷ No caso da capital, se a orientação de duas guardas por mês fosse seguida à risca, seriam necessários, no mínimo, 660 homens por mês, apenas para as praças, desconsiderando os oficiais. Para efeitos de comparação, Porto Alegre, em 1822, tinha aproximadamente 7500 habitantes.³³⁸ Esse dado, contudo, não leva em conta divisão por sexos, nem entre população livre e escrava, o que limita o espectro de recrutados. Partindo-se do pressuposto da manutenção da população escrava na mesma porcentagem que no recenseamento de 1814,

³³⁵ Carta do major João Tomás de Menezes [comandante do terço de Ordenanças de Porto Alegre] a Salvador José Maciel, 8/10/1827. AHRS, AM, maço 106, documento 494-1.

³³⁶ A prisão militar localizava-se na Rua da Alegria ou Travessa da Prisão Militar, atual Rua General Vitorino. Já a cadeia pública localizava-se no entorno da antiga Rua Dois de Novembro, atual Avenida Senador Salgado Filho. No ano de 1830, uma comissão da Câmara de Porto Alegre visitou os dois locais, constatando as péssimas condições estruturais e de higiene, pedindo, inclusive, o fechamento de ambos. Trechos do relatório podem ser conferidos em FRANCO, 2000, p.94-99.

³³⁷ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Egídio Gordilho de Barbuda, Aldeia dos Anjos, 5.5.1826. AHRS, AM, caixa 100. Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Aldeia dos Anjos, 29.9.1825. AHRS, AM, caixa 96; Carta de José Custódio Coelho Leal a Francisco Pinto Porto, Cachoeira, 27.7.1825. AHRS, AM, caixa 98.

³³⁸ SILVA, Florêncio de Abreu e. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul: 1822-1922. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, n.8, Porto Alegre, 1922, p.28-29.

que era de aproximadamente 45%, teríamos em volta de 4125 livres. Por esses dados, 16% da população livre da cidade seria mobilizada a cada mês, sendo que os dados populacionais não mostram a divisão por sexos, o que certamente aumenta esse percentual. É óbvio que a população crescera entre o último cálculo populacional e a carta do comandante, mas podemos inferir que, ao menos, uma importante parcela de homens era requisitada para o serviço militar da principal cidade da província. Esses dados devem ser colocados para aquele contexto do documento escrito pelo comandante das Ordenanças naquele momento de 1827, pois para o ano anterior temos referências do emprego de ainda mais praças do corpo.³³⁹

Como a população de Porto Alegre reagiu com a sua mobilização para o serviço das Ordenanças? O que a documentação enviada pelos comandantes das companhias a seu superior, e este enviava para o presidente da província, nos mostra é que uma parte dos porto-alegrenses não estava disposta a contribuir com regularidade para o esforço de guerra. Certamente o caráter da documentação, que enfoca as constantes reclamações dos comandantes, não mostra aqueles que faziam suas guardas sem reclamar. Mas demonstra um considerável grau de insatisfação da população.

Uma das formas de resistência dos habitantes da freguesia era expressa através de pedidos de isenção do serviço. Estes eram feitos ao capitão-mor, que pedia informações aos comandantes das companhias onde os suplicantes residiam. Com as informações recebidas, aquele oficial enviava a documentação ao presidente da província, que tinha a palavra final sobre os assuntos do corpo.³⁴⁰ A influência do presidente da província chegava a tal ponto que poderia não referendar a eleição de um comandante, como ocorreu em princípios de 1826, após a morte do antigo comandante, José Francisco da Silveira Casado. O primeiro nome indicado pela Câmara, Bibiano José Carneiro da Fontoura, foi rejeitado. É óbvio que outros fatores, como a própria situação belicosa na fronteira, podem ter contribuído para que o terceiro colocado na eleição, João Tomás de Menezes, assumisse o posto.³⁴¹

³³⁹ Segundo o presidente da província, José Egídio Gordilho de Barbuda, a segurança em Porto Alegre em maio de 1826 era composta de alguns soldados do 46º Batalhão de Caçadores de Milícias e do 20º Regimento de Cavalaria Milicianiana. Mas o grosso da tropa era composto de ordenanças, em número de 72 por dia. Carta de José Egídio Gordilho de Barbuda ao Visconde de São Leopoldo [ministro do Império], Porto Alegre, 5.5.1826. AN, IJJ 9 450, fl. 108.

³⁴⁰ MELLO, 2009, p.75-76.

³⁴¹ O resultado da votação no Senado da Câmara, em 09 de fevereiro de 1826, deu o primeiro lugar ao alferes Bibiano José Carneiro da Fontoura; este, contudo, certamente estava em operações militares e era um dos importantes fornecedores de carne às tropas. O segundo lugar ficou com Antonio Manoel Pacheco. Ata de 9 de fevereiro de 1826, em: PORTO ALEGRE. *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. V.7, 1825-1835. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

Durante os anos da guerra, foram encontradas 140 tentativas de se obter alguma dispensa do serviço.³⁴² Os motivos para os pedidos eram os mais diversos, destacando-se as enfermidades, a idade avançada e o desempenho de certas atividades laborais, especialmente quando estas exigiam grandes períodos longe da cidade. A maior parte deles está concentrada nos anos de 1826, com 54 pedidos. Seguem-se os anos de 1828, com 39 (concentrados nos primeiros quatro meses do ano), 1827, com 38, e 1825, com 9 (concentrados nos últimos dois meses do ano), o que provavelmente reflete os altos e baixos do atuação desse corpo, que começou a ser mais ativa com a saída do 20º Regimento de Cavalaria de Milícias, no final do ano de 1825. Em 1828, com a chegada de vários corpos de fora da província, houve um alívio do serviço dos paisanos porto-alegrenses. Chama-nos bastante a atenção a resposta que os superiores das Ordenanças sugerem para as súplicas. Uma atitude que, certamente, mostra o quão importante eram esses homens naquela conjuntura. Os dados encontrados são os seguintes:

Tabela 7. Resposta dos encaminhamentos das súplicas de isenção das Ordenanças ao presidente da província (Porto Alegre, 1825-1828)

Resposta	Número de pedidos
Súplica verdadeira / passível de ser atendida	50
Pedido que deve ser negado	71
Sem resposta definida	19

(N = 140) Fonte: Fundos Autoridades Militares e Requerimentos / AHRS

Metade dos suplicantes teve um encaminhamento de negação de seu pedido. Não sabemos qual foi a resposta final do presidente da província a estas súplicas; porém, podemos inferir que as autoridades responsáveis pelo serviço de guarnição da cidade tentaram, ao negar as isenções, coagir as pessoas a colaborar regularmente à causa nacional. Talvez num período de paz os suplicantes tivessem seus pedidos atendidos.

Será que podemos, a partir dos dados de negação dos pedidos, inferir que havia uma interpretação de que o bem comum estava acima da vontade pessoal dos suplicantes? Christiane Mello, ao estudar a mobilização militar na segunda metade do século XVIII nas capitâneas do centro-sul da colônia para enfrentar os espanhóis no sul, já notara isso, sendo decorrente da inversão das concepções predominantes no pacto entre Coroa e súditos: passou-se de uma concepção corporativa, na qual o poder régio se distribuía pelos centros de poder

³⁴² As súplicas podem ser encontradas tanto no fundo Autoridades Militares como no Fundo Requerimentos, ambos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Não estão computados os pedidos de limitação do serviço a apenas duas guardas ao mês, que também são encontrados nesse período.

local, típica do Antigo Regime, para uma voluntarista, de cumprimento da autoridade do monarca sem contestações, sendo esta um direito divino, típica do século XVIII português.³⁴³ Talvez também possamos ver isso nestes pedidos, com a referência constante dos comandantes de que ficariam sem soldados devido à insistência dos mesmos em solicitar dispensa, comprometendo o objetivo do corpo. Era um período de tanta necessidade de mobilização de praças (e de tantas tentativas de subterfúgios) que, por vezes, nem mesmo a proximidade com o comandante da companhia poderia ajudar na hora de ser dispensado, como foi o caso de um suplicante que, segundo o comandante de uma das companhias, tentou se utilizar da proximidade familiar para escapar do serviço:

O suplicante José Furtado da Terra [...] diz ter 78 anos de idade, pois não o mostra em seu caráter; forma queixa que eu, sem atender às suas crônicas moléstias, faço meter guardas; não diz verdade, por que tanto este como outro qualquer da minha companhia, uma vez que me dê parte de doente, já não entra em escala de serviço. O suplicante é meu compadre, este por lhe parecer que sendo meu compadre seria bastante para ser dispensado, mas como lhe não acontece, assim eis aqui, por que diz que eu, movido de inimizade, o atropelo para o serviço.³⁴⁴

O recrutamento, segundo os trabalhos da nova história militar, era também uma forma de resolver conflitos entre pessoas e grupos rivais.³⁴⁵ A partir desse relato, podemos inferir que nas Ordenanças ocorria o mesmo? É bastante precipitado chegarmos a uma conclusão definitiva baseando-se em apenas um relato; porém, se aceitarmos a visão do comandante sobre o suplicante como verdadeira, podemos dizer que sim. Porém, provavelmente as consequências de enviar um desafeto para o serviço seriam diferentes, pelo fato de ser um serviço pouco frequente e feito na localidade, o que permitia a convivência entre ambos.

Partindo desse relato, podemos supor que houve alguma disputa entre os dois contendores, que levou ao estremecimento de uma relação pessoal, e à escalação de José Furtado para as guardas da companhia a que pertencia. Nesse caso, um dos elementos que definiam a identidade de um possível recrutado foi usado contra ele. Segundo Mendes, os recrutas, além de sua identidade própria, de seus valores e atitudes, carregavam consigo as marcas do lugar no qual viviam e de seus parentes,³⁴⁶ ou seja, das suas relações pessoais. Nas respostas dos pedidos dos suplicados, em geral, constam informações aproximadas sobre

³⁴³ MELLO, 2009, p.51-56.

³⁴⁴ Carta de José Fernandes da Silva [alferes comandante da 5ª Companhia de Ordenanças] a João Tomás de Menezes, 24.9.1827. AHRS, AM, caixa 107, documento 398.

³⁴⁵ KRAAY, 1999.

³⁴⁶ MENDES, 2010, p.73.

idade, local de moradia, atividade laboral e por vezes o parentesco, que poderiam ser levadas em conta na hora de deferir ou não a isenção. No caso acima mencionado, o comandante, tão próximo do suplicante, conhecê-lo-ia profundamente (saber tudo o que se passava nas povoações e como estavam seus habitantes era uma das funções dos comandantes locais), e usar isso contra ele, mesmo sendo seu parente, desmentindo seu argumento.

As normas que regiam o alistamento para o corpo de Ordenanças afirmavam que eram passíveis de servir nas guardas homens de 16 a 60 anos, que não estivessem nas tropas de 1ª ou 2ª linha, e que não estivessem enfermos a ponto de comprometer o serviço. Com as exigências dos tempos de guerra, contudo, mesmo os que pudessem ser isentos, principalmente por motivo de doenças, tinham a chance de servir. Enfocava-se muito no exemplo que as dispensas poderiam trazer, comprometendo o serviço da guarnição. Uma resposta de súplica como a relatada a seguir foi comum no período:

O suplicante Domingos José de Brito, soldado da 5ª companhia de Ordenanças que comando [...] vive em uma chácara nos subúrbios desta cidade, onde nela trabalha seus escravos e não é tão necessitado como alega; enquanto à sua idade e moléstia que diz ter, *o corpo de Ordenanças é composto de velhos e inválidos, acho outros muito piores no serviço, e se for dar crédito às suas razões, que me estão representando, ficaria eu sem um só no serviço, ainda que acho serem verdadeiras.*³⁴⁷

A lamentação do comandante era visível: se fosse liberar o suplicante, teria que fazer o mesmo com todos em situação semelhante. Era fundamental que ele desse um exemplo de autoridade, não permitindo a isenção, para que outros não descobrissem o caminho e a conseguissem também, desfalcando a companhia.

Outra questão que pode ser tratada com esses pedidos de isenção das Ordenanças é o da profissão dos indivíduos que compunham o corpo. Em uma parte das respostas dos pedidos de isenção aparece essa informação. Destacam-se os proprietários de terras nos subúrbios da cidade, as quais eram nomeadas basicamente como chácaras, com doze situações, e os que trabalham com o comércio e a navegação, que somaram 24 casos, entre comerciantes e caixeiros. Com essa informação, embora não possamos descrever um perfil social dos praças do corpo em Porto Alegre, podemos inferir que pequenos proprietários das cercanias da cidade e empregados do comércio tinham importante participação na sua composição. Para outras localidades poderia haver situações semelhantes ou diferentes. Por exemplo, o comandante de Cachoeira, ao apelar para que o governo provincial fornecesse rações às praças da companhia que estavam em serviço diário, afirma que, além dos lavradores que

³⁴⁷ Carta de José Fernandes da Silva a João Tomás de Menezes, 29.5.1826. AHRS, AM, caixa 102. Grifos meus.

percorriam quatro ou cinco léguas para servir, havia “ainda mesmo os de dentro da vila, que pela maior parte são homens jornalheiros, ou que vivem de seus ofícios”.³⁴⁸ Ao que parece, o perfil social dos corpos variaria conforme a configuração social das localidades nas quais serviam.

Mesmo para o que se parecia um serviço leve comparado à ida à campanha havia resistência por parte da população da capital, empreendida de diversas formas, que foram referidas pelos comandantes. Uma delas foi por uso do escracho, da ofensa pública a aqueles que iam avisar os homens para que cumprissem a sua escala de serviço, como ocorreu com o cabo da 1ª companhia, José do Nascimento e Silva, que

Indo avisar ao indivíduo Antonio Pereira, fui dele insultado em público, tratando-me de ladrão e que há muito tempo desejava-me conhecer, e que pelos mui bons serviços havia de passar a sargento-mor de ladrões, e todos eram uns ladrões.³⁴⁹

Além dos impropérios ditos, o cabo acusava Pereira de tentar agredi-lo com socos e falar mal do capitão-mor. Atitudes como estas expunham os comandantes ao ridículo, ainda mais que, a princípio, estes eram conhecidos das pessoas. Por isso, o cabo prendera Pereira, remetendo-o à prisão militar.

O recurso às prisões foi um método sumamente empregado durante a Guerra aos praças de Ordenança. A documentação nos traz 42 relatos de prisão, sobretudo no ano de 1826, no qual são registrados 30 casos. Provavelmente esse dado, assim como o dos pedidos de isenção, seja por conta da grande necessidade de homens decorrente da saída das tropas de segunda linha que guarneciam a cidade e da organização das companhias. As prisões ocorreram por certos motivos, como mostramos no quadro a seguir.

Tabela 8. Motivos das prisões dos membros das Ordenanças (Porto Alegre, 1825-1828)

Motivo da prisão	Número de prisões
Desobediência às ordens superiores	21
Não pagamento de guarda	11
Mau desempenho do serviço	7
Desconhecido/Outros	3

(N = 42). Fonte: Fundo Autoridades Militares e Fundo Requerimentos/AHRS

³⁴⁸ Carta de José Custódio Coelho Leal a Francisco Pinto Porto, Cachoeira, 27.7.1825. AHRS, AM, caixa 98.

³⁴⁹ Carta de José do Nascimento e Silva [cabo da 1ª companhia] a João Tomás de Menezes, 16.5.1826. AHRS, AM, maço 102, documento 303-1.

Metade das prisões foi por causa de desobediência às ordens dos oficiais superiores. Por desobediência, entendemos motivos como a recusa de fazer o serviço, faltar à guarda disposta por escala, ofensas ao seu superior durante o serviço e durante as paradas de revista do corpo. Cremos que o grande número de prisões por este motivo, em comparação com o número total, deve-se à tentativa dos comandantes de infundir o que poderíamos denominar de um “espírito militar”, ou seja, um sentimento de que os habitantes da cidade deveriam ser capazes de defendê-la por si mesmos perante um possível ataque inimigo e manter a ordem. Para constituir esse sentimento, era necessário difundir princípios de disciplina e obediência, e as prisões poderiam contribuir no conhecimento do que era solicitado de um integrante das Ordenanças, pelo exemplo ao preso e aos seus conhecidos mais próximos.

O mau desempenho do serviço é outro motivo que levava às prisões, principalmente quando era relacionado à ronda na prisão militar da cidade. Foram registrados desamparos da guarda e fugas, que poderiam comprometer a ordem. No início de 1826, logo após a saída das Milícias, o comandante da guarnição de Porto Alegre, Francisco Vicente Brusco, escrevia ao presidente da província sobre os problemas com as patrulhas compostas por ordenanças, homens que não tinham os mínimos princípios de disciplina, e que eram tirados de seus ofícios para fazer o serviço.³⁵⁰ A maior parte das prisões deu-se no ano de 1826 e no início de 1827, um reflexo das novas exigências a que estava sendo atribuídas ao corpo.

O outro motivo pelo qual se registraram as prisões foi o não pagamento da guarda. Essa era uma forma que pessoas com maiores recursos financeiros poderiam empregar para escapar do serviço, especialmente os comerciantes, que passavam longos períodos fora da cidade tratando de seus negócios. O que a documentação indica é que quando alguma pessoa não comparecia ao serviço, mesmo avisando antecipadamente, outra era escalada para repô-la e depois era cobrado um valor ao faltante, a ser pago ao substituto. Porém, algumas pessoas não queriam pagar e, por esse motivo, acabavam presas.

Talvez se tenha uma noção mais clara do que era a aversão ao serviço das Ordenanças pelas posições que os presos ocupavam na hierarquia militar:

³⁵⁰ Carta de Francisco Vicente Brusco a José Feliciano Fernandes Pinheiro, 25.1.1826. AHRS, AM, maço 101, documento 81.

Tabela 9. Posição na hierarquia militar dos presos de Ordenanças

Posição na hierarquia militar	Número de prisões
Paisanos	9
Soldados	15
Ajudante	2
Cabo	7
Alferes	5
Desconhecido	4

(N = 42). Fonte: Fundo Autoridades Militares e Fundo Requerimentos/AHRS

O que chama a atenção nos dados sobre a posição dos presos na hierarquia militar não é o número daqueles que eram soldados ou paisanos. Pela própria lógica dos comandantes militares, estes acabariam sendo os maiores alvos, pois, na visão destes, não tinham os mínimos princípios de disciplina. O que é realmente notável é que um terço dos presos era oficiais (ajudantes, cabos ou alferes), pessoas com alguma noção de instrução militar e que eram de confiança do capitão-mor. Entre estes se incluem dois comandantes de companhias, que eram os responsáveis diretos pelas prisões: Guilherme Florêncio Froes, alferes comandante da 4ª companhia e responsável por 5 prisões, foi preso por não querer fazer a guarda que lhe era destinada; e José Fernandes da Silva, alferes comandante da 5ª companhia e responsável por uma prisão, foi preso por não querer fazer o serviço e tentar enganar seu superior utilizando de artimanhas, além de ofender ao alferes que o prendeu.³⁵¹ Um indício de que a aversão não estava apenas nos praças, mas também em quem tinha o poder de mandar.

Terminando as reflexões sobre as Ordenanças de Porto Alegre, em uma das inúmeras cartas que o capitão-mor João Tomás de Menezes escreveu aos presidentes da província, ele desabafou:

as Ordenanças são compostas de uns inválidos e cada vez mais vai sendo o serviço mais pesado, por se terem muitos ausentados e outros sendo dispensados em apresentarem cartas de moléstias (sem que as tenham), vendo eu andarem eles na rua a todo o rigor do tempo, não sendo doentes para tratar dos seus interesses.³⁵²

O que o capitão-mor se refere na sua carta é o sentimento de insubmissão que uma parte da população porto-alegrense tinha ao serviço no corpo de Ordenanças. Um sentimento de resistência que não se dava propriamente pela violência, mas pela desobediência aos

³⁵¹ Respectivamente: Carta de João Tomás de Menezes a José Egídio Gordilho de Barbuda, 16.5.1826. AHRS, AM, maço 101, documento 302; Carta de João Tomás de Menezes a Salvador José Maciel, 3.10.1827. AHRS, AM, maço 106, documento 493.

³⁵² Carta de João Tomás de Menezes a José Egídio Gordilho de Barbuda, 9.8.1826. AHRS, AM, maço 102, documento 310.

oficiais superiores, tal como Dores Costa mostra para Portugal no século XVIII. Não se pode negar que alguns dos que buscavam isenções realmente não tinham condições de servir; porém, outra parte buscava meios de se evadir do serviço: pedidos de isenção aos comandantes, certidões de moléstias, ausências prolongadas da cidade, falta de submissão às ordens de seus superiores. Isso mostra o impacto que a guerra causou no cotidiano das pessoas, obrigando-as a contribuir com o esforço de guerra, mesmo que no plano local, o que gerou a reação de resistência da população e a sua negação às tentativas de controle dos comandantes.

Neste capítulo, pudemos ver o quanto a Guerra da Cisplatina afetou a vida da população no Rio Grande do Sul. Vimos o quanto todos os grupos sociais, tanto profissionais como de cor de pele, foram, de alguma forma, afetados pela intensa mobilização decorrente do esforço de guerra. Brancos, índios, pardos, negros, lavradores, comerciantes, militares, todos estiveram envolvidos e sofreram algum impacto naquele período de lutas. Constatamos o quanto o processo do recrutamento era arbitrário, dependendo das interpretações que o comandante fazia, e que nem mesmo a existência de uma norma que regulasse essa ação reduzia esse poder das autoridades militares das localidades, o que, obviamente, foi favorecido pela suspensão da aplicação das Instruções de 1822. Numa situação de conflito bélico, como a que se verificava naquele momento, a interpretação era ainda mais maleável, no intuito de produzir mais soldados. Contudo, o esforço de máximo recrutamento era questionado por parte dos próprios oficiais, que questionavam especialmente o envio de paisanos, que não tinham o menor conhecimento militar, e de indígenas. Também poderia ser questionado o envio de criminosos, que foi bastante recorrente, e atendia à dupla necessidade dos comandantes locais: enviar recrutas e garantir a segurança interna das povoações.

Talvez nessa análise do recrutamento tenhamos supervalorizado a capacidade do agente recrutador, atribuindo-lhe poderes acima do bem e do mal. Os trabalhos da “nova história militar” mostram muito bem que esses homens estavam inseridos numa realidade social, que deveriam raciocinar muito antes da produção de recrutas, equilibrando as demandas estatais por corpos para as lides militares com a manutenção da produção (já que um recrutamento massivo poderia ser desastroso para a economia local, com a falta de mão-de-obra para o cultivo dos campos, o transporte, o comércio) e das redes de patronato de outros senhores. Por isso a preferência por aqueles que estavam fora da proteção oferecida por outros integrantes das elites. Contudo, as teorizações que vem sendo feitas privilegiam períodos sem conflitos armados. Mendes e Kraay, para os casos de Minas Gerais na Guerra do

Paraguai, e da Bahia na Guerra de Independência, demonstram o quanto os sistemas de recrutamento falhavam em tempo de guerra.³⁵³ Estamos tratando, nesse trabalho, de um desses períodos, no qual as demandas por parte do Estado eram bem superiores às exigidas durante a paz, e, por conseguinte, a atuação do recrutador tinha que ser mais forte que a que normalmente exercia.

A arbitrariedade dos recrutadores levava a população local a resistir ao serviço nas tropas. Isso se traduziu tanto no plano individual como coletivo, através de ações dos próprios afetados ou por meio de intermediários. Verificamos que aqueles que utilizavam os canais institucionais para esse fim tinham certo conhecimento das normas que regiam o processo do recrutamento, interpretando-as no sentido de conseguir o objetivo de não lutarem na guerra. Inclusive os militares questionavam o envio de seus filhos para sentar praça, questionando as ordens dos comandantes ou propondo substituições.

Também pudemos constatar o quanto aqueles que conseguiam permanecer nas localidades foram afetados com o conflito. Os serviços atribuídos aos corpos de Ordenanças eram bastante pesados se comparados aos que faziam normalmente (ou seja, quase nenhum): proteger as povoações e manter a segurança interna. Contudo, mesmo nessa situação de não ir à fronteira, buscavam resistir ao serviço, o que ficou salientado pelos pedidos de isenção e pelas prisões feitas pelos comandantes da organização.

Enfim, mesmo com aquelas mudanças citadas no capítulo 2 que ocorreram após a independência, o exército que lutou na Cisplatina era um exército de Antigo Regime, caracterizado pelo recrutamento forçado, pelo arbítrio dos comandantes locais, pelo fato dos militares não serem somente servidores da pátria, mas também pela não separação entre os papéis civil e militar dos comandantes. Passemos agora ao outro lado do conflito: os rebeldes orientais.

³⁵³ MENDES, 2010, capítulo 4; KRAAY, 2011, capítulo 5.

Capítulo 4. “Libertad o Muerte”?: recrutamento e resistência dos orientais.

Logo após a invasão das Missões pelas tropas comandadas pelo general Frutuoso Rivera, Manuel Antonio Iglesias envia uma carta a ele, relatando uma escaramuça que tivera com um piquete brasileiro às margens do rio Ibicuí. Nesse confronto, falecera o tenente Dionísio Maidana. O relato afirma, em determinado momento, o desespero dos irmãos deste ao ver o cadáver do oficial:

Yo, señor, aseguro a V.E. que no he tenido momento de mayor dolor que este, pues partía el corazón ver sus dos hermanos abrazados con el cadáver de su hermano llorando y sin haber modo de sacarlos de allí.³⁵⁴

Momentos como este mostram que dentro dos exércitos que lutavam contra o Império do Brasil havia espaço para o companheirismo, para a manutenção dos laços sociais, e também para os sentimentos. A ida de muitos pais, irmãos, familiares, trabalhadores, artesãos, causou um profundo impacto durante os anos do conflito. Nesse capítulo estudaremos o recrutamento para as tropas e sua resistência no território que atualmente é ocupado pela República Oriental do Uruguai.

As fontes primordiais para esse estudo são as correspondências das autoridades militares orientais e, após 1826, do Exército Republicano disponíveis em livros e instituições uruguaias. A maior parte encontra-se no Archivo General de la Nación, em Montevideu, em caixas de documentação particular. Também utilizaremos o arquivo do general Juan Antonio Lavalleja durante os anos de guerra, editada pelo Archivo na década de 1930 em três volumes, além de algumas edições da *Revista Histórica*. De forma complementar, utilizaremos outros documentos encontrados na instituição uruguiaia, documentação do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, e documentos publicados em livros. Na medida do possível se privilegiará o estudo dos acontecimentos ocorridos com as tropas da Banda Oriental, pois, com a incorporação desses contingentes ao Exército Republicano, é difícil distinguir os corpos orientais dos das outras províncias, sobretudo quando tratarmos da resistência ao serviço.

As ideias do capítulo serão desenvolvidas em três partes: primeiramente, uma revisão bibliográfica de alguns autores uruguaios sobre a questão da Cisplatina e considerações sobre o estatuto desta no Império do Brasil; em seguida, far-se-ão considerações sobre o recrutamento de orientais, e, por último, trataremos da resistência ao serviço.

³⁵⁴ Carta de Miguel Antonio Iglesias a Frutuoso Rivera, 22.4.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja (1828)*. Montevideu: Archivo General de la Nación, 1941, p.228.

4.1. Uma idade das trevas: a Cisplatina na historiografia uruguaia.

A Cisplatina, como salienta Ana Frega, é objeto de poucos estudos específicos por parte da historiografia uruguaia.³⁵⁵ Provavelmente isso é decorrente do fato desse período estar espremido entre dois grandes processos históricos que culminaram com o nascimento do Uruguai independente: o artiguismo (1811-1820) e a guerra de independência, iniciada com a Cruzada dos Trinta e Três Orientais (1825-1828). Pela importância desses momentos, seria lógico que a atenção dos historiadores estivesse voltada para a sua compreensão. Não é nosso objetivo tratar da interpretação desses temas, especialmente sobre a independência, que são múltiplas e que ocupariam muito espaço neste trabalho.³⁵⁶ Contudo, obras sobre esses dois temas tratam, marginalmente, da questão da Cisplatina. Nesse subcapítulo trataremos de algumas perspectivas uruguaias sobre o domínio português, depois brasileiro, na historiografia do século XX.

Na década de 1920, um dos assuntos que moviam a política uruguaia era relacionada com a questão da determinação da data de independência do país. Um debate que não era pautado apenas por critérios históricos, mas estava imerso nos embates entre os partidos políticos predominantes no país, os Blancos e os Colorados.³⁵⁷ Cada agremiação tentava impor o seu fundador como personagem principal no processo: Frutuoso Rivera era o favorito para os colorados; já Juan Antonio Lavalleja era o predileto dos blancos. Em 1921, o Parlamento instaurou uma comissão para definir a data oficial da independência, com vistas à comemoração de seu centenário. Nesse contexto, Pablo Blanco Acevedo³⁵⁸ produziu o seu *Informe sobre la fecha del Centenario de la Independencia*, apresentado no ano seguinte. Segundo Sansón, este trabalho reflete o espírito de coparticipação que havia se implantado na política uruguaia naquele momento, com a participação dos dois partidos no poder. Por isso,

³⁵⁵ FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006, p.329-331.

³⁵⁶ O desmonte das interpretações tradicionais sobre a independência uruguaia foi feito detalhadamente por REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo: Arca Editoria: Ediciones del Nuevo Mundo, 1990; já a revisão historiográfica sobre se o movimento iniciado pelos Trinta e Três Orientais teve caráter independentista ou anexionista (união com as Províncias Unidas) é feito, também detalhadamente, por BARRAN, José Pedro et al. Prólogo: los informes de T. S. Hood y la fecha de independencia. Aproximación a una controversia política e historiográfica. In: *El cónsul británico en Montevideo y la independencia del Uruguay. Selección de los informes de Thomas Samuel Hood (1824-1829)*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 1999.

³⁵⁷ Os partidos Blanco e Colorado surgiram logo após o final da guerra de independência, liderados respectivamente por Manuel Oribe (apoiado por Juan Antonio Lavalleja) e Frutuoso Rivera. Por quase 180 anos, revezaram-se na presidência do Uruguai, com amplo predomínio dos Colorados, que chegaram a permanecer, embora com diversas combinações com seus opositores, quase cem anos no poder (1864-1958).

³⁵⁸ Para a biografia de Blanco Acevedo, ver SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental*. Estudios de historiografía colonial. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 2006, p.87-95.

Acevedo identifica membros das duas agremiações como protagonistas na formação do país, e, mesmo sendo colorado, apresenta uma data defendida pelos brancos, 25 de agosto de 1825, como momento fundacional da nação.³⁵⁹

Sobre o período cisplatino, a opinião do autor é de rechaço total à dominação estrangeira. Utiliza-se fartamente de documentos, que estão agregados ao corpo do texto. Um exemplo é uma carta de Lavalleja ao Barão da Laguna na qual o primeiro afirma que se deveria respeitar “la voluntad general de los habitantes del país, resueltos siempre a romper el yugo ominoso que los oprimia”.³⁶⁰ O pensamento dos orientais sempre foi pela independência, como fica claro quando da divisão das tropas brasileiras e portuguesas, entre 1822 e 1823, na qual os locais se agregam aos dois grupos com a certeza que conseguiriam a independência.³⁶¹ Na opinião de Acevedo, a dominação portuguesa não é diferente em seus princípios que a espanhola:

La nueva dominación no aporta ningún elemento que modifique las convicciones anteriores: férrea y absoluta, entraña en sus instituciones los mismos aspectos de la antigua potencia colonizadora. Por fuerza, el despotismo de la autoridad se afirma, principalmente en Montevideo, y son sus valores económicos los que sufren más las consecuencias de la conquista. [...] Además, los portugueses son los enemigos irreconciliables de España, y la clase representativa del tradicionalismo español habíase educado en ese odio que existiera entre las dos naciones, cuyos pleitos de fronteras en el territorio Oriental agitaránse constantemente durante el siglo XVIII. La reacción, pues, contra el ocupante que ha entrado merced a la continuación de las luchas entre los Orientales y Buenos Aires es permanente y delegada a una ocasión oportuna para exhibirse en la plenitud de su vigor”.³⁶²

Acontecimentos como a criação de impostos que prejudicavam os comerciantes locais e o contínuo saque de gado em direção ao Rio Grande do Sul fomentavam um ódio que somente cresceu após a oficialização do domínio lusitano. A situação não mudara com a independência do Brasil, pois este reafirmou a política de usurpação territorial iniciada por Portugal. Dessa forma, a insurreição iniciada pelos Trinta e Três justificava-se, da mesma forma que os orientais lutaram anteriormente contra a dominação espanhola.

La lucha contra el Brasil tiene aspecto de las guerras de independencia contra España y, no acallados aún los ecos delirantes con que se festejaron en Buenos Aires

³⁵⁹ SANSÓN, 2006, p.86. Era uma data defendida pelos brancos pela liderança de Juan Antonio Lavalleja no processo de declaração da nulidade dos atos do Congresso Cisplatino.

³⁶⁰ ACEVEDO, Pablo Blanco. Informe sobre la fecha del Centenario de la Independencia. In: *La independencia nacional*. V.2. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1975, p.106-107.

³⁶¹ *Idem*, p.39.

³⁶² *Idem*, p.243.

la victoria de Ayacucho, Brasil no diferenciado todavía exactamente de Portugal, ofrecíase como otra potencia colonial contra quien era necesario combatir.³⁶³

Blanco Acevedo, dessa maneira, ressaltava uma característica de suas obras: consolidar o sentimento nacional.³⁶⁴ A tese de que o período cisplatino foi uma época de exploração dos orientais foi encampada pelos parlamentares que debateram o seu texto,³⁶⁵ e também foi compartilhada por vários outros trabalhos historiográficos que foram publicados em virtude das comemorações do centenário da independência.³⁶⁶

Na década seguinte a do centenário da independência, aparece um dos mais importantes historiadores uruguaios: Juan Pivel Devoto. Segundo Tomás Sansón, ele foi o máximo expoente de uma historiografia que nascera no final do século XIX e que tinha como tarefa a construção da nacionalidade.³⁶⁷ Exerceu diversos cargos administrativos, sendo o principal deles a direção do Museo Histórico Nacional por mais de quarenta anos.³⁶⁸ Era um autodidata por decisão própria, e dominava nele certo espírito positivista, expressado em sua constante apelação ao documento escrito como única fonte possível de fundação do conhecimento histórico.³⁶⁹

Isso pode ser confirmado na análise de sua obra sobre a questão da Cisplatina, *El Congreso Cisplatino (1821)*.³⁷⁰ O evidente destaque dessa obra são as quase trezentas páginas de documentos, que contém documentação dos Cabildos da Banda Oriental, periódicos de Buenos Aires e correspondências encontradas em arquivos do Rio de Janeiro e da Europa. Sansón, em seu estudo sobre a obra *Raíces Coloniales de la Revolución Oriental de 1811*, afirma que a tese fundamental de Pivel Devoto é a de que a nacionalidade uruguia está

³⁶³ ACEVEDO, 1975, p.70. A vitória de Ayacucho ocorreu em dezembro de 1824, nas serras peruanas, e significou o fim do domínio realista na América do Sul.

³⁶⁴ SANSÓN, 2006, p.107.

³⁶⁵ Por exemplo, o senador Casaravilla, que afirma que “se hallaba nuestra patria sometida al poder despótico y humillante para la altivez nativa de nuestra raza, del Imperio del Brasil”. ACEVEDO, 1975, p.266.

³⁶⁶ Por exemplo, o trabalho de Alberto Zum Felde, premiado pela municipalidade de Montevidéu em 1925, e o de Luis Arcos Ferrand. Ambos enfocam muito a questão da diferença entre os orientais e os brasileiros, na língua, tradições, caráter; dessa forma, a conquista só se sustentava por meio da força militar, pois a resistência dos habitantes jamais esmorecera, mesmo não parecendo. ZUM FELDE, Alberto. *La epopeya de la Agraciada*. Montevidéu: Consejo de Administración Municipal, 1925. ARCOS FERRAND, Luis. *La Cruzada de los Treinta y Tres*. Montevidéu: Ministerio de Educación y Cultura, 1976 [edição original de 1925]

³⁶⁷ SANSÓN, 2006, p.176-178.

³⁶⁸ Permaneceu no cargo de diretor do museu entre 1940 e 1982, quando foi destituído pela ditadura. Teve importante participação na manutenção e ampliação do acervo do museu. Nesse meio tempo, ainda foi Ministro de Instrução Pública (1963-1967) e delegado do Uruguai na UNESCO (1960 e 1964), entre outros cargos. Participou da comissão editora do Archivo Artigas, coleção de documentos editados pelo Archivo General de la Nación que mostram a vida e obra do líder José Artigas, desde suas origens até a ocupação portuguesa, em 1820. Para a biografia de Pivel Devoto, ver SANSÓN, 2006, p.178-185.

³⁶⁹ SANSÓN, 2006, p.186.

³⁷⁰ PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821)*. Repertorio documental, seleccionado y precedido de un Análisis. Montevidéu: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1937. Foi primeiramente publicado no tomo XII da Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, em 1936. Nas citações, utilizaremos a versão em livro.

prefigurada desde as origens de sua formação social.³⁷¹ Partindo do pressuposto de uma continuidade em seus argumentos, não seria de se esperar outra coisa que o rechaço do período cisplatino.

Tratando da ocupação lusitana, todavia, afirma que o grande problema não era Portugal, mas sim Lecor e seus seguidores, denominados de “Club del Barón”. Referindo-se ao Congresso Cisplatino, que foi idealizado pelo ministro de Relações Exteriores português, Silvestre Pinheiro Ferreira para definir o futuro da região, afirma que o capitão-general deturpou a intenção original e também que este não foi ratificado pela monarquia. Nas palavras do autor:

La política de Portugal con respecto al Río de la Plata era, en esos momentos, sincera. Contemplaba a un tiempo sus intereses europeos y la tendencia liberal que predominaba en el Gobierno. El abandono de la Provincia Oriental, ocupada militarmente desde 1817, tenía necesariamente que ser la consecuencia de esa política e intereses en juego. La ocupación de la Provincia interesaba cada día menos a Portugal, así como se aproximaba la independencia del Brasil. Producido este hecho, considerado inminente, el límite del Río de la Plata dejaba de ser un objetivo para la Corte de Lisboa.³⁷²

Nesse parágrafo, como em várias outras partes da narrativa, Pivel argumenta sobre a questão da independência brasileira, vista como incontornável, e que quanto mais essa se aproximava, mais Lecor ia se aproximando à administração do Rio de Janeiro. Hoje, contudo, sabemos que a independência brasileira na época do Congresso Cisplatino apenas começava a ser imaginada, convivendo com outras propostas como a da criação de um Império Luso-Brasileiro, e que somente a partir das discussões sobre o estatuto do Brasil nas Cortes de Lisboa é que surgiu a possibilidade da emergência de uma identidade brasileira e o incentivo da separação da colônia.³⁷³ O autor, portanto, retoma o passado a partir de uma leitura do presente.

Voltando à tese apresentada por Sansón à obra *Raíces Coloniales...*, é possível explicar uma nacionalidade prefigurada a partir do estudo do Congresso Cisplatino? É difícil mostrar um sentimento único quando a região está dividida em dois interesses opostos: os da campanha e os de Montevideú. Segundo o autor, se Lecor seguisse à risca o que o ministro Ferreira indicara, promovendo eleições para deputados em todos os *pueblos*, ele assinaria a

³⁷¹ Pivel enfoca, entre outras questões, a questão geográfica e a luta de portos entre Montevideú e Buenos Aires, para explicar uma nacionalidade prefigurada desde a colônia. SANSÓN, 2006, p.204.

³⁷² SANSÓN, 2006, p. 19.

³⁷³ JANCÓS, Istvan; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para a emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. V.1. São Paulo: Editora Senac, 1999. p. 127-175.

sentença de morte da ocupação, já que os representantes proclamariam pela independência. Contudo, na obra sobre o período colonial, Pivel propõe algo como uma “Idade Média Oriental”, na qual se gestou a nacionalidade uruguaia, onde a estância representava um centro de civilização e segurança em meio ao deserto.³⁷⁴ A defesa desses heróis também é feita em *El Congreso Cisplatino*.

A cien años de distancia y frente a un proceso ya liquidado que la perspectiva histórica nos permite apreciar cabalmente, nosotros reconocemos, hoy en esos caudillos heroicos a los fundadores y defensores de la nacionalidad. El espíritu localista y el amor a la tierra, les llevó a defender las fronteras de la patria; constituida la nacionalidad, animaron su historia. Pero cuando, entre las sombras, esta nacionalidad se estaba gestando, cuando el concepto de país era una cosa vaga e indefinida, distinto debió ser, sin duda, el criterio con que los centros civilizados apreciaron aquel fenómeno.³⁷⁵

O autor trata da grande importância da campanha na formação do sentimento nacional, e os conflitos com os centros civilizados (leia-se Montevideú). No período do Congresso, os interesses dos caudilhos da campanha eram opostos aos interesses da elite montevideana, que havia sido extremamente beneficiada com a ocupação, e que permitira àquela cidade, por meio da força militar, estender sua preeminência ao resto do território oriental³⁷⁶. Contudo, essas vantagens limitaram a visão política dos homens da capital a uma postura estreita e egoísta. Pivel também demonstra as contradições entre campanha e capital durante os debates sobre as condições de incorporação, trazendo os documentos de sugestões enviados pelos Cabildos do interior. O de Canelones, por exemplo, solicitava a criação de uma Junta Provincial, composta de deputados eleitos por três anos, para observar o cumprimento das condições do pacto de anexação e aprovar ou suspender as disposições reais; também propunha a criação de um Superior Governo com quatro membros eleitos.³⁷⁷ Essas sugestões foram negadas pelo Congresso, que criou o cargo de Síndico Procurador do Estado, com a mesma função da Junta proposta. Percebia-se que aquele momento de debates era um momento para as localidades da campanha levarem suas demandas, gerais ou particulares,³⁷⁸ e buscar condições de frear o poder de Lecor, o que não ocorria com Montevideú, já muito favorecida pela política portuguesa e que deixara a cargo dos congressistas que deliberassem como melhor conviesse.

³⁷⁴ SANSÓN, 2006, p.210.

³⁷⁵ PIVEL DEVOTO, 1937, p.51.

³⁷⁶ *Idem*, p.20.

³⁷⁷ *Idem*, p.215-218 (Bases de incorporación propuestas por el Cabildo de Canelones, 24.7.1821).

³⁷⁸ Exemplos de demandas particulares vieram de Colonia, na qual se solicitava a manutenção da propriedade das casas ocupadas pelos espanhóis em 1777, após a saída dos lusos, e de Maldonado, que solicitava a abertura do seu porto para comércio exterior.

Pelo que foi exposto acima, podemos perceber que a nacionalidade estava no campo. A resistência à dominação estrangeira também estava na campanha. Não havia uma nacionalidade prefigurada que englobasse todos os grupos sociais, mas uma específica, que seria levada adiante a partir da chegada dos Trinta e Três. Complementando a ideia de que haveria um sentimento nacional no período da Cisplatina, e que este era o prosseguimento do que ocorreu anteriormente, Pivel afirma que “la política maquiavélica del Club del Barón torció el curso de la historia”; “un hombre [Lecor] y un grupo de adláteres [Club del Barón], mudaban su destino”,³⁷⁹ o que dá a entender que a incorporação mudou o curso de uma história linear que já vinha desde o período colonial e que culminara, na época artiguista, com a independência. Da mesma forma, elogia os congressistas ao não aceitar uma incorporação incondicional, mantendo, na medida do possível, as autonomias e tradições da região. Isso permitiu que o sentimento da pátria não morresse e, junto com a afirmação de que o Congresso foi nulo por que passou por cima da soberania dos *pueblos*, que não puderam escolher livremente seus representantes,³⁸⁰ e que por isso o Brasil não tinha credencial para incorporar a região, justifica a posterior insurreição. cremos que Pivel resume a sua posição sobre esse período da Cisplatina em algumas linhas.

Vencido en el dominio de los hechos, no estaba muerto, no, el sentimiento de la patria. Y pese a que la intriga retardara el momento, no estaba lejano el día en que la legión heroica de los caudillos enarbolase la bandera de *libertad o muerte* en la cumbre del Cerrito.³⁸¹

Portanto, para Pivel, o sentimento nacional continuava presente na época cisplatina, embora o curso de uma história independente tenha sido desviado por Lecor e seus seguidores. Contudo, a Cisplatina, especialmente seu Congresso, foi um período de profundas divisões, causadas pelas intrigas, mas que não mataram a chama da liberdade.

Apenas na década de 1970 aparecem novos trabalhos que tratam da temática da dominação portuguesa-brasileira. No começo daquele decênio, e também no anterior, o

³⁷⁹ PIVEL DEVOTO, 1937, respectivamente p.19 e p. 52.

³⁸⁰ Devoto afirma que Lecor manipulou as eleições dos Cabildos, que já não eram mais populares como no tempo de Artigas: “En los Cabildos de 1821, podía, sin duda, desde el punto de vista de las formas de su elección, reconocerse organismos legalmente constituidos, pero nombrados bajo la inspiración de Lecor, ¿hasta dónde representaban los intereses y las ideas de los pueblos? ¿Tenían, acaso, competencia para elegir sus diputados?”. Também manipulou as instruções enviadas pelo ministro de Relações Exteriores de Portugal, nomeando os Síndicos Procuradores dos Cabildos das vilas e os Alcaldes Ordinários dos *pueblos* e fazendo eleições restritas para os cargos restantes. *Idem*, 1937, p.25

³⁸¹ *Idem*, p.52. Grifos do autor. O Cerrito, atualmente bairro de Montevideú, é o segundo ponto mais alto da cidade, de onde se tinha uma visão privilegiada da cidade amuralhada e da movimentação no Rio da Prata. Foi ponto central nas linhas de sítio de Montevideú, tanto na época artiguista como na Guerra da Cisplatina, e sede do governo rebelde, na Guerra Grande (1836-1851), comandado por Manuel Oribe.

Uruguai passava por uma crise, tanto econômica como política, que culminariam com a instauração de uma ditadura militar em 1973. Desde as ciências sociais buscou-se entender os motivos e consequências desses processos. Isso, aliado à renovação historiográfica que a Escola dos *Annales* propunha, além da tardia profissionalização dos estudos históricos no país, permitiu a emergência de uma nova geração de historiadores. Entre eles, embora nem todos fossem historiadores de formação, estava o grupo de marxistas composto por Lucía Sala de Touron, Nelson de la Torre, Julio Rodriguez e Rosa Alonso.³⁸²

Segundo Sansón se tratava de uma história militante, visto que o objetivo era mais uma clarificação do presente do que propriamente de conhecimento do passado, denunciando uma estrutura socioeconômica injusta através da busca de suas origens.³⁸³ O objetivo do grupo era entender a formação das relações de propriedade da terra no Uruguai a partir do período colonial, focalizando na política artiguista de redistribuição de terras,³⁸⁴ para entender alguns dos problemas pelos quais passava o país, como a distribuição da propriedade, o latifúndio e o predomínio absoluto da pecuária. Para empreender essa tarefa, escreveram uma sequência de livros que começava na colônia, passava pelo período artiguista e chegava ao Uruguai independente. A temática da Cisplatina aparece em duas obras: *Después de Artigas*³⁸⁵ e *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*³⁸⁶, ambas de 1972.

São trabalhos que se caracterizam pelos aspectos que Sansón encontra para as obras do trio referentes ao período colonial e que garantiriam, na visão do grupo, a cientificidade do trabalho: a abundância de fontes, principalmente os processos judiciais referentes às disputas

³⁸² Obviamente que estes não foram os únicos historiadores da década de 1970 que trataram da questão da Cisplatina. Martha Campos de Garabelli publicou uma monumental obra sobre a “Revolução de 1822-1823”, movimento que visava a independência da Banda Oriental. Tratando da Cisplatina, há um rechaço total à dominação portuguesa, que prosseguia com o sistema explorador espanhol, em uma ocupação ilegal, injusta e impolítica, que implantou um governo despótico e autoritário, que provocou a resistência dos orientais através daquele movimento. CAMPOS DE GARABELLI, Martha. *La Revolución Oriental de 1822-1823*. Montevideo: Junta Departamental de Montevideo, 1972. 2 t. Já Alfredo Castellanos trata a dominação português-brasileira como um neocolonialismo, governada por uma ditadura militar, o que reviveu o sentimento de independência no coração dos orientais. CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca. 1820-1838*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977. Contudo, pelo impacto na historiografia uruguaia posterior e pela diferença teórica com os autores anteriores, escolhemos tratar apenas dos marxistas. Para uma biografia dos membros desse grupo, cf. SANSÓN, *op. cit.*, p.243-252.

³⁸³ SANSÓN, 2006, p.234.

³⁸⁴ O documento básico desse projeto de redistribuição de terras é o *Reglamento provisório de 1815*. É necessário lembrar, contudo, que a confirmação da propriedade da terra para os que seriam privilegiados pela política de redistribuição de propriedades só aconteceria vinculada a critérios de produtividade e de melhorias nos estabelecimentos concedidos, para tentar recuperar a campanha que estava desgastada por muitos anos de conflitos. Não era meramente uma transferência de propriedade sem critério; por isso é necessário ter cuidado com interpretações ufanistas sobre essa política. Reglamento provisório de 1815. In: SALA DE TOURON, Lucía et al. *Artigas y su revolución agrária, 1811-1820*. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.

³⁸⁵ DE LA TORRE, Nelson et al. *Después de Artigas (1820-1836)*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1972.

³⁸⁶ ALONSO, Rosa et al.. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1972.

pela propriedade dos campos; a classificação dos atores sociais em grupos hierarquicamente ordenados; e a utilização de categorias conceituais marxistas, que buscam aplicar à realidade oriental.³⁸⁷ A tônica dessas duas obras é de completa crítica à ocupação portuguesa, classificada como neocolonialista e que retomava as piores condições de propriedade, típicas do sistema colonial (leia-se latifúndio). A Cisplatina era brutalmente explorada pelo conquistador, com seus gados sendo levados para o Rio Grande do Sul e suas terras doadas para militares e grandes latifundiários.

Após estudar a política artiguista sobre a posse da terra, que a confiscava dos inimigos da revolução e promovia a redistribuição aos seus apoiadores, especialmente os setores sociais mais pobres, os autores afirmam que a política lusitana foi de contrarrevolução agrária. Isso também significava uma contrarrevolução social, pois Artigas abriu o caminho para o desenvolvimento capitalista por uma via progressista, através da constituição de pequenas propriedades. Esse movimento triunfara por que o peso das classes pré-capitalistas (latifundiários e caudilhos-estancieiros) era maior que o das massas beneficiadas.³⁸⁸

A ocupação portuguesa trouxera uma série de conflitos sobre a propriedade da terra, especialmente daqueles que foram alvo da política artiguista. Estes pensavam que apenas por voltarem à Banda Oriental teriam restabelecida sua condição de donos. Contudo, Lecor atuou prudentemente nessa questão, pois devia ganhar a simpatia daqueles que estiveram nas hostes inimigas, e por isso não desalojou imediatamente os ocupantes; agira da mesma forma na questão do repovoamento das estâncias, no qual diversos grupos buscavam se apropriar dos gados soltos.

O capitão-general cisplatino tentava, a todo custo, evitar o conflito entre os proprietários e os donatários artiguistas. Esperava que os grupos entrassem em acordo, e que, com o tempo, a questão da propriedade estivesse resolvida. Contudo, essa solução não prosperou, pois era uma contradição impossível de se resolver pacificamente. Utilizando-se da ideia marxista de que a luta de classes era o motor da história, afirmam que “la historia mostrará nuevamente que las contradicciones inconciliables no admitían otra solución que la lucha violenta entre los contrarios”³⁸⁹. Aqueles que perderam suas terras por conta do programa liderado por José Artigas na década anterior queriam suas terras rapidamente, porém aqueles favorecidos por essa política não ficaram quietos e defendiam suas posses. Sem opção, o Barão da Laguna implantou uma política em favor dos primeiros, com uma

³⁸⁷ SANSÓN, 2006, p.300. Em sua análise, Sansón não inclui Rosa Alonso, pois esta não participa de nenhuma das obras sobre a colônia.

³⁸⁸ ALONSO et al, 1972, p.23.

³⁸⁹ DE LA TORRE et. al., 1972, p.43.

série de medidas que prejudicavam os ocupantes e que devolviam as terras confiscadas a seus antigos donos, ou simplesmente não combatia as expulsões promovidas pelos proprietários contra os possuidores.

A política portuguesa era de concentração do capital agrário ou dos meios de produção nas mãos dos latifundiários, tanto da terra como do gado. Contudo, muitos deles não tinham condições de produzir, por falta de mão-de-obra. Já Lecor não queria causar uma comoção social no campo, ao expulsar as famílias de suas terras. O capitão-general cisplatino, então, buscou uma mediação: impediu a propriedade privada dos donatários, expropriando um de seus meios de produção, e obrigou-os a escolher entre a subordinação ao proprietário, com a imposição de arrendamentos ou de parcerias, ou a sua saída dos terrenos.

Uma das grandes contribuições dos livros foi a clara definição e estudo das classes que estavam em luta pela propriedade da terra durante o período cisplatino. Em primeiro lugar, o aparato colonial português e seus aliados; em segundo lugar, as classes dominantes locais *criollo*-espanholas; e em terceiro lugar, as massas artiguistas beneficiadas com a política de doação de terras.³⁹⁰ Outro grupo que também é citado, de maneira complementar, já que o foco do trabalho está no campo, é a burguesia montevideana. Inicialmente apoiadora da presença portuguesa, por prever vantagens para si, se divide em dois grupos bem distintos após a oficialização da dominação estrangeira: um é o daqueles que são beneficiados diretamente com a ocupação, como os vinculados ao comércio português, os fornecedores do Exército e da Marinha e os contratadores de todo tipo; outro é o dos prejudicados, que eram aqueles que se vinculavam ao comércio interior, os *saladeristas* (charqueadores), os exportadores e os comerciantes locais que perderam a intermediação no comércio exterior para os brasileiros.³⁹¹ Percebendo que estão sob um novo jugo, que servia apenas os interesses dos estrangeiros, a burguesia prejudicada vai, juntamente com alguns ex-líderes revolucionários, apoiar o movimento anti-colonial denominado de “Revolução de 1822-1823”. Neste, através do Cabildo de Montevideu, espaço de defesa dos interesses da classe comercial montevideana, e aproveitando-se da divisão entre tropas brasileiras e portuguesas por conta da independência do Brasil, buscou-se a independência da Banda Oriental. Contudo, a tentativa fracassa.³⁹²

³⁹⁰ DE LA TORRE et al., p.10.

³⁹¹ É de se perguntar se os comerciantes locais perderam essa intermediação, ou se descendentes dos portugueses, especialmente os de Colonia, que viviam em Montevideu, ocuparam esse espaço. No início do século XIX, um dos mais importantes comerciantes da cidade, senão o principal, era Dom Manuel Cipriano de Melo, que apoiou a invasão portuguesa de 1816 e que era fortemente ligado com a família Viana, muito presente na política local desde a criação do Cabildo, em 1730. PRADO, 2009, capítulo 7.

³⁹² ALONSO et al., 1972, p.75; p. 138.

O resultado da política implantada por Lecor foi o aumento do poder dos grandes estancieiros, com a criação de relações semi-feudais de dependência pessoal no campo, exatamente o contrário do que Artigas pregava.³⁹³ Contudo, os mesmos favorecidos voltar-se-iam contra os brasileiros. A incapacidade de garantir a ordem no campo e a política beneficiadora dos estrangeiros tiraram a simpatia dos latifundiários. Além disso, os pequenos e médios donatários artiguistas que foram afetados pela contrarrevolução, defendendo seus interesses, se opunham abertamente ao regime. A soma desses fatores é que uniu praticamente toda a população e desencadeou a luta pela independência³⁹⁴, como afirmam os autores:

Como en 1811, la insurrección abarcaba mayoritariamente a la población oriental. Era una oposición nacional hacia una potencia extranjera y sus personeros locales. Se nutría de la tradición colonial y revolucionaria. [...] La forma de ser ‘criolla’ se opuso violentamente a la ‘brasileña’, la una como modelo de virtudes, la otra como objeto de repulsa y de burla.³⁹⁵

Mesmo utilizando-se do aparato conceitual do marxismo, os autores também trabalham com o período cisplatino pelo prisma da nacionalidade, o que já havia sido escrito para a derrota do projeto artiguista, na qual os autores afirmam que o apoio das classes comercial e proprietária de terras aos portugueses ia contra o interesse nacional.³⁹⁶ O povo jamais havia aceitado os invasores, o que piorou com a política capitaneada por Lecor, à exceção de alguns privilegiados. O período cisplatino, portanto, para o grupo de marxistas, foi uma época na qual se desenvolveu uma série de conflitos, sobretudo no campo, os quais permitiram a união de diversas classes sociais. Embora estas não tivessem os mesmos interesses, estavam pautados por um objetivo maior: expulsar o conquistador estrangeiro, baseando-se no sentimento nacional.

Com distintos objetos e fontes de pesquisa, todos os autores trabalhados convergem para uma mesma perspectiva: mostrar que o sentimento nacional não morrera durante a dominação daqueles que falavam português, numa tentativa de justificar retrospectivamente a insurreição contra o domínio brasileiro. Supomos que essa uniformidade de perspectiva entre autores diferentes entre si é uma das derivações do que Carlos Real de Azúa constata ao

³⁹³ “La tierra dejaba de ser el fruto de la solidaridad de clase para ser el yugo de la dependencia personal al ‘partido’, símbolo intemporal de la sucesión de caudillos”. DE LA TORRE et al., 1972, p.138.

³⁹⁴ “El levantamiento oriental que se inicia con la Cruzada [dos Trinta e Três], es el fruto de la conjunción de oposiciones que engendró el dominio luso-brasileño y que unió a la mayoría absoluta de la población oriental contra este nuevo colonialismo. Fue estimulada por la actividad de los ‘individuos arruinados y desesperados’ al decir de Parish, que desde Buenos Aires y las demás provincias, promovieron la adhesión de los hombres más importantes e influyentes y de las masas del pueblo” ALONSO et. al., 1972, p.203.

³⁹⁵ *Idem*, p.208.

³⁹⁶ “El interés nacional claudicó ante su interés de clase”. *Idem*, p.31.

estudar o que denomina de “tese independentista”.³⁹⁷ Nesta, os diferentes autores, das mais distintas opções políticas e prismas ideológicos, convergem em justificar a guerra de independência como fruto de um sentimento nacional, cujas raízes são buscadas no período colonial, e que estavam presentes no período artiguista. No período cisplatino, portanto, não haveria mais que uma continuação desse espírito, embora não aparente.

Carlos Real de Azúa, nesse objetivo de esquadrihar a “tese independentista”, faz uma pequena digressão sobre o tratamento da questão cisplatina em *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Acusando os autores do passado de não tratar o tema com objetividade histórica,³⁹⁸ afirma que o período foi caracterizado por uma pluralidade de posições e atitudes, que tiveram seu ápice na “Revolução de 1822-1823”. Segundo o autor, uma das ideias apresentadas era a da independência absoluta, como a tese afirma; contudo, não era única e nem compartilhada por todos. O período cisplatino é definido como um tornassol, pois havia um amplo espectro de posições num contexto de incertezas, que variavam muito rapidamente, pela existência de diversas opções políticas concretas e viáveis, cada uma com custos e benefícios diferentes. Por exemplo, quase todos os notáveis locais apoiaram a dominação portuguesa em algum grau, mas também resistiram.³⁹⁹ Portanto, em sua visão, a época cisplatina não foi caracterizada por uniformidades, nem propriamente pelo reforço do sentimento nacional, o qual era muito difícil de concretizar pelas condições do território e de sua população (falta de comunicações físicas e sociais, alto grau de analfabetismo, sem práticas de representação e de sufrágio).⁴⁰⁰

Nos últimos anos, trabalhos vêm buscando outras abordagens às apresentadas anteriormente. Destaca-se nesse esforço Ana Frega, que trata da questão da Cisplatina em diversos momentos. Em sua obra principal, *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista*,⁴⁰¹ estuda a região de Soriano entre finais do século XVIII e 1822, com influência da micro-história italiana na questão do espaço e na análise das relações sociais. Mostra a região como um espaço de fronteira, no qual os conquistadores se vincularam à sociedade local através de diversos tipos de relações, como as de exploração dos recursos locais, comerciais, de casamento, entre outras, além de se inserirem nas facções já existentes nas povoações. Afirma também a importância do período na constituição da Banda Oriental como uma unidade política, que já vinha desde a época de Artigas e que é reforçado com a presença

³⁹⁷ REAL DE AZÚA, 1990, capítulo 1.

³⁹⁸ *Idem*, p.268, nota 8.

³⁹⁹ *Idem*, p. 259-260.

⁴⁰⁰ *Idem*, p.167-168.

⁴⁰¹ FREGA, 2006.

lusa na margem norte do Rio da Prata. A criação de novas instituições de caráter “provincial”, abrangendo todo o atual território uruguaio,⁴⁰² fez com que a adesão ao novo regime no departamento de Soriano não fosse unânime nem firme, pois esse avanço poderia afetar os poderes locais. Os portugueses, porém, perceberam que para a centralização avançar deveriam incorporar os vínculos sociais preexistentes, contemplando as instituições e redes dos *pueblos*, que tendiam a defender os direitos legitimados pelo costume, o que fizeram. Outra contribuição da autora é relacionada à legitimação da conquista: o direito natural ou direito de gentes oferecia argumentos para esse ato, pois quando uma nação não tinha condição de defender-se dos inimigos, poderia unir-se a outro Estado, sob certas condições, deixando de ser nação ou soberania.⁴⁰³

A autora também coordena uma obra coletiva denominada *Historia regional e independencia del Uruguay*.⁴⁰⁴ Nela, propõe um estudo mais amplo da década, que tradicionalmente é centrada apenas em sua segunda metade, o que permitiria verificar continuidades, como os conflitos sociais e políticos, a tentativa de construir um governo centralizado e estável, a busca de impor uma ordem no campo, entre outras.⁴⁰⁵ Nesta coletânea, escreve um dos capítulos, no qual analisa um plano elaborado em 1821 no Rio de Janeiro com o objetivo de conseguir a independência da Banda Oriental. A ideia previa uma curiosa aliança entre antigos líderes artiguistas e espanhóis contrários à revolução, que na década anterior militavam em campos opostos, todos agora unidos contra Portugal e contra Buenos Aires (que apoiara a invasão portuguesa). A autora afirma também que as elites *hispano-criollas* aspiravam a uma posição preeminente na região, o que incluía o controle do aparato estatal. Com o instável quadro político da região, isso poderia ser obtido com o apoio de Portugal ou da Espanha. Boa parte da elite montevideana preferiu a primeira opção, mas os seguidores desse plano escolheram a segunda. Essa aliança, todavia, não frutificou.⁴⁰⁶

Com essa revisão, pretendemos mostrar o tratamento que se deu à questão da Cisplatina em parte da historiografia uruguaia. A grande maioria dos trabalhos parte de uma leitura retrospectiva, buscando justificar a guerra iniciada pelos Trinta e Três Orientais.

⁴⁰² Entre as instituições criadas até 1821 estavam a Camara de Apelaciones (tribunal supremo a nível provincial), a Junta Superior de Real Hacienda, o Consulado de Comercio e o Corpo Cívico de Milícias. RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina, 1818-1820*. 2007. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p.152.

⁴⁰³ FREGA, 2006, p.340.

⁴⁰⁴ FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

⁴⁰⁵ *Idem*, p.15.

⁴⁰⁶ FREGA, Ana. Alianzas y proyectos independentistas en los inicios del Estado Cisplatino. In: FREGA (coord.), *op. cit.*, 2011. p. 19-63.

Contudo, alguns estudos vêm revisando o período e há bastante espaço para novas abordagens que não partam de uma suposição prévia de que a Cisplatina foi uma “idade de trevas”.

4.2. O estatuto da Cisplatina no Império do Brasil.

A historiografia uruguaia não tem dado muita atenção ao período cisplatino. Contudo, devemos nos perguntar: o que era a Cisplatina? Qual o seu estatuto dentro da monarquia portuguesa, e depois, do Império do Brasil? Nas próximas páginas, traçaremos algumas considerações na tentativa de contribuir para a solução dessa pergunta.

Em julho de 1821, o Congresso Cisplatino oficializa a dominação lusitana. As bases propostas para a incorporação, em vinte e dois artigos, previam uma série de autonomias para o novo Estado em relação ao restante da monarquia.⁴⁰⁷ Entre as concessões definidas estavam: a manutenção das leis vigentes, desde que não se opusessem à futura Constituição; a conservação de todos os foros, isenções, costumes e títulos tanto de pessoas e famílias como das autoridades e dos *pueblos*; a proibição de imposição de travas ao comércio, assim como de contribuições extraordinárias; a garantia de que todos os cargos administrativos do novo Estado ficassem em mãos de naturais ou de casados com naturais. Para velar pelo cumprimento das cláusulas, foi criado o cargo de Síndico Procurador do Estado, que deveria reclamar o não cumprimento das condições do pacto ante o capitão-general e o rei, enquanto não fosse publicada ou colocada em prática a Carta Magna portuguesa.

Com relação aos assuntos militares, os artigos determinavam a proibição do recrutamento dos naturais da Cisplatina, tanto para o Exército como para a Marinha, com exceção dos “*vagos y malentretenidos*”. Além disso, as milícias departamentais, que foram mantidas, não poderiam, sob qualquer pretexto, sair do território; e só poderiam sair do seu departamento em caso de invasão ou de ameaça à tranquilidade pública. Também determina que os gastos da administração civil tivessem preferência sobre as despesas com os militares, especialmente enquanto fosse necessária uma grande força para conservar a região.

Os artigos das bases de incorporação buscavam garantias para a recuperação de um território que estava debilitado após dez anos de guerra, conservando a integridade de seus habitantes, impedindo-os de saírem do novo Estado por motivos militares (como ocorria com as milícias do Rio Grande do Sul e as de São Paulo), desde que se mantivessem dentro da ordem, tivessem um trabalho e produzissem. Mas também do ponto de vista do comércio,

⁴⁰⁷ Para o completo das bases, ver PIVEL DEVOTO, 1937, p.194-199.

impedindo a imposição de quaisquer tipos de travas, o que prejudicaria a atividade produtiva, baseada em produtos pecuários, na competição com seus vizinhos do Prata. Para garantir essa recuperação, mantinham-se os cargos administrativos nas mãos das elites locais ou de estrangeiros que casassem com mulheres locais, impedindo, em teoria, que os conquistadores controlassem os postos de poder para fazer o que bem quisessem com a Banda Oriental. Nesse movimento, vários portugueses e brasileiros conseguiram ocupar cargos na administração cisplatina.⁴⁰⁸

No entanto, como Pivel afirma, as determinações aprovadas pelo Congresso jamais foram ratificadas por Portugal. Por pressão das potências europeias, sobretudo da Espanha, e pelos momentos difíceis que o país atravessava, com os debates nas Cortes e o processo de independência do Brasil, as atenções da monarquia estavam em outros lugares. Dessa forma, se erigiu um pacto entre a administração portuguesa, capitaneada pelo Barão da Laguna, e as elites locais, sem a convalidação da Coroa.⁴⁰⁹

A divisão das tropas estacionadas na Cisplatina, entre apoiadores da causa brasileira e os da causa portuguesa, durante a emancipação brasileira, fez com que a questão da incorporação voltasse à cena.⁴¹⁰ Anteriormente, o Síndico Procurador, Tomás García de Zúñiga, escrevera uma carta a todos os *pueblos*, na qual afirmava “que cuando llegase el caso, no esperado, de una emancipación absoluta del reino del Brasil, es al Estado Cisplatino a quién compete decidir de suerte y fijar sus destinos futuros”.⁴¹¹ No entanto, assim que Lecor saiu da cidade para sitiá-la, contra os partidários da causa de Portugal, Zúñiga foi um dos primeiros a segui-lo, esquecendo o que dissera. Já o Cabildo de Montevideu, que apoiava os lusos, seguiu aquela ideia, buscando a convocação de um novo Congresso, eleito popularmente, para definir o futuro político da região, pois a unidade a qual se unira, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, não existia mais.⁴¹² Enquanto isso, o Barão da Laguna

⁴⁰⁸ RIBEIRO, 2007, p.203.

⁴⁰⁹ Existem argumentos que vão contra a afirmação de que o Brasil não validou o pactuado no Congresso: por exemplo, a permanência de Lucas Obes no Rio de Janeiro, em começos de 1822, o qual, inclusive, pensava conseguir vantagens adicionais às estabelecidas pelo Congresso (FERREIRA, 2012, p.134); o próprio José Bonifácio assegurara a Obes que o Brasil cumpriria todas as condições pactuadas e que defenderia a Cisplatina de seus inimigos externos e internos (carta de José Bonifácio a Lucas Obes, Rio de Janeiro, 14.3.1822 apud DEVOTO, 1937, p.424); a fixação dos guaranis trazidos por Rivera das Missões às margens do rio Quaraí, e não do Arapeí, conforme previa o artigo 2º do Congresso. Contudo, por não haver (ou não haver sido encontrado até hoje) um documento escrito que efetivasse o pacto, seguimos a interpretação de Pivel Devoto.

⁴¹⁰ Para um panorama completo desse conflito, cf. FERREIRA, 2011, capítulo 4.

⁴¹¹ Carta de Tomás García de Zuñiga [Síndico Procurador do Estado Cisplatino] a todos os *pueblos*, Montevideu, 13.7.1822. In: CAMPOS DE GARABELLI, 1972, tomo I, p.362.

⁴¹² ACEVEDO, 1975, p.42.

obrigava os Cabildos da campanha a reconhecerem a união ao Brasil.⁴¹³ Segundo Slemian, na Assembleia Constituinte de 1823, houve discussão sobre a questão da Cisplatina, quando se tratou da divisão territorial do país. O projeto original de Constituição previa que o Estado Cisplatino seria integrado por federação ao Império. Contudo, pela falta de informações confiáveis sobre o estado de ânimos na região, não houve uma decisão definitiva.⁴¹⁴ Em novembro desse ano, a assembleia seria dissolvida por ordem de Dom Pedro I, e não se tocaria mais nessa questão, o que teria acabado com as perspectivas otimistas sobre o futuro da região no novo Império do Brasil.⁴¹⁵ No começo de 1824, Lecor entra em Montevideú e o Cabildo da cidade é obrigado a reconhecer a dominação brasileira.

Até então, os superiores de Lecor, tanto Portugal como o Brasil, não haviam dado nenhum sinal claro de que iriam cumprir as cláusulas da incorporação. Podemos afirmar que o que passava naquele momento na região era uma dominação militar levada a cabo pelo capitão-general e seus seguidores. Não havia um poder que intervisse nas relações entre o Barão da Laguna e os habitantes locais, pelo menos oficialmente; para quem o Síndico Procurador Zúñiga recorreria se Lecor não aceitasse as queixas dos habitantes?

Ariadna Islas chama a atenção para um fato que ocorre em 1824, e que frequentemente é ocultado: o juramento da Constituição Imperial.⁴¹⁶ O Cabildo de Montevideú, cidade recentemente retomada pelas tropas brasileiras, reconhece e louva a Carta Magna brasileira, sem nenhuma ressalva ao texto, através de uma proclamação:

Hallándose, además, este territorio unido al Brasil en razón de ser continuo y estrechado con él por la naturaleza (sin aspiraciones a federalismo de que siempre estuvo muy distante por carecer notoriamente de aquellos medios que se requieren para sustentar el rol de una particular soberanía), le es natural así el conservar una misma tendencia con la gran masa [...] el Proyecto de Constitución es una prueba nada equivocada del liberalismo de Su Majestad Imperial, del de su Ministerio y del su Consejo de Estado. [...] es imposible darse constitución más liberal que esta presentada por S.M.I. del susodicho proyecto porque en otra cualquier forma sería la destrucción del sistema constitucional o acaso un choque con la voluntad general de los pueblos, estando como lo están muy ciertos y seguros del liberalismo de S.M.I.⁴¹⁷

⁴¹³ O síndico procurador Zúñiga, a 1.4.1823, enviou uma circular a todos os Cabildos da Cisplatina, questionando sobre a permanência da região no Império, a qual foi respondida afirmativamente por todos, exceto o de Montevideú. BERRA, 1889 apud FERREIRA, 2012, p. 214.

⁴¹⁴ SLEMIAN, 2009, p.118.

⁴¹⁵ REAL DE AZÚA, 1990, p.262.

⁴¹⁶ ISLAS, Ariadna. Límites para un Estado. Notas controversiales sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz de 1828. In: FREGA (coord.), *op. cit.*, p.195.

⁴¹⁷ Édito do Cabildo de Montevideú, de 22.4.1824. AGN, ExAGA, Libro 21, fl. 23f. O discurso seria repetido em ofício do Cabildo a Sua Majestade Imperial, em 7.12.1824: “Federación, ni la pretende, ni la imagina, porque es evidente no tener medios ni razón alguna para solicitarla, ni para sostenerla. En una palabra: considera Vuestro Cabildo a esta Provincia como parte integrante del Imperio”. AGN, ExAGA, Libro 36, fl. 91v.

Na proclamação do Cabildo, pode-se perceber a utilização de uma retórica que já havia sido utilizada no Congresso Cisplatino por Geronimo Bianquí para justificar a união com Portugal: afirmar que a Banda Oriental não tinha meios para sustentar-se como entidade política independente, em população, recursos ou elementos,⁴¹⁸ um argumento que, segundo Hobsbawm, foi bastante comum a partir de 1830.⁴¹⁹ Mas dessa vez, como não havia condições de sustentar uma soberania, o Cabildo de Montevideu abria mão de uma união ao Brasil por meio do federalismo.⁴²⁰ Aceitavam-se as mesmas leis que o restante do território, conservando a uniformidade com a grande massa determinada pela natureza.

A Constituição de 1824 previa a divisão do território em províncias, sem a possibilidade de federação. Para cada uma delas era prevista a criação de um Conselho Geral de Província, espaço representativo com treze membros, na qual se debateriam e proporião temas de importância para aquelas unidades, embora sem caráter deliberativo;⁴²¹ contudo, este só foi regulamentado em 1828. Como uma unidade administrativa como as outras, a Cisplatina deveria seguir obrigatoriamente a lei de 20 de outubro de 1823, que organizava o governo das mesmas. Esta previa a criação do cargo de presidente da província, responsável pela administração e que seria nomeado pelo imperador. A lei também reformulava o cargo de comandante de armas da província, também de escolha do soberano, separando e subordinando-o ao presidente.⁴²² Na Cisplatina, Lecor exercia ambos os cargos na figura do capitão-general, e o cumprimento da nova norma obrigaria ao descumprimento do artigo 19 do Congresso Cisplatino, que previa a sua manutenção naquele posto. A transição entre o domínio puramente militar e a configuração da Cisplatina como uma província começou a ocorrer, curiosamente, durante a guerra, mas não sem resistências.

Já no fim de 1824, juntamente com a eleição de deputados e senadores para a Assembleia Geral, foram eleitos os membros que comporiam o Conselho Geral da

⁴¹⁸ “Hacer de esta Provincia un Estado es una cosa que parece imposible en lo político: para ser nación no basta querer serlo; es preciso tener medios con que sostener la independencia. En el país no hay población, recursos, ni elementos para gobernarse en orden y sosiego. [...] Una soberanía en este estado de debilidad, no puede infundir la menor confianza; se seguiría la emigración de los capitalistas y volvería a ser lo que fue el Teatro de la Anarquía”. Discurso de Geronimo Bianquí no Congresso Cisplatino in PIVEL DEVOTO, 1937, p.29.

⁴¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.44.

⁴²⁰ A palavra federalismo não era bem quista naquele momento, como demonstra o discurso do deputado José da Silva Lisboa na Assembleia Constituinte de 1823. Segundo ele, província alguma poderia “ter agora a liberdade de querer, ou não, aderir à Causa comum, nem pactuar condições de federação. Do contrário, estaria no arbítrio de cada uma destruir e impossibilitar os efeitos do esforço político para sustentar a independência e integridade do Império”. Discurso proferido em 18.9.1823, citado por SLEMIAN, 2009, p.124.

⁴²¹ BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil...*, Título 4º, Capítulo V, artigos 71 a 89.

⁴²² SLEMIAN, 2009, p.119.

Província.⁴²³ Contudo, este não havia sido regulamentado e não funcionava em nenhuma província. O que havia era o Conselho da Presidência, composto de seis membros e que auxiliava o presidente na tomada de medidas. Não temos notícia sobre o funcionamento deste na Cisplatina, embora o “Club del Barón” possa ter servido com esse propósito. Antes da eleição, contudo, o síndico procurador Zúñiga buscava impedir a implantação imediata da instituição.

Yo no encuentro por ahora otro medio de contenerlos [los enemigos de la causa brasileña] que conservando la autoridad superior de la Provincia en el mismo estado en que se halla; y reservando para más adelante el cumplimiento de lo sancionado por la Constitución del Imperio con respecto a la instalación del Consejo de esta Provincia. [...] Desgraciadamente, una cadena de revoluciones continuas ha paralizado los progresos de ilustración en esta provincia, y lejos de prosperar en virtudes sociales, muchos de sus hijos se han familiarizado con el crimen y otros continúan en la mayor ignorancia de los deberes más importantes. En tal estado solo puede contenerlos el respecto de una autoridad que ya conocen tanto más cuanto se hallan persuadidos de su integridad y disposición para todo lo que pueda influir en su beneficio y engrandecimiento del País, lo que no es fácil combinar en un gobierno de muchos individuos particularmente si algunos de ellos, como es de esperar, son de los que poco antes intentaron introducir el desorden en las mismas tropas imperiales [...]

V. Exa. no dude que así va a suceder y que lejos de adelantar con la instalación del nuevo Gobierno la Provincia va a sepultarse en un caos de confusión sin conseguirse los saludables efectos que ha tenido en vista Su Majestad Imperial al publicar la Constitución del Imperio. En una palabra semejante innovación en las actuales circunstancias de estar recientemente establecido el orden en estos Pueblos la considero perjudicialísima a la Provincia y a toda la Nación y quizá de grande trascendencia a las antiguas provincias limítrofes de los Brasiles. Es preciso esperar que el tiempo haga conocer a estos habitantes sus verdaderos intereses, que olviden para siempre la idea de insurrección con que han sido nutridos por tantos años.⁴²⁴

O objetivo de Zúñiga era conter os inimigos da causa brasileira. Lembremos que, há pouco mais de seis meses, Montevideú foi ocupada pelos partidários da causa brasileira após o conflito com os apoiadores de Portugal, e certamente muitos dos que se opunham à presença brasileira na Banda Oriental estavam espalhados pela cidade e campanha, além dos adeptos a Artigas. Para manter a tranquilidade do domínio sobre a região, buscava-se a manutenção da autoridade quase ilimitada de Lecor, já conhecida pela população. Assim como se havia discutido as condições da incorporação da região a Portugal, também se discutia as condições de cumprimento das leis brasileiras. Zúñiga utilizava de seu poder como síndico procurador para questionar a aplicação das normas editadas no Rio de Janeiro. No final de 1825, o

⁴²³ Eram os treze membros: Don Francisco Llambí, Jose Francisco Núñez, Joaquín Suarez, Jacinto Figueroa, Juan Francisco Larrobla, Nicolás Herrera, Jose Bejar, Jose Antonio de Lima Cardoso, Geronimo Pio Bianquí, Juan Maria Perez, Francisco Juanicó, Francisco Cortinaz e Manuel Calleros. Acta del Cabildo de Montevideo, 21.12.1824. AGN, ExAGA, Libro 21, p.54f.-54v.

⁴²⁴ Carta de Tomás García de Zúñiga [síndico procurador do Estado Cisplatino] a João Severiano Maciel da Costa, Montevideú, 16.9.1824. AN, Coleção Cisplatina, caixa 974, pacote 01, documento 01.

Cabildo de Montevideu enviava uma representaçao ao imperador buscando bloquear a implantaçao das instituicoes previstas para as provincias.

Considera este Senado ser un deber suyo representar a V.M.I. en esta ocasi3n con el mayor respeto que el gobierno pol3tico y militar de esta provincia conviene resida reunido en una sola mano hasta su pacificaci3n general, y que hasta entonces no ser3 conveniente la instalaci3n del Consejo de Provincia, ni plantear las dem3s instituciones consignadas en la Constituci3n. Muchos de los consejeros electos se hallan entre los insurgentes, y de otros no puede adivinarse su modo de pensar. [...] que no se innove por ahora la forma con que este gobierno ha permanecido hasta aqu3. Esta nave ha padecido y padece borrascas, pero la idoneidad del piloto la ha salvado varias veces de inminentes naufragios.⁴²⁵

Utilizando-se de seu tradicional poder de representaçao ao Soberano, da mesma forma que as C3maras, a corporaçao apresentava uma justificativa conveniente para adiar a instalaçao das novas instituicoes: a delicada situaçao de guerra. Realmente, como o of3cio relata, v3rios dos eleitos para o Conselho Geral da Prov3ncia passaram para o lado dos insurgentes, como Joaqu3n Suarez, que seria entre 1826 e 1827 governador da Prov3ncia Oriental sob o controle dos republicanos.

A justificativa da guerra tamb3m servira para defender o comando do Bar3o de Laguna. Provavelmente j3 havia chegado ao conhecimento dos cabildantes, por meios informais, a decis3o de Dom Pedro I, a 18 de novembro de 1825, de retirar Lecor do comando da Cisplatina e nomear, pela primeira vez, um presidente para a prov3ncia, na figura de Francisco de Paula Maggesi Tavares de Carvalho, futuro Bar3o de Vila Bela. Este, interinamente, tamb3m ocuparia o rec3m-criado cargo de governador das armas. Embora a situaçao n3o parecesse mudar rapidamente, previa-se a separaçao dos cargos pol3tico e militar, conforme previa a legislaçao, o que aparentemente desagradou ao Cabildo. Podemos supor que essa defesa da manutençao de ambos os poderes numa mesma pessoa fosse uma defesa do pr3prio Lecor, pois este, ap3s voltar a Montevideu em 1824, teria deposto v3rios membros da corporaçao, colocando pessoas da sua confiança.⁴²⁶ Contudo, a nomeaçao de Maggesi descumpria o artigo 7º do Congresso Cisplatino, que proibia estrangeiros de ocuparem postos na administraçao local, exceto se fossem casados com mulheres da regi3o, o que n3o parece ser o caso de Vila Bela.

⁴²⁵ Of3cio do Cabildo de Montevideu a Sua Majestade Imperial, Montevideu, 30.12.1825. AGN, ExAGA, Libro 36, fl. 135f.

⁴²⁶ Segundo Real de Az3a, quase todos os cabildantes que juraram a Constituiçao em Montevideu, Canelones e Maldonado haviam inicialmente rechaçado o cargo. REAL DE AZ3A, 1990, p.263.

Essa hipótese ganha força ao se perceber que no dia 3 de fevereiro de 1826 Lecor passava o cargo ao novo presidente da província. A saída dele foi lamentada pelo Cabildo, que prestou-lhe uma homenagem:

La misma corporación estampase entre sus actas un solemne testimonio del gran concepto a que el Ilmo. y Excmo. Sr. Vizconde de la Laguna se ha hecho notoriamente acreedor por su irreprehensible conducta militar, civil, política y moral, según lo exigen la gratitud y reconocimiento que están y deben estar en esta ciudad y provincia a sus relevantes prendas y virtudes [...] dicha provincia quedase por dos veces pacificada, no sólo en uso de las armas, sino también en ejercicio de la clemencia, y en practica de una política juiciosísima tendente siempre al ahorro de la sangre y a la felicidad de estos habitantes [...] ese conjunto extraordinario de cualidades que rara vez concurren en la persona de un General, y que en la del Sr. Vizconde se realzan y aventajan, con respeto a este país, por medio de la experiencia adquirida en el considerable espacio de nueve años.⁴²⁷

Contudo, Lecor não deixou a cena cisplatina. Ele não embarcou ao Rio de Janeiro, como determinava a portaria imperial, supostamente por que o navio que o levaria foi integrado ao bloqueio do porto de Buenos Aires. Em seguida, ele é nomeado comandante-em-chefe das tropas estacionadas na Cisplatina e no Rio Grande do Sul.⁴²⁸ A partir desse momento surgiram divergências entre Laguna e Vila Bela. O segundo, aproveitando-se do posto de governador das armas, entrou em negociações com seu equivalente no Rio Grande do Sul, Massena Rosado, para combinar um plano de ataque aos rebeldes no inverno, com foco no Rincón de las Gallinas, depósito das cavalhadas dos inimigos. Lecor, contudo, ficou sabendo do plano e repreendeu Maggesi, a partir da sua autoridade como comandante-em-chefe, em teoria, superior a dos governadores das armas.⁴²⁹ A confusão nas atribuições concernentes a cada posto causou um desacordo entre os dois. Segundo o comandante-em-chefe, isso causava divisões na tropa que deveria repelir o sítio a Montevideú, a qual se dividia em facções que defendiam as posições de cada um.

O que ocorrera é que Maggesi teria impedido alguns pagamentos ordenados por Lecor, supostamente por que estes saíam dos cofres provinciais. Este, contudo, argumentava que os pagamentos seriam realizados pela Tesouraria do Exército na Província, que não estaria sob as ordens do presidente.⁴³⁰ Isso, somado a outras situações, levava a uma divisão na tropa, que deveria estar sob as ordens do comandante-em-chefe. O que este reclamava era

⁴²⁷ Acta del Cabildo de Montevideo, 30.1.1826. AGN, ExAGA, Libro 21, fl. 93v.

⁴²⁸ Carta do Barão de Lajes a Francisco de Paula Maggesi Tavares de Carvalho, Rio de Janeiro, 12.4.1826. AHEX. Códice Expedição do Sul a Montevideú, 1821-1826. Fl. 258v-259v.

⁴²⁹ Carta do Barão da Laguna a Francisco de Paula Massena Rosado, Montevideú, 29.5.1826. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 23, documento 3.

⁴³⁰ Carta do Barão da Laguna ao Barão de Lajes, Montevideú, 7.7.1826. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 25, documento 1.

sobre suas atribuições no novo cargo, que, a princípio, deveria ser hierarquicamente superior a do governador das armas, o que não era entendido por Maggesi. Isso prejudicaria a sua autoridade e poderia trazer consequências para o desfecho do conflito, pois se ele não tinha comando sobre um subordinado próximo, o que poderia se dizer dos restantes dos oficiais e soldados? Terminando o seu relato, temia que o mesmo se passasse no Rio Grande do Sul, e por isso pedia ao ministro da Guerra a definição de suas atribuições ou a sua saída de um cargo que não poderia desempenhar. Como resultado, o ministro da guerra delimitou as competências de cada um dos cargos.⁴³¹

O que nos interessa mostrar para a Cisplatina é que a implantação do cargo de presidente da província poderia trazer mais problemas que resolvê-los. Instituído para acabar com as suspeitas de uma administração despótica e personalista, argumento extremamente usado pelos rebeldes para justificar a guerra, poderia, no entanto, gerar choques por jurisdição com outras autoridades. Isso foi típico de um processo de racionalização administrativa que estava em construção no Império do Brasil, na qual fazia parte a delimitação de competências dos cargos.⁴³² No tempo em que ocorreu esta construção, conflitos poderiam ocorrer, e no caso do presidente contra o governador de armas, não ocorreram só na Cisplatina, mas também no Rio Grande do Sul, além de outras províncias.⁴³³ Contudo, Maggesi, ao que parece, não exerceu muito a função de comandante de armas, concentrando-se no mando político. A prolongação da presença de Lecor em Montevideú, já que apenas em outubro foi para o Rio Grande do Sul, a proibição que tinha de recrutar, por conta do pactuado no Congresso Cisplatino, e a posição defensiva que devia considerar, com a força considerável que tinha,⁴³⁴ limitavam a ação militar do presidente, permitindo-o focar nas questões políticas.

Na administração Maggesi, além de tentar bloquear a implantação das instituições provinciais, o Cabildo de Montevideú também buscou a manutenção dos usos e costumes locais. Por vezes, aos olhos atuais, parecem questões insignificantes; contudo, para os homens da época, representavam a defesa das tradições, por vezes seculares, consolidadas e herdadas

⁴³¹ Carta do Barão de Lajes a Francisco de Paula Maggesi Tavares de Carvalho, Rio de Janeiro, 12.4.1826. AHEx. Códice Expedição do Sul a Montevideú, 1821-1826. Fl. 279v.-280f.

⁴³² SLEMIAN, 2009, p.198.

⁴³³ Por exemplo, a discussão entre o presidente da província do Rio Grande do Sul, José Egídio Gordilho de Barbuda, e o governador das armas, Francisco de Paula Massena Rosado, sobre a retirada de gados da linha de fronteira. Resolução do Conselho da Presidência, Porto Alegre, 11.2.1826. AN, IJJ 9 450, doc. 14. Carta de Francisco de Paula Massena Rosado ao Barão de Lages, Porto Alegre, 15.2.1826. AN, IG¹ 272, doc. 134.

⁴³⁴ Em carta de julho de 1826, Lecor afirma que havia quase 5 mil praças nos pontos defendidos pelos brasileiros na Cisplatina: 3738 homens guarnecendo Montevideú (2738 de infantaria, 602 de artilharia e 390 de cavalaria e 1114 praças em Colonia (756 de infantaria, 228 de cavalaria e 130 de artilharia). Estas, segundo Lecor, deveriam ter uma posição defensiva, pois esperava-se que as forças que derrotariam os rebeldes viriam do Rio Grande do Sul. Carta do Barão da Laguna ao Barão de Lajes, Montevideú, 10.7.1826. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 25, documento 4.

do Império Espanhol. Uma dessas questões, aparentemente simples, era a da língua a ser utilizada nas correspondências. A corporação se queixava ao presidente da província sobre a utilização do português nas solicitações endereçadas ao poder local:

Debe en efecto esta provincia uniformarse con las demás del Imperio, pero esto no quita el que sus usos y costumbres subsisten en cuanto no se opongan a la ley constitucional. No es tiempo todavía de plantear una innovación tan difícil como mudar de idioma, máxime en circunstancias en que la plaga de la discordia causa estragos y solo busca pretextos para propagar su encono [...] Presentase también por ahora el inconveniente de que todo oficio y decreto en Portugués para que pueda causar efectos legales es necesario que se traduzca el idioma usual, so pena que no haciéndose así se incurrirá a cada paso en nulidades [...] hasta tanto que, andando el tiempo, se generalice naturalmente el idioma principal del Imperio.⁴³⁵

O que é ressaltado pelos cabildantes é que não há um desejo de negar-se a se tornar parte do Brasil, só porque se exigia a manutenção do espanhol nas correspondências. Maggesi vinha numa política de implantação das instituições provinciais, insistindo, já na sua posse, no começo dos trabalhos do Conselho Geral da Província e implantando a Junta da Fazenda Nacional na província, substituindo a Junta Superior de Real Hacienda criada por Lecor.⁴³⁶ Até a referência de Montevideu como capital do “Estado Cisplatino” deixou de ser usada, passando a ser denominada capital da “Província Cisplatina”.⁴³⁷ Contudo, as comunicações em português violavam, embora não se argumentasse no ofício, o artigo 5º das bases de incorporação à monarquia portuguesa, o qual previa que seriam mantidos todos os privilégios, isenções, foros, costumes e títulos. Além disso, também poderia se argumentar pelo artigo 4º das bases, que previa a manutenção das leis locais enquanto não se opusessem à Constituição Imperial, o que ocorria nesse caso, pois a Carta Magna não estabelecia o português como idioma único do país. O pacto acertado em 1821, mesmo que não valesse oficialmente, servia de balizamento das condutas dos locais com a administração brasileira. A justificativa dos tempos difíceis pelos quais se passava mais uma vez era utilizada para barrar o avanço das instituições provinciais.

Essa mesma desculpa também foi usada no final de 1826, quando se deveria proceder à eleição dos membros do Cabildo para o ano seguinte. A corporação criticava a insistência do presidente da província em fazer as eleições pelo método que os membros

⁴³⁵ Ofício do Cabildo de Montevideu ao Barão de Vila Bela [presidente da província], 1.8.1826. AGN, ExAGA, Libro 36, fl.152f – 153v.

⁴³⁶ Atas do Cabildo de Montevideu de 3.2.1826 e 21.2.1826, respectivamente. AGN, ExAGA, Libro 21, fls. 96v e 99v.

⁴³⁷ A última vez que foi referido o termo Estado Cisplatino em uma ata do Cabildo foi em 28.7.1826.

denominavam de “popular”.⁴³⁸ Apesar de não haver maiores especificações no ofício sobre o que seria popular, supõe-se que se trata da reunião do *vecindario*, ou seja, de todos os aptos a votarem dentro de determinadas condições, como ocorria nas Câmaras do restante do Império. Solicitava-se que se procedesse como era de costume, com uma eleição interna dos cabildantes, os quais determinariam os ocupantes dos cargos para o ano seguinte. Argumentava-se pelo artigo 168 da Constituição Imperial, que previa que as Câmaras eram eletivas, e que o que tivesse maior número de votos seria o presidente.⁴³⁹ Além dessa norma, também se pregava o respeito às leis herdadas da Espanha, especialmente a Lei 2º, Título 3º, Livro 5º da *Recopilación de Leyes de Indias*, que previa que as eleições de oficiais do Cabildo, especialmente dos alcaides ordinários, deveriam ser livres de qualquer interferência de vice-reis, governadores, presidentes e ouvidores.⁴⁴⁰ Justificava-se que “las presentes circunstancias que hacen peligrosas las elecciones populares” poderiam fazer com que se nomeassem pessoas que não eram adeptas da causa brasileira.⁴⁴¹ Ao final, o presidente reconheceu que as eleições deveriam continuar a ser como eram até que o Imperador tomasse uma decisão definitiva sobre o assunto. Na eleição, nenhum dos cabildantes foi reconduzido ou eleito para outro cargo, pois já estavam há dois anos nos postos, após Lecor reconduzir os eleitos em 1825 para mais um ano de mandato, justamente por conta da guerra.

As relações entre o presidente Maggesi e o Cabildo chegaram a um ponto claro de tensão durante as festividades dos patronos da cidade, São Felipe e São Tiago, no dia 3 de maio de 1827. Segundo o Cabildo, o mandatário provincial teria mandado um subordinado para presidir a procissão, quando quem deveria fazê-lo, segundo o costume, eram as Justiças. Para isso, apegavam-se a uma norma da Real Audiencia de Buenos Aires, de 1795. Após reclamarem para o presidente, em defesa das tradições, escreviam ao Imperador que

El presidente de la Provincia mandó que el desaire siguiese con la indicación de que era escandaloso que se citase una ley que había sido expedida en Buenos Aires, como si allí no hubiesen nacido los usos y costumbres de esta ciudad, como capital que era de ella; como se allí no residiesen entonces sus principales tribunales; y como si la misma ley no hubiese sido promulgada cuando Buenos Aires estaba bajo el dominio de los Señores Reyes de España, dando con tal indicación un golpe mucho más sensible para el Cabildo, cuyos miembros que lo componen se precian

⁴³⁸ Ata do Cabildo de Montevideú de 21.12.1826. AGN, ExAGA, Libro 21, fl. 128f-129f.

⁴³⁹ BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil...*, Título 7º, Capítulo II, artigo 168.

⁴⁴⁰ “Ley II. Que en las elecciones de Alcaldes Ordinarios se guarde lo ordenado y los ministros la dejen hacer con libertad”. ESPANHA. *Recopilación de Leyes de las Indias*. Libro 5º, Título 3º, Ley II. Disponível em <<http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>> Acesso em: 22 mar. 2013.

⁴⁴¹ A citação é da ata do Cabildo de Montevideú de 31.12.1826. AGN, ExAGA, Libro 21, fl. 132v. Já a referencia à possibilidade de nomeação de inimigos da causa brasileira é da ata de 21.12.1826, cf. nota 396.

de fieles y leales, y nada tiene con Buenos Aires ni sus revolucionarios, sino con la razón y justicia.⁴⁴²

O que os cabildantes argumentavam é que não era por que a lei fora ditada desde Buenos Aires que teria um caráter revolucionário, pois era do tempo em que a agora capital das Províncias Unidas estava sob o domínio da Coroa espanhola, e que não era por que se defendia essa norma que se estavam apoiando os insurgentes, que atacavam a própria cidade de Montevideú. Indiretamente, os cabildantes defendiam mais uma vez o pactuado no artigo 5º das bases de incorporação a Portugal, ou seja, o respeito aos usos e costumes locais. Mas, segundo os membros da corporação, este era apenas o ápice do desrespeito que Maggesi tinha com os locais. Já no início do ano, o presidente pediu que o governador intendente da Cisplatina, Juan Jose Durán, o avisasse das nomeações dos novos ocupantes dos cargos, o que seria contra as tradições, que previam que o próprio Cabildo o fizesse. Por não concordarem com as normas, até o momento da escrita da carta, no mês de julho, a aprovação dos eleitos estava paralisada, o que comprometia a administração local.⁴⁴³

A administração de Maggesi se caracterizou pela luta do Cabildo e de seus membros para manter os usos e costumes locais, bloqueando a “provincialização” da Cisplatina. Havia problemas de integração também na área econômica. Segundo os comerciantes britânicos em Montevideú, o tratado comercial entre Brasil e Grã-Bretanha (o qual também reconhecia a independência brasileira) não era cumprido. Este previa uma tarifa alfandegária de 15% para produtos procedentes daquele país; contudo, os mercadores estabelecidos na capital cisplatina pagavam uma tarifa de 24%, como se a província não fizesse parte do território brasileiro.⁴⁴⁴

A justificativa fundamental, segundo a versão dos cabildantes, para o empecilho às novas instituições era a guerra. Contudo, certamente que a saída do Visconde da Laguna mexeu no pacto que a administração brasileira tinha com as elites locais. A chegada de um presidente que desconhecia a realidade da região⁴⁴⁵ fez com que este desrespeitasse os usos e costumes que Lecor, mesmo acusado de uma administração despótica, mantinha, ao menos aparentemente. Maggesi tentou aplicar as normas que conhecia, já que havia sido capitão-general anteriormente, as quais se chocaram com o acordo do Barão da Laguna com os locais.

⁴⁴² Ofício do Cabildo de Montevideú a Sua Majestade Imperial, 11.7.1827. AGN, ExAGA, Libro 36, fl. 193f.

⁴⁴³ Ofício do Cabildo de Montevideú a Sua Majestade Imperial, 11.7.1827. AGN, ExAGA, Libro 36, fl. 193f.

⁴⁴⁴ Petição dos comerciantes britânicos em Montevideú a Thomas S. Hood [cônsul da Grã-Bretanha], Montevideú, 16.12.1826. In: BARRÁN et al., 1999, documento 16.

⁴⁴⁵ Das poucas informações que pudemos obter sobre Francisco de Paula Maggesi Tavares de Carvalho, estão a de que foi comandante do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Rio de Janeiro e que foi capitão-general de Mato Grosso entre 1819 e 1821, sendo, em agosto desse ano, deposto pelo povo para a criação de uma Junta de Governo Provisória. Aparentemente, não tinha nenhuma ligação direta com a Cisplatina.

A situação era tão tensa que a primeira convenção preliminar de paz, em 1827, que não foi ratificada por Buenos Aires por que devolvia a Cisplatina ao Brasil, previa em seu artigo segundo que se deveria “arreglar con sumo esmero la Provincia Cisplatina, del mismo modo o mejor aún que las otras provincias del Imperio [...] dándoles un régimen apropiado a sus costumbres y necesidades, que no solo asegure la tranquilidad del Imperio sino también las de sus vecinos”.⁴⁴⁶

As reclamações do Cabildo foram tantas que Dom Pedro I decidiu nomear um local como presidente da província, algo que não foi nada comum no período imperial,⁴⁴⁷ buscando a reconciliação entre o Império e as elites locais. O nome escolhido foi o de Tomás García de Zúñiga, um dos mais fervorosos apoiadores da dominação luso-brasileira.⁴⁴⁸ Além disso, temos indícios de que a demissão de Maggesi teve repercussão no lado dos insurgentes, incentivando Juan Antonio Lavalleja a fechar o legislativo provincial em outubro de 1827.⁴⁴⁹

Na sua administração, apesar de ficar no cargo por pouco mais de um ano, Zúñiga teve um sério atrito com o comandante do bloqueio do porto de Buenos Aires, no intuito de defender sua autoridade e, indiretamente, defender a autonomia estabelecida pelo Congresso Cisplatino.

O que aconteceu é que o Barão do Rio da Prata, almirante que comandava a esquadra imperial, enviou partidas para Montevidéu, que promoveram desordens pela cidade e, supostamente, recrutando. Zúñiga teria escrito uma carta ao Barão inconformado com o que

⁴⁴⁶ PIVEL DEVOTO apud FREGA, Ana. La mediación británica en la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio del Brasil (1826-1828). Una mirada desde Montevideo. In: FREGA (Coord.), 2011, p.123.

⁴⁴⁷ Miriam Dolhnikoff afirma que o presidente da província sempre era de fora da mesma, garantindo a fidelidade dos homens escolhidos pelo imperador para o cargo, e este não ficava mais que muitos meses no posto. Já o vice-presidente era sempre natural ou residente na província, para ajudar o presidente nas questões locais. A sua análise é centrada no Ato Adicional de 1834, que reformava a Constituição, o que não impede de ser estendida ao período temporal do Primeiro Reinado. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 100-103. Devemos abrir espaços para exceções à regra, como José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, que apesar de não ser nascido no Rio Grande do Sul, tinha vínculos consolidados com a província desde o início do século, e a governou entre 1824 e 1826. Essa análise pode ser somada a de José Murilo de Carvalho. Para o autor, o fato da maior parte dos presidentes da província serem de fora das mesmas era parte de uma estratégia de treinamento de elite política, preparando-a para os cargos mais importantes, além de unificar a elite de um país tão diversificado e pouco homogêneo. CARVALHO, 2003, capítulo 5.

⁴⁴⁸ García de Zúñiga era um dos maiores proprietários da província, lutou nas hostes artiguistas de 1811 a 1819, quando passou para o lado português. Frequentemente emprestava dinheiro para a administração. Em 1827, recebeu o título de Barão da Calera. Sua família tinha membros em Buenos Aires e Entre Rios. RIBEIRO, 2007, p. 150. Um de seus irmãos, Martín, foi eleito alcaide provincial (1825-1826) pelo Cabildo de Montevidéu. Outro irmão, Mateo García de Zúñiga, foi governador de Entre Rios em 1827.

⁴⁴⁹ “Un cambio restableció los derechos y libertad de la ex capital, nuestra provincia necesita de otro cambio para reformar abusos y purgar la administración de malvados que la manchan con nefandas manos. De otro modo, al primer revés de fortuna, V.E. no contará con la tercia parte de la población en su favor, porque todo quiera salvarse; y tal vez suceda lo que al General Artigas, que a su regreso de la frontera encontró los Pueblos incorporados a Portugal”. Carta de Carlos Anaya a Juan Antonio Lavalleja, San Carlos, 30.8.1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja (1826-1827)*. Montevideu: Archivo General de la Nación, 1935, p.475.

acontecera, argumentando que quando fosse necessário proceder à captura de desertores ou a fazer recrutamento, dever-se-ia primeiro entrar em acordo com ele, buscando auxílios e evitando desordens. O presidente poderia argumentar pelo que era estabelecido pela lei de 20 de outubro de 1823, a qual previa que o recrutamento deveria ser aprovado pelo mandatário provincial. Contudo, Zúñiga não estava se comunicando com um subordinado seu, mas com o comandante da Marinha na região. Discutia-se o que era mais importante: se o cumprimento estrito da lei ou a situação de guerra, argumento tantas vezes evocado pelo Cabildo.

O presidente, como não fora avisado, ordenara ao governador da praça que tentasse obstar aquela ação, que ia contra a sua autoridade. Buscando legitimar o procedimento, o almirante escreveu à Corte, e recebera uma resposta favorável e que aconselhava a prosseguir com o recrutamento em Montevideu.⁴⁵⁰ Juntamente com o aviso da aprovação de seu procedimento por parte do imperador, o Barão do Rio da Prata intimidava Zúñiga, se este estorvaria novamente suas diligências por falta de anuência. O presidente responde que recebera instruções, de 10 de fevereiro, que contrariavam os argumentos do comandante da Marinha. Dessa forma, o recrutamento deveria ser suspenso, embora as partidas pudessem continuar a procurar desertores.⁴⁵¹

No fundo de toda essa querela, estava uma interpretação sobre a validade ou não das bases de incorporação a Portugal. O artigo 10º das bases proibia o recrutamento de cisplatinos para tropas de mar e de terra, exceto os “*vagos y malentretenidos*”. Em carta posterior ao ministro do Império, o mandatário cisplatino argumentava dessa maneira.

Las bases de incorporación de esta Provincia al Imperio del Brasil tan estrictamente mandadas observar y que todos me reclaman constantemente prohíben el reclutamiento o leva forzosa. Las circunstancias políticas de la misma, las repetidas recomendaciones de V. Exa. y de todo el Ministerio y muy particularmente en el estado actual que nos hallamos repugnan estos actos que siempre van acompañados de violencias, siendo practicados por oficiales inferiores que ni saben ni pueden hacer las debidas distinciones.⁴⁵²

Para Zúñiga, era uma questão de afirmar a validade das bases de incorporação e a autonomia da província, mesmo que essa estivesse abalada pelo processo de *provincialização*, e de defender a sua autoridade, pois o almirante fez tudo sem seu consentimento e humilhou

⁴⁵⁰ Comunicação do Barão do Rio da Prata [comandante do bloqueio do porto de Buenos Aires] a Tomás García de Zúñiga [presidente da província], a bordo da fragata Príncipe Imperial, 9.3.1828. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 1, n.6.

⁴⁵¹ Carta de Tomás García de Zúñiga ao Barão do Rio da Prata, Montevideu, 10.3.1828. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 1, n.7.

⁴⁵² Carta de Tomás García de Zúñiga a Pedro de Araújo Lima [ministro do Império], Montevideu, 26.4.1828. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 1, n. 37.

os habitantes de Montevidéu. Já para o comandante da esquadra, provavelmente não era essa a questão. Ele aceitava o artigo 10º, afirmando que aquelas instruções enviadas pelo ministro do Império nada tinham que ver com os habitantes da Cisplatina, que podiam ficar tranquilos, pois “desses nenhum há de ser recrutado, ainda que desertor seja da Esquadra”; a situação era para quem era de fora da província e se escondia na capital, e por isso o procedimento continuaria.⁴⁵³ Por conta disso não solicitava ajuda das autoridades locais, pois as formalidades de apresentação permitiam aos desertores oportunidade de escaparem. A questão para o Barão do Rio da Prata era que a situação de guerra, tantas vezes argumentada pelo Cabildo, urgia e havia necessidade de tais procedimentos, o que era legitimado pelo imperador.

A discussão foi travada durante o mês de março de 1828, e o acontecimento deve ter se passado alguns meses antes, pois o aviso imperial que legitimava a conduta do almirante era de 28 de janeiro daquele ano. Ao que tudo indica, a situação não amainou, obrigando o presidente a escrever ao ministro do Império. Enviando todas as correspondências trocadas com o almirante, fazia um relato da sua versão sobre o acontecido. Segundo o mandatário cisplatino, ele estava em contínuo contato com o Barão do Rio da Prata após o acontecido, afirmando que este poderia enviar as escoltas quando desejasse, que não encontraria obstáculos e teria auxílios, desde que não recrutasse. Contudo, isso não teria satisfeito o comandante, que queria fazer tudo como desejava. Zúñiga argumentava que o que passara era prejudicial à própria condução da guerra, pois ele vinha estabelecendo contatos com os habitantes da campanha para convencê-los a voltarem a ser súditos de Sua Majestade. Isso vinha se confirmando com a chegada de militares e paisanos a Montevidéu. Contudo, a atitude do almirante acabava com todos esses esforços, pois as partidas prendiam a seu livre arbítrio.

Provavelmente por não conseguir defender os habitantes da província das vexações e manter o pactuado no Congresso Cisplatino, Zúñiga solicitava a sua demissão do cargo de presidente da província, o que não foi aceito pelo imperador, seguindo no cargo até a instalação do Governo Provisório do Uruguai independente. Zúñiga era uma peça-chave para a manutenção da Cisplatina como parte do Brasil, um férreo partidário da causa imperial e um dos principais membros das elites locais, sendo importante intermediário entre estas e o

⁴⁵³ Carta do Barão do Rio da Prata a Tomás García de Zúñiga, a bordo da fragata Príncipe Imperial, 10.3.1828. AN, Coleção Cisplatina, caixa 978, pacote 1, n.8.

governo central. Sua presença não poderia ser descartada por um motivo supostamente secundário num contexto de guerra.

Pudemos constatar, no estudo sobre o estatuto da Cisplatina, uma tensão muito presente entre a tentativa de manutenção de heranças da colonização espanhola, tanto nas instituições como em usos e costumes, e a implantação das novas instituições previstas pela legislação brasileira a cada uma das províncias. Essa tensão é presente sobretudo após a saída de Lecor do cargo de capitão-general e da nomeação do Barão de Vila Bela para o cargo de presidente da província. Não temos como asseverar se foi a saída do Barão da Laguna que permitiu a implantação das novas instituições, pois ele obstava esse processo, ou se Lecor agia de uma maneira “despótica” por conta da falta dessas. Mas a coincidência (ou não) é que a criação dessa nova institucionalidade veio a reboque da insurreição, pois um dos argumentos que se usava para legitimá-la era justamente a arbitrariedade do capitão-general, que causava os piores sofrimentos à Banda Oriental. Enfim, pudemos perceber o quão complexo é determinar o estatuto da Cisplatina no Império do Brasil: a princípio dominação militar, ganhou cores de província, mas também houve resistências à sua “*provincialização*”, além de em alguns aspectos nem ser considerada parte do país. Não há uma resposta única para definir o que foi a Cisplatina, mas um hibridismo, uma multiplicidade de situações que se misturaram durante a dominação brasileira.

4.3. “Los paisanos odían el nombre de veterano”: recrutamento de orientais para o Exército Republicano.

Ana Frega, em estudo sobre a campanha das Missões, afirma que a formação do exército que lutou contra o Império do Brasil mostrou muitas semelhanças com o período anterior das guerras de independência. Para esta nova guerra, mais uma vez foram recrutados massivamente os setores populares, especialmente os “*hombres sueltos*”, os afrodescendentes e indígenas, utilizando-se intensamente do recrutamento forçado. Trazia-se para o Exército “*hombres solteros, vagos y malentretenidos, o casados que por su ninguna ocupación ni facultades correspondan a esta clase*”.⁴⁵⁴ A análise da correspondência militar do período nos ajuda a validar a afirmação e entender melhor a formação das tropas da Província Oriental.

Antes de entrarmos no tema do recrutamento e sua resistência, devemos traçar algumas linhas sobre a evolução das forças militares na Banda Oriental. Por ser uma região de

⁴⁵⁴ FREGA, Ana. La “*campaña militar*” de las Misiones en una perspectiva regional: lucha política, disputas territoriales y conflictos étnico-sociales. In: FREGA (coord.), 2011, p.147.

ocupação europeia tardia, a militarização dessa área acompanhou um processo geral da segunda metade do século XVIII nas colônias espanholas. A defesa das possessões reais foi confiada aos próprios colonos, através dos corpos de milícias, que foram militarizados e colocados, inicialmente, sob o comando de oficiais experientes. Em 1764, antes da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, foram criadas unidades de milícias em Buenos Aires e Montevideu. A situação mudou pouco após a criação da nova unidade administrativa.

Na passagem do século XVIII para o XIX foram criados o Cuerpo de Blandengues, milícia de cavalaria responsável pela segurança na campanha e combate ao contrabando na fronteira com o Brasil, na qual se destacaria José Artigas, e um Batalhão de Milícias de Infantaria, além da existência de companhias do Real Cuerpo de Artillería destacadas para a defesa de Montevideu. Pela reforma militar de 1801 no Vice-Reinado, que criava corpos de segunda linha em todas as províncias do mesmo, foram criados na Banda Oriental um Batalhão de Voluntários de Infantaria, uma Companhia de Granadeiros de pardos livres e uma companhia de artilharia, apenas para Montevideu; em Maldonado, seria criado um regimento de cavalaria e uma companhia de artilharia, a qual serviria em Colonia; em Entre Rios Yi y Negro, um esquadrão de cavalaria; sem contar as guarnições das fortalezas, como Santa Teresa e Cerro Largo.⁴⁵⁵ A princípio, esta organização manteve-se até o início do processo revolucionário no Rio da Prata.

Com a divisão dos militares no processo de independência em várias facções, realistas, apoiadores da Junta de Buenos Aires e defensores da autonomia oriental em relação à capital do vice-reinado, foram criados uma série de novos corpos. Boa parte desses pode ser visto pelas listas de revista do período entre 1815 e 1817. Além da manutenção dos Blandengues, foram criadas a Segunda División de Infantería Oriental, o Regimento de Dragones de la Libertad (que incluía uma companhia de morenos) e o Batalhão de Morenos Libertos.⁴⁵⁶ Derrotadas as tropas artiguistas, os portugueses, depois brasileiros, implantam uma nova organização: além da manutenção das milícias departamentais, foram criados quatro corpos de primeira linha: dois regimentos de infantaria, o 10º e 11º, com sede em Montevideu, os quais, segundo Kraay, eram compostos somente por negros;⁴⁵⁷ e dois

⁴⁵⁵ MARCHENA FERNANDEZ (Coord.), 2005, p.171.

⁴⁵⁶ ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Listas de revista del ejército y milicias de la Provincia Oriental (1815-1817)*. Montevideu: Archivo General de la Nación, 2011.

⁴⁵⁷ KRAAY, 2011, p. 201.

regimentos de cavalaria, o 6º, com sede em Montevideú,⁴⁵⁸ e o 7º, constituído pelo Regimento de Dragones de la Unión, com sede em Paysandú, e comando de Frutuoso Rivera.⁴⁵⁹

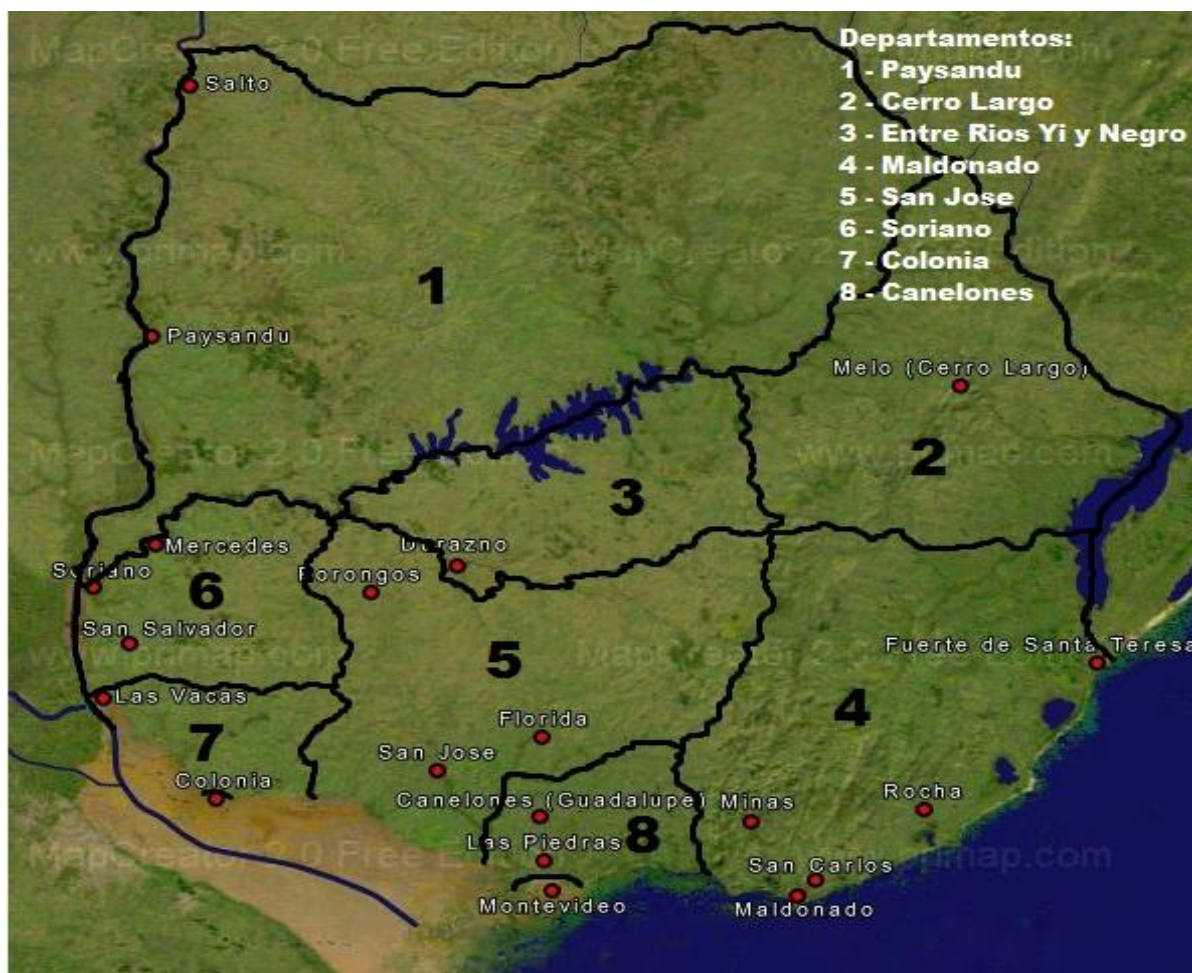
Uma questão interessante a ser tratada no recrutamento dos orientais é a mobilização dos primeiros três meses de conflito. Não parece ser coincidência que a grande maioria dos corpos que lutaram no primeiro ano já estivesse com sua estruturação praticamente pronta pouco tempo depois do desembarque dos Trinta e Três. O Regimento de Dragones de la Unión já citado e um dos esquadrões do regimento de Dragones Libertadores já estavam arrumados em maio, assim como as milícias dos departamentos de Canelones, Durazno (Entre Ríos Yi y Negro) e Soriano; outros três estariam prontas para servir até o final de junho: San José, Maldonado e Colonia.⁴⁶⁰ Estes fatos demonstram uma rapidez que talvez só possa ser explicada pelo poder de mobilização dos comandantes locais, de forma semelhante aos grandes estancieiros do Rio Grande do Sul, e que mesmo com tanta mudança relativas à criação, extinção ou mudança de nome de corpos, os laços que uniam comandantes e subordinados se mantinham. O que pode ter contribuído também para o trabalho dos recrutadores foi a manutenção da estrutura militar baseada em departamentos, que já vinha desde a época artiguista.

⁴⁵⁸ Parte desse regimento aderiu aos rebeldes orientais após o desembarque dos Trinta e Três. MIRANDA, 2006, p.183.

⁴⁵⁹ BRASIL. Lei de 1º de dezembro de 1824... FREGA, Ana. Después de la derrota. Apuntes sobre la recomposición de los liderazgos rurales en la campaña oriental a comienzos de la década de 1820. In: GELMAN, Jorge; FRADKIN, Raúl (org.). *Desafíos al orden. Política y sociedades rurales durante la Revolución de Independencia*. Rosario: Prohistoria, 2008, p.151.

⁴⁶⁰ A milícia de Paysandu somente se agregou às hostes patriotas em outubro, após a libertação dessa cidade. Para o departamento de Cerro Largo não encontramos as listas de revista. As listas de revista das milícias podem ser encontradas no *Boletín Histórico del Ejército*, volumes. 227-230, 231-234, 235-238, 239-242 e 243-246, todos de 1977.

Mapa 2. Província Oriental e seus departamentos durante a Guerra da Cisplatina



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, através do programa MapCreator Free Edition.
 Observações: limites da província conforme o Tratado de la Farola (1819). Limites aproximados

Nesse momento, a figura de Rivera merece uma atenção especial. Ele era o comandante militar da campanha e do Regimento de Dragones de la Unión quando os Trinta e Três desembarcaram na praia da Agraciada. Enviado por Lecor para combatê-los, acabou por se juntar aos rebeldes.⁴⁶¹ Nos anos anteriores, ele se destacara por ser um intermediário no conflito entre os donatários que haviam recebido terras de Artigas e os proprietários que desejavam reavê-las. Dessa maneira, negociando com ambos os grupos, granjeou grande aceitação na campanha, que o ajudaria a mobilizar a sociedade da Banda Oriental para a guerra. Além disso, tinha todas as milícias departamentais mantidas por Portugal sob seu

⁴⁶¹ A “deserção” de Rivera é questionada por diversos autores. Segundo Zum Felde, baseado em relato de Juan Spikermann, um dos Trinta e Três, Rivera não se somou voluntariamente à luta, mas foi capturado. ZUM FELDE, 1925, p.33. Já José Brito del Pino escreve em seu diário sobre uma reunião entre diversos comandantes militares, entre eles Lavalleja, Leonardo Olivera e Isac Tompson, no qual lembravam a trapaça feita para somar Rivera às tropas, e que esta não foi bem vista pela maior parte do grupo. BRITO DEL PINO, Jose. *Diario de la guerra del Brasil*. Montevideú, 1956, p.215-218. (relato do dia 22.8.1827). Não entraremos no debate historiográfico deste fato, que gera discussões acaloradas.

controle, por conta do exercício do cargo de comandante da campanha.⁴⁶² Esse fato, sem dúvida, facilitou a tarefa dos insurgentes, que não precisaram montar uma boa parte dos corpos, mas apenas tiveram o trabalho de mobilização. A “deserção” de Rivera também agiu nesse sentido, atraindo simpatia dos populares e de boa parte dos comandantes para a causa, o que se nota pela rápida conquista do território, à exceção de Montevideu e Colonia.⁴⁶³ Logo após a sua aparição em frente à capital, Rivera pedia a todos que já haviam lutado em outras épocas que se apresentassem no quartel-general, com as armas que tivessem.⁴⁶⁴ Parece que seu pedido foi atendido, de forma que Lavalleja afirma, em discurso posterior, que já tinha três mil homens a seu dispor, sendo desses mil às ordens diretas de Rivera.⁴⁶⁵

Os dados das listas de revista dos corpos de primeira linha da Província Oriental em 1825 nos permitem ver o alcance da mobilização durante os primeiros meses do conflito. Optou-se por esse período temporal por conta da regularidade da fonte, já que é o único período da guerra em que há listas de revistas mensais para todos os corpos orientais de primeira linha. Dividimos os primeiros nove meses da guerra, entre maio de 1825 e janeiro de 1826, em três períodos de três meses cada, com algumas adaptações decorrentes das condições da fonte. Por exemplo, o Segundo Esquadrão de Dragones Orientales teve suas listas de revista consideradas até fevereiro de 1826 para completar os nove meses, pois entrou em operação apenas em junho. Já para o Batalhão de Libertos Orientales só foi criado em agosto, e há a falta da lista de revista do mês de novembro. Para o regimento de Husares Orientales e o Batalhão de Libertos só encontramos listas até dezembro. O objetivo da análise dessas listas de revista é perceber o quão rápida foi a mobilização dos homens. Apresentamos os resultados a seguir.

⁴⁶² DE LA TORRE et al., 1972.

⁴⁶³ Mercedes, Paysandu e Cerro Largo (Melo) também permaneceram inicialmente sob o domínio brasileiro; porém, este durou apenas até outubro de 1825.

⁴⁶⁴ Proclamação de Frutuoso Rivera aos orientais, Canelones, 16.5.1825. AGN, Particulares, caixa 349, Legajo 1, Carpeta 1.

⁴⁶⁵ Proclamação de Juan Antonio Lavalleja, 14.6.1825. AGN, ExAGA, Libro 84, fl. 1v-2f.

Tabela 10. Mês de entrada dos militares no serviço por corpo (Província Oriental, 1825-1826).

Corpo	Maió-Julho 1825	Agosto-Outubro 1825	Novembro 1825 – Fevereiro 1826	Total
Primero Escuadrón de Dragones Libertadores	232 (43,3%)	191 (35,7%)	112 (21%)	535
Segundo Escuadrón de Dragones Libertadores	226 (45,2%)	110 (22%)	164 (32,8%)	500
Regimiento de Dragones de la Unión	515 (73,3%)	71 (10%)	117 (16,7%)	703
Regimiento de Husares Orientales	274 (55%)	186 (37,2%)	39 (7,8%)	499
Batallón de Libertos Orientales	0 (0%)	325 (78,3%)	90 (21,7%)	415
Total	1247 (46,8%)	893 (33,5%)	522 (19,6%)	2662

Fontes: AGN, Particulares, Cajas 357 e 358. Disponíveis também em *Boletín Histórico del Ejército*, Montevideu, v. 227-230, v.231-234 e v. 235, 238, 1977.

Pelo que pode se observar pela análise das listas de revista, a maior parte dos homens não entrou nas tropas nos primeiros três meses de guerra. Obviamente estes dados devem servir como indicativos, pois muitos dos que tiveram seu primeiro registro de agosto de 1825 em diante poderiam estar empregados nas milícias departamentais. Somente um cruzamento das listas de revista destas com as que analisamos pode mostrar se estes homens já estavam servindo antes ou se foram recrutados especificamente para esses corpos.

O único dos corpos analisados que teve mais de dois terços de seu contingente começando a servir nos três primeiros meses foi o Regimento de Dragones de la Unión, justamente por já existir antes da guerra. O Regimento de Husares teve a maioria de seus combatentes começando a servir nos três primeiros meses, embora a porcentagem seja pouco superior à metade. Os dois esquadrões de Dragones Libertadores estiveram, no que tange à data de início do serviço, próximos da porcentagem encontrados para o contingente total. Podemos perceber também que o Batallón de Libertos Orientales desequilibra em parte os números, pois este só começou a funcionar no mês de agosto, após a ordem de Lavalleja para que se reunissem todos os negros e pardos livres da província. A maioria dos que entraram entre agosto e outubro era procedente desse corpo, com aproximadamente 40% dos ingressantes. Retirando esse batalhão, a porcentagem de militares que começaram a servir nos primeiros três meses sobe para 55,5%, enquanto a daqueles que entraram entre agosto e outubro cai para 25,3%, e entre novembro e fevereiro de 1826 tem um leve declínio para

19,2%. Os quase 20% de ingressantes entre novembro e fevereiro de 1826 demonstram o quanto a mobilização continuou após os primeiros meses e prosseguiu durante todo o conflito.

De qualquer forma, podemos sugerir que a mobilização de uma grande parte dos orientais para a guerra não foi imediata, o que permitiu a emergência do mecanismo do recrutamento forçado. Não temos indícios para conjecturar o porquê dos dados estarem dessa maneira: se já havia desde o início uma orientação de preservar os homens produtivos da província e depois de certo tempo isso não foi mais possível ou se a necessidade de combatentes exigida pela guerra fez com que não fosse suficiente apenas a mobilização dos caudilhos acompanhados de seus seguidores, e, por isso, começou a se empregar o recrutamento em massa.

Dispomos de poucas evidências de como eram feitos os recrutamentos. Uma destas, em Maldonado, soa bastante semelhante aos praticados no Rio Grande do Sul:

Para este fin [combater os brasileiros no Chuy] me era de suma necesidad hacer una reunión secreta de todos los hombres útiles e hijos de familia, para sacar de ellos aquellos hombres vagos, desertores y otros que pudiendo estar empleados en el servicio de las armas solo se ocupan en andar transitando de una parte a otra e introduciéndose entre los enemigos, tal vez a llevarles noticias de nuestras determinaciones [...] el teniente Don Joaquín Machado había citado a dignos hijos de familia y en particular a empleados en las casas de comercio para que se reuniesen en el cuartel de aquella plaza, y habiéndose quejado estos a aquel ayuntamiento [...] ⁴⁶⁶

O início do relato lembra muito a narrativa do recrutamento no distrito da Encruzilhada após a missa de Natal visto no início do capítulo anterior: uma reunião que deveria ser secreta, para que se pudesse capturar o maior número de recrutas possíveis. Não se afirma no documento, mas provavelmente deveria ser em um momento em que a comunidade local estivesse reunida. Aqui, o objetivo do coronel Leonardo Olivera supostamente seria só levar vagabundos, desertores e aqueles que transitavam de um lugar para outro. Contudo, o Cabildo da cidade reclamava da ação do comandante, afirmando que um de seus subordinados queria levar pessoas de conhecida probidade, incluindo empregados das casas de comércio. Olivera respondera à corporação municipal que tinha ordens de Lavalleya para recrutar sem distinção de pessoas, embora afirmasse que buscaria apenas aqueles que estavam fora da ordem produtiva.

Inicialmente, ao que tudo leva a crer, não havia normas regulamentadas para o recrutamento. Talvez se acreditasse numa ampla mobilização para expulsar os brasileiros.

⁴⁶⁶ Carta de Leonardo Oliveira [comandante do departamento de Maldonado] a Juan Antonio Lavalleya, San Carlos, 23.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 2, documento 65.

Isso, juntamente com a rápida conquista da maior parte da então Cisplatina, permitiu ao governo provincial editar uma norma para o procedimento, em 7 de setembro de 1825. Entre seus artigos, o primeiro é o mais impactante:

1º Que los reclutamientos en el país para formar regimientos de primera línea en el Ejército Patrio sean precisamente ejecutados en los hombres solteros, vagos y malentrenidos o casados que por su ninguna ocupación ni facultades correspondan a esta clase: que los comprenden este vecindario, artesanos y trabajadores sean reservados para el cuerpo de milicia provincial, con arreglo a las necesidades de la guerra y al buen orden interior de los pueblos, y de un modo que no destruya los interesantes ramos de la industria, pastura y labruria.⁴⁶⁷

Pela primeira vez na guerra se estabelecia uma instrução para se proceder ao recrutamento para a primeira linha e também, indiretamente, para a segunda. Não deveriam ser os homens briosos, trabalhadores, que iriam para guerra, mas sim os solteiros (de preferência jovens), criminosos e vagabundos, aqueles que estavam fora da ordem produtiva. Para estes últimos a situação vinha se fechando pouco a pouco, pelo menos do ponto de vista das normativas legais. Anteriormente, o governo havia expedido um decreto que obrigava os viajantes a ter um passaporte, emitido por autoridade civil ou militar, e que devia ser apresentado na sua chegada a alguma localidade. Do contrário, poderia ser preso e remetido ao quartel-general, onde seria julgado, podendo ser condenado ao serviço militar.⁴⁶⁸ Isso também ocorria, ao mesmo tempo, na margem sul do Rio da Prata.⁴⁶⁹

Mas podemos considerar o exército oriental como uma instituição correcional, tal como ocorria no Brasil? Primeiramente devemos notar que esse caráter seria uma das heranças da colonização espanhola.⁴⁷⁰ Já para o período da guerra, alguns indícios nos levam a cogitar essa possibilidade. Em novembro de 1826, o juizado da vila de Canelones condenou o moreno livre Juan Felipe Pereyra a dois anos de serviço militar em um corpo de linha, por ter roubado um *patacón* e ter propensão a gatuno. Já em setembro de 1827, o miliciano Matias

⁴⁶⁷ Decreto da Sala de Representantes da Província Oriental, 7.9.1825. AGN, Particulares, Caja 350, carpeta 3, documento 4.

⁴⁶⁸ Édito do Governo Provisório, de 20.7.1825. AGN, ExAGA, Libro 56, fl. 27. Um processo semelhante ocorreu na época artiguista depois de 1815, com o Reglamento Provisorio, que em seu artigo 27º obrigava os peões a circularem com a *papeleta de conchabo*; os vagabundos que fossem capturados seriam enviados para o Exército.

⁴⁶⁹ Raúl Fradkin, ao estudar uma montonera na localidade de Navarro, província de Buenos Aires, chama a atenção para o fechamento do cerco aos “vagos” a partir da Lei Militar de 1822. As condenações pelo crime de vagabundagem estavam se restringindo ao serviço das armas, e em setembro de 1824, se determinou uma pena de dois a quatro anos no exército. FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera. Bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 131.

⁴⁷⁰ Já no período colonial a metrópole espanhola previa a possibilidade de criminosos e vagabundos serem condenados ao serviço no exército. Uma Real Cédula de metade do século XVII previa a possibilidade de criminosos e vagabundos servirem nas tropas: “Si en las cárceles del Reino hubiere presos hombres de buena edad para servir, como no estén por delitos atroces, se les entreguen, conmutándoles la pena a que sirvan en las dichas compañías un tiempo limitado”. MARCHENA FERNANDEZ (Coord.), 2005, p. 53.

Barbosa, juntamente com dois desertores de Buenos Aires, matou uma vaca de um vizinho. Ele foi mandado ao Exército para “que se enmende y deje descansados a los vecinos”; além disso, o pai do miliciano teve que pagar o animal morto.⁴⁷¹ Embora haja poucas evidências, podemos inferir que a instituição militar também poderia servir como um espaço de correição de pessoas indesejadas pela sociedade. Não seriam somente os “nobres” orientais que se empenhariam na luta, mas também uma porção daqueles que não deveriam conviver nas localidades. Dessa maneira, o recrutamento também tinha um forte componente local, de manutenção da ordem nas povoações.

Como no Brasil, o decreto de 7 de setembro de 1825 dava uma grande margem às autoridades militares para decidir quem ia servir, como se verifica na questão dos casados. Estes poderiam servir quando estivessem sem trabalho ou não se comportassem conforme o socialmente aceito, prerrogativas que os comandantes de cada localidade exerceriam. Também se buscava com esse decreto reduzir o impacto na estrutura produtiva da província, o que talvez seja reflexo das várias queixas de agricultores que pediam licença ou dispensa para trabalhar suas terras. Outra explicação para a preservação dos trabalhadores era uma possível necessidade de gerar dividendos para que se mantivesse o esforço de guerra. Se não houvesse trabalhadores não haveria produção. E, conseqüentemente, impostos para sustentar as tropas. Além disso, tentava-se manter a ordem nas localidades dominadas pelos orientais, pois as reclamações sobre a insegurança provocada por ladrões e desertores já surgiam.⁴⁷² Ao que parece, Lavalleja também especificara que aqueles que tivessem fazendas e bens que cuidassem pessoalmente fossem isentos.⁴⁷³

Desde os primeiros tempos da guerra havia a possibilidade de incorporação de contingentes das Províncias Unidas do Rio da Prata na guerra. Já no primeiro mês, os apoiadores da causa oriental em Buenos Aires solicitavam a Lavalleja e Rivera que pedissem reforços às províncias, especialmente Entre Rios e Santa Fe.⁴⁷⁴ Com a incorporação (ou união, ou anexação) da Banda Oriental às Províncias Unidas e a declaração de guerra do Brasil

⁴⁷¹ Respectivamente: Ofício de Joaquín Suarez [governador delegado da Província Oriental] a Martín Rodríguez [general-em-chefe do Exército Republicano], Canelones, 21.11.1826. AGN, ExAGA, Libro 85, fl. 43f.; Carta de Leonardo Olivera a Juan Antonio Lavalleja, San Carlos, 8.9.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 4, documento 56.

⁴⁷² Por exemplo, Domingo Costa pedia a Lavalleja que lhe desse alguns homens para impedir os contínuos roubos em sua estância, matando-lhe as reses e roubando os couros. Carta de Domingo León Costa a Juan Antonio Lavalleja, Estancia del Rosario, 21.10.1825. AGN, Particulares, Caja 350, Carpeta 8, documento 2.

⁴⁷³ É o que se nota ao verificar o pedido de baixa de Don Jose Vera, morador da localidade de Víboras, que, segundo seu protetor, era uma dessas pessoas, mas que fora recrutado duas vezes pelo comandante das milícias de Colonia, Juan Arenas, além de ter toda sua cavalaria e o gado levado pelas tropas. Carta de Manuel Borches a Juan Antonio Lavalleja, Víboras, 6.11.1825. AGN, Particulares, Caja 351, Carpeta 1, documento 38.

⁴⁷⁴ Cartas de Frutuoso Rivera e Juan Antonio Lavalleja aos governadores de Santa Fe e Entre Rios, 12.5.1825. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p. 19-21.

àquelas, o governo nacional começa a enviar tropas para que se somassem aos orientais. Isso permitiu um afrouxamento do recrutamento na Província Oriental, e, com isso, a edição de uma resolução sobre as Milícias departamentais por parte da Sala de Representantes.

A norma, de 12 de fevereiro de 1826, previa uma milícia de cavalaria com 3500 homens (50 companhias de 70 praças). O impacto populacional dessa medida, caso fosse realmente efetivada, pode ser percebida pelo fato da campanha, em 1830, ter aproximadamente 60 mil habitantes.⁴⁷⁵ Ou seja, pelo menos 5,8% da população total seria mobilizada apenas para a segunda linha. Devemos levar em conta, contudo, que aquele dado é da população total, sem distinção de sexos. A lei também previa que estariam compreendidos nas Milícias todos os habitantes que tivessem entre dezessete e quarenta e cinco anos. O alistamento recairia preferencialmente nos “mozos solteros con arraigo en el país y por su falta en los casados, y de estos en los que tengan menos hijos”,⁴⁷⁶ por um tempo de serviço de oito anos, enviando os “vagos y malentretidos” para o serviço na primeira linha. Portanto, mantinha-se o Exército como uma instituição correcional, e, para a segunda linha, se buscava colocar os menos carregados de obrigações entre aqueles que tinham bom comportamento, ou os que não faziam tanta falta a suas famílias. E para acabar com as supostas arbitrariedades que eram frequentemente comunicadas ao legislativo provincial, o recrutamento só poderia ser feito com auxílio da justiça civil.

Talvez o principal aspecto dessa lei seja a determinação de quem não poderia ser recrutado para as Milícias, desde que andasse dentro da ordem. Diversas categorias foram isentas do serviço da segunda linha: os pais que tivessem um filho no serviço da primeira linha; o irmão que cuidasse de órfãos de pai e mãe; o filho único de uma mãe viúva; o filho único ou o maior dos filhos de um pai impedido ou que fosse septuagenário; uma série de profissões, como advogados, escrivães, médicos, boticários, procuradores, professores; capatazes ou mordomos de fazendas com capital acima de quatro mil pesos e os *maestros de porta* e cocheiros que o serviço militar demandava. Como podemos notar, diversas categorias isentas eram iguais as que haviam no Brasil, como o filho único de mãe viúva e um filho de pai idoso ou doente. Também podemos perceber medidas para tentar diminuir as consequências do recrutamento nas famílias, como o irmão que cuidasse de órfãos e os pais que já tinham passado pela desestruturação familiar com a leva de um de seus filhos; ainda há uma preocupação com aqueles que poderiam ajudar no esforço de guerra, transportando

⁴⁷⁵ CASTELLANOS, 1977, p.111. O Uruguai na época da independência tinha aproximadamente 74 mil habitantes. Destes, 14 mil em Montevideú.

⁴⁷⁶ Decreto da Sala de Representantes da Província Oriental, San Jose, 12.2.1826. AGN, Particulares, Caja 352, Carpeta 4, documento 105.

peessoas ou viveres, ou auxiliando feridos. Além disso, as profissões liberadas demonstram que a vida na campanha não parou, tanto com a criação de instituições⁴⁷⁷ como na produção, com aqueles que cuidavam das grandes estâncias. Com essa lei, o governo buscava conciliar interesses diversos e tentar minimizar o impacto do recrutamento. Isso, obviamente, não ocorria com os que não se comportavam e não trabalhavam, que eram enviados diretamente para a primeira linha: só teria a possibilidade de ser dispensado das milícias quem seguisse os valores sociais vigentes. Ao que parece, os comandantes aplicavam tão estritamente as instruções para alistamento que obrigaram o governo a decretar posteriormente uma norma para que não isentassem das Milícias “los casados sin mayores compromisos, ni los hijos de viudas que no estén precisamente sujetos a vivir del trabajo de estos”.⁴⁷⁸

Podemos inferir que as normas para o recrutamento, tal como no Brasil, tinham um caráter organizador da sociedade: todos deveriam estar trabalhando, contribuindo para a província; os casados deveriam se portar como chefes de família, proporcionando sustento para sua esposa e filhos (quando os tivessem), além de se portarem de uma maneira que fosse aceita pelos seus concidadãos, sem atentar contra a vida e a propriedade dos outros. O recrutamento, portanto, era um instrumento de controle social.

Contudo, entre a produção da norma e a sua execução há um interstício em que debates e contestações aparecem, emergindo conflitos referentes ao como se deveriam preencher os corpos. Nestes, alguns militares contestavam seus colegas, autoridades civis e paisanos. Embora o envio de pessoas de baixa condição fosse praxe, era questionada, por exemplo, por Ramon de Cáceres, que escrevia ao protetor de um oficial que pedira dispensa:

Si las razones que Ud. expone fueren bastantes para que Don José Gregorio Palacios se eximiese del servicio, cual sería entonces la suerte de nuestro país, se sólo debiesen comprometerse los hombres que no tienen camisa, se retirarían a sus hogares la lúcida oficialidad que componen las filas de nuestro ejército y depositadas las armas en los de ínfima clase, vería Ud. resucitar a Encarnación y aparecer a Otorgués y otros Tigres de los que empanaron desgraciadamente nuestra historia. La patria, señor, necesita del esfuerzo general de sus hijos para salvarse, y es una obligación sagrada para todos los que tenemos la gloria de pertenecerla, sacrificar el interés particular por el bien general de sus conciudadanos [...] necesito de los hombres decentes para conservar el orden, que es la divisa de nuestras legiones. Don José Gregorio Palacios y todo cuanto joven encuentre apto para desempeñar el empleo de oficial, ha de ser, por mi comprometido, y soy de opinión

⁴⁷⁷ A administração da Província Oriental, por exemplo, criou um Tribunal Supremo e vários cargos judiciais, que geraram uma série de conflitos. CAWEN, Inés Cuadro. La crisis de los poderes locales. La construcción de una nueva estructura de poder institucional en la Provincia Oriental durante la guerra de independencia contra el Imperio del Brasil (1825-1828). In: FREGA (Coord.), 2011.

⁴⁷⁸ Instrucciones para que los comandantes de los departamentos de la provincia reglen el desempeño de sus deberes respecto a las divisiones de sus mandos. 29.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 7, doc. 77.

que debe huir de entre nosotros el ingrato que no quiere defender el suelo en que ha nacido.⁴⁷⁹

O militar critica aqueles que pensam que apenas homens de “baixa qualidade” deveriam ir para a guerra, o que era ainda pior nesse caso, no qual se pedia a dispensa de um jovem oficial. Na visão de Cáceres, todos os orientais deveriam pegar em armas, para salvar a pátria, e quem não o fizesse, que fosse embora da Província. Para isso, relembra duas figuras controversas do período artiguista: Fernando Otorgués, comandante militar de Montevideu enquanto a cidade foi dominada pelos orientais, acusado de despotismo e de tolerância com os excessos dos soldados; e Francisco Encarnación Benitez, um dos principais comandantes militares, que defendia os interesses dos “infelizes” no exército, especialmente dos negros, e que era acusado de promover desordens no campo.⁴⁸⁰ Para que pessoas como essas não voltassem a atormentar os homens pacíficos e laboriosos da campanha, todos deviam se unir contra o inimigo brasileiro e os mais capazes, como era o caso desse oficial, deveriam ocupar postos de importância no Exército, mantendo os “vagos y malentretenidos” sob ordem, apenas como simples soldados.

Parece, realmente, que não eram somente os indivíduos “desgraçados” que estavam sendo mobilizados para a guerra. Algo que contribuía para isso era a constante mobilidade das Milícias. Um exemplo pode ser observado nas do departamento de Maldonado: logo que foram organizadas, em junho de 1825, não foram enviadas para a defesa da fronteira com o Brasil, especialmente para o ataque ao forte de Santa Teresa, ainda ocupado pelos imperiais, mas sim para auxiliar no sítio de Colonia, passando ainda por Florida e Durazno no mesmo ano, antes de voltarem à sua região.⁴⁸¹ A situação de Maldonado pode ter sido excepcional, mas demonstra a possibilidade de saída do departamento, o que foi previsto pelos portugueses quando aceitaram a manutenção das milícias artiguistas. Esse fato incomodou o alcaide do *pueblo* de Colla, que enviou uma representação ao comandante-em-chefe do Exército, no qual buscava a defesa dos habitantes da localidade.

⁴⁷⁹ Carta de Ramón de Cáceres a Don Francisco Rodrigues Landivar, San Juan, 10.12.1825. AGN, Particulares, Caja 351, Carpeta 3, documento 57.

⁴⁸⁰ Alguns casos referentes a Encarnación Benitez foram analisados por Ana Frega. FREGA, Ana. Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista. *Andes*, Salta, n.13, p. 1-26, 2002.

⁴⁸¹ É o que se pode notar nas listas de revista da 1ª companhia de milícias do departamento de Maldonado. Esta esteve em julho e agosto em Colonia, em setembro em Florida, em outubro e novembro em Durazno, até voltar a Minas em dezembro. *Boletín Histórico del Ejército*, Montevideu, n. 239-242, 1977. A 2ª e 3ª companhias também estiveram em Colonia no mesmo período da 1ª companhia, mas variaram os lugares entre setembro e novembro, até se reunirem no departamento novamente em dezembro.

Considero a este vecindario en el ultimo estado de desgracia presentemente, pues a vista y paciencia mía, sin un conocimiento, veo que se hace marchar por orden del Sr. Comandante Arenas a todos los vecinos cargados de obligaciones, haciéndoles abandonar sus fortunas [...] V.E. conoce que los intereses generales de la provincia deben estar ligados con los particulares de sus habitantes, y si estos abandonan los suyos con sus familias (cuando no se hallan en circunstancias de contribuir a ninguna defensa), por ser unos hombres desarmados y pierden en hedor la mayor parte de ellos de todo daño a que deben aspirar? No lo sé!⁴⁸²

Nessa carta, o alcaide afirma que, mesmo com a lei do recrutamento de setembro de 1825, pessoas que contribuía(m) produtivamente com a província estavam sendo enviadas para as tropas. Além disso, eram homens que não tinham capacidade nenhuma de ajudar na defesa e que, ao serem recrutadas, deixariam suas famílias desamparadas. No entanto, o aspecto principal dessa comunicação é que a autoridade mostra uma contradição: não se poderia apenas considerar os interesses da província, como um conjunto, mas também se deveria pensar nos das pessoas, especialmente daqueles que se comportavam bem e trabalhavam para sustentar suas famílias e a província. Era um contrassenso tomar uma decisão que favorecia a coletividade, mas que prejudicava seus integrantes, e talvez a própria província, tanto defensivamente, como também produtivamente. Esse era o grande problema dos militares: defender o suposto interesse coletivo, expulsando os “tiranos” brasileiros, causando o mínimo de impacto na sociedade. Ao que tudo indica, isso não foi uma tarefa simples e gerou uma série de conflitos.

Essa equação poderia ser tratada de distintas formas, conforme a necessidade de combatentes, a situação das tropas na frente de batalha, os interesses e vinculação dos comandantes militares com as regiões nas quais mandavam. Uma combinação desses fatores deve ter levado, no caso anterior, o comandante do departamento de Colonia, Juan Arenas, a levar pessoas de “qualidade” para as tropas. Já o comandante do departamento de Canelones, Simón del Pino, tratou essa situação de maneira diversa. Após receber uma solicitação do comandante-em-chefe para enviar um piquete da milícia sob suas ordens para a primeira linha do Exército, ele protestou, afirmando que já enviara três companhias milicianas para o Regimento de Dragones Libertadores. Dessa forma, tentava defender seus subordinados, impedindo-os de irem para a primeira linha. O motivo, segundo o tenente-coronel, era que os quinze indivíduos solicitados eram filhos de *vecinos* e tinham bom comportamento, pois a lei que reordenava as Milícias previa que somente poderiam ser deslocados ao Exército se sua conduta fosse pernicioso. Reclamando o cumprimento dessa norma, recusava-se a enviar os

⁴⁸² Carta de Basilio Casco [alcaide do pueblo de Colla] a Juan Antonio Lavalleja, Colla, 30.12.1825. AGN, Particulares, Caja 351, carpeta 5, documento 49.

homens solicitados.⁴⁸³ Podemos supor que era uma norma corriqueira entre os militares manter os bons cidadãos próximos a suas residências, inclusive para fazer o serviço de segurança das localidades, para o qual os comandantes necessitavam homens de confiança e que conhecessem seus conterrâneos. Outro comandante que procedeu a reclamações desse tipo, embora anteriormente à lei de fevereiro, foi Pablo Pérez que, ao assumir o comando do departamento de San José, encontrou entre os recrutados pelo antigo chefe “casados, con familia y cosas que cuidar, entre los casados hay unos que tienen ranchos y mujer”.⁴⁸⁴

Caso se enviassem esses homens para as tropas, qual a garantia que o cidadão teria de que se comportando bem permaneceria próximo à sua família? Ao que parece, nesse fragmento, Lavalleja não tratava, nesse caso, o Exército como uma instituição correcional, mas como uma que agregava todos na luta pela liberdade da Banda Oriental. Talvez estivesse tentando aplicar, no dizer de Dores Costa, o “direito da guerra”, numa afirmação da legitimidade de recorrer ao exercício de uma autoridade quase ilimitada de disposição dos homens, perante à urgência da sobrevivência da comunidade.⁴⁸⁵ Já o comandante de Canelones não aguentava mais as solicitações de homens, além de ter sua capacidade e poder de mando no departamento afetado com a saída de mais um grupo de milicianos.

A contradição entre um Exército como instituição correcional e um Exército formado por toda a coletividade fica evidente num pedido do comandante da linha de sítio de Montevideú, Manuel Oribe. Sendo informado que alguns moradores do território militar sob seu controle estavam comerciando ilegalmente com os brasileiros, fornecendo a estes milho, batata e carne, afirma que estes eram canários que vieram nos últimos tempos e que naquele momento apenas praticavam essa atividade ilícita. Oribe, em termos enérgicos, protestava contra aquele absurdo:

De que les resulta grande utilidad que los enriquecería, mientras los hijos del país sacrifican su existencia y fortunas quedando reducidos, al fin de la guerra, a mendigar de estos el sustento que de la Patria extrajeron aquellos por la pax octaviana en que estuvieron durante la guerra; y como de esta deba participar todo el que está afecto a un país en que lucre utilidades, más cuando estas sean habidas en oposición a las leyes, o que las circunstancias lo exija imperiosamente como las actuales.⁴⁸⁶

⁴⁸³ “V. E. no ignora que la Sala sanciono ley que ordena que los individuos que sirviesen en las tropas de 2ª línea no podrían ser agregados a las de 1ª a menos que su conducta diese margen para ello”. Carta de Simón del Pino [comandante do departamento de Canelones] a Juan Antonio Lavalleja, Las Piedras, 1.4.1826. AGN, Particulares, Caja 353, Carpeta 2, documento 4.

⁴⁸⁴ Carta de Pablo Pérez [comandante do departamento de San José] a Juan Antonio Lavalleja, San José, 13.7.1825. In: *Revista Histórica*, Montevideú, tomo X, n.30, jul./dez. 1922, p.676.

⁴⁸⁵ DORES COSTA, 2010, p.21.

⁴⁸⁶ Carta de Manuel Oribe [comandante da linha de sítio a Montevideú] a Juan Antonio Lavalleja, linha sobre Montevideú, 16.9.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 5, documento 8.

O comandante do sítio informava que os filhos do país estavam se sacrificando pela liberdade do mesmo. Porém, quem eram estes de quem Oribe falava? Não eram, como vimos antes, enviados preferencialmente para as armas os vagabundos e os criminosos? Os habitantes de bom comportamento não deveriam ser protegidos pela legislação e pelos comandantes? Uma das justificativas do militar nesse documento é que todos os que lucrassem no país deveriam servir. Será que realmente todos os que faziam fortuna ou tinham estabelecimentos na Banda Oriental foram ao Exército? Será que todos os comerciantes e estancieiros, por exemplo, lutaram nas tropas orientais? E se foram, será que não impediram, através de suas redes de relações, de manter pessoas tomando conta de seus estabelecimentos, permitindo que continuassem lucrando?

Podemos encontrar uma evidência para responder a essas perguntas numa correspondência do comandante do departamento de Maldonado, Leonardo Olivera. Essa informação provavelmente só apareceu por conta das insistentes reclamações que o Cabildo local fez à Sala de Representantes da Província, por conta da “qualidade” das pessoas recrutadas. Vejamos o que o chefe local escrevia sobre o assunto.

El motivo principal de esta etiqueta del Cabildo es el librar por medio de cualesquier pretexto los mozos que tienen en sus tiendas, estancias y mataderos; y no tan solo estos, como otros varios, que por conocimientos o relaciones de las familias se escapan del servicio, como también a algunos desertores, que aquí se hallan y protegidos por el comandante de armas y alcalde de primer voto de aquella plaza, Don José Machado.⁴⁸⁷

Acreditando-se na versão do comandante, podemos inferir que também na Banda Oriental operavam redes de proteção que impediam o recrutamento de determinadas pessoas. O coronel Olivera acusa o próprio comandante de armas de Maldonado de proteger aqueles que desejava. Como este também era o ocupante do cargo principal do Cabildo, atendia às solicitações dos outros membros, que desejavam proteger os participantes de suas redes, sobretudo os que trabalhavam em seus estabelecimentos, como comércios e estâncias; os quais, obviamente, deveriam recompensar essa proteção de alguma forma, especialmente com trabalho e deferência. Em outro trecho da correspondência, o comandante afirma algo ainda pior: que também se protegia os desertores, não só pelo comandante de armas, mas também por parte dos Juízes Territoriais e pelos próprios *vecinos*. Dessa forma, justificava a conduta secreta que fazia no recrutamento, o que lhe permitiu capturar alguns desertores, que estavam escondidos em ilhas e banhados. Outra possível evidência de proteção é uma afirmação do

⁴⁸⁷ Carta de Leonardo Oliveira a Juan Antonio Lavalleja, San Carlos, 23.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 2, documento 65.

governador da Província, Luis Eduardo Perez, em 1828, de que tinha um plano para que os filhos dos ricos servissem ao menos na manutenção da ordem interna.⁴⁸⁸ Ou seja, pelo seu poder e influência, os mais favorecidos não estavam servindo na guerra, e se havia esse plano, era por que a situação da tropa, em relação ao número de contingentes, era calamitosa. A guerra “patriótica” não arrastava todos para o combate, mas a seleção de quem ia era pautada pelos valores e divisão social da época.

Voltando à questão de Manuel Oribe contra os “canários”, o que o militar queria, realmente, era criar uma justificativa para recrutar estes homens, considerando-os como vagabundos, inúteis ao país e, pior, que favoreciam os inimigos, fornecendo mantimentos a estes, dessa forma, taxando-os de criminosos, pois faziam algo ilegal. Estes estariam no número de trezentos homens que o militar queria enviar para o serviço na fronteira com o Brasil, e para isso pedia autorização de Lavalleja para proceder a um recrutamento, “sin que se perjudique la agricultura e industria, ni se abandone absolutamente las familias de estos quienes podrán servir”.⁴⁸⁹ Como se pode ver nesse último trecho, buscava-se proteger a agricultura e a indústria. Mas como se poderia fazer isso se todos aqueles que lucrassem no país deveriam servir nas tropas? Oribe estava envolvido no dilema de conseguir o máximo de homens sem impactar demasiadamente a sociedade. O recrutamento para o Exército na Banda Oriental estava emaranhado em uma multiplicidade de situações que dificultavam a tomada de uma posição única por parte dos militares, o que proporcionava a mistura nas tropas de criminosos e “vagabundos” com lavradores, peões e *vecinos* honrados.

Um grupo que se fez presente na guerra foi o dos negros e pardos. Não é mais novidade para a historiografia rio-platense a participação desse segmento social em conflitos armados, desde o período colonial,⁴⁹⁰ mas especialmente nas guerras da década de 1810.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ Carta de Luis Eduardo Perez [governador da Província Oriental] a Juan Antonio Lavalleja, Durazno, 1.2.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja (1827-1828)*. Montevideo: Archivo General de la Nación, 1938, p.346-349.

⁴⁸⁹ Carta de Manuel Oribe [comandante da linha de sítio a Montevideo] a Juan Antonio Lavalleja, linha sobre Montevideo, 16.9.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 5, documento 8.

⁴⁹⁰ O exército realista dispunha de várias unidades compostas por negros e pardos libertos. Semprún e Mendoza encontram diversos casos pela América hispânica: Nova Espanha; Porto Rico (companhias de morenos livres), Santo Domingo (Batalhão de Milícias de Morenos), Nova Granada (Batalhões de Pardos em Cartagena e Panamá), Peru (Batalhão de Pardos de Lima e Companhias de Morenos). SEMPRÚN, José; MENDOZA, Alfonso Bullón. *El ejército realista en la independencia americana*. Madri: Editorial Mapfre, 1992. Em Buenos Aires, desde 1765 havia o Cuerpo de Pardos, com 400 soldados, e o Cuerpo de Negros Libres, com 150. OTERO, Osvaldo. De amores, magro rancho y con harapos. Vida en los ejércitos en tiempos de la lucha por la independencia. In: MALLO, Silvia; TELESKA, Ignacio (ed.). *Negros de la patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010, p.234. Já em 1820, o vice-rei do Peru, La Serna, libertou 1500 escravos para que lutassem pela causa realista. MARCHENA FERNANDEZ (Coord.), 2005, p.510.

⁴⁹¹ A mobilização de negros nas guerras de independência foi especialmente intensa na província de Cuyo. Em 1814, realizou-se um sorteio entre os escravos para engrossar o Regimiento de Libertos de Buenos Aires, que

Também na Banda Oriental não era novidade a sua participação, sendo um dos grupos mais mobilizados e favorecidos pela política artiguista de redistribuição de terras dos inimigos da revolução.⁴⁹² Segundo Frega, a mobilização militar desse grupo foi intensa, chegando a se recrutar 390 escravos em apenas uma semana de 1816, e abriu caminhos de liberdade, permitindo experiência de organização, construção de solidariedades e condições de negociação para uma ação coletiva que antes não possuíam.⁴⁹³ Certamente havia menos restrição à presença de pardos e morenos nas tropas dos exércitos das ex-colônias espanholas que no Brasil, por conta das contínuas mobilizações (quase ininterruptas desde 1810) e pela desestruturação produtiva em muitas regiões, que liberava mão-de-obra para os militares. Já no Brasil, a escravidão e o tráfico estavam com suas estruturas praticamente inabaladas com a independência, mantendo-se os preconceitos contra os homens de cor que vigiam no período colonial.

Já desde o início da Guerra contra o Brasil a demanda por esses homens foi considerável. Alguns escravos eram doados por seus donos, como no caso de um morador de San Carlos que ofereceu dois escravos para lutar sem pedir compensação nem isenção de serviço, aparentemente por motivos patrióticos.⁴⁹⁴ Em julho de 1825, se ordenou a “recolección de todos los negros y pardos libres, y todos aquellos que sean tenidos sin legitima propiedad que hubiesen sido soldados”.⁴⁹⁵ Desse recrutamento surgiu, no mês seguinte, o Batallón de Libertos Orientales, com mais de 400 homens alistados. E nesse batalhão, como em todas as outras unidades militares, havia um percentual considerável de deserção, da qual trataremos adiante, que permitia aos livres tentar recuperar sua vida de antes da guerra, seus laços familiares e relações produtivas, e aos escravos a possibilidade de, com a fuga, buscar uma melhoria de vida.

A participação dos negros esteve a ponto de crescer em 1827. O comandante-em-chefe naquele momento, Carlos de Alvear, ordenou que se fizesse uma leva de negros e índios na Província Oriental. O objetivo era preencher os corpos de infantaria, que segundo o militar,

recaiu sobre 46 escravos, 1% da população cativa. Já em 1816 se acertou que 2/3 da escravatura da província seriam cedidas ao Exército, mediante a exigência de formarem um corpo à parte e uma compensação. A mobilização naquela região também caiu sobre os pardos livres, que foram organizados em companhias cívicas. BRAGONI, Beatriz. Esclavos, libertos y soldados: la cultura política plebeya en Cuyo durante la revolución. In: FRADKIN, Raúl (Org.). *¿Y el pueblo donde está? Contribuciones para una historia popular de la revolución en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p.133-137.

⁴⁹² ALONSO et. al., 1972; DE LA TORRE et. al., 1972

⁴⁹³ FREGA, Ana. “La patria me hizo libre”. Aproximación a la condición de los esclavos durante las guerras de independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata. In: MALLO; TELESKA (ed.), 2010, p.171-186.

⁴⁹⁴ O *vecino* Ramon Tabarez, de San Carlos, ofereceu dois escravos, Faustino e Amaro, para o serviço. Carta de Manuel Perez a Juan Antonio Lavalleja, San Carlos, 4.7.1825. AGN, Particulares, Caja 349, Carpeta 4, documento 1.

⁴⁹⁵ DIAZ DE GUERRA apud FREGA, 2011c, p.148.

era o elemento de que carecia o Exército para vencer os brasileiros⁴⁹⁶, e que tinha um prestígio social extremamente baixo, sendo a transferência da cavalaria àquela considerada como uma punição, como foi efetivamente aplicada em alguns casos.⁴⁹⁷ Para isso, o comandante resolveu tomar uma medida drástica: comprar toda a escravatura da Província Oriental, para formar mais um batalhão. O projeto foi aprovado pelo governo provincial, que enviou ordens para a formação dos padrões populacionais do contingente escravo em cada departamento, embora houvessem discussões sobre qual o valor a ser pago por cada cativo e qual seria o trâmite legal de transferência.⁴⁹⁸ Ao que parece, esse processo foi muito lento; supomos que este deve ter gerado enormes resistências, os proprietários podem ter se negado a contribuir nesse levantamento, temerosos de perder mais mão-de-obra num contexto de ampla mobilização militar. Falamos em termos de hipóteses, pois não há na documentação nenhuma evidência que nos permita ir adiante. Em fins de junho o comandante de armas da província ainda esperava a conclusão dos padrões para começar a compra.⁴⁹⁹

Irritado com a demora, Alvear insistia na proposta, e para fazê-la cumprir, enviou um comissário a cada departamento, que deveria trazer todos os negros daquela área, incluindo aqueles que tivessem passado do território inimigo.⁵⁰⁰ Estes últimos estavam em uma situação bastante complicada: fugiram de seus proprietários do outro lado do conflito para conseguir a liberdade; chegando à Banda Oriental, caso não tivessem se engajado em um serviço, seriam considerados como vagos ou mesmo bandidos, podendo ser recrutados; pela nova norma, só pelo fato de terem passado deveriam ser recrutados, e num eventual combate, poderiam ser recapturados e voltarem a seus antigos donos, caso fossem reconhecidos e reclamados. Além disso, se a notícia de que seriam recrutados para o Exército Republicano chegasse ao lado inimigo, certamente haveria um desânimo dos escravos em fugir do Brasil. Essa comissão foi suspensa após a deposição de Alvear do cargo de comandante-em-chefe, o qual foi ocupado

⁴⁹⁶ Isso supostamente teria ficado nítido na batalha de Ituzaingó, na qual os republicanos tinham melhor cavalaria, e os brasileiros, melhor infantaria Carta de Carlos María de Alvear [comandante-em-chefe do exército] a Miguel Estanislao Soler [chefe do Estado Maior], acampamento, 8.3.1827. AGN, Particulares, Caja 353, Carpeta 5, documento 21.

⁴⁹⁷ Por exemplo, o soldado desertor do Cuerpo de Blandengues, Inocencio Alvarez, que foi transferido para o Cuerpo de Husares (infantaria). Carta de Francisco de la Cruz a José Rondeau, Buenos Aires, 19.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 2, documento 32. No Rio Grande do Sul, durante a Guerra dos Farrapos, ocorria algo semelhante: os sul-rio-grandenses desertavam, indignados, após serem transferidos da cavalaria para a infantaria. RIBEIRO, José Iran. Tudo isto é indiada coronilha [...] Não é como essa cuscada lá da Corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos Farrapos. In: POSSAMAI (Org.), 2010, p. 121.

⁴⁹⁸ Carta de Juan Francisco Giró [secretario de governo] a Miguel Estanislao Soler, Canelones, 23.5.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 3, documento 19.

⁴⁹⁹ Carta de Rafael Hortiguera [comandante de armas da Província Oriental] a Carlos María de Alvear, Canelones, 29.6.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 3, documento 90.

⁵⁰⁰ Carta de Carlos María de Alvear a Miguel Estanislao Soler, Cerro Largo, 16.6.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 3, documento 26.

novamente por Lavalleja.⁵⁰¹ Porém, a possibilidade de envio dos negros fugidos do Brasil continuou e até chegou a ser aprovada pelo novo comandante.⁵⁰²

Outro grupo que também foi mobilizado desde o início foram os indígenas, sobretudo os charruas. Padron Favre afirma que a participação destes, contudo, foi muito menor que no período artiguista. Por um lado, os rebeldes desejavam ter esses contingentes. Contudo, o motivo para isso seria para impedi-los de se juntarem às hostes brasileiras. Além disso, afirma que os líderes orientais desejavam mantê-los sob controle estrito, por conta da preocupação de manutenção da ordem social, e para que não repetissem o que fizeram na época de Artigas, como os saques a pretexto de operações revolucionárias. Dessa forma, as parcialidades não participaram em nenhum dos grandes combates da guerra.⁵⁰³

José Brito del Pino, em seu Diário, escreve sobre a chegada de alguns deles às tropas:

En la tarde de este día llegaron unos 20 charrúas con su jefe Perú, el capitán Soares y su mujer llamada Alzaquita. Lo extravagante de algunos, se me presentaron a la imaginación como los Hunos del modo que los pintan cuando bajaron del Norte hacia el mediodía de Europa. Venían montados en un caballo solo con rienda, y todo el apero consistía en un pedacito de cuero fresco sobre el que montan. [...] Todos venían armados, unos con chuzas, otros con arcos y flechas, todos con bolas y otros con un palo y en la punta un peso (es decir, la maza de los antiguos). Su aspecto es a la vez horrendo y asqueroso: en su vista está pintada la crueldad que le es característica. [...] Estos bárbaros se mantienen casi siempre del robo. Asesinan sin piedad a cualquiera que encuentran sin defensa; y seguramente todo lo que tienen de viles en la guerra hallando resistencia, tienen de crueles e insaciables en matar si no la hay, o no habiendo peligro alguno, etc.⁵⁰⁴

O relato do ajudante é repleto de estranhamento. Em outros trechos, incomoda-se com o fato de não terem a ideia de divindade, comenta sobre a imoralidade e os costumes esquisitos, principalmente o fedor que sentia quando se aproximava deles. Pode-se perceber que eles utilizavam as armas tradicionais dos grupos indígenas que viveram na área de pampa, empregadas preferencialmente na caça de animais, e vinham montados em cavalos, o que os tornava ideais para serviço na cavalaria. Contudo, ao relatar a sua impressão sobre esses indivíduos, constata que o que era ruim ou bárbaro normalmente, numa situação de exceção como a guerra poderia ser bom, oferecendo um grande potencial de resistência, que poderia ser utilizado a favor dos orientais. Além disso, eram profundos conhecedores dos recursos e

⁵⁰¹ BRITO DEL PINO, 1956, p. 206-207 (relato do dia 24.7.1827)

⁵⁰² Lavalleja informou ao comandante do departamento de San José que poderia proceder à captura dos negros fugidos do Brasil, exceto aqueles que estavam sob poder de algum patriota que tenha contribuído com a causa. Carta de Juan Antonio Lavalleja a Adrian Medina [comandante do departamento de San José], Durazno, 4.10.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 6, documento 7. Também carta de Juan Arenas a Juan Antonio Lavalleja, Miguelete, 26.9.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 5, documento 65.

⁵⁰³ PADRON FAVRE, Oscar. *Los charrúas-minuanes en su etapa final*. Durazno: Tierradentro, 2004, p.54-59.

⁵⁰⁴ BRITO DEL PINO, 1956, p.49-50 (relato do dia 1.1.1826).

de como se comportar naquele ambiente, o que poderia ser fundamental para a vitória, já que a guerra era travada nesse espaço. Um grupo desses, mesmo que pequeno e diferente, não poderia ser dispensado. O grupo relatado por Brito del Pino não se manteve por muitos dias, indo-se do acampamento. Todavia, a mobilização de indígenas continuou.

Em agosto de 1827, o comandante de Paysandu, Julián Laguna, escrevera a Lavalleja que em seu departamento havia cerca de duzentos indígenas prontos para servir; contudo, estes não queriam servir como tropa de primeira linha, os veteranos, assim como alguns desertores que perambulavam pela região. Provavelmente estes não queriam ir ao acampamento geral, permanecendo próximos a suas famílias. O coronel resumia o pensamento dos indígenas (e da população, em geral) em sete palavras: “los paisanos odían el nombre de veteranos”.⁵⁰⁵ Já durante a campanha das Missões, num território com grande contingente indígena, principalmente de guaranis, o recrutamento destes foi intenso. Pino, em seu diário, afirma que Rivera fanatizou os habitantes locais com a ideia de que os libertaria do domínio brasileiro, o que os convenceu a servirem sob suas ordens.⁵⁰⁶ Este, inclusive, elogiou os índios minuanos e charruas que estavam sob as ordens de seus caciques.⁵⁰⁷

Constatamos, com essa digressão, que o Exército na Banda/Província Oriental recrutou diversos grupos sociais: indígenas, negros, brancos, *vecinos* honrados, lavradores, peões, vagabundos, criminosos, enfim, uma multiplicidade de pessoas que conviviam nos acampamentos. Podemos assegurar que as tropas orientais não eram compostas somente de patriotas que fervorosamente combatiam pela liberdade do território, mas também era lugar de correição para aqueles que eram indesejados nas localidades em que viviam. Isso gerou uma série de contradições e contestações que tiveram respostas distintas durante os anos de guerra. Além disso, nem todos entraram todos juntos no serviço, o que intensificava a força dos comandantes locais nos recrutamentos em busca de mais homens. Ao que parece, o Exército oriental estava distante de refletir um sentimento de nacionalidade pré-definida, assim como o recrutamento não atendia ao desejo de preencher os contingentes apenas com aqueles que desejavam expulsar os brasileiros.

⁵⁰⁵ Carta de Julián Laguna [comandante do departamento de Paysandú] a Juan Antonio Lavalleja, Paysandú, 9.8.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 2, documento 16.

⁵⁰⁶ BRITO DEL PINO, 1956, p.355.

⁵⁰⁷ Carta de Frutuoso Rivera [comandante da campanha de Missões] a Manuel Dorrego [chefe do Poder Executivo Nacional], Costa do Ibicuí, 16.5.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1941, p.227.

4.4 A resistência ao recrutamento

Contudo, muitos não desejavam servir no Exército e buscavam formas de resistir ao recrutamento e à vida nos acampamentos militares. Antes de começar a tratar do assunto da resistência, devemos fazer a mesma ressalva feita no caso do Rio Grande do Sul: como as fontes na maior parte das vezes tratam do que falta aos corpos, seja em apetrechos de guerra ou de homens (que desertaram ou mesmo se pedindo novos), temos mais evidências para tratar do fenômeno da resistência do que discorrer sobre o porquê os homens permaneciam nas tropas. Sabemos que muitos permaneceram os quatro anos de conflito nos acampamentos, convivendo com seus camaradas, lutando contra os inimigos. Contudo, aqui enfocaremos nas maneiras pelas quais os homens resistiam ao serviço.

Tal como no Rio Grande do Sul, havia duas formas de resistência: a direta, praticada pelos próprios afetados pelo recrutamento, e a indireta, na qual havia a intermediação de outras pessoas ou instituições na busca pela dispensa ou licença. A documentação militar do período salienta amplamente a resistência direta frente à indireta.

A principal forma de resistência à participação na guerra foi a deserção. Apesar de haver relatos de fugas das localidades e esconderijos em banhados, montes e ilhas, nenhuma delas é tão presente na documentação como a fuga das tropas. Somente na análise da correspondência militar, encontramos pelo menos 616 deserções, sendo a maior parte delas em 1828, último ano do conflito, com 400 casos. Esse número é elevado por conta das constantes sublevações que ocorreram no Exército Republicano neste ano. Seguem-se os anos de 1827, com 107 casos, 1825, com 71, e 1826, com 38. Esses números devem servir apenas como indicativo, e não como dados conclusivos, de quão disseminada isso foi nas tropas que lutavam contra o Brasil. Outro indicativo de que a deserção era muito mais comum do que se imaginava é a análise das listas de revista no ano de 1825. Empregando os mesmos critérios utilizados anteriormente para a análise do mês de entrada dos militares em serviço, encontramos dados surpreendentes, condensados na Tabela 11.

Tabela 11. Deserção nos corpos da primeira linha (maio de 1825 a fevereiro de 1826)

Corpo	Número de soldados	Número de desertores	Porcentagem
Primero Escuadrón de Dragones Libertadores	435	54	12,4%
Segundo Escuadrón de Dragones Libertadores	403	59	14,6%
Regimiento de Dragones de la Unión	553	67	12,1%
Regimiento de Husares Orientales	397	60	15,1%
Batallón de Libertos Orientales	331	27	8,1%
Total	2119	267	12,6%

Fontes: AGN, Particulares, Cajas 357 e 358. Disponíveis também em *Boletín Histórico del Ejército*, Montevideú, v. 227-230, v.231-234 e v. 235, 238, 1977.

Escolhemos analisar unicamente a deserção dos soldados por que estes eram os principais praticantes deste ato. Encontramos deserções de cabos, sargentos e inclusive do capitão Francisco Herrera, do Regimiento de Dragones de la Unión. Porém, a proporção de soldados que desertavam é muito superior a dos outros postos, o que também é indicativo das precárias condições em que serviam. A média geral de deserção de soldados é de 12,6%, uma média bastante aproximada a de dois corpos. Destaca-se o alto percentual de deserção no Regimiento de Husares, que é o maior entre todos, com pouco mais de 15%. O curioso é que esse regimento era de infantaria, e não de cavalaria, que, supostamente, teria maior facilidade para desertar, por conta da montaria. Outro dado curioso é que o corpo com menor percentual de deserção é o Batalhão de Libertos. Podemos atribuir esse baixo índice à organização tardia do corpo, que teve a maioria de seus contingentes entrando entre outubro e dezembro. Porém, se levarmos esse dado em conta, podemos ver uma grande resistência, pois em pouco tempo já havia um percentual considerável de desertores.

Temos poucos dados do Brasil para procedermos a uma comparação. Hendrik Kraay traz o dado de que entre os anos de 1857 e 1862 a taxa de deserção dos soldados brasileiros variou entre 7,7 e 11,9%,⁵⁰⁸ percentuais próximos da média geral e da porcentagem de desertores de cada corpo que encontramos para as tropas orientais de primeira linha em 1825 e inícios de 1826. Isso nos ajuda a pensar que a deserção era um fenômeno que atravessava os tempos e também as fronteiras estabelecidas. Podemos pensar, por outro lado, que seja surpreendente que esta taxa não fosse maior para o nosso período, pois vivíamos uma situação

⁵⁰⁸ KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889). In: CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY (Org.), 2004, p.245.

de guerra e de intensas privações, o que não ocorria no Brasil no tempo dos dados trazidos por Kraay.

Havia diversos motivos para que uma pessoa desertasse. Como nas tropas brasileiras, as condições de vestuário e de alimentação eram péssimas. Além disso, alguns relatos, como o do ajudante José Brito del Pino, trazem a informação das más condições de saúde, que permitiram, por exemplo, mortes por varíola.⁵⁰⁹ O precário fardamento das tropas, que se desgastava com o tempo e muitas vezes era substituído por simples ponchos, incentivava a fuga das tropas, especialmente no inverno. Na linha de sítio a Colonia, alguns soldados desertaram após ter seu pedido de licença negado para poder buscar alguma roupa, pois a tinham em péssimo estado.⁵¹⁰ A péssima alimentação, baseada quase que exclusivamente na carne, também era motivo para que se desertasse, ainda mais quando os próprios oficiais ficavam com as cargas destinadas às praças, como o próprio comandante-em-chefe Alvear reconheceu em um desvio de rações de tabaco.⁵¹¹ A fome era tanta que a tropa chegava a ficar dias sem comer, o que comovia os próprios oficiais, como o ajudante Brito comenta em seu diário, após a entrada das tropas em São Gabriel:

A nuestra llegada, vimos un hermoso monte de duraznos en sazón, pero el general Lavalle dio orden de no tomar ninguno; sin embargo, algunos soldados se deslizaron y algunos de ellos me tocaron, que comí como una cosa la más deliciosa. Estuvimos en vela toda la noche; a la madrugada llegó la infantería del 3er. Cuerpo, y al cabo de un cuarto de hora no había un solo durazno. Era digno de verse todo ese mundo de soldados trepados a los arboles haciendo un ruido como el de un huracán y con una algazara atronadora.⁵¹²

Outro motivo que incentivava a deserção era a falta de pagamento. O primeiro pagamento, ao que consta, foi realizado apenas em fevereiro de 1826, nove meses depois do começo da guerra, por conta da falta de recursos pela qual padecia a Província Oriental. Com a presença de contingentes de outras províncias, a situação piorou ainda mais: segundo o

⁵⁰⁹ BRITO DEL PINO, 1956, p.200-201 (relatos de 18, 19 e 20.3.1827). Ribeiro alerta para a necessidade que há de se historicizar a falta de higiene nos exércitos; talvez, esta não fosse muito diferente das condições de salubridade de grande parte da população, que não a via como algo necessariamente negativo. RIBEIRO, 2009, p.205-206.

⁵¹⁰ Carta de Pablo Pérez a Juan Antonio Lavalleja, 9.8.1825. AGN, Particulares, Caja 349, carpeta 6, doc. 51. Para outros relatos: Carta de Félix Olazabal a Rafael Hortiguera, Miguelete, 3.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 6, documento 17; Carta de Juan Arenas a Juan Antonio Lavalleja, Sauce, 12.2.1826. AGN, Particulares, Caja 352, Carpeta 3, documento 108.

⁵¹¹ BRITO DEL PINO, 1956, p.155 (relato do dia 7.12.1826).

⁵¹² *Idem*, p. 184 (relato do dia 14.2.1827).

chefe do Estado Maior do Exército, em agosto de 1827 ainda não se pagara nada aos soldados naquele ano.⁵¹³

A combinação entre esses três elementos, péssima alimentação, péssimo vestuário e falta de pagamento, era explosiva e gerou boa parte das deserções. Um dos relatos mais interessantes é do representante de um grupo de alemães que lutaram do lado inimigo e desertaram, atraídos pelas propostas de Alvear. Irritados com o não cumprimento das promessas e com as péssimas condições em que viviam no lado republicano, afirmavam que se queriam continuar a ser soldados nunca sairiam do Brasil, onde eles recebiam um melhor tratamento.⁵¹⁴ Isso tudo, segundo os próprios militares, prejudicava seriamente o serviço, como comenta um tenente-coronel:

es tanto doloroso que unos hombres que se sacrifican por el bien del país, prestando auxilios tanto personales como con caballadas, no se les dé ni aun lo más preciso para su venir a las primeras urgencias de la vida [...] las consecuencias pueden ser funestas, en este estado no se puede exigir del soldado todo de lo que es capaz, la indigencia en que se hallan, el estado de desnudez y el carecer de todo, a más de desmoralizarlo, les hace perder aquel entusiasmo sublime por la causa general que defienden, a más de hacerles faltar a lo primitivo de sus deberes, sin que se puedan remediar desordenes que son inevitables, todos debidos a las privaciones que hace tanto tiempo experimentan.⁵¹⁵

O primeiro dever do militar era a subordinação, a obediência, a disciplina. Como não havia condições de prover aos soldados o necessário, não se deveria esperar obediência, e com isso, as desordens viriam. Dessa forma, explicavam-se as contínuas deserções e sublevações que o Exército sofria.

Em geral, os soldados, quando desertavam, não o faziam sozinhos, mas com outros companheiros, em número variável. Quando eram muitos desertores de uma vez só, isso provavelmente era proveniente de sublevações. Um dos vários casos é o de um grupo de dispersos do Regimiento de Dragones Libertadores que vinha sendo reunido por alguns oficiais. Este já estava com mais de setenta homens quando chegou um comboio procedente de Durazno com suprimentos para as tropas acampadas em Cerro Largo. Os soldados se rebelaram, obrigaram os oficiais a dar-lhes o vestuário que era trazido pelas carretas, e, em seguida, desertaram, permanecendo apenas um terço da tropa. Destes desertores, trinta e um

⁵¹³ Carta de José Maria Paz [chefe do Estado Maior do Exército] a Juan Antonio Lavalleja, Cerro Largo, 12.8.1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1938, p.419.

⁵¹⁴ Carta de Hernan Dwerhagen a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 9.10.1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1938, p.137-140.

⁵¹⁵ Carta de Pablo Pérez a Luis Eduardo Pérez, linha de sítio a Montevideú, 15.4.1828. AGN, Particulares, Caja 356, Carpeta 5, documento 10.

foram presos, os cabeças do motim seriam julgados e os outros receberiam uma punição de 100 pauladas, menor que a normalmente dada a um desertor.⁵¹⁶ A partida enviada desde o acampamento geral para fazer a escolta do que restara do comboio também se insubordinou, atirando nos oficiais e levando o que sobrara. Pouco antes desses dois sucessos, três sargentos e um cabo lideraram o levante de uma companhia, prendendo os oficiais responsáveis, saqueando o que podiam nas proximidades e desertando.⁵¹⁷

As listas de revista dos corpos da primeira linha demonstram que havia casos de soldados que desertavam sozinhos; contudo, o padrão é de deserção em grupos, o que garantia maior segurança ao ato e a defesa de cada um dos insurretos. Após desertarem, poderiam permanecer unidos e formarem pequenos ajuntamentos, que se sustentavam através de roubos a vizinhos.⁵¹⁸ As evidências documentais nos sugerem que, ao contrário do que os comandantes desejavam, não havia um sentimento de rechaço aos desertores na Banda Oriental. Miguel Soler, chefe do Estado Maior, reclamava de que se olhava para os desertores na província com indiferença ou tolerância;⁵¹⁹ já Ramón de Cáceres se irritava com Juan Arenas, comandante do departamento de Colonia, argumentando que não poderia manter a disciplina das tropas “cuándo ayer me dijo Arenas que aunque se le desertasen los soldados él no los castigaria, porque los tenia desnudos y careciendo de um todo”.⁵²⁰ Ao que parece, os próprios comandantes aceitavam o não castigo dos desertores, desde que fosse pela má situação dos corpos, o que era uma realidade indiscutível.

Mas engana-se quem pensa que aqueles que fugiam o faziam para sempre. Por vezes, por conta própria, procuravam voltar às tropas.

ochenta desertores reunidos y bien dispuestos se le presentaron en Sopas al teniente coronel Don José María Raña, a quien mandé con el objeto de reunirlos, pidiendo por garantía que se aprobase la elección de oficiales que ellos mismos hacían de entre sus compañeros, ofreciéndole en cambio verificar la reunión de otro número considerable que vagaba en grupos por aquellas inmediaciones. Yo, teniendo presente las dificultades y trascendencia que resultarían de su persecución y

⁵¹⁶ Carta de Julián Laguna a Juan Antonio Lavalleja, Paysandú, 6.10.1827. AGN, Particulares, Caja 355, Carpeta 6, documento 24. Carta de José Maria Paz a Juan Antonio Lavalleja, Cerro Largo, 26.11.1827. AGN, Particulares, Caja 355, carpeta 8, documento 30.

⁵¹⁷ Carta de José Maria Paz a Juan Antonio Lavalleja, Cerro Largo, 12.8.1827. AGN, Particulares, Caja 355, carpeta 6, documento 40.

⁵¹⁸ “sé que en la costa del Río Negro hay una reunión que alcanza hasta el número de 20 hombres todos de aquellas inmediaciones y desertores de este cantón y unos cuatro de la división del Gral. Laguna [...] Han saqueado según me dicen dos casas y muchas noches pasan a las estancias de Suarez a proveerse de ganado y que andan muy bien montados”. Carta de Luis Enrique Martínez a Juan Antonio Lavalleja, Melo, 2.2.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1938, p.349-351.

⁵¹⁹ Carta de José Maria Paz a Juan Antonio Lavalleja, Cerro Largo, 12.8.1827. AGN, Particulares, Caja 355, carpeta 2, documento 40.

⁵²⁰ Carta de Ramón de Cáceres a Juan Antonio Lavalleja, San Juan Bautista, 12.11.1825. AGN, Particulares, Caja 351, carpeta 1, documento 61.

proponiéndome ventajas reuniéndolos bajo cualquier principio, los facilité cuanto solicitaban, diciéndoles que pediría a Ud. la aprobación de estas medidas.⁵²¹

Não temos maiores informações sobre o motivo que levou estes homens a solicitarem a volta às tropas: talvez a falta de alimento, ou mesmo disputas internas dentro do grupo; ou também a pressão exercida pelos militares em sua busca. Contudo, aproveitaram-se do momento em que se buscava mais homens para o Exército para negociar sua volta. Para isso, o comandante do departamento de Paysandú deveria aprovar a nomeação de oficiais que os próprios desertores faziam, o que foi feito por este, que pedia a convalidação do general-em-chefe Lavalleja. Em contrapartida, trariam mais alguns companheiros que estavam pela região, o que nos sugere que diversos ajuntamentos de refugiados poderiam estar em contínua comunicação. Ao que parece, seria aprovado, pois era bom para ambos: os desertores, voltando, teriam a princípio garantia de alimentação e vestimenta, e o favorecimento de alguns com os postos de oficiais, que poderiam proteger seus companheiros; e bom para os militares, que deixariam de perseguir um considerável número de trânsfugas, que parariam de cometer desordens na região, desviando sua atenção do foco principal, e incorporaria novos contingentes.

Mas não era somente por conta das más condições que os homens desertavam. O poder dos comandantes era extremamente visível nas tropas, já que estes, com seu poder de mobilização, conseguiam agregar muita gente ao Exército. Contudo, isso nem sempre era positivo, gerando grandes riscos, que foram registrados. Protestando contra a saída de Simón del Pino da linha de sítio de Montevideú, Juan Francisco Giró afirma que:

Sabe también S.E. que el ascendiente que tiene en el país un jefe de división sobre sus soldados origina el que a su remoción se siga por lo común el trastorno y dispersión de aquellos, pasando a aumentar las filas enemigas, que es el refugio más inmediato y seguro que les ofrece.⁵²²

Algo semelhante ocorreu no sítio de Colonia, no qual os soldados de uma das companhias ficaram incomodados com a mudança de seu comandante, e uns quinze desertaram após discutirem com o comandante Ramón de Cáceres, o que continuaria

⁵²¹ Carta de Julián Laguna a Juan Antonio Lavalleja, Paysandú, 3.9.1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1938, p.15.

⁵²² Carta de Juan Francisco Giró [secretário do Governo Provincial] a Miguel Estanislao Soler [chefe do Estado Maior do Exército], Canelones, 19.5.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 2, documento 81.

acontecendo se não se voltasse atrás.⁵²³ O estudo da deserção nos ajuda a entender a influência dos comandantes. Porém, a influência principal deu-se nas grandes sublevações.

O personagem principal entre esses grandes líderes, sem dúvida, foi Frutuoso Rivera. Um dos eventos mais conhecidos foi a sublevação do Regimiento de Dragones Libertadores, em julho de 1826. Segundo a historiografia uruguaia, Rivera, que vivia em atritos com Lavalleja e tinha um poder menor que ele dentro do Exército, resolvera mostrar que o chefe dos Trinta e Três pouco mandava nas tropas.⁵²⁴ Supostamente apoiado por Martín Rodríguez, novo comandante-em-chefe enviado desde Buenos Aires, que estava incomodado com a demora na incorporação das tropas da província ao Exército Republicano, preparara uma sublevação de um dos corpos do Regimento, que estava estacionado em Durazno. Convencera diversos oficiais a não cruzarem o Rio Negro, como estava previsto por Lavalleja, e ficaram naquela localidade. Ali ocorreu a sublevação, comandada pelo seu sobrinho, Bernabé, e pelos coronéis José Maria Raña e Felipe Caballero. A justificativa seriam os quatro meses de soldos atrasados, que só haviam sido pagos em parte em fevereiro, e o desejo de serem integrados ao Exército Nacional. Contudo, foram vencidos; como consequência, Rodríguez dissolveu o regimento e o espalhou por diversos corpos.⁵²⁵ Rivera, irritado com essa atitude, pede sua saída e a ida a Buenos Aires. Perseguido, refugiou-se na província de Santa Fe.

Rivera volta à cena em 1828. Sua aparição mexeu com os ânimos das tropas então estacionadas próximo à fronteira com o Brasil, principalmente durante os preparativos e concretização da campanha das Missões, rapidamente conquistando adeptos.⁵²⁶ O diário do ajudante Del Pino traz diversas ocorrências de sublevação nas tropas, as quais queriam juntar-se ao antigo líder artiguista. Um deles foi em março de 1828, com os Defensores del Honor Nacional, que teve a deserção de uma companhia inteira, que desejava reunir-se a Rivera ou

⁵²³ Carta de Ramón de Cáceres a Juan Antonio Lavalleja, 1.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 1, documento 3.

⁵²⁴ O próprio Lavalleja reconhecia o péssimo relacionamento com Rivera: “El ingrato de Rivera, después de estar denigrando mi conducta del modo más escandaloso delante de la oficialidad del Ejército diciendo que yo ya no quiero pelear con los portugueses, que no quiero obedecer las órdenes del gobierno de la Republica, que él ha de ser quien me ha de venir a poner cuatro balas en la frente, y infinidad de desatinos indignos del carácter de hombre decente; todo todo lo he sufrido mirando con desprecio los insultos que en mi conciencia hacia aquel malvado”. Carta de Juan Antonio Lavalleja a Pedro Trapani, Durazno, 2.6.1826. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p. 122.

⁵²⁵ Lavalleja trata desse acontecimento com o maior desgosto: “La provincia se halla en el día llena de mayor consternación. El general en jefe marchó desde el Uruguay sobre este punto, con dos mil hombres y habiendo llegado reunió al Ejército el Regimiento de Dragones y el de Libertos, deponiendo de sus empleos a los jefes que los mandaban y poniendo otros en su lugar. Esta conducta ha sobresaltado los ánimos de estos habitantes viviendo todos con el mayor disgusto”. Carta de Juan Antonio Lavalleja a Pedro Trapani, Durazno, 21.7.1826. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p. 131.

⁵²⁶ Segundo o cônsul britânico, Rivera havia chegado em Durazno, a 27 de janeiro, com trinta seguidores. Até o dia da carta, ele já havia recrutado 900 homens, e marchado rumo a Porongos. Carta de Thomas S. Hood a John Bidwell, Montevideú, 12.2.1828. In: BARRÁN et al., 1999, documento 29.

atravessar o Rio Uruguai e internar-se na província de Entre Rios, que, por diversas vezes, era referida pelos militares como um refúgio de desertores. Seus perseguidores não aceitaram essa condição e derrotaram os fujões, quando se aproximavam de Salto.⁵²⁷ O mesmo oficial, meses depois, enviaria uma partida de cavalaria ao centro do departamento de Paysandú, a qual renderia os seus oficiais, e desertaria com mais de trezentos cavalos e um grande carregamento de munição, indo em direção ao Jarau, onde supostamente encontrava-se Rivera.⁵²⁸ Outro caso conhecido ocorreu com as milícias de Colonia, encarregadas de perseguir o desafeto, que se revoltaram, capturaram o comandante Juan Arenas e outros oficiais, os amarraram e desertaram para se juntar ao chefe.⁵²⁹

Hendrik Kraay, ao estudar o exército na Bahia, afirmou que a deserção era um modo de “zombar” do regime disciplinar da instituição, uma rejeição silenciosa de seus valores básicos.⁵³⁰ No caso das tropas da Província Oriental, podemos complexificar essa afirmação. Zombava-se da disciplina, mas no momento em que esses homens não tinham suas necessidades básicas atendidas. Além disso, a vinculação desses homens aos distintos comandantes, especialmente Rivera, contribuía para que a deserção proliferasse. Uma das reclamações que se fez era de que os soldados passavam, por conta própria, a outros corpos sem a devida licença,⁵³¹ o que desequilibrava o tamanho dos corpos dentro de um mesmo regimento,⁵³² possivelmente demonstrando o poder desses líderes. Em um exército dependente em grande parte desses, provavelmente a lealdade dos homens aos chefes estaria acima dos interesses “nacionais”, ainda mais quando os responsáveis por estes não cumpriam o que deviam. A combinação dessa lealdade a alguns comandantes e péssimas condições oferecidas aos soldados é que permitiam ao soldado zombar da disciplina e fugir.

Nessa digressão sobre o tema da deserção, uma situação especial deve ser analisada: esta é a da linha de sítio de Montevideu, uma área diferente dentro da Banda Oriental. Nos últimos tempos, vem ocorrendo uma renovação nos estudos sobre a temática da fronteira. Desfez-se a confusão entre as ideias de fronteira e limite: enquanto esta é caracterizado por forças centrípetas, que dá coesão a uma unidade político-territorial, aquela é marcada por

⁵²⁷ BRITO DEL PINO, 1956, p.304 e 310. (relatos de 22.3.1828 e 30.3.1828)

⁵²⁸ BRITO DEL PINO, 1956, p. 370. (relato de 20.9.1828)

⁵²⁹ Carta de Thomas S. Hood a Robert Gordon, Montevideu, 24.3.1828. In: BARRÁN et al., 1999, documento 31.

⁵³⁰ KRAAY, 2011, p.303.

⁵³¹ Carta de Juan Antonio Lavalleja a José Rondeau [ministro da Guerra], Durazno, 23.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, Carpeta 2, documento 58.

⁵³² Por exemplo, em agosto de 1825, Regimento de Husares Orientales tinha quatro companhias: a primeira com 98 militares, a segunda com 65, a terceira com 68, e a quarta com apenas 46, numa divisão completamente desequilibrada. Husares Orientales. In: *Boletín Histórico del Ejército*, Montevideu, v.229-232, 1977, p.12-15; p.28-30; p.42-44; p.56-57.

forças centrífugas, o que era visto pelo Estado como fonte de ameaça, pois poderia desenvolver interesses distintos aos do governo central. A fronteira é o que está à frente, é para onde se expande a sociedade e por isso se trata de uma zona de ampla comunicação.⁵³³ Não se trata mais de considerar a fronteira unicamente como uma zona de separação, mas também um espaço de trânsito, de comércio e de intercâmbio, no qual há uma grande diversidade sociocultural.⁵³⁴ A linha de sítio a Montevideu durante a Guerra Cisplatina pode ser considerado um desses espaços de fronteira, sendo um espaço de trânsito de pessoas e de mercadorias, de caráter móvel, provisória e permeável. Durante o conflito, foi uma fronteira entre dois países, Brasil e Províncias Unidas, ao mesmo tempo em que era vista pelos dois lados como algo provisório, pois ambos almejavam dominar por inteiro o território do atual Uruguai.

Logo no início do conflito, foi estabelecida uma receptoría em Las Piedras para controlar o trânsito de mercadorias e cobrar direitos de introdução e extração da praça de Montevideu.⁵³⁵ Mas o controle do trânsito na linha de sítio se estabeleceu definitivamente no início de 1826, quando se instalou uma nova receptoría em Canelones, a 50 quilômetros da ex-capital. Os seus registros mostram o quanto o comércio continuou na linha de fronteira.

Tabela 12. Registros da Receptoría de Canelones

Mês	Registros de introdução	Registros de couros	Direitos arrecadados
Janeiro	46	8221	2648 pesos 7 reales
Fevereiro	68	6627	2483 pesos 7 ½ reales
Março	69	8987	2301 pesos 4 reales
Abril	60	8406	2021 pesos 4 reales
Mai	77	10709	3102 pesos 1 ½ reales
Junho	101	9300	7870 pesos ¼ real
Julho*	78	6196	7450 pesos 4 ½ reales
Total	499	58446	27878 pesos 4 ¾ reales

Fonte: AGN. ExAGA. Libro 550. Receptoría de Canelones. 1826

* Registros de Julho disponíveis apenas até o dia 8.

Os números que a documentação nos traz demonstram o quanto o comércio foi intenso na linha de sítio à capital cisplatina. Os quase quinhentos registros somente de introdução, sem contar os de extração, nos asseguram que a atividade comercial, mesmo com a guerra, não foi completamente interrompida. Analisando o livro da receptoría, podemos notar que os principais produtos introduzidos em Montevideu são couros, animais vivos para

⁵³³ PALERMO, Eduardo. Los afro-fronterizos del norte uruguayo en la formación del Estado Oriental, 1810-1835. In: MALLO; TELES (ed.), 2010, p.189.

⁵³⁴ FREGA, Ana (Coord.), 2011, p.14.

⁵³⁵ AGN. ExAGA. Libro 610. Receptoría de Las Piedras, 1825.

consumo (vacas, novilhos, galinhas), produtos derivados do leite (manteiga e queijo), trigo, lenha e sabão. Todos os produtos eram para consumo interno da localidade, inclusive os couros, por conta do baixo número em comparação a outros períodos.⁵³⁶ Já os produtos extraídos da capital cisplatina eram basicamente importados, como açúcar, farinha, vinho, aguardente, sal, tabaco, papel, cal, erva, arroz, entre outros. Podemos sugerir que esse comércio, portanto, não só movimentava a cidade e a campanha, mas mantinha algum fluxo comercial internacional, com os produtos de fora da região, embora este movimento fosse duramente afetado pelos corsários autorizados pelo governo de Buenos Aires.

Os importes arrecadados também eram fundamentais. A instalação de receptorias era parte da estratégia de Lavalleja para manter o esforço de guerra e obter recursos para pagar as tropas, pois não havia como cobrar direitos de aduana. Os motivos para isso eram a insegurança da navegação no rio Uruguai, por conta da ação de uma flotilha brasileira, pelo bloqueio do porto de Buenos Aires, que poderia ser uma alternativa para escoar a produção da campanha, e porque os patriotas não tinham nenhum porto adequado no Rio da Prata para exportar os produtos pecuários. Para se ter uma ideia da importância dos recursos, o importe arrecadado no mês de fevereiro de 1826, primeiro mês que, ao que se consta, se pagou as tropas, ainda era pouco. A quarta companhia do Regimento de Dragones Libertadores, comandada pelo capitão Joaquín Figueredo, que não era das maiores, composta por 40 soldados, 12 oficiais inferiores, três alferes e um tenente, além do capitão, demandava um importe mensal de 806 pesos em junho de 1825, antes da sua ampliação.⁵³⁷ Ou seja, todo o arrecadado no mês acima referido serviria para pagar apenas três meses de soldos devidos de uma única companhia, das dezenas que estavam em serviço.

Contudo, após a entrada das tropas das Províncias Unidas na guerra, o comércio com os inimigos passou a ser reprovado pelas autoridades nacionais. O ministro de governo Agüero afirmava a Lavalleja que era um comércio “a todas las luces inmoral, que tiende directamente a fomentar al enemigo y lo estimula a sostener el bloqueo de nuestros puertos”.⁵³⁸ Uma decisão anterior, de 1º de maio de 1826, proibia o comércio com Montevideú e Colonia e também a expedição de passaportes para aquelas localidades, exceto

⁵³⁶ “Saint-Hilaire quando passava pela Cisplatina foi informado que, antes da guerra, eram exportadas por Montevideú cerca de um milhão, cento e cinquenta mil peças de couro, mas, em 1820 não eram produzidas mais do que vinte e cinco mil peças, destinadas essencialmente ao consumo interno”. MIRANDA, 2006, p.127.

⁵³⁷ Lista de Revista da 4ª companhia do Regimiento de Dragones Libertadores, Manga, 30.6.1825. AGN. Particulares, Caja 357, carpeta 2, documento 30.

⁵³⁸ Carta de Julián Agüero [ministro de Governo] a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 16.6.1826. AGN, Particulares, Caja 353, carpeta 4, documento 17.

para pessoas que a comandância julgasse aptas para causar estragos ao inimigo.⁵³⁹ Ao que parece, não foi cumprida, por decisão de Lavalleja, o que obrigou o novo comandante-em-chefe, Martín Rodríguez, a decretar novamente em 8 de julho a proibição do comércio com Montevideu, e previa o fuzilamento a quem fosse flagrado introduzindo produtos no território inimigo.⁵⁴⁰ Contudo, essa ordem não foi estritamente cumprida. Segundo o cônsul britânico na capital cisplatina, a corrupção era reinante entre os comandantes do sítio:

El Decreto dice que cualquier persona que tenga comunicación con, o que pueda llevar efectos a puntos ocupados por el enemigo, será fusilado; pero, sin embargo, no más ayer, once días después de que el Decreto fue notificado, el señor Martínez, el reputado secretario del general Mansilla, vendió a un comerciante inglés de Montevideo 3000 cueros de buey para ser entregados dentro de su línea, pero permitiéndose el pago en Montevideo, por supuesto que esta venta fue hecha en metálico; cualquiera otra persona descubierta en una transacción de este tipo hubiera sufrido el castigo impuesto por el Decreto.

El Decreto, por lo tanto, no está hecho para los propósitos que se indican, sino para propósitos siniestros, y para reservarse a ellos mismos el derecho a comerciar y hacer dinero a expensas del pueblo y del país.⁵⁴¹

Nessa correspondência, Thomas Hood acusa o comandante da linha de sítio, Manuel Oribe, e Las Heras de obter aproximadamente 180 mil dólares nos dezoito meses de sítio até então. O seu sucessor, general Mansilla, continuava agindo da mesma maneira. A corrupção se dava na autorização a determinadas pessoas para introduzir produtos na cidade, especialmente no ano de 1827. Estas ofereciam, além da suposta propina aos comandantes, compensações materiais ao Exército por conta dessas licenças. Alguns exemplos são: Don Cristobal Navarrete, que desejava introduzir duas carretas de sabão em troca de dezesseis cavalos; Don Nicolás Areivar, que para compensar o ingresso de seis carretas de lenha, daria sessenta cavalos; Don Andrés Sermeño, que oferecia quarenta cavalos para que autorizassem a sua entrada com quatro carretas de sabão no território inimigo.⁵⁴² A princípio, todos tiveram pareceres favoráveis dos comandantes do sítio. Outras eram aprovadas por supostos motivos de caridade; foi o que ocorreu com dois pedidos de introdução de cal e lenha para a

⁵³⁹ Carta de Carlos de Alvear [ministro da Guerra] a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 1.5.1826. AGN, ExAGA, Libro 56, fl. 39f-39v.

⁵⁴⁰ Édito proclamado em Manga, 8.7.1826. AGN, Particulares, Caja 353, carpeta 4, documento 29.

⁵⁴¹ Carta de Thomas S. Hood [cônsul britânico de Montevideu] a Lord Ponsonby, Montevideu, 15.12.1826. In: BARRÁN et al., 1999, documento 15.

⁵⁴² Cartas de Manuel Oribe a Rafael Hortiguera, Manga, 28.7.1827, 9.8.1827 e 28.8.1827, respectivamente. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 7, documento 72; Caja 355, carpeta 2, documento 1; Caja 355, carpeta 3, documento 70.

construção do Hospital de Caridade de Montevideu.⁵⁴³ Outro caso que chama a atenção é o pedido de um abastecedor do Exército. Don Antonio Arraya se queixava de que o contrato do municio da carne, que fizera antes da união das tropas orientais com as enviadas pelo governo de Buenos Aires, autorizava-lhe a introduzir em Montevideu os couros decorrentes do abate. Contudo, naquele momento, as normas ditadas pelos militares proibiam qualquer tipo de comércio com os inimigos. O fornecedor ameaçava que se não pudesse transportar os couros até o porto iria parar o abastecimento, que lhe era desfavorável, ainda mais quando não recebia pagamento há quatro meses. A permissão foi concedida, o que abria precedente a outros contratadores solicitarem a mesma graça.⁵⁴⁴

O comércio na linha de fronteira, depois da primeira norma que o declarava ilegal, em maio de 1826, variou entre o combate à ilegalidade e a complacência dos chefes do sítio. Não encontramos nenhuma evidência de revogação dos decretos que criminalizavam o comércio com o território inimigo; contudo, como vimos, este ocorria livremente, e com anuência dos distintos comandantes. Segundo o cônsul britânico Hood, no final de 1826 os republicanos acenaram com reabrir o comércio com a praça, tentando negociar condições vantajosas com os brasileiros, o que não foi aceito por estes, pois o bloqueio era muito mais prejudicial aos orientais, que tinham dificuldades de abastecimento por conta de, ao mesmo tempo, estar bloqueado o porto de Buenos Aires, que aos monteviduanos.⁵⁴⁵ Já Manuel Oribe pedira, em julho de 1827, uma lei penal que proibisse as introduções clandestinas, como as de gado, feitas pela barra do rio Santa Lucía em direção à fortaleza do Cerro, por parte de pessoas que “no conocen más patriotismo que sus negocios”.⁵⁴⁶ Em 4 de setembro desse ano, Lavalleja, novamente comandante-em-chefe, ordena o fechamento das comunicações com Montevideu e Colonia, o que não dura muito tempo, já que em primeiro de dezembro estas são reabertas e é implantada uma receptoría, com o objetivo, mais uma vez, de arrecadar fundos para o exército.⁵⁴⁷

Nesse contexto de trânsito de mercadorias, não é de se estranhar os movimentos de pessoas. A deserção de soldados, tanto do lado brasileiro como dos orientais era uma

⁵⁴³ Carta de Cristóbal Echevarría a Rafael Hortiguera, Canelones, 6.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 6, documento 33; Carta de Luciano de las Casas a Rafael Hortiguera, Canelones, 11.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 6, documento 50.

⁵⁴⁴ Carta de Félix Olazabal a Rafael Hortiguera, Miguelete, 12.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 6, documento 52.

⁵⁴⁵ Carta de Thomas S. Hood a Lord Ponsonby, Montevideu, 3.12.1826. In: BARRÁN et al., 1999, doc. 14.

⁵⁴⁶ Carta de Manuel Oribe a Rafael Hortiguera, Manga, 28.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 7, documento 72.

⁵⁴⁷ Carta de Pedro Lenguas a Manuel Dorrego, Durazno, 14.1.1828. AGN, Particulares, Caja 356, carpeta 2, documento 8.

constante desde o início das hostilidades.⁵⁴⁸ Isso era visto, pelo menos do lado dos orientais, como prejudicial à condução da guerra, como afirmava o secretário de governo Juan Francisco Giró:

prepotencia [de los brasileiros] debido al considerable número de nuestros desertores de que forman sus guerrillas, y que son realmente los que haciéndonos la guerra con la táctica y hábitos del país, le proporciona la posesión de ventajas y recursos, que jamás obtendría el poder aislado de sus armas.⁵⁴⁹

A deserção de orientais e sua ida para o lado inimigo transferia conhecimentos da região e segredos militares aos brasileiros, ou mesmo recursos, como fez o alferes Manuel Martínez, que desertou das tropas patriotas com todo o dinheiro destinado ao pagamento da companhia na qual servia.⁵⁵⁰ Contudo, isso também ocorria inversamente. Manuel Oribe, em determinado momento, vangloriava-se das três ou quatro deserções que conseguia por dia nas tropas inimigas, inclusive a de um alferes, Manuel Marques, que, segundo ele, causava muitos problemas. O coronel prometera ao alferes que se desertasse ganharia o mesmo posto nas tropas patriotas, e assim, conseguira que este passasse de lado. Contudo, por sua suposta má conduta, foi em seguida preso e enviado para Buenos Aires.⁵⁵¹ Também há casos em que militares desertam do lado dos patriotas, passam às filas brasileiras, e depois, por algum motivo, desejam voltar a combater do lado dos rebeldes, solicitando indulto.⁵⁵²

O que esse trânsito de pessoas pela linha de sítio nos demonstra é que não era o local de nascimento ou de residência que determinaria a conduta de um militar durante a guerra, embora, como em todo o período de independências na América hispânica, estivesse presente.⁵⁵³ Estes tinham a possibilidade de, com a deserção, buscar um espaço melhor ou mesmo uma promoção, fugir de perseguições ou até mesmo outras razões que a

⁵⁴⁸ Nas anotações de um diário, que supostamente é de Lavalleja, aparecem relatos quase diários de passagem de homens de Montevideu para as fileiras patriotas, entre julho e agosto de 1825. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p.40-53.

⁵⁴⁹ Carta de Juan Francisco Giró a Miguel Estanislao Soler, Canelones, 19.5.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 2, documento 81.

⁵⁵⁰ Carta de Manuel Oribe a Rafael Hortiguera, Manga, 25.7.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 7, documento 49. Carta de Manuel Oribe a Juan Antonio Lavalleja, Manga, 15.5.1826. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1935, p.71.

⁵⁵¹ Cartas de Manuel Oribe a Juan Antonio Lavalleja, Manga, 19.3.1826 e 15.5.1826. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1935, p.6 e 71, respectivamente.

⁵⁵² Carta de Manuel Oribe a Rafael Hortiguera, Manga, 12.8.1827. AGN, Particulares, caja 355, carpeta 2, documento 46 (sobre dois milicianos); Carta de Rafael Hortiguera a Juan Antonio Lavalleja, Canelones, 15.8.1827. AGN, Particulares, caja 355, carpeta 2, documento 63 (sobre dois milicianos de Canelones).

⁵⁵³ A questão das condutas serem definidas pelo local de nascimento esteve mais presente em algumas regiões do continente que em outras, como no México, onde um dos conflitos principais nas guerras de independência era entre os nascidos na América, os “americanos”, e os nascidos na Europa, os “peninsulares”. SEMPRÚN; MENDOZA, 1992, p.284-287.

documentação não nos mostra. Contudo, para os oficiais isso era algo abominável, pois além de desfaltar os corpos, informavam os inimigos da posição das tropas, suas condições materiais e estado de ânimo. Para aqueles que lutavam na linha de fronteira, a deserção era uma das alternativas viáveis que tinha o militar para negociar uma melhor condição para si, dentro do horizonte de possibilidades que se abriam naquele momento.

Para combater a deserção, desde o início previram-se punições pesadas. Pouco depois do início dos combates, editou-se uma norma que previa a pena de morte para quem desertasse com armas, e um castigo de 400 pauladas para quem o fizesse desarmado.⁵⁵⁴ É importante lembrar que a punição com pauladas não era somente prevista para esse delito: no diário do ajudante Brito aparecem punições de 50 pauladas por insubordinação, 100 para um soldado bêbado que ameaçou um sargento com uma faca, 200 para um soldado que feriu outro, e 300 por roubo, quando da invasão de Bagé.⁵⁵⁵ Eram punições que objetivavam uma rápida repressão em crimes vistos em flagrante, podendo ser aplicadas pelos próprios oficiais subalternos e que evitariam os caminhos sempre demorados de comissões militares.

A norma de que seria morto quem fosse encontrado após desertar com armas foi reforçada quando as tropas orientais se incorporaram às argentinas. No diário do ajudante Brito foram encontrados pelo menos dezenove menções a fuzilamentos por deserção (dez em 1826, seis em 1827, e três em 1828). O relato que é feito de um deles demonstra o caráter pedagógico do mesmo:

De orden de S.E. el señor general en jefe el artillero Pedro Palacios ha de ser pasado por las armas mañana a las 8 del día por el delito de deserción. Todos los cuerpos concurrirán a formar el cuadro con un piquete de 50 hombres y dos oficiales de cada uno de ellos. – El comandante del Cuartel General mandará el cuadro y las tropas desfilarán delante del reo después de ejecutado. [...]

Por orden de S.E. el señor general en jefe del Ejército se ha ejecutado al artillero desertor Pedro Palacios. “¡Soldados! Vuestro destino os elevará a la dignidad sobre los enemigos de la República que orgullosos contaban con dominaros. El infame que os abandona en tal empeño, traiciona nuestra Patria, huye cobarde entre los bravos y somete vilmente las armas con que brillan los héroes de la Independencia. ¡Soldados! ¡Viva la Republica! ¡Viva nuestro Gobierno! ¡Viva el Ejército Nacional!”⁵⁵⁶

Não eram todos os soldados que participavam da cerimônia de execução de um desertor. Apenas um pequeno grupo de cada corpo era enviado, para não prejudicar as atividades rotineiras e de treinamento. Contudo, os enviados para acompanhar o fuzilamento

⁵⁵⁴ Quartel general, em 24.6.1825. AGN, Particulares, Caja 349, Carpeta 3, documento 58.

⁵⁵⁵ BRITO DEL PINO, 1956, p.124, 47, 82 e 169, respectivamente.

⁵⁵⁶ BRITO DEL PINO, 1956, p.117-118 (relatos de 2 e 3.11.1826)

deveriam transmitir as suas impressões sobre o que viram para seus companheiros, conferindo um caráter pedagógico ao ato, buscando evitar o crime. No caso referido acima, encontramos o discurso do oficial encarregado do procedimento. Este procura infundir ânimo àqueles que estavam presentes, conferindo sentimentos positivos a quem continuava na luta contra o Império e negativos a quem desertava, denominando estes de covardes e traidores. Contudo, já vimos que a deserção não era somente uma questão de caráter, mas também das condições da tropa e das ligações pessoais de cada militar.

Contudo, as penas previstas nem sempre, ou quase nunca, eram cumpridas. Uma das formas que isso ocorria era com os indultos, que serviam para tentar convencer os desertores a voltarem às tropas, além de conter as possíveis “desordens” que promoviam enquanto fugiam de seus perseguidores. Já em setembro de 1825, a Sala de Representantes da Província decretava um indulto a todos aqueles que se apresentassem no período de um mês.⁵⁵⁷ Após isso, houve pelo menos mais quatro decretos de mesmo teor⁵⁵⁸ e quatro solicitações de comandantes para tal, geralmente procedentes das Milícias departamentais que não tinham gente suficiente para perseguir os fujões. Destes pedidos não conseguimos rastrear a resposta.
559

Outra forma de burlar a norma que previa o pesado castigo aos desertores era a intercessão de um comandante na hora de voltar ao Exército. Isso ocorreu principalmente nos primeiros seis meses do conflito, quando as tropas eram menores e não havia contingentes das outras províncias. Tudo o que pudesse ser feito para trazer soldados de volta seria feito. Um dos pedidos mais curiosos é escrito por Rivera ao comandante geral de armas:

José Posas, soldado de este ejército y de la compañía del capitán Don Felipe Caballero, que desertó con armas y se pasó al enemigo, de donde fue preso el 23, lo remito para que dispongan del lo que hallen por conveniente, pues no he querido

⁵⁵⁷ Decreto da Sala de Representantes, de 5.9.1825. AGN, Particulares, Caja 350, Carpeta 1, documento 43.

⁵⁵⁸ Carta do Cabildo de Maldonado a Juan Antonio Lavalleja, Maldonado, 9.11.1825, referindo-se a um indulto passado no dia 20.10.1825. AGN, Particulares, Caja 351, carpeta 1, documento 52; Indulto por vinte dias no departamento de Colonia. Carta de Miguel Gregorio Planes [comandante do departamento de Soriano] a Miguel Estanislao Soler, sítio sobre Colonia, 18.5.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 2, documento 64. Indulto de 15 dias no departamento de San José. Carta de Pablo Pérez a Miguel Estanislao Soler, San José, 23.5.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 3, documento 26. Indulto de um mês a todos que se apresentassem em todo o território nacional. Carta de Marcos Balcarce [ministro de Guerra e Marinha] a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 11.8.1827. AGN, Particulares, Caja 355, carpeta 2, documento 32.

⁵⁵⁹ Carta de Pedro Almirón a Juan Antonio Lavalleja, Belastequi, 28.10.1825. AGN, Particulares, Caja 350, Carpeta 9, documento 13; Carta de Pablo Pérez a Miguel Estanislao Soler, San José, 23.5.1827. AGN, Particulares, Caja 354, carpeta 3, documento 26; Carta de Isaac Trapani a Miguel Estanislao Soler, San Juan Bautista, 13.6.1827. AGN, Particulares, Caja 354, Carpeta 4, documento 68; Carta de Juan Gonzalez a Manuel Oribe, Santa Lucía Chico, 15.3.1828. AGN, Particulares, Caja 356, carpeta 3, documento 75.

castigarlo con arreglo a la ley, porque tiene tres hermanos en el servicio y son dignos de consideración por su constancia y virtudes.⁵⁶⁰

O soldado por quem Rivera intercedia cometera um duplo crime: deserção com armas, e traição, ambos previstos com pena de morte. Mesmo assim, não castigara conforme a prescrição da lei. O motivo era a família do soldado, mais especificamente seus três irmãos, que serviam nas tropas, talvez sob seu comando por conta das qualidades mencionadas. Por respeito a estes, o comandante preferia passar a responsabilidade para Pablo Zufriátegui, pois sabia dos riscos que corria matando-o, o que poderia causar uma forte comoção nos outros três irmãos, e até mesmo deserções. A maioria dos que pediam a intercessão tinha medo do castigo que receberiam por serem desertores, com as pauladas ou pena de morte, fornecendo justificativas as mais diversas.

É óbvio que não eram todos os casos que os comandantes buscavam a absolvição do desertor. Dependendo do que ele fizesse fora das tropas e do número de deserções que tivesse, a reação dos chefes poderia ser bem diferente de uma proteção. Contudo, o que podemos notar é o quanto fatores que não envolvem propriamente a subordinação militar eram levados em conta na hora de se aceitar um desertor de volta às fileiras, tais como a necessidade de contingentes, as relações pessoais que se tinha com o protetor e até mesmo a participação de membros da família nas tropas. Tal como no Brasil, a necessidade que os exércitos tinham de manter um efetivo numérico em condições de fazer frente ao inimigo obrigava a um descumprimento de algumas de suas próprias decisões. Um exemplo é o pedido que Manuel Fuentes fazia para que um soldado prisioneiro fosse solto e passasse à sua companhia:

Los infinitos servicios que me han hecho en todas circunstancias de tiempo los padres del teniente Don José Silveira de Acevedo, prisionero que pasa a ese destino con un hermano soldado, llamado Francisco, me ponen en el compromiso de arrojar me a implorar de la bondad de V. Exa. Se digne franqueármelos a mi compañía [...] No es posible que yo sea ingrato a los muchos tiempos que he parado en su casa y recibido toda clase de auxilio, con que si para con V. Exa. tengo algún influjo y cabe en lo posible este es mi empeño, mi suplica y gracia, que concedida, será eterna en mi corazón.⁵⁶¹

Pode-se ver, por esse pedido, o quanto as relações sociais afetavam o que se passava dentro do Exército. Após o tenente Acevedo cometer algum crime, que o documento não especifica qual é, ele estava como prisioneiro, junto com seu irmão. Todavia, pelos anos de

⁵⁶⁰ Carta de Frutuoso Rivera a Pablo Zufriátegui [comandante geral de armas], 28.8.1825. AGN, Particulares, Caja 349, carpeta 1, documento 12.

⁵⁶¹ Carta de Manuel Fuentes a Juan Antonio Lavalleja, Minas, 16.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 1, documento 80.

amizade e apoio dos pais do militar para com suplicante, este pedia para reverter a prisão e transferi-los à sua companhia. Os pais podem ter entrado em contato com Fuentes, embora isso não seja possível descobrir pelo documento. Contudo, o que sabemos é que este tentava usar da influência que tinha junto ao chefe dos Trinta e Três para conseguir a soltura do oficial e do praça. Passava-se por cima dos regulamentos militares para manter as ligações e amizades familiares. Vê-se, portanto, o quanto o exército não era uma instituição separada da ordem social, mas imiscuí-a-se com esta, sendo influenciado pelas relações “exteriores” de seus membros, como também ocorre no caso de Damaso Villalba, que desertou, mas segundo o seu superior “es criminal ante la ley, pero um desgraciado, con mujer e hijos, quienes van a quedar a total desamparo si V.E. no se conmueve en su favor”, e por isso pedia abrandamento de castigo.⁵⁶²

Outra maneira de se escapar do serviço era a resistência indireta. Pela novidade das instituições provinciais instaladas pelo Governo Provisório, o principal meio indireto de resistência era buscar a proteção de alguém que tivesse influência com as autoridades militares. Não faremos uma quantificação dos pedidos por que estes aparecem dispersos pela documentação, e não num único fundo documental, como no caso do Rio Grande do Sul. A maior parte das súplicas foi localizada no arquivo pessoal de Juan Antonio Lavalleja, reflexo do que já vimos anteriormente, que boa parte das pessoas procuradas eram os próprios comandantes. Contudo, havia outras pessoas que poderiam ajudar aqueles que não queriam servir ou que já estavam na guerra.

Os motivos para se livrar do serviço, pelo menos temporariamente, eram vários. Um deles era o trabalho na agricultura. O intenso recrutamento provocou uma comoção na Banda Oriental, sobretudo entre os trabalhadores agrícolas, que foram muito mobilizados. Com isso, deixavam suas plantações e perdiam as colheitas. Aqui novamente aparece a figura de Manuel Fuentes, que intercedia na obtenção de dispensa para um protegido seu.

El dador de esta es Juan Asencio Olmedo, individuo cargado de familia, a quien en el arreglo se le recibieron 6 caballos para el Estado, y se le permitió licencia para sembrar su trigo. Seguramente no se meditó sobre el perjuicio que podría resultarle del abandono de tantos hijitos y de su casa, pues me ha sembrado el ningún recurso para cuidar si él va al servicio, y parece un dolor que se pierda esta sementera por el no haberse expresado según sus circunstancias cuando lo alistaron.⁵⁶³

⁵⁶² Carta de José Maria Raña a Rosas, Laureles, 13.4.1826. AGN, Particulares, Caja 353, carpeta 2, doc. 103.

⁵⁶³ Carta de Manuel Fuentes a Juan Antonio Lavalleja, Minas, 8.7.1825. In: *Revista Historica*, Montevideu, tomo X, n.29, abr./jun. 1922, p. 617-618.

Os pedidos foram tantos, inclusive dos grandes proprietários, que obrigaram a uma flexibilização por parte dos comandantes, principalmente no final de 1825, licenciando alguns corpos e suspendendo a saída de outros.⁵⁶⁴ Durante toda a guerra, os motivos para se pedir a intercessão de alguém com vistas à dispensa foram muito semelhantes aos encontrados do lado inimigo: argumentava-se que os protegidos não tinham capacidade de lutar, com problemas físicos, homens que tinham problemas nas mãos, nos olhos ou que eram velhos; também argumentava-se frequentemente que eram fundamentais na manutenção das famílias pobres, especialmente de viúvas, de velhos⁵⁶⁵ ou dos filhos pequenos. Na segunda comandância de Lavalleja, entre 1827 e 1828, foram encontrados vários pedidos procedentes de Buenos Aires, em que se pedia que se por acaso o comandante tivesse que fazer alguma comunicação com a capital o fizesse por meio do militar por quem se suplicava, para que este pudesse ver sua família⁵⁶⁶.

Uma das situações mais interessantes aparece a partir de uma correspondência do coronel Pedro Lenguas, que transmitia um pedido da esposa de Lavalleja, Ana Monterroso. Por esta, pedia-se uma licença ao capitão Piriz, pois sua filha morrera de um “ataque violento”; por conta disso, sua esposa estava desesperada.⁵⁶⁷ Nesse caso, a participação feminina era dupla: uma como suplicante, no caso a esposa do capitão, e outra como intermediária no pedido de licença, a senhora Lavalleja.⁵⁶⁸ A participação das mulheres nos

⁵⁶⁴ Ordem do dia 19.12.1825: “los propietarios de las cosechas no se priven de las manos auxiliares y concluyen sus trabajos con la prontitud que V.E. me lo recomienda, previéndoles estén prontos para la primera orden, pues en este caso deberá abandonarse todo”. Carta de Miguel Gregorio Planes a Juan Antonio Lavalleja, Soriano, 23.12.1825. AGN, Particulares, Caja 351, carpeta 4, documento 64. Um relato do comandante do departamento de Maldonado mostra o quanto as atividades agrícolas dificultam o recrutamento: Hoy día de la fecha que somos veinte y cuatro me hallo en esta villa de las Minas con mi corta reunión hecha en el plazo de dos días y medio y como es tan sumamente largo el departamento y que se hallaban los oficiales empleados en varios puntos a fin que la milicia ayudara a sus padres a la mucha necesidad de las recogidas de los trigos no he podido hacerla como mi deseo lo quisiera”. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p. 98-99.

⁵⁶⁵ Exemplos: para o caso de viúvas, Carta de Micaela Cabrera a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 22.10.1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1938, p.167; já para idosos, Carta de Manuel de Figueredo a Juan Antonio Lavalleja, Pando, 19.7.1825. In: *Revista Histórica*, Montevideú, tomo XI, n. 32, maio/ago. 1923, p.1173-1174;

⁵⁶⁶ Carta de Agustín Wright a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 7.2.1828; Carta de Pedro Trapani a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 12.2.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1938, p. 371 e 387, respectivamente. Carta de Pedro Trapani a Juan Antonio Lavalleja, Buenos Aires, 17.5.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1941, p. 182.

⁵⁶⁷ Carta de Pedro Lenguas a Juan Antonio Lavalleja, Durazno, 16.8.1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1935, p.431.

⁵⁶⁸ Segundo o cônsul brasileiro em Montevideú em 1832-1833, Almeida de Vasconcellos, a esposa de Lavalleja tinha grande influência sobre o seu marido, sendo agente dele frente a Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires, e considerada um grande perigo à segurança do Rio Grande do Sul. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata*. 1997. 430f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p.187.

pedidos não se limitou a esse caso, como ocorre neste pedido de dispensa de um miliciano do departamento de San José:

Don Adrián Medina dio licencia para venir a su casa a un miliciano llamado Benito Diaz, de Porongos, creo que por habérsele muerto su padre. Este individuo ha buscado por mí un empeño fuerte a que no me he podido negar (que es mi mujer y toda su familia, de quién es pariente) solicitando que quedase al lado del gobierno en el servicio a que se le quisiese destinar.⁵⁶⁹

Pode-se perceber, nesse caso, o quanto as relações pessoais que cada pessoa tinha poderiam ser fundamentais na hora de se obter uma dispensa ou licença. No caso de Benito Diaz, a família da esposa de Luis Eduardo Perez, membro do governo provincial, era parente do miliciano, o que oferecia um importante recurso a este na hora de conseguir sua dispensa. Este militar não pedia que se dispensasse para sempre do serviço, mas que lhe arrumasse algo próximo ao governo, então estabelecido em Canelones, talvez em uma das novas instituições que vinham sendo criadas. O fato de não pedir uma dispensa completa mostraria que não era um covarde e estava naquela situação apenas por um motivo de força maior. Com esses casos, apesar das forças armadas serem instituições masculinas, podemos sugerir que as mulheres também estavam presentes na resistência ao serviço,⁵⁷⁰ da mesma forma que apareciam nos acampamentos como *chinas*.⁵⁷¹

Portanto, a resistência ao serviço militar por parte dos orientais durante a guerra contra o Brasil foi disseminada e feita de diversas formas. Passando de formas de resistência direta, especialmente a deserção, que causou forte impacto no número de contingentes e que, a certo ponto, era estrutural do Exército, pois sua recorrência contribuía para um recrutamento violento e o constante emprego de mecanismos como os indultos para se obter mais recrutas, já que se contava de antemão com as fugas. Também tivemos formas de resistência indireta, especialmente com pedidos de dispensa, que nos demonstram o quanto os militares carregavam para o exército suas relações sociais, fazendo com que a instituição não fosse dissociada da sociedade. A resistência nos mostra tanto que as instituições militares estavam imiscuídas nas relações sociais vigentes como que esse processo foi muito mais amplo do que os ideais nacionalistas pregam.

⁵⁶⁹ Carta de Luis Eduardo Perez a Juan Antonio Lavalleja, Durazno, janeiro de 1827. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1935, p.205.

⁵⁷⁰ Em Buenos Aires, na década de 1820, Raúl Fradkin encontra mulheres protagonistas em causas judiciais, sobretudo naquelas referentes à “abuso de autoridade”. Além disso, muitas vezes homens acusados pela justiça de delitos recorriam a mulheres para provar que eram pessoas probas, tudo isso num contexto de avanço de novas concepções de lei e de crime, que contrariavam os costumes locais. FRADKIN, 2009.

⁵⁷¹ Sobre as *chinas*, mulheres ou companheiras dos soldados que acompanhavam as tropas, ver BRITO DEL PINO, 1956, p.166-167 e p.173-174.

Neste capítulo procuramos tratar de várias questões relativas à guerra na Banda/Província Oriental. Primeiramente, pudemos ver o quanto a Cisplatina, alvo de poucos estudos específicos por parte dos historiadores uruguaios, era uma entidade política de múltiplas faces dentro do Império do Brasil, por um lado sendo uma ocupação militar, por outro, uma província como qualquer outra, e por vezes mesmo como um ente estranho, como no caso dos impostos aduaneiros reclamados pelos comerciantes e cônsul britânico. Dentro desse emaranhado de situações, o Cabildo de Montevideu emergiu fortemente na defesa das tradições locais, preservadas por determinação do Congresso Cisplatino, que oficialmente não tinha valor, já que não fora ratificado nem por Brasil, nem por Portugal, mas, ao que tudo indica, balizava a conduta dos representantes da capital cisplatina. Apesar de ter aprovado a Constituição Imperial, a corporação buscava impedir o processo de “*provincialização*” da Banda Oriental, buscando manter a sua configuração de antes da invasão portuguesa.

Num segundo momento, buscamos analisar o recrutamento das tropas orientais. Percebemos o quanto este impactou a vida das pessoas, sobretudo quando cotejamos o número de recrutados ou que deveriam ser recrutados com a população total da campanha ocupada pelos rebeldes. Contudo, ao contrário do que a tradição nacionalista assevera, além da mobilização de uma boa parte dos combatentes não ser imediata após o início do conflito, o exército insurgente não era somente compostos de cidadãos briosos, patriotas, defensores da independência, mas as ordens eram para que justamente fosse ao contrário, se capturassem os vagabundos e criminosos. Tal como no Brasil, havia uma orientação de que se preservassem aqueles que contribuía produtivamente para a província, o que foi especificado na norma que regulamentava o recrutamento para as milícias provinciais, com a isenção de uma série de categorias. Por vezes, todavia, isso não era suficiente e se recrutavam os “bons filhos do país”, pela crescente demanda de homens para as atividades militares. Isso gerava resistência por parte das pessoas recrutadas, mas também pelos próprios comandantes, que questionavam mais uma semelhança com o Brasil: o exército como uma instituição correcional.

Buscando maneiras de não ir para as tropas, chegamos ao estudo das diversas maneiras de resistência. A documentação nos conduz a pensar que a principal forma desta era mesmo a deserção, com percentuais altos para os primeiros meses do conflito, num exército que aparentemente deveria ser animado pela busca da liberdade do país. Isso ocorria pelas péssimas condições das tropas, como falta de pagamento, alimentação e vestuário, além da influência dos comandantes. A deserção ocorria inclusive na linha de sítio a Montevideu, a qual foi acompanhada durante a guerra por um importante fluxo mercantil, muitas vezes sob a

forma de contrabando. Nesse caso, a possibilidade de desertar rapidamente era um mecanismo que os militares tinham para negociar melhores condições para si e para as tropas, com alguns indo para as fileiras imperiais e depois voltando. Não era simplesmente uma luta de nascidos na Banda Oriental contra nascidos no Brasil, mas de partidários das duas causas, que poderiam ter nascidos nos dois territórios. Embora as punições previstas para esse “crime”, a deserção, fossem pesadas, muitas vezes não eram cumpridas, demonstrando a necessidade de contingentes e as proteções dispensadas por alguns comandantes. A resistência indireta também se fez presente, com pedidos de licença e dispensa, muitas vezes pautados pelas relações pessoais dos suplicantes, além da possibilidade de serem feitos ou transmitidos por mulheres, o que demonstra que tiveram um papel que vai além de serem *chinas* dos soldados.

Enfim, podemos sugerir, através desse estudo, que as tropas da Banda Oriental que lutaram contra o Império do Brasil eram bem diferentes do que os nacionalistas pregavam: uma mobilização não concentrada no início do conflito e múltiplas formas de resistência ao serviço.

Considerações Finais

Coreia do Sul, verão de 1950. Uma família, com uma mãe e dois irmãos, Lee Jin-Tae e Lee Jin-Seok, vive tranquila na cidade de Seul. Viviam uma vida de muito trabalho, mas também de brincadeiras, amor, felicidade. Contudo, começa a guerra com seus vizinhos do Norte. Um conflito de ideologias e sistemas econômicos: capitalismo contra comunismo. Com a cidade prestes a ser invadida, refugiam-se em Daegu, localidade mais ao sul. Porém, chegando lá, procede-se a um recrutamento de todos os homens entre 18 e 30 anos, com exceção de inválidos, surdos, mudos e cegos. Jin-Seok é um dos alistados. Sua mãe, já doente, tenta segurá-lo a todo custo, mas a tentativa é em vão. Jin-Tae, ao voltar depois de comprar remédios numa farmácia, sabe do ocorrido e invade o trem no qual estavam os recrutas, em busca de seu irmão. Ele luta com os militares da guarda para tentar libertá-lo, para que cuidasse de sua progenitora. No entanto, é espancado pelos soldados, fracassando na sua tentativa. Os dois acabam indo para o serviço. Na partida do trem, sua mãe os vê partindo e corre para tocar seus filhos, quem sabe pela última vez. Durante a guerra, Jin-Tae, após desertar e se tornar oficial do exército norte-coreano, é morto pelos seus próprios companheiros ao tentar cobrir a retirada de seu irmão, que passara do sul para tentar reencontrá-lo.

As cenas retratadas no filme *A Irmandade da Guerra*,⁵⁷² obviamente sem as questões referentes aos avanços tecnológicos, poderiam muito bem ter sido feitas no Rio Grande do Sul ou na Banda Oriental durante a Guerra da Cisplatina. Um conflito que não é objeto de maiores investigações tanto por parte da historiografia brasileira como da uruguaia, mas que impactou profundamente na vida das populações dos dois lados. Nessa dissertação enfocamos especificamente na questão do recrutamento, a partir dos enfoques proporcionados pela “nova história militar” brasileira. Contudo, outras temáticas podem ser percorridas em novos trabalhos, como a questão do comércio, que foi extremamente afetado, tanto pelos corsários autorizados pelas Províncias Unidas como pelo sítio de Montevideú, que apesar de cortar a comunicação dos brasileiros com a campanha oriental, retirou o único porto por onde os rebeldes poderiam exportar seus produtos.

Em ambos os contendores, o recrutamento significava a possibilidade de destruição das unidades produtivas e reprodutivas familiares, e até mesmo das economias locais, pela retirada de mão-de-obra da produção, comércio e transportes. Por conta disso, foram criadas

⁵⁷² A IRMANDADE da Guerra. Direção de Kang Je-Gyu. Produção de Seong-hun Lee. Coreia do Sul, Sony Pictures, 2004, 148 min.

legislações que reconheciam esse potencial destrutivo e procuravam enviar para o serviço das armas aqueles que eram indesejáveis pelas sociedades: todos aqueles que estavam fora das redes de relações dos comandantes militares e das elites locais, ou seja, “vagabundos”, criminosos (desde que não cometessem crimes contra a vida, mas contra a propriedade e contra os bons costumes), o que transformava os exércitos em instituições correcionais; o que, em parte, era decorrente dos papéis dos comandantes locais, em ambos os lados do conflito: ao mesmo tempo em que tinham que enviar recrutas às tropas, deveriam cuidar da segurança interna.

O recrutamento era, nessas regiões e nesse contexto, um instrumento de controle social, pelo menos no plano teórico, já que obrigava os homens a trabalhar e se comportar conforme os valores sociais vigentes, o que seriam objeto de interpretação pelos comandantes locais. O fato de essas isenções serem condicionadas a fatores como o bom comportamento dava aos comandantes locais um poder arbitrário muito grande, pois ele é quem interpretaria um fator tão subjetivo, à sua própria maneira. Isso lhes conferia um poder sem paralelo nas localidades, enviando seus desafetos pessoais e também pessoas que pela letra da lei tinham isenções garantidas ou pessoas de “melhor qualidade”, e questionando as normas emitidas pelos poderes das províncias.

Isso caracteriza os exércitos que lutaram na guerra como bem distantes do que afirma as perspectivas nacionalistas, especialmente para o Uruguai, no qual se assevera que os homens que lutaram contra a tirania brasileira eram movidos por sentimentos patrióticos e que todos carregavam essa bandeira, sendo rapidamente mobilizados. Ora, o estudo das listas de revista do exército oriental demonstram que a mobilização não foi tão rápida quanto se afirma, embora a estrutura militar dos rebeldes fosse rapidamente montada logo após o início do conflito. Outra distância em relação às interpretações nacionalistas é o que tange ao recrutamento de todo tipo de pessoas, independentemente da condição social e cor de pele, especialmente indígenas e negros. A mobilização de todos, inclusive, era fortemente questionada pelos próprios comandantes, que além de tentar impedir seus protegidos de servirem, se incomodavam com os possíveis problemas que isso poderia trazer, com diversos argumentos como o da falta de caráter de certos grupos ou mesmo da baixa perspectiva de melhora dos corpos com o envio de paisanos que mal sabiam atirar, o que questiona a ideia de que tanto na Banda Oriental como no Rio Grande do Sul todos os homens sabiam atirar e tinham na guerra “o seu esporte favorito”. Contudo, pudemos ver que as tropas eram bastante heterogêneas, compostas de brancos, negros, índios, solteiros, casados, pobres livres, *vecinos*,

criminosos, vagabundos, homens de diversas profissões, enfim, uma multiplicidade de situações que eram vivenciadas todos os dias nos acampamentos.

Buscando resistir ao recrutamento, as populações dos dois lados utilizavam os mais diversos meios. Desde os mais clássicos apresentados pela historiografia, como a fuga para os matos e o desabastecimento das cidades, até outros, que classificamos de duas formas: a primeira é a direta, que é feita pelo próprio indivíduo afetado. Uma delas é a deserção, que foi muito mais comum em ambos os exércitos do que até então se imaginava. Isso é válido especialmente para o caso da Província Oriental, na qual o exame das listas de revista demonstra os altos percentuais de desertores para um povo que deveria ser movido pelo espírito de libertar sua pátria da opressão estrangeira. As péssimas condições de sobrevivência, a crônica falta de pagamentos (que por vezes era de mais de doze meses) e inclusive a lealdade a determinados líderes levavam os homens dos dois lados a desertar, por vezes individualmente, outras vezes em pequenos ou grandes grupos. Após fazerem isso, os comandantes enfocaram, nas suas cartas, que estes causavam uma série de problemas por onde passavam, formando quilombos com outros companheiros, como escravos fugidos e índios, sendo acusados de roubos, ameaças, violência. Um espaço ímpar nessa resistência foi o da linha de sítio de Montevideú, uma fronteira que era provisória para os dois lados, e que permitia aos indivíduos passar de um lado a outro, fornecendo oportunidades para que as pessoas escolhessem o lado que desejassem, afinal, não era uma luta propriamente entre orientais e brasileiros, mas sim de partidários da causa brasileira contra adeptos da causa das Províncias Unidas.

Outro tipo de resistência é a indireta, que não dependia somente do prejudicado, mas que passava pelos canais institucionais ou pelos comandantes militares. As fontes para essa forma de resistência são mais abundantes para o caso do Rio Grande do Sul. Estas mostram o poder que os oficiais e as elites locais tinham, ao controlar o canal de comunicação entre a pessoa e aquele que poderia resolver sua situação, mas também demonstra que os homens poderiam e sabiam utilizar esses mecanismos a seu favor, inclusive recorrendo a pessoas não imaginadas, como as mulheres dos comandantes. A análise dos pedidos de isenção endereçados ao presidente da província demonstra o quão bem as pessoas conheciam os argumentos que podiam ser utilizados para conseguir a dispensa, baseados na letra da lei, o que era decorrente da existência de uma sociedade militarizada, no qual boa parte das pessoas participava, já havia participado ou tinha algum parente ou conhecido que tinha passado pelas tropas.

Por várias vezes, nos referimos a continuidades com o período colonial, tanto de um lado como de outro, no que se refere à formação das tropas, na deserção, na presença de grupos de não brancos nas tropas. Isso fica mais claro para o caso do Brasil, que foi uma das perguntas que lançamos no início do trabalho. No país-continente, a grande mudança ocorreu após a chegada da Corte portuguesa em 1808, que obrigou a monarquia a reorganizar as estruturas existentes e criar novas, da mesma forma como criou vários novos regimentos por todo o território, por conta de opções defensivas, contra uma suposta intervenção napoleônica, mas também por planos belicosos contra certas regiões, como o Rio da Prata e a Guiana. Essa política também serviu para compensar os súditos que viviam nos trópicos pelos serviços prestados à monarquia, oferecendo postos que conferiam prestígio e poder, já que a Coroa estava carente de recursos financeiros. Dessa forma, Portugal deixou um exército pronto para o Brasil quando ocorreu a independência, permitindo que não se necessitasse de profundas mudanças, o que foi facilitado pelo caráter “pacífico” da emancipação, da mesma forma que a Espanha organizou grande parte dos corpos milicianos que haveriam de lutar contra seu domínio na década de 1810 durante a segunda metade do século XVIII. Esse último processo, contudo, foi um tanto diferente na Banda Oriental, por conta da presença de diversos dominadores da região, como as Províncias Unidas, as forças artiguistas, os portugueses e depois os rebeldes comandados inicialmente por Lavalleja, cada um criando corpos novos, mas em parte também resgatando outros já existentes.

Os resultados dessa pesquisa nos permitem perceber que os processos de recrutamento e de resistência a este talvez tenham mais elementos em comum do que até então se imaginava, questionando versões míticas sobre o passado do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Pesquisas comparativas sobre outros períodos podem nos delinear se essa semelhança também se estende a outros momentos, ou se é unicamente decorrente dessa situação de guerra. Pode-se, também, comparar os processos no Rio Grande do Sul e na Banda/Província Oriental com os de outras regiões da América espanhola e portuguesa, para delinear semelhanças entre as diversas regiões, criando categorizações mais amplas que envolvam todo o espaço colonizado pelas monarquias ibéricas, seja no período colonial ou independente. Mas isso é um esforço coletivo e a longo prazo.

Concluimos esta dissertação reafirmando que o recrutamento, a resistência a este, as péssimas condições oferecidas aos militares que foram à frente de batalha causaram uma comoção social muito intensa nos anos de guerra. Talvez o que tenha melhor descrito essa situação foi José Paranhos da Silva Junior, que escreve sobre a guerra no esboço biográfico sobre o Barão do Cerro Largo. Embora as palavras redigidas sejam mais direcionadas à

péssima condução do governo imperial no conflito, o autor denomina a luta simplesmente com três termos: “essa guerra desgraçada”.⁵⁷³

⁵⁷³ PARANHOS JR., 1868, p.133.

Lista de referências

Fontes manuscritas

Archivo General de la Nación (AGN) – Montevideú, Uruguai

Fundo Particulares

Caixas	Ano
349	1825
350	1825
351	1825
352	1826
353	1826-1827
354	1827
355	1827
356	1828

Fundo Ex Archivo General Administrativo

- Libro 21 – Actas del Cabildo de Montevideo. Originales. Tomo 18. 1823-1829.
- Libro 36 – Oficios remitidos por el Cabildo de Montevideo. Tomo 4. 1822-1829.
- Libro 56 – Gobierno Provisorio del Estado Oriental. Copia de Documentos. 1825.
- Libro 56 – Notas: Ordenes y Decretos del Gobierno Nacional al Provincial. 1825-1826.
- Libro 84 – Gobierno Provisorio. Actas. 1825.
- Libro 85 - Gobierno Provisorio. Copiador de Oficios. 1825-1828.
- Libro 550 – Receptoría de Canelones. 1826.
- Libro 610 – Receptoría de Las Piedras. 1825.

Arquivo Histórico do Exército (AHEx) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Códice São Pedro. Volume 3. 1823-1826
- Códice Expedição do Sul a Montevideú. 1821-1826.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Fundo Autoridades Militares (AM)

Caixa	Ano
96	1825
97	1825
98	1825
99	1825
100	1826

101	1826
102	1826
103	1826
104	1827
105	1827
106	1827
107	1827
108	1828
109	1828
110	1828
111	1828

Fundo Requerimentos (REQS)

Maço	Ano
34	1825-1826
35	1826-1827

Arquivo Nacional (AN) - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Coleção Cisplatina

Caixas	Anos
974	1828
978	1824-1828

Série Interior

IJJ 9 450 – Ministério do Império – Rio Grande do Sul – Ofícios dos Presidentes – 1825-1828

Série Guerra

IG¹ 272 – Ministério da Guerra – Rio Grande do Sul - Correspondência do Comandante das Armas – 1824-1826-1829-1831.

IG¹ 275 – Ministério da Guerra – Rio Grande do Sul – Correspondência dos Comandantes do Exército em Operações – 1819-1822-1823-1825-1827.

Leis, decretos e alvarás.

BRASIL. Decreto de 29 de dezembro de 1829. Declara sem efeito o decreto de 14 de novembro último e dá nova organização ao Comissariado do Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38278-29-dezembro-1829-566360-publicacaooriginal-89940-pe.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. Decreto de 9 de setembro de 1829. Regula o serviço do expediente da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-L_81.pdf#page=4> Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. Lei de 1º de dezembro de 1824. Dá organização aos corpos de 1ª e 2ª linha do Exército. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil, desde a independência, 1822-1825*. 2.ed. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1835.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso em 22 mar. 2013.

BRASIL. Decreto de 17 de dezembro de 1822. Cria na província de São Pedro do Sul um Batalhão de Infantaria de Milícias. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_29.pdf#page=1> Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. Decreto de 4 de dezembro de 1822. Determina que as promoções do Exército, até Coronel inclusive, sejam gerais em cada província e arma. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_27.pdf#page=1> Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. Decreto de 11 de novembro de 1822. Estende aos militares das diversas províncias do Império os soldos e gratificações que vencem os da Corte. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_22.pdf#page=2> Acesso em: 22 mar. 2013.

Coleção das Leis do Império do Brasil, desde a independência, 1822-1825. 2.ed. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1835.

ESPAÑA. *Recopilación de Leyes de las Indias*. Disponível em <<http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 1º de outubro de 1821. Determina provisoriamente a forma da administração política e militar das províncias do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39185-1-outubro-1821-568934-publicacaooriginal-92229-pl.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 22 de abril de 1821. Concede aos Oficiais e praças do Exército do Brasil os mesmos soldos e etapas que vence a Tropa do Exército de Portugal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_21.pdf#page=2> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 22 de janeiro de 1820. Manda criar na província do Espírito Santo um Corpo de Tropa de Linha composto de uma Companhia de Artilharia e duas de Infantaria. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_4.pdf#page=3> Acesso em: 23 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 20 de julho de 1818. Organiza na capitania das Alagoas um Corpo de Tropa de Linha. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_97.pdf#page=2> Acesso em: 23 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 31 de julho de 1813. Manda organizar um batalhão de tropa de linha das duas Companhias de Artilharia e Infantaria existentes na capitania do Ceará. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-C_26.pdf#page=2> Acesso em: 23 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 20 de janeiro de 1813. Aprova o plano de organização dos Regimentos de Cavalaria de Milícia de Rio Pardo e Rio Grande. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39646-20-janeiro-1813-570152-publicacaooriginal-93307-pe.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 9 de outubro de 1812. Dá diversas providencias sobre a proposta e escolha dos Oficiais de Milícias e Ordenanças. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-C_10.pdf#page=4>. Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Carta de Lei de 9 de julho de 1811. Manda organizar um Regimento de Milícias Guaranis a Cavalo e Três Companhias de Cavalaria Miliciana, na Província de Missões. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39820-9-julho-1811-570691-publicacaooriginal-93800-pe.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Carta Régia de 21 de fevereiro de 1811. Manda organizar as Companhias de Cavalaria Miliciana da Capitania do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-B3_9.pdf#page=1> Acesso em 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Cria uma Academia Real Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>> Acesso em 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Carta Régia de 20 de julho de 1809. Manda organizar as tropas de linha e de milícias da Capitania do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40086-20-julho-1809-571765-publicacaooriginal-94883-pe.html> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Alvará publicando o Regulamento das Milícias, de 20 de dezembro de 1808. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1808milicias.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Decreto de 1º de abril de 1808. Cria o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40133-1-abril-1808-572022-publicacaooriginal-95151-pe.html>> Acesso em 22 mar. 2013

PORTUGAL. Alvará sobre o território dos Governos Militares e a reorganização dos regimentos de milícias, de 21 de outubro de 1807. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1807organizacao.html>> Acesso em 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Alvará sobre a reorganização das Milícias, de 21 de outubro de 1807. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1807ordenancas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Alvará sobre o recrutamento, de 23 de fevereiro de 1797. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1797recrutamento.html>> Acesso em: 22 mar. 2013

PORTUGAL. Regulamento para o recrutamento do exército, de 24 de fevereiro de 1764. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1764ordenancas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013

PORTUGAL. Alvará de criação dos cadetes, de 16 de março de 1757. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1757cadetes.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Novo regulamento sobre os oficiais das Ordenanças, de 18 de outubro de 1709. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1709ordenancas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Regimento dos Governadores das Comarcas ou Regimento dos Auxiliares, de 1º de abril de 1650. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1650governadorescomarcas.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Regimento das Fronteiras ou Regimento do Vedor-Geral do Exército, de 29 de agosto de 1645. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1645fronteiras.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Alvará de concessão de privilégios aos membros dos Terços auxiliares, criados pelas Cortes de 1642. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1645alvaraauxiliares.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTUGAL. Regimento dos Capitães Mores e mais capitães e oficiais das Companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem, de 10 de dezembro de 1570. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitãesmores.html>> Acesso em: 22 mar. 2013.

Fontes editadas

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Memorias de la expedición de los 33 al mando del general Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. V. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Listas de revista del ejército y milicias de la Provincia Oriental (1815-1817)*. Montevideo: Archivo General de la Nación, 2011.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja (1828)*. Montevideo: Archivo General de la Nación, 1941.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja (1827-1828)*. Montevideo: Archivo General de la Nación, 1938.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja (1826-1827)*. Montevidéo: Archivo General de la Nación, 1935.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão. Catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Boletín Histórico del Ejército. Montevidéo, v.227-230, 1977.

Boletín Histórico del Ejército. Montevidéo, v.231-234, 1977.

Boletín Histórico del Ejército. Montevidéo, v.235-238, 1977.

Boletín Histórico del Ejército. Montevidéo, v.239-242, 1977.

Boletín Histórico del Ejército. Montevidéo, v.243-246, 1977.

BRITO DEL PINO, José. *Diario de la guerra del Brasil*. Montevidéo, 1956.

FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do Rio Grande do Sul, 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/RS, 1981.

PORTO ALEGRE. *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. V.7, 1825-1835. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

Revista Historica, Montevidéo, tomo X, n.29, abr./jun. 1922.

Revista Histórica, Montevidéo, tomo X, n.30, jul./dic. 1922.

Revista Historica, Montevidéo, tomo XI, n. 32, mayo/ago. 1923.

Revista Historica, Montevidéo, tomo XII, n. 34, ene./abr. 1924.

SILVA, Antonio de Moraes (Comp.) *Diccionario da Língua Portuguesa recopilado dos vocábulos impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado...* Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, tomo I.

SILVA, Florêncio de Abreu e. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul: 1822-1922. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, n.8, Porto Alegre, 1922.

Recursos fílmicos

A IRMANDADE da Guerra. Direção de Kang Je-Gyu. Produção de Seong-Hun Lee. Coreia do Sul, Sony Pictures, 2004, 148 min.

Publicações em jornais

O QUILOMBO da Ilha do Barba Negra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 maio 1983. Disponível em <http://www.popa.com.br/docs/cronicas/ilha_do_barba_negra.htm>. Acesso em 05 mar. 2013

RESISTEN a la venta de la playa de la Agraciada por su valor histórico. *El Observador*, Montevidéo, 28 fev. 2013. Disponível em

<<http://www.elobservador.com.uy/noticia/244647/resisten-la-venta-de-playa-de-la-agraciada-por-su-valor-historico/>> Acesso em: 05 mar. 2013.

Referências bibliográficas

ACEVEDO, Pablo Blanco. Informe sobre la fecha del Centenario de la Independencia. In: *La independencia nacional*. v.2. Montevidéo: Ministerio de Educación y Cultura, 1975.

ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n.44, p.439-458, jul./dez. 2009.

_____. *Liberdades negras nas paragens do sul*. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ALMEIDA, Maria das Graças. *A Guarda Nacional em Pernambuco: a metamorfose de uma instituição*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

ALONSO, Rosa et al. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1972.

ARCOS FERRAND, Luis. *La Cruzada de los Treinta y Tres*. Montevidéo: Ministerio de Educación y Cultura, 1976.

AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997. p.401-439.

BARRÁN, José Pedro et al. *El cónsul británico en Montevideo y la independencia del Uruguay. Selección de los informes de Thomas Samuel Hood (1824-1829)*. Montevidéo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 1999.

BATALHA de Ituzaingó. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 49, n.1, 1886. p.289-554.

BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. *2002 – 175 anos da Batalha do Passo do Rosário*. Porto Alegre: Genesis, 2003.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do Sul, c. 1790 – c. 1825*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) -

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOXER, Charles. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286-307.

BRAGONI, Beatriz. Esclavos, libertos y soldados: la cultura política plebeya en Cuyo durante la revolución. In: FRADKIN, Raúl (Org.). *¿Y el pueblo donde está? Contribuciones para una historia popular de la revolución en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p.107-150.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMPOS DE GARABELLI, Martha. *La Revolución Oriental de 1822-1823*. Montevideo: Junta Departamental de Montevideo, 1972. 2 t.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, século XIX). In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miqueias (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 113-143.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Edigraf: Renascença, 2011.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca. 1820-1838*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a república. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p.301-313.

_____. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova história militar”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 11-42.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.

CAWEN, Inés Cuadro. La crisis de los poderes locales. La construcción de una nueva estructura de poder institucional en la Provincia Oriental durante la guerra de independencia contra el Imperio del Brasil (1825-1828). In: FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independência del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. p. 63-100.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

CHIAVENATTO, Julio José. *O genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CIDADE, Francisco de Paula. *O soldado de 1827 (ninharias de história, relativas aos soldados da Guerra Cisplatina)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. 2011. 309f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DANTAS, Monica Duarte. Introdução: Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. p.9-67.

DE LA TORRE, Nelson et al. *Después de Artigas (1820-1836)*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1972.

DELACROIX, Cristian. Histoire sociale. In: DELACROIX, Cristian et. al. (orgs.) *Historiographies I: concepts e débats*. Paris: Gallimard, 2010. p.420-435.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORES COSTA, Fernando. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976.

FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários da Pátria e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. 258f. Tese (Doutorado em História) – Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2012.

FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1580-1873)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FRADKIN, Raúl. Cultura jurídica y cultura política: la población rural de Buenos Aires en una época de transición (1780-1830). In: FRADKIN, Raúl (Org.). *La ley es tela de araña. Ley, justicia y sociedad rural en Buenos Aires, 1780-1830*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 159-186.

_____. *La historia de una montonera. Bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1922.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FREGA, Ana. Alianzas y proyectos independentistas en los inicios del Estado Cisplatino. In: FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independência del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011a. p. 19-63.

_____. La mediación británica en la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio del Brasil (1826-1828). Una mirada desde Montevideo. In: FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independência del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011b. p. 101-130.

_____. La “campana militar” de las Misiones en una perspectiva regional: lucha política, disputas territoriales y conflictos étnico-sociales. In: FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independência del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011c. p. 131-168.

_____. “La patria me hizo libre”. Aproximación a la condición de los esclavos durante las guerras de independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata. In: MALLO, Silvia; TELESCA, Ignacio (ed.). *Negros de la patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010. p.171-186.

_____. Después de la derrota. Apuntes sobre la recomposición de los liderazgos rurales en la campana oriental a comienzos de la década de 1820. In: GELMAN, Jorge; FRADKIN, Raúl (org.). *Desafíos al orden. Política y sociedades rurales durante la Revolución de Independencia*. Rosario: Prohistoria, 2008.

_____. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

_____. Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista. *Andes*, Salta, n.13, p. 1-26, 2002.

FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independência del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 11-38, verão 2001.

GALLARDO, Helio. *Crítica social del principio de agencia*. Palestra na Universidad de Costa Rica, San Jose, out. 2008. Disponível em <http://heliogallardo-americalatina.info/index.php?option=com_content&task=view&id=114&Itemid=9> Acesso em: 21 mar. 2013.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, José Eudes. *As milícias d'El-Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

GOUVEIA, Antonio Camós; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As milícias. In: MATTOSO (Org.), 1992, MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. v.4. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 197-207.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata*. 1997. 430f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 156, n.388, p.459-613, jul/set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da história. In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, v.1, p.1-22, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Bandidos*. Barcelona: Crítica, 2001.

ISLAS, Ariadna. Límites para un Estado. Notas controversiales sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz de 1828. In: FREGA, Ana. (Coord.). *Historia regional e independência del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. 2.ed. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. p. 159-216.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p.179-208.

_____. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

JANCSÓ, Istvan; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para a emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. v.1. São Paulo: Editora Senac, 1999. p. 127-175.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2010.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p.237-268.

_____. Repensando o recrutamento no Brasil imperial. *Diálogos*, Maringá, v.3, n.3, p.113-151, 1999.

_____. “O abrigo da farda”: o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. *Afro-Ásia*, Salvador, n.17, p. 29-56, 1996.

KUHN, Fábio. Rivalidades ibéricas no sul da América portuguesa. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.45-68.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (Org.). *História dos jovens. v.2. A época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17-47.

LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser*. Um estudo de uma ideia. São Paulo: Palíndromo, 2005.

LUFT, Marcos Vinícios. Os corpos de Ordenanças de Porto Alegre durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 10, 2012. *Anais eletrônicos...* Rio Grande: Pluscom Editora, 2012. Disponível em <<http://www.eeh2012.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/18/1343946926_ARQUIVO_OsCorposdeOrdenancasdePortoAlegre naGuerraCisplatina.pdf> Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. “É verdade tudo quanto o suplicante alega”: os pedidos de isenção do recrutamento durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miqueias (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p.39-64.

MARCHENA FERNANDEZ, Juan (Coord.). *El ejército de América antes de la independencia*. Ejército regular y milicias americanas, 1750-1815. Hojas de servicio y uniformes. Madri: Editorial Mapfre, 2005.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/45). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p.343-363.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. 2006. 333f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos*, São Leopoldo, n.16, v.3, p.271-282, set./dez. 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miqueias (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 235-256.

NEVES, Francisco das Alves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo Cesar (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010. p. 33-51.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará na época da independência (1790-1850)*. 2009. 341f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

_____. “Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p.87-110.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Recordações históricas que se prendem especialmente à campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a República Argentina, sobre a questão da província Cisplatina, e durante o comando do tenente-general Marquês de Barbacena, general em chefe do exército que operou naquela campanha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXII, v.23, 1º trim. 1860. p.497-582.

_____. Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XVI, 1853, p.385-424.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OTERO, Osvaldo. De amores, magro rancho y con harapos. Vida en los ejércitos en tiempos de la lucha por la independencia. In: MALLO, Silvia; TELESKA, Ignacio (ed.). *Negros de la patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010. p. 229-250.

PADRON FAVRE, Oscar. *Los charrúas-minuanes en su etapa final*. Durazno: Tierradentro, 2004.

PALERMO, Eduardo. Los afro-fronterizos del norte uruguayo en la formación del Estado Oriental, 1810-1835. In: MALLO; TELESKA (ed.). *Negros de la patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010. p. 187-212.

PARANHOS JR., José Maria da Silva. Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, v.2, p.62-136, 3º trim. 1868.

PEDROSO, Fernando Velozo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p.9-10. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf>. Acesso em 21 mar. 2013.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. 269f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PERRY, Marvin. *A civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. *Cadernos de Estudos da UFRGS*, Porto Alegre, n.6, 1992.

PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821)*. Repertorio documental, seleccionado y precedido de un Análisis. Montevidéu: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1937.

POMER, Leon. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1982.

POSSAMAI, Paulo. A guarnição da Colônia do Sacramento. In: POSSAMAI, Paulo Cesar (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010. p. 13-31.

PRADO, Fabrício Pereira. *In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata*. 2009. 297f. Thesis (Doctor of Philosophy in History) – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009.

_____. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.69-96.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideu: Arca Editoria: Ediciones del Nuevo Mundo, 1990.

RÉMOND, René. Introdução. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1996a, p.7-11.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1996b. p.13-36.

RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina, 1818-1820*. 2007. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, José Iran. “Tudo isto é indiada coronilha [...] Não é como essa cuscada lá da Corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos Farrapos. In: POSSAMAI, Paulo Cesar (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010. p. 111-127.

_____. “De tão longe para sustentar a honra nacional”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. 2009. 367f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Quando o serviço os chamava: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

SALA DE TOURON, Lucía et al. *Artigas y su revolución agrária, 1811-1820*. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Foi indispensável chamar a Guarda Nacional: os dramas e os subterfúgios do tributo de sangue no Brasil Imperial. In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miqueias (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 145-168.

_____. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2006.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental*. Estudios de historiografía colonial. Montevidéo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 2006.

SEMPRÚN, José; MENDOZA, Alfonso Bullón. *El ejército realista en la independencia americana*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

SLEMIAN, Andrea. *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

SOUZA, Francisco Gouvêa. *Entre fronteiras e nações: um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008b.

TEIXEIRA, N. A história militar e a historiografia contemporânea. *Revista A Nação e a Defesa*, Lisboa, n. 59, p.53-71, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-202.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WIEDERSPAHN, Henrique. *Campanha de Ituzaingó*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. v.4. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 381-392.

ZUM FELDE, Alberto. *La epopeya de la Agraciada*. Montevidéo: Consejo de Administración Municipal, 1925.

ANEXO 1. Breve cronologia da Guerra da Cisplatina

Baseada em: CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

19/4/1825 – desembarque dos Treinta y Tres Orientales na praia de Agraciada.

27/4/1825 – Frutuoso Rivera “deserta” e adere a causa dos orientais.

9/5/1825 – início do primeiro sítio a Montevideu

18/6/1825 – primeira mensagem de Lavalleja ao Congresso de Florida, na qual destaca os avanços da luta contra os brasileiros.

22/8/1825 – ataque comandado por Rivera a Mercedes, que falha.

25/8/1825 - Ata da Sala de Representantes da Província Oriental anulando as determinações do Congresso Cisplatino e solicitando a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata.

24/9/1825 – Batalha do Rincón de las Gallinas. Vitória dos orientais.

12/10/1825 – Batalha de Sarandí. Vitória dos orientais.

25/10/1825 – Congresso das Províncias Unidas aceita a incorporação da Província Oriental.

7/12/1825 – Batalha do Tacuary, próximo a Melo – vitória brasileira.

10/12/1825 – Dom Pedro I, imperador do Brasil, declara guerra às Províncias Unidas.

21/12/1825 – início do bloqueio do porto de Buenos Aires por parte da esquadra brasileira.

Janeiro de 1826 – Martín Rodriguez é nomeado pelo governo das Províncias Unidas como comandante-em-chefe de todas as tropas do Exército Republicano.

14/1/1826 – Barão do Cerro Largo é retirado do governo das armas do Rio Grande do Sul.

3/2/1826 – Francisco de Paula Massena Rosado assume o governo das armas do Rio Grande do Sul.

9/2/1826 – primeira batalha naval, em Punta Corales, próximo a Buenos Aires, com vitória brasileira.

26/2/1826 – ataque por terra e mar à Colônia, que falha.

12/4/1826 – o Visconde da Laguna, após ser retirado do posto de capitão-general da província Cisplatina, é nomeado comandante-em-chefe de todas as tropas imperiais.

7/5/1826 – ataque de Rivera às divisões brasileiras na barra do rio Arapeí; saque de 20 mil cabeças de gado.

Metade de 1826 – Carlos María de Alvear substitui Martín Rodriguez no comando do Exército Republicano.

30/7/1826 – vitória da esquadra brasileira, comandada por James Norton, no Rio da Prata.

6/12/1826 – chegada de Dom Pedro I a Porto Alegre. Assim que chega à cidade, recebe a notícia da morte da imperatriz Dona Leopoldina, o que o obriga a voltar ao Rio de Janeiro.

- 28/12/1826 – início da ofensiva de Alvear rumo ao Rio Grande do Sul
- 11/1/1827 – deixa o comando o brigadeiro Rosado e assume o marquês de Barbacena.
- 13/1/1827 – tropas brasileiras deixam o acampamento da Imperial Carolina, em Livramento.
- 23/1/1827 – invasão de Bagé pelo Exército Republicano.
- 5/2/1827 – junção das colunas do exército imperial, nas imediações de Bagé.
- 8 e 9/2/1827 – batalha naval do Juncal. Vitória dos republicanos.
- 14/2/1827 – invasão de São Gabriel pelo Exército Republicano. Logo vão em direção ao oeste da província.
- 20/2/1827 – batalha do Passo do Rosário, no atual município de Rosário do Sul.
- 26/2/1827 – segunda invasão de São Gabriel pelo Exército Republicano.
- 28/2/1827 – tentativa brasileira frustrada de invadir Carmen de Patagones, ao sul da província de Buenos Aires.
- 4/3/1827 – acampamento no passo do São Lourenço, às margens do Rio Jacuí e próximo a Cachoeira.
- 19/3/1827 – saída do Exército Republicano do Rio Grande do Sul (chegada ao acampamento de Los Corrales)
- 8/4/1827 – batalha naval de Monte Santiago: vitória brasileira.
- 24/5/1827 – primeiro tratado de paz: Cisplatina permanece no Império, mas com autonomia; é rechaçado pelo Congresso das Províncias Unidas, o que leva à queda do governo unitário de Bernardino Rivadavia.
- 25/5/1827 – Batalha de Yermal, próximo ao rio Jaguarão. Vitória do Exército Republicano.
- 1/6/1827 – deixa o comando das tropas imperiais o marquês de Barbacena. Assume interinamente o marechal Gustavo Henrique Brown.
- Julho de 1827 – Lavalleja assume o comando do Exército Republicano
- 28/8/1827 – abandono brasileiro de Punta del Este, após poucos dias de controle.
- 18/9/1827 – Visconde da Laguna volta ao comando de todas as tropas.
- 15/4/1828 – Batalha de Las Cañas, próximo ao rio Jaguarão. Vitória brasileira.
- 20/4/1828 – Tropas comandadas por Frutuoso Rivera cruzam o rio Ibicuí: era a invasão oficial das Missões.
- 30/5/1828 – Combate dos Bajíos de Arregui. Vitória brasileira
- 9 a 12/6/1828 – motim dos mercenários irlandeses no Rio de Janeiro
- 27/8/1828 – Convenção Preliminar de Paz: assegura a independência da Província Oriental.
- 3/12/1828 – evacuação de Colônia.
- 23/4/1829 – evacuação total de Montevidéu.

ANEXO 2. Organização do Exército Brasileiro ao final da Guerra da Cisplatina

Fontes: BRASIL. Lei de 1º de dezembro de 1824. Dá organização aos Corpos de 1ª e 2ª linha do exército. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1822-1825*. Ouro Preto: Typographia do Silva, 1835, p.400.

BRASIL. Decreto de 24 de maio de 1826. Dá organização e numeração a diversos corpos de primeira e segunda linha do exército. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-I_16.pdf#page=4> Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. Decreto de 24 de março de 1827. Manda que os corpos de 2ª linha tomem a organização e numeração declaradas na tabela que o acompanha. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_35.pdf#page=4> Acesso em: 23 mar. 2013.

Observação: as leis não incluem os corpos milicianos do Pará e do Maranhão, além de todas as tropas da província do Mato Grosso.

Primeira linha – Exército

Infantaria (Batalhões de Caçadores)

Província	Número do corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Corte
	2	Corte
	3	Corte
	4	Corte
	5	Corte
	6	Corte
São Paulo	7	São Paulo
Santa Catarina	8	Desterro
Rio G. do Sul	9	Porto Alegre
Cisplatina	10	Montevidéu
	11	Montevidéu
Espírito Santo	12	Vitória
Bahia	13	Salvador
	14	Salvador
	15	Salvador
Alagoas	16	Maceió
Pernambuco	17	Recife
	18	Recife
Paraíba	19	Cidade da Paraíba
Piauí	20	Oeiras
Rio G. do Norte	21	Natal
Ceará	22	Fortaleza
Maranhão	23	São Luís
Pará	24	Belém
Pará	25	Belém
Estrangeiros	26	Corte
	27	Corte

Cavalaria (Regimentos de Cavalaria)

Província	Número do Corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Corte
Minas Gerais	2	Ouro Preto
São Paulo	3	São Paulo
Rio G. do Sul	4	Cerrito (Jaguarão)
	5	Rio Pardo
Cisplatina	6	Montevidéu
	7 (Dragones de la Unión)	Paysandú

Brigadas de Artilharia Montada

Província	Número do Corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Corte
São Paulo	2	São Paulo
Rio G. do Sul	3	Porto Alegre
Alagoas	4	Maceió
Paraíba	5	Cidade da Paraíba

Artilharia de Posição

Província	Número do corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Corte
	2	Corte
São Paulo	3	Santos
Santa Catarina	4	Desterro
Cisplatina	5	Montevidéu
Espírito Santo	6	Vitória
Bahia	7	Salvador
Pernambuco	8	Recife
Paraíba	9	Cidade da Paraíba
Ceará	10	Fortaleza
Maranhão	11	São Luís
Pará	12	Belém

Segunda linha – Milícias

Infantaria (Batalhões de Caçadores)

Província	Número do corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Parati
	2	Ilha Grande
	3	Mangaratiba
	4	Campo Grande
	5	Irajá
	6	Porto da Estrela
	7	Magé
	8	Arraial do Pilar
	9	Vargem Grande
	10	Macacu
	11	Tambi
	12	Itaboraí
	13	Maricá
	14	Praia Grande
	15	Cabo Frio
	16	Saquarema
	17	Macaé
	18	São Salvador
	19	São João da Barra
	20	São Salvador
Minas Gerais	21	Ouro Preto
	22	Mariana
	23	Ouro Preto
	24	São João del Rei
	25	São José
	26	Bambuí
	27	Sabará
	28	Caeté
	29	Sabará
	30	Paracatu
	31	Paracatu
São Paulo	32	São Paulo
	33	São Paulo
	34	São Paulo
	35	Itu
	36	Sorocaba
	37	Cunha
	38	Santos
	39	Paranaguá
Santa Catarina	40	São Francisco
	41	Desterro
	42	Laguna
	43	São José
	44	São Miguel
45	Laguna	
Rio G. do Sul	46	6 companhias
Alagoas	47	Porto Calvo
	48	Camaragipe

	49	Norte
	50	São Miguel
	51	Penedo
	52	Coruripe
Pernambuco	53	Recife
	54	Recife
	55	Olinda
	56	Matriz da Luz
	57	Iguassú
	58	Goiana
	59	Mocós
	60	Limoeiro
	61	Cabo
	62	Serinhaém
	63	Santo Antão
	64	Pau d'Alho
Paraíba	65	Cidade da Paraíba
	66	Cidade da Paraíba
	67	Cidade da Paraíba
	68	Vila do Pilar
	69	Mamanguape
	70	Vila Real do Brejo d'Arca
	71	Campina Grande
Ceará	72	Fortaleza
	73	Cascavel
	74	Aracati
	75	Vila da Granja
	76	Sobral
	77	Vila da Imperatriz
	78	Icó
Piauí	79	Freguesia de São Gonçalo
	80	Valença
	81	Jurunhema
	82	Vila de Marvão
	83	Campo Maior
	84	Parnaíba
	85	Oeiras
	86	Campo Maior
	87	Oeiras
	88	Oeiras
	89	Campo Maior
Espírito Santo	90	Vitória
	91	Vitória
Bahia	92	Salvador
	93	Salvador
	94	Salvador
	95	Termo da Grécia d'Ávila
	96	Termo da Grécia d'Ávila
	97	Pirajuaia
	98	Jaguaripe
	99	Nazaré
	100	Itapicuru
	101	Inhambupe

	102	Ilhéus
	103	Rio das Contas
	104	Maraú
	105	Camamú
	106	Santarém
	107	Nova Boipeba
	108	Cairú
	109	Valença
	110	Jequiriçá
	111	Porto Seguro
	112	Caravelas
	113	Cachoeira
	114	Cachoeira
	115	São Francisco
	116	São Francisco
	117	Santo Amaro da Purificação
	118	Santo Amaro da Purificação
	119	Ilha de Itaparica
	120	Ilha de Itaparica
	121	Pombal
	122	Pombal
Sergipe	123	Itaporanga
	124	Laranjeiras
	125	Santo Amaro das Grotas
	126	Capela de Japarutuba
	127	São Cristóvão
	128	Rosário
	129	Itabaiana
	130	Vila Nova
	131	Propriá
Rio G. do Norte	132	Natal
	133	Vila da Princesa
	134	Goianinha
Goiás	135	Cidade de Goiás
	136	Arraial da Meia Ponte
	137	Arraial de Santa Cruz
	138	Arraial de Traíras
	139	Arraial de Cavalcante
	140	Arraial da Natividade

Cavalaria (Regimentos de Cavalaria Ligeira)

Província	Número do corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Campo do Brandão
	2	Irajá
	3	Pau Grande
	4	Maricá
Minas Gerais	5	Ouro Preto
	6	Mariana
	7	São João del Rei
	8	Campanha
	9	Sabará

	10	Pitangui
	11	Paracatu
	12	Vila do Príncipe
	13	Minas Novas
	14	São Francisco de Minas
	15	Pouso Alto
São Paulo	16	São Paulo
	17	São Paulo
	18	Curitiba
Santa Catarina	19	Desterro
Rio G. do Sul	20	Porto Alegre
	21	Rio Grande
	22	Rio Pardo
	23	Alegrete
	24	São Borja
	25	São Borja (Guaranis)
Alagoas	26	Maceió
Pernambuco	27	Vargem
	28	Ipojuca
Ceará	29	Engenho de Miriri
	30	Fortaleza
	31	Vila Nova del Rei
	32	Vila de São João do Príncipe
	33	Icó
	34	São Bernardo
	35	Crato
Piauí	36	Oeiras
	37	Parnaíba
	38	Paranaguá
Cisplatina	39	Cerro Largo
	40	Lunarejo (Local não definido)
Espírito Santo	41	Vitória
Bahia	42	Cachoeira
	43	São Francisco
Sergipe	44	Laranjeiras
	45	Rosário
	46	Estância
Rio G. do Norte	47	Natal
	48	Vila do Príncipe
	49	Porto Alegre
Goiás	50	Arraial da Meia Ponte
	51	Arraial de Arraias

Artilharia (Batalhões de Artilharia)

Província	Número do corpo	Sede
Rio de Janeiro	1	Corte
Pernambuco	2	Diversos lugares
Bahia	3	Salvador
	4	Cachoeira